

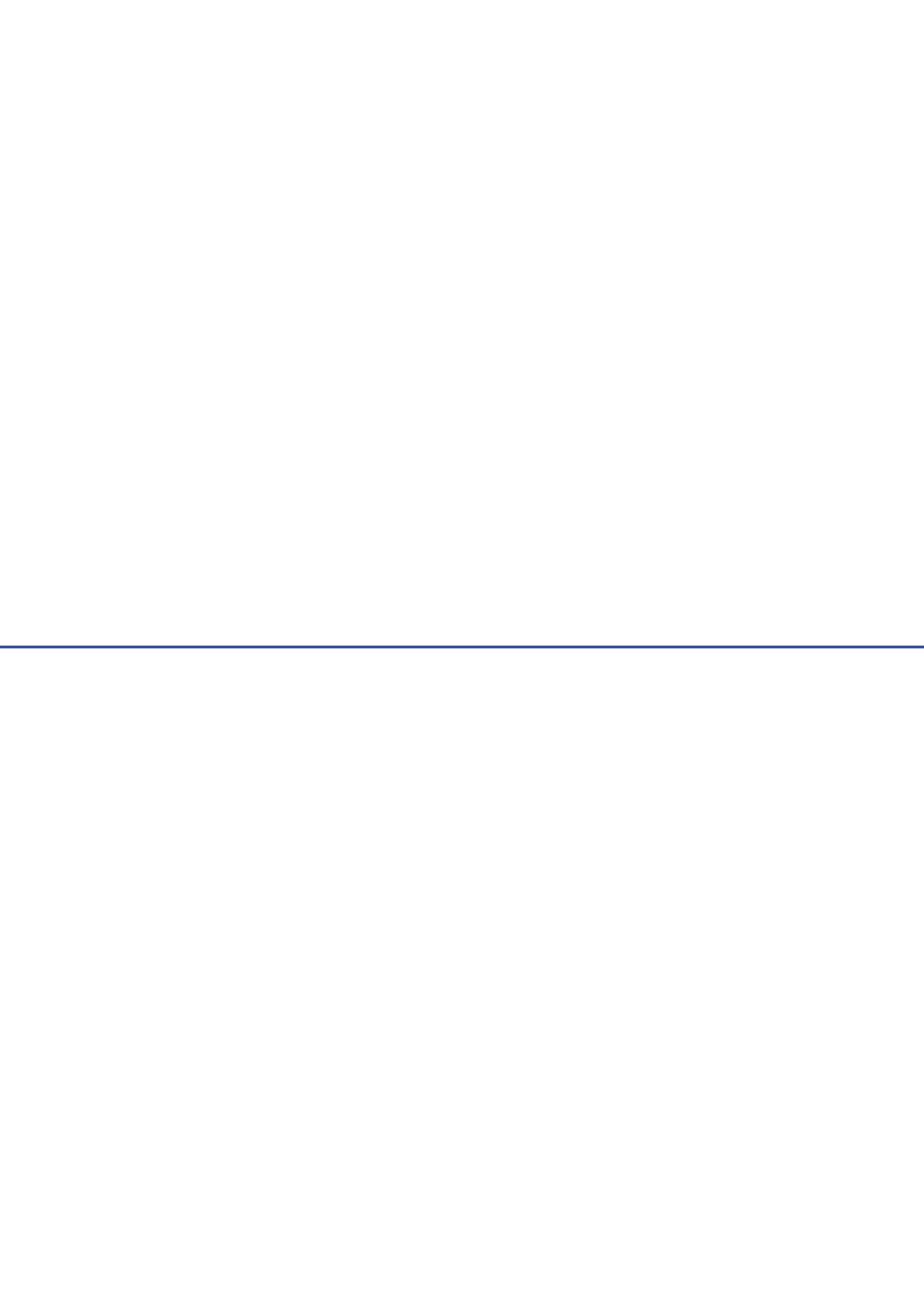
O ICOM-Brasil
e o Pensamento Museológico Brasileiro
documentos selecionados

Volume 1

Maria Cristina Oliveira Bruno
Coordenação Editorial

O ICOM-Brasil
e o Pensamento Museológico Brasileiro
documentos selecionados

Volume 1





O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro

documentos selecionados

Volume 1

Maria Cristina Oliveira Bruno
Coordenação Editorial



Sumário

Apresentação Institucional

Presidente do ICOM-Brasil, 11

Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, 15

Apresentação do Projeto Editorial

Maria Cristina Oliveira Bruno, 18

Parte 1

ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças e reflexões (1946-1993)

Fernanda de Camargo Moro e Lourdes Novaes

1. Por que foi esquecida a Revolução de 1971? Uma reflexão (1996), **25**
Fernanda de Camargo Moro
2. ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças (1946-1993)
Documento de Base: Cronologia do ICOM 1946-1993, **31**

Parte 2

Proposta para uma Política Nacional de Museus (1985), **85**

*Associação de Museólogos da Bahia,
Associação Paulista de Museólogos,
Comitê Brasileiro do ICOM*

Parte 3

Museus e Comunidades no Brasil: realidades e perspectivas (1995)

Introdução, **95**

Postulados Gerais, **96**

Grupos de Interesse – síntese dos relatórios finais, **98**

Componentes dos Grupos de Interesse – I Encontro Nacional
do ICOM-Brasil, **112**

Parte 4

O Comitê de Educação e Ação Cultural (Ceca) e a promoção da educação em museus no Brasil (1996-2009)

Apresentação, **119**

Beatriz Cavalcanti de Arruda

1. Novas estratégias para comunicação em museus, **122**

Adriana Mortara de Almeida (Coord.)

2. Avaliação da educação e ação cultural em museus:
teoria e prática, **125**

Adriana Mortara de Almeida (Coord.)

3. Interpretando a diversidade natural e cultural, **128**

Magaly Cabral (Coord.)

4. O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade, **130**
Magaly Cabral (Coord.)
5. Educação em museus: produto ou processo?, **139**
Denise C. Studart (Coord.)
6. Conceitos que transformam o museu, suas ações e relações, **148**
Denise C. Studart (Coord.)
7. Museus e o patrimônio intangível: O patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural, **158**
Magaly Cabral (Coord.)
8. Parcerias em Educação e Museus, **172**
Magaly Cabral (Coord.)
9. Avaliação das ações educativas em museus brasileiros, **185**
Magaly Cabral (Coord.)
10. Estratégias para trabalhar em conjunto, **200**
Magaly Cabral (Coord.)
11. Os impactos educativos da relação museus e turismo, **205**
Camilo de Mello Vasconcellos (Coord.)
12. Educação em museus em um contexto global: o caso brasileiro, **216**
Camilo de Mello Vasconcellos (Coord.)
13. Museus e harmonia social: convivência na diversidade, **223**
Adriana Mortara de Almeida (Coord.)

Apresentações

Presidente do ICOM-Brasil
Secretário de Cultura do Estado de São Paulo

Apresentação

Atendendo chamado aos 115 comitês nacionais do ICOM (Conselho Internacional de Museus), o Comitê Brasileiro, o Italiano e o Russo apresentaram proposta para organização da 23ª Conferência do ICOM de 2013, respectivamente nas cidades do Rio de Janeiro, de Milão e Moscou. Após preparação de extenso material relatando as condições oferecidas pelas cidades candidatas, visita de comissão do ICOM a essas cidades e apresentações das propostas na reunião do Conselho Consultivo da organização em junho de 2009, recomendou-se pela maioria dos membros para referendo da Assembleia Geral do ICOM, reunida em novembro de 2010 na 22ª Conferência, em Xangai, a proposta brasileira. O Brasil terá a honra e a responsabilidade de sediar, pela primeira vez no país e pela segunda na América Latina, o encontro trienal da organização mais importante no plano internacional que congrega profissionais e instituições museais, em junho de 2013.

Superar propostas de centros tradicionais, reconhecidos pela tradição e riqueza de seus museus e de seu patrimônio cultural, só foi possível pelo momento significativo pelo qual passa o campo dos museus no Brasil. Os signos mais evidentes desse impulso atual podem ser expressos pela adoção da Política Nacional de Museus pelo Ministério da Cultura em 2003 (publicado em 2007) e pela publicação, no início de 2009, da lei que cria o Estatuto Brasileiro de Museus e, em ato legal subsequente, o Instituto Brasileiro de Museus, nova autarquia do Ministério da Cultura. O impulso desse campo no país se expressa ainda pela multiplicação de museus em todo o país nas últimas décadas, pelo forte incremento recente na criação de cursos de formação de museólogos em nível de graduação em todas as regiões brasileiras e na formação do sistema nacional e dos sistemas estaduais e municipais de museus, que vêm promovendo e fomentando um novo cenário de debate e aprofundamento sobre as questões afetas aos museus, em que pesem as diferenças regionais e o potencial de crescimento em todas as áreas.

Teremos desafios a enfrentar: não é tarefa trivial organizar um evento internacional desse porte, muito menos a de preparar a comunidade brasileira de profissionais de museus para participar ativamente e de forma qualificada na Conferência. Os membros do ICOM filiam-se à

organização por meio dos comitês nacionais, mas registram-se em um dos 31 comitês internacionais, organizados em torno de temas escolhidos como relevantes a conjuntos significativos dos próprios membros. A Conferência inclui reuniões dos comitês Executivo e Consultivo do ICOM, mais ligadas à própria organização do ICOM, além da Assembleia Geral. Entretanto, as reuniões organizadas de forma independente pelos comitês internacionais, segundo agenda por eles determinada, com base nas discussões em tela no período em que a Conferência é organizada, são fundamentais. A participação na Conferência significa tomar parte ativa nas reuniões desses comitês, que têm suas organizações, histórias e culturas próprias.

No caso do Comitê Brasileiro do ICOM, o número de membros institucionais e individuais multiplicou-se nos últimos anos, refletindo o papel renovado da organização fundada no Brasil em 9 de janeiro de 1948, pouco mais de um ano após a histórica reunião de fundação do ICOM no Museu do Louvre. Como expressão da inserção dos membros brasileiros do ICOM, podemos lembrar as reuniões anuais ou a participação de comitês internacionais em reuniões aqui organizadas nos últimos cinco anos: museus de arte moderna e contemporânea (Cimam), centros e museus de ciência e tecnologia (Cimuset), museus em casas históricas (Demhist), segurança em museus (ICMS), museus militares (Icomam), formação de profissionais de museus (Ictop) e propaganda e *marketing* em museus (MPR). Soma-se ainda a forte participação de colegas brasileiros em muitos comitês e grupos de trabalho do ICOM, e o crescente reconhecimento do papel do ICOM no Brasil.

Parte importante da estratégia do Comitê Brasileiro do ICOM para a organização da Conferência de 2013 é, portanto, fomentar a reflexão sobre os papéis que o comitê assumiu ao longo destes mais de 60 anos de atividade, tanto no plano nacional como no internacional. Quais terão sido as contribuições do ICOM ao desenvolvimento dos museus no Brasil e, em contrapartida, o que a singular experiência brasileira tem de interesse à comunidade internacional, representada pelo ICOM? Construir estas hipóteses deve permitir comparar o histórico e o momento atual dos museus no Brasil com o cenário global. Esta ponderação

deve permitir também as sínteses adequadas para uma comunicação eficiente e clara de nossas dúvidas e inquietações a nossos colegas do exterior. Pretendemos com esta publicação inaugurar uma série que permita a almejada reflexão sobre o percurso e progresso dos museus brasileiros e seu diálogo com o panorama internacional.

A oportunidade que a parceria do ICOM-Brasil com a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria de Estado da Cultura e a Pinacoteca do Estado de São Paulo nos oferece não poderia ser então mais oportuna e necessária, na documentação, com base em textos históricos, da interlocução do Comitê Brasileiro com o plano internacional.

Devemos a ideia e a organização deste livro à nossa colega Maria Cristina Oliveira Bruno, que redigiu a proposta e acompanhou cada passo de seu desenvolvimento com o empenho e o cuidado conhecidos. Agradecemos a todos os que contribuíram para que esta publicação fosse possível.

É com muita satisfação que apresentamos à comunidade de profissionais de museus brasileiros e a todos os interessados *O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados*.

Outubro de 2010

Carlos Roberto F. Brandão
Presidente ICOM-Brasil (2006-2010)

Apresentação

Ao apoiar o desenvolvimento desta proposta, que visa tornar públicos documentos e textos de referência sobre o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-BR), o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, avança em sua missão de estruturar, fomentar e divulgar ações de excelência na área de museus, que garantam o desenvolvimento das instituições, a valorização do patrimônio e o acesso qualificado do cidadão à cultura.

Registrar a trajetória percorrida pelo ICOM-BR ao longo das seis décadas de atuação é reconhecer e valorizar o papel de mulheres e homens cujo esforço profissional pautou-se pela defesa do patrimônio e pela busca de sua adequada preservação e difusão. São diversas as experiências, reflexões e críticas elaboradas por diferentes agentes atuantes na área de museus no Brasil, que contribuíram e contribuem para o amadurecimento profissional e acadêmico da área. Tais contribuições vêm reforçar também a importância do papel deste Comitê frente ao cenário internacional, que, em algumas áreas específicas do ICOM, é protagonista no encaminhamento de diversas ações e na elaboração de diretrizes que são adotadas aqui e alhures.

Compartilhando o compromisso de apoiar a qualificação e valorização dos museus de São Paulo e do Brasil, em prol da educação, da cultura e da cidadania, a Secretaria de Estado da Cultura, por meio de sua Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico e da Pinacoteca do Estado, convida todos a conhecerem e participarem da trajetória do ICOM-BR.

Andrea Matarazzo

Secretário de Estado da Cultura de São Paulo

Apresentação do Projeto Editorial

Maria Cristina Oliveira Bruno

Projeto Editorial

A partir de convite da Diretoria do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – ICOM-Brasil, no primeiro semestre de 2009, teve início o projeto desta publicação. A intenção desde o início dos trabalhos esteve vinculada à ideia de permitir a divulgação de documentos produzidos ao longo de algumas décadas, os quais evidenciam as rotas percorridas por diferentes gerações de profissionais dos museus brasileiros vinculados ao ICOM.

Após a aprovação da ideia do projeto editorial para esta publicação e a realização dos estudos correspondentes foi possível elaborar uma proposta conceitual para a seleção dos documentos e a organização do livro, com vistas a permitir a divulgação do pensamento museológico brasileiro e suas respectivas interlocuções com o ICOM.

O Conselho Internacional de Museus foi criado em 1946, em especial, para servir de cenário para as interlocuções entre os profissionais de museus de diferentes países e também para desempenhar o papel de agente propulsor de discussões e inovações nesse campo. O Brasil é parte integrante desse processo desde o início de sua trajetória, e as influências recíprocas podem ser constatadas a partir de diferentes pontos de análise. As participações individuais nos diferentes comitês temáticos têm sido importantes e crescentes ao longo dos anos, da mesma forma que a organização de eventos do Comitê Brasileiro vinculados às propostas temáticas do ICOM contribuíram de forma singular para o amadurecimento do campo profissional. A bibliografia referencial produzida mediante distintas iniciativas comprova essas afirmações.

Entretanto, a oportunidade de pensar este livro nos levou a buscar o caminho da contribuição coletiva, aquela que é reflexo da *interlocução*, do compromisso entre pares e que, de uma forma ou de outra, tem refletido o pensamento museológico brasileiro. Esta proposta editorial priorizou, entre múltiplas opções, a seleção de documentos que registram os esforços coletivos.

Nessa busca, encontramos documentos que são o resultado de longos processos com participações dos mais distintos atores do contexto mu-

seológico brasileiro e internacional, outros que evidenciam a urgência da apresentação de propostas para a organização de uma política nacional para o campo dos museus. Mas, também, encontramos documentos que espelham os esforços conjuntos para coadunar as inquietudes brasileiras com os desafios internacionais. Acima de tudo, a nossa seleção levou em consideração a perspectiva de que a divulgação desses documentos representa o reconhecimento de que ao longo da trajetória do ICOM-Brasil foi possível consolidar a *interlocução* como premissa essencial para a atuação do Comitê Brasileiro, a ponto de credenciá-lo a sediar a Conferência Geral de 2013, a ser realizada no Rio de Janeiro.

A partir da compreensão de que a *interlocução* entre países, museus e profissionais é uma premissa essencial para a atuação do ICOM, os textos selecionados para o projeto editorial deste livro evidenciam os momentos em que o Comitê Brasileiro abriu as suas análises e reflexões para uma exposição nacional e internacional. Trata-se de divulgar de forma articulada os textos que sinalizam para os temas que privilegiamos, para os problemas que discutimos e, sobretudo, para os desafios que ainda colocamos em nossas agendas profissionais. Essa seleção também verificou que tais participações internacionais só foram possíveis em função do crescente movimento museológico brasileiro das últimas décadas, com ações regionais e nacionais e com a profissionalização dos museus despontando de norte a sul do país.

A obra está organizada em dois volumes. No primeiro volume, dividido em quatro partes, foram reunidos documentos com características muito distintas. O primeiro documento, “ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças e reflexões (1946-1993)”, apresenta de forma minuciosa o surgimento do Comitê Brasileiro e as suas atividades nas primeiras décadas, sinalizando para múltiplas interlocuções nacionais e internacionais a partir do olhar especializado de Fernanda de Camargo Moro e Lourdes Novaes, às quais agradecemos a generosa autorização para inseri-lo nesta publicação. O segundo documento é uma carta enviada ao Ministério da Cultura que, por um lado, evidencia a aproximação do ICOM-Brasil com associações regionais de profissionais dos museus brasileiros e, por outro, divulga que desde a década de 1980 esses pro-

fissionais já apresentavam reivindicações dirigidas à implantação de uma política nacional para os museus deste país. O terceiro documento, “Museus e Comunidades no Brasil: realidades e perspectivas (1995)”, é o resultado das discussões ocorridas em grupos de interesse durante o 1º Encontro Nacional do ICOM-Brasil, realizado em Petrópolis.

O primeiro volume é finalizado com a apresentação dos textos elaborados por profissionais brasileiros preocupados com as questões educativas, os quais desde 1996 têm se reunido em torno da organização de suas reflexões a partir dos temas propostos pelo Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural (Ceca). Parte desses textos já foi publicada em *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia* do Ministério da Cultura, em seu número 1, de 2004, e, neste sentido, agradecemos ao seu editor, Mário Chagas, por ter autorizado esta nova publicação, organizada por Beatriz Cavalcanti de Arruda, que atuou de forma competente na articulação de todos os textos. Cada um desses textos, por sua vez, contou com um responsável pelas devidas articulações nos diferentes momentos de suas formulações, para os quais também dirigimos os nossos cumprimentos e sinceros agradecimentos pelo apoio a este livro. São eles: Adriana Mortara de Almeida, Magaly Cabral, Denise C. Studart e Camilo de Mello Vasconcelos.

O segundo volume é dedicado integralmente ao seminário “A Museologia Brasileira e o ICOM: Convergências ou Desencontros?”, realizado em 1995, em São Paulo. Compreende a nova publicação do texto “A Memória do Pensamento Museológico Brasileiro Contemporâneo – Documentos e Depoimentos” e a divulgação de extratos das apresentações e dos debates ocorridos nesse evento, o qual registrou um momento singular de interlocução entre os profissionais de museus brasileiros em torno de documentos referenciais da Museologia do século XX.

Ao longo do processo de concepção e organização deste livro, contamos com a colaboração e o apoio de muitos colegas, com os quais pudemos discutir os critérios de seleção dos documentos e o perfil editorial desta publicação. Agradecemos a Natália Sarkis a dedicação na preparação dos originais, e a Ligia Fonseca Ferreira e Ligia Rivello Baranda

a tradução do primeiro documento. Da mesma forma, somos gratos à Cinemateca Brasileira pelos trabalhos de tratamento das fitas com as gravações do evento que está registrado no segundo volume, e a Ana Carolina Vieira pela colaboração dispensada à transcrição e ao resumo das fitas gravadas.

Agradecemos, também, o dedicado trabalho de revisão dos originais, realizado por Armando Olivetti, e ao Claudio Filus por todo o empenho em traduzir as nossas intenções em um cuidadoso projeto gráfico.

Este livro só foi possível graças à confiança depositada pela Diretoria do ICOM-Brasil em nosso trabalho, em especial por Carlos Roberto Ferreira Brandão e Maria Ignez Mantovani Franco, à colaboração prestada por Marcelo Mattos Araujo em diferentes momentos, e ao apoio da Secretaria de Estado da Cultura, que viabilizou a sua publicação.

Esperamos que esta publicação, organizada sob as perspectivas de interlocução entre os profissionais de museus, permita a ampliação do diálogo e sinalize para os desafios que ainda temos pela frente, mas, ao mesmo tempo, possibilite o registro dos caminhos já percorridos por aqueles que têm construído os cenários da Museologia brasileira.

Maria Cristina Oliveira Bruno

Parte 1

ICOM e Brasil
um diálogo: lembranças e reflexões – 1946/1993*

Fernanda de Camargo Moro e Lourdes Novaes**

* Este documento foi localizado por Maria Cristina Oliveira Bruno em pesquisa realizada no Centro de Documentação do Conselho Internacional de Museus, Paris, em 1998, e a tradução foi realizada por Lígia Fonseca Ferreira e Lígia Rivello Baranda.

** Fernanda de Camargo Moro foi presidente do ICOM-BR entre 1976 e 1987, e Lourdes Novais, igualmente, de 1987 a 1993.

1. Por que foi esquecida a Revolução de 1971? Uma reflexão (1996)

Fernanda de Camargo Moro

A nova prática museológica deve estar preparada para o advento de uma cultura realmente responsável.

Stanislas Adotevi, Grenoble, 1971

Minha relação com o ICOM sempre foi de entusiasmo, de fé e de esperança, pode-se até dizer uma relação de amor. Eu acreditava profundamente nesta organização que sempre tentou construir um bom futuro para os museus, ainda que por vezes num sentido inverso.

Essa ligação começou, talvez, um dia, quando muito jovem visitei a sede do ICOM pela primeira vez, acompanhando meu avô, meu primo Bernardes e o embaixador Paulo Carneiro, que visitavam Georges Henri para a idealização que meu avô tinha de um museu para a comunidade dos antigos. Ou mesmo antes, ainda criança no início da década de 1940, quando meus pais reuniram em nossa casa, no Rio, alguns de seus ex-colegas da Escola de Belas Artes com Chauncey Hamlin durante sua viagem ao Brasil. O ICOM ainda era um sonho quando, em nossa casa, Chauncey encontrou, pela primeira vez, o Diretor do Museu de Belas Artes, Oswaldo Teixeira, mais tarde convidado por ele para organizar o Comitê do ICOM no Brasil.

As ideias de um museu aberto à participação de todos, da interdisciplinaridade dos museus e da necessidade de renovação permanente dos conceitos já eram, guardadas as proporções, um tema de discussão naquela época, como eu já tinha visto nas anotações de meu pai. Como arquiteto, ele tinha uma visão diferente daquela dos conservadores quanto à interpretação dos museus: um ambiente cultural onde os objetos-testemunhas podiam seguir, levando e integrando suas próprias mensagens, sem perder o vínculo com seu meio original. Os conservadores, naquela época, preocupavam-se com o objeto enquanto objeto, em geral por sua beleza, sem dar importância ao ambiente de origem, nem

ao museu.¹ Todas essas discussões, ininteligíveis para uma criança, só fui compreender mais tarde, quando encontrei as anotações de meu pai.

Talvez tudo isso tenha contribuído para minha matrícula no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, no Rio, e para minha escolha profissional pela arqueologia e pelo trabalho dedicado ao ICOM, durante muitos anos.

Esse fascínio pelo ICOM foi por mim transmitido a minha colega e amiga dos tempos de escola, Lourdes Novaes, e juntas nos esforçamos por fazer um ICOM no Brasil mais aberto, mais profissional e menos politizado, defeito que sua representação brasileira exibiu cada vez mais, sobretudo depois de 1964.

No início da década de 1970, no Brasil, impus reformas no meu campo de trabalho na Cadeira de Arqueologia do Curso de Museus e em sua relação com os museus de arqueologia e de história. Com Lourdes e Paulo Novaes, trabalhávamos, também, com projetos comunitários de proteção ao meio ambiente e com a construção da história de um bairro: Santa Teresa, no Rio. Era um conceito de museu virtual que as estruturas museológicas do meu país, por razões políticas ou não, não conseguiam compreender.

Naquela época, o ICOM precisava de mudanças profundas que lhe permitissem adequar-se às necessidades de um mundo amplo e intensamente transformado nos últimos anos. Em 1971, o ICOM comemorava seu 25º aniversário e era preciso abri-lo às novas ideias que o museu-instrumento trazia das mais diferentes partes do mundo.

Foi a esperança de um ICOM democrático e mais flexível que me fez mergulhar na “Revolução de 1971”, um acontecimento muito importante, verdadeiro marco para todo o futuro do ICOM.

Hoje, as lembranças daquele tempo levaram-me a fazer, com Lourdes Novaes, anotações que têm como base o documento *Cronologia do ICOM*, enviado pela Secretaria do ICOM, e, em forma de diálogo, somar a ele as lembranças da relação do ICOM com o Brasil, entre 1946 e 1993.

Decidimos encerrar no final de 1993, quando nossos arquivos deixaram de receber informações sobre essa relação.

¹ de Camargo e Almeida, Paulo. *Annotations 1930-1948*, mult. Paris/Rio, 1949.

Nessa *Cronologia*, a “Revolução de 1971” aparece de forma um tanto superficial, mas como fazê-lo de outro modo se as atas da 9ª Conferência são fracas, com muito receio de contar a verdade? É curioso notar como o documento da época e as atas dessa Conferência² escondem, em informações menores, o grande movimento. Essa obstrução deu à Mesa-redonda de Santiago, um movimento de adaptação regional e governamental realizado em 1972, uma dimensão própria da revolução de ideias e de ideais que ocorrera em Grenoble, em 1971. Será melhor relembra-la, agora, quando alguns participantes ainda se encontram vivos!

Estávamos no final do verão de 1971, nos últimos dias de agosto, quando a 9ª Conferência do ICOM iniciou seus trabalhos preliminares em Paris. A comunhão de profissionais de diferentes partes do mundo começou com os encontros especializados em comitês internacionais e prolongou-se nas recepções noturnas dos diferentes museus. Logo ficou visível que faltavam à nossa organização, o ICOM, os mecanismos que permitiriam efetuar essa comunhão. Os diálogos começavam a progredir, mais frios em Paris, mais acalorados nas longas caminhadas juntos pela cidade de Beaune e, ainda melhores e mais ardentes, em Grenoble, onde, após dias intensos de trabalho, todos se reuniam à noite nos cafés repletos de flores: Felinek, Van Schendel, Peter Cox, Ayala Gordon, Philipp Hendy, Geoffrey Lewis, Harry Parker, Sayed Naimi, Ennaiffer Mongi, Bodiél Thiam, Hubert Landais, Luis Monreal, Ferenc Fulep, Pascal Makambila, Naima Bougibar, Grete Mostny, Brian Reynolds, René Marcuse, Amalendou Bose, Maria José Mendonça, Grace Morley, John Kinard, Duncan Cameron, Helmut Leppin, Kenneth Mc Grath, Nathan Stolow, Bachir Zouhdi, Madalena Cabral, Tereza Gomes Ferreira e muitos outros colegas. A secretaria trabalhava muito, Georges Henri circulava por toda parte com entusiasmo, Raymonde Frin e Anne Ęrdos da Unesco passeavam entre nós, entusiasmados com as novas propostas para os museus. Em Grenoble o ambiente estava em ebulição.

A “revolução” começava a lançar suas bases. Hoje, reconheço três ou quatro ações que a alimentavam: os diálogos preparatórios, com uma concentração que deu ensejo à formação de um grupo de reflexão que orientou o manifesto. A conferência de Adotevi, já conhecida, bem

2 “O museu a serviço dos homens de hoje e de amanhã, o papel educativo dos museus”. Atas da 9ª Conferência Geral do ICOM, 1972.

discutida no grupo de reflexão antes de ser proferida, um grito de alerta sobre a incompreensão existente entre os diferentes povos para aceitar a cultura dos outros. Adotevi expressou-se de forma contundente: “Os museus não são feitos apenas para os gauleses brancos”,³ uma frase a ser interpretada de maneira ampla e que não foi proferida com a finalidade de aterrorizar os que a ouviram. A terceira ação foi a circulação de um manifesto, no momento em que Adotevi finalizou sua intervenção, pedindo um viés democrático nos estatutos do ICOM, abrindo-o para uma participação maior de seus membros e, por conseguinte, permitindo as mudanças propostas nas estruturas do museu, transformando-o em verdadeiro instrumento para salvaguardar a cultura. Eram os museus-instrumentos, que somavam uma preocupação social à preocupação cultural e que se propunham a trabalhar com todos os diferentes segmentos da população. Assinado por Helmut Leppin da Alemanha, por Eyo da Nigéria e por mim, brasileira, não representava um movimento restrito a um pequeno grupo. Nós, os signatários do manifesto, tínhamos sobre nossos ombros a responsabilidade delegada pela reflexão e pela esperança de muitos colegas, vindos de todos os continentes. Colegas de que alguns se tornaram amigos, irmãos e irmãs, por toda a vida. A quarta ação foi o apoio às mudanças propostas no manifesto, vindo de muitos membros que estabeleceram um dos mais belos diálogos profissionais já ouvidos.

A Revolução eclodiu com a conferência de Stanislas Adotevi, um choque de realidade existente e complicada.⁴ O manifesto era a solução. Um caminho a ser percorrido que tinha por objetivo mostrar como resolver a situação. E o coro, a discussão entre os participantes durante a assembleia, impulsionou todo o processo para uma solução viável, consequência da aceitação das propostas do manifesto.

O resultado desse conjunto foi o primeiro passo dado em direção à abertura de novos caminhos para o ICOM e, portanto, para os museus e para todo o ambiente museológico.

3 No texto publicado: “criação de uma idade pré-industrial, conservada pelos tiques dos literatos e as inibições dos esnobes, o museu é teórica e praticamente ligado a um mundo (o mundo europeu), a uma classe (a classe burguesa cultivada), a uma certa visão da cultura (nossos ancestrais gauleses e os primos, grandes, dolococéfalos loiros de olhos azuis). Esse mundo está, sem dúvida, desaparecendo, por vezes liquidado pelo rigor interno da sociedade industrial e pelos ataques ferozes de uma história, mas o museu ainda é o lugar da concentração mágica das obsessões empoeiradas de uma classe que sempre acreditou na extensão de seu poder...”

4 Adotevi: “A existência, pelo mundo, de museus vivos, abertos ao progresso, não modifica nada ... O surgimento desses museus que romperam com o caráter museológico tradicional prova, ao contrário, que a instituição está condenada e que ela é contestada pela maioria”.

Talvez somente aqueles que estiveram em Grenoble, na *linha de frente*, possam compreender a profundidade de todo esse movimento e as raízes que ele plantou, as quais permitiram o crescimento do ICOM em muitos setores.

É inacreditável que, por muito tempo, a Revolução de 1971 não tenha sido mencionada. Muitas vezes vi a Mesa-redonda de Santiago, uma das consequências da revolução, muito absorvida pelas necessidades governamentais de certa região, ser tomada como um marco para as reformas, ao mesmo tempo em que a Revolução, o núcleo de tudo, tornava-se velado, intocável, um mistério, como tal, desconhecido ou mal conhecido pelos novos membros e mesmo por alguns dirigentes que pareciam perdidos em sua interpretação do papel de nossa instituição, o ICOM.

Neste 18 de maio, Dia Internacional dos Museus, quando Lourdes e eu encerramos o esboço das “Lembranças do diálogo entre o Brasil e o ICOM” e eu retocava as lembranças de 1971, numa resposta às trocas de mensagens pela internet, um velho amigo inglês, grande personalidade do ICOM, cujo equilíbrio muito contribuiu para a Revolução de 1971, enviou-me uma mensagem lembrando-a.

Uma vez mais, deixei minhas lembranças retornarem...

Vinte e cinco anos haviam se passado. Novos membros, novas mentalidades, novos personagens, novos ideais. A proposta de Grenoble era moderna, verdadeira, necessária, sem envelhecer em seus ideais.

Mas pergunto-me: qual é o balanço de todo esse tempo diante dos ideais de Grenoble?

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1996.

2. ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças (1946-1993)

Documento de base: *Cronologia do ICOM 1946-1993*

As informações que dizem respeito às atividades do ICOM no Brasil, que juntamos às informações enviadas pelo ICOM, referem-se ao período que vai de 1946 a 1993. A primeira parte baseou-se nos arquivos da antiga Onicom, que nos foram abertos, há muito tempo, por Heloísa Alberto Torres (ex-presidente), dos quais temos cópias, nos arquivos do embaixador Paulo Carneiro, entre os documentos brasileiros junto aos organismos ligados à Unesco. Em seguida, referimo-nos às atividades realizadas durante nossas gestões na Amicom-br (Associação dos Membros do ICOM-Brasil), desde sua criação até o final de 1972, e no Comitê Brasileiro, entre 1976 e 1993. Após esse período, citamos apenas informações providas do ICOM.

Este trabalho foi feito na forma de diálogo, utilizando as informações do documento do ICOM, ao qual acrescentamos, em itálico, informações nossas.

Fernanda de Camargo Moro
Lourdes Novaes

1946

Fundação do ICOM – Conselho Internacional de Museus (Paris, nov.) por iniciativa de Chauncey J. Hamlin (Estados Unidos), que se torna o primeiro presidente da organização. *Essa organização foi fundada durante uma reunião no Museu do Louvre (16-20 nov.); é, portanto, anterior à 1ª Conferência da Unesco.*

A Unesco coloca sob a responsabilidade do ICOM e sob a direção de Yvonne Oddon o centro de documentação que se tornará o Centro de Documentação Museográfica Unesco-ICOM. Único banco de dados para os museus de todas as disciplinas existentes no mundo, o centro presta serviços de informação, orientação e pesquisa aos profissionais de museus, aos pesquisadores, à Unesco e aos Estados membros.

Publicação do primeiro número do periódico *Nouvelles de l'ICOM – ICOM News* [Notícias do ICOM], do ICOM.

O Embaixador Paulo Carneiro, delegado do Brasil à Unesco, teve participação muito ativa nas primeiras relações entre o ICOM e a Unesco. Desde os

primeiros passos da Unesco ele lembrava que não devíamos esquecer os museus... Esse entusiasmo do grande cientista brasileiro pelos museus era conhecido e repetido por todos os brasileiros ligados a esse assunto.

O Brasil torna-se, em 1946, um dos membros fundadores do ICOM. Chauncey J. Hamlin, em sua viagem ao Brasil no pós-guerra, já falava de seu entusiasmo pela criação do que mais tarde se tornaria o ICOM. Foi nessa época que ele manteve contato com o professor Oswaldo Teixeira, então diretor do Museu de Belas Artes (Rio de Janeiro) e o escolheu para representar o Brasil na formação do ICOM. O professor Teixeira aceitou, mas, impedido de participar da reunião de criação em Paris, em novembro de 1946, pediu, sob a orientação do embaixador, a um dos funcionários do museu, que vivia em Paris, que o representasse. Há também grande correspondência trocada com Chauncey Hamlin, antes e depois da reunião de novembro de 1946, bem como as confirmações do importante papel do embaixador Paulo Carneiro junto à Unesco para beneficiar o ICOM, o que foi confirmado por Georges Henri Rivière e todos os antigos membros do ICOM e da Unesco. Na correspondência informativa enviada por Hamlin ao diretor-geral da Unesco, Julien Huxley, datada de 21 de novembro de 1946, podemos constatar que, como participantes da América Latina, constavam apenas Brasil, Argentina, Peru, Chile, Haiti e Nicarágua, que se uniam a Austrália, Bélgica, Canadá, Tchecoslováquia, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Índia, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Suécia, Suíça, Turquia, África do Sul, Reino Unido, Irlanda do Norte e Estados Unidos. No princípio do mês de janeiro de 1947, Oswaldo Teixeira iniciou a organização do comitê brasileiro.

1947

Assinatura de um acordo entre a Unesco e o ICOM (2 out.) estabelecendo modalidades de cooperação entre as duas organizações.

De acordo com os documentos de nossos arquivos, em dezembro de 1946, numa carta enviada a Julien Cain, na época diretor da Biblioteca de Paris e vice-presidente do ICOM, Chauncey J. Hamlin refere-se a sua esperança de que em abril de 1947, durante a reunião do comitê executivo da Unesco, onde estaria o diretor-geral doutor Julien Huxley, o ICOM seria reconhecido oficialmente. Mais uma vez o embaixador Paulo Carneiro, delegado do Brasil à Unesco, participa ativamente das negociações, dando apoio ao ICOM junto à Unesco.

Realiza-se a 1ª Assembleia Geral do ICOM (México, 7-14 nov.).

1948

Realiza-se a 1ª Conferência Geral (Paris, França, 28 jun.-3 jul.). Museólogos provenientes de 53 países participam. Criação de doze comitês especializados. Georges Henri Rivière é nomeado diretor do ICOM.

Primeira reunião da Comissão Internacional para Limpeza e Restauração de Pinturas (Londres, Reino Unido, 13-15 dez.).

Estudo jurídico e técnico sobre as trocas e o depósito entre museus, confiado ao professor A. Leroi Gourhan, é o ponto de partida de trabalhos preparatórios solicitados pela Unesco que levarão, em 1976, à adoção, na 19ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, da “Recomendação referente à troca internacional de bens culturais”.

O comitê brasileiro é oficialmente fundado em 9 de janeiro desse ano, e o professor Teixeira é novamente confirmado presidente. Os vice-presidentes são o historiador Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e fundador do Curso de Museologia, a antropóloga Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional (de História Natural), e Alcindo Sodré, diretor do Museu Imperial de Petrópolis. O professor Oswaldo Teixeira indica a professora Heloísa Alberto Torres como candidata a membro do Conselho Executivo do ICOM nas eleições. As reuniões de trabalho acontecerão de 26 de junho a 3 de julho, em Paris, antes da 1ª Conferência Geral do ICOM, em julho. Na assembleia geral o professor Teixeira é confirmado como membro do “Comitê Internacional”, enquanto presidente do comitê brasileiro, e Heloísa Alberto Torres torna-se membro do Conselho Executivo.

1949

Segunda reunião da Comissão Internacional para a Limpeza e a Restauração de Pinturas (Roma, Itália, 12-15 dez.), sob a presidência do professor Cesare Brandi.

1950

Criação do Comitê Internacional do ICOM para as Técnicas Museográficas (Estocolmo, Suécia, 8-13 maio).

Realiza-se a 2ª Conferência Geral (Londres, Reino Unido, 17-22 jul.) com a participação de 31 países dos cinco continentes. Principais temas

tratados: troca de coleções, pessoal de conservação, inventários dos instrumentos científicos, museus e educação, problemas de formação profissional. *A conservadora Regina Real, secretária-correspondente do comitê brasileiro, participa como representante.*

O embaixador Paulo Carneiro e o diplomata brasileiro Carlos Alfredo Bernardes acompanham a visita do dr. Carlos Ferreira D'Almeida ao ICOM para encontrar Georges Henri Rivière a fim de lhe mostrar sua ideia de fundar o Museu da Comunidade dos Antigos da "Casa São Luís para os Antigos", que pertencia à Fundação Visconde Ferreira D'Almeida, situada no Rio de Janeiro.

Criação dos comitês internacionais para os laboratórios e para a documentação.

1951

Reunião da Comissão para Questões Raciais, nos quadros do Comitê Internacional para Museus de Etnografia e de Folclore (Paris, França, 9 jun.), sob a presidência do dr. G. W. Locher.

"Cruzadas dos Museus", organizada pela Unesco e pelo ICOM: ela marca o início de uma tomada de consciência dos conservadores e dos professores, em escala internacional, do papel educativo dos museus. Ações sucessivas levarão, em 1977, à instituição do Dia Internacional dos Museus (18 de maio, celebrado regularmente desde então em muitos países).

1952

Estágio internacional de estudos sobre o papel educativo dos museus no Brooklyn (14 set.-12 out.), organizado pela Unesco em cooperação com o ICOM. Publicação de *Museus e juventude*, por G. Cart, M. Harrison e C. Russell, sob a égide dos comitês do ICOM pela educação e pela juventude.

Fernanda de Camargo e Almeida entrega a Georges Henri Rivière os esboços do Museu da Comunidade dos Antigos que lhe foram deixados pelo dr. Carlos Ferreira D'Almeida antes de sua morte. Eles trabalharam nesse tema durante algum tempo, mas o orçamento da Casa São Luís era insuficiente para a realização do projeto. Apenas mais tarde, em 1958, Georges Henri Rivière vem ao Brasil para participar do Seminário da Unesco e visita a Casa São Luís. A participação

das instituições e dos especialistas não governamentais nesse seminário é quase impossível, os participantes locais não visitam a Casa São Luís, onde Georges Henri está somente com Grace Morley. Os membros da profissão e o comitê brasileiro parecem não compreender esse projeto e, talvez, o julguem muito avançado para a época, uma vez que só conhecem as formas mais clássicas de museu. Mais tarde, o regime militar instaurado em 1964 considerou esse projeto temerário. Georges Henri Rivière passa a se corresponder sobre esse assunto, durante muito tempo, com Fernando de Camargo e Almeida, o que deu ensejo a vários projetos comunitários.

1953

Realiza-se a 3ª Conferência Geral (Gênova, Milão e Bérgamo, Itália, 6-12 jul.). O sr. Georges Salles (França), que sucede ao Sr. Chauncey Hamlin, torna-se o segundo presidente do ICOM. Vinte e quatro países são representados na conferência. Dez comitês especializados debatem, entre outros, estes temas: a arquitetura dos museus e os museus no urbanismo moderno, museus e o progresso científico e técnico, museus de história natural e proteção da natureza, museus e compreensão internacional, os museus de arte moderna a serviço da arte viva.

Conferência sobre os Museus de Arqueologia e de História (Nápoles, jul.). Temas principais: regime internacional das escavações arqueológicas, exposições temporárias colocando em foco a interdependência das civilizações.

Chauncey Hamlin vem ao Brasil em maio, ainda como presidente do ICOM. Durante sua visita, a diretoria do comitê é renovada. O dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Serviço de Proteção do Patrimônio, é indicado e eleito como presidente. Chauncey Hamlin tenta em vão abrir mais o comitê para participação dos museus privados. Essa tentativa de manter o ICOM, no Brasil, sempre no domínio governamental trará muitos prejuízos à profissão e à própria permanência do ICOM.

André Leveillé, presidente do Comitê Internacional para Museus Científicos e tesoureiro do ICOM, pede a Rodrigo Melo Franco o apoio do Brasil para a criação do Dia Internacional dos Museus, que acontecerá em 1956. Assim o Brasil começa a participar desse projeto com a França, o Reino Unido, a Itália e os Estados Unidos.

1954

Conferência internacional sobre o tema “Museus locais e desenvolvimento cultural fora dos grandes centros” (Schaffhouse, Suíça, 7-9 jul.).

Estágio internacional de estudos sobre o papel educativo dos museus (Atenas, Grécia, 12 set.-10 out.) organizado pela Unesco em cooperação com o ICOM.

O bolsista brasileiro convidado pela Unesco é o professor Victor Staviarski, encarregado da ação educativa do Museu Nacional. Essa participação trouxe grande melhora aos conceitos de educação dos museus brasileiros, pois, retornando ao país, o professor Victor Staviarski reformulou a ação educativa do Museu Nacional, que se torna modelo. A conservadora Jenny Dreyfus participa dessa reunião como observadora do comitê brasileiro.

1955

Publicação, com o auxílio da Unesco, de espécimes tipos de zoologia e botânica. Recomendações ao uso de museus de história natural e de museus mistos, por W. E. Swinton.

No Brasil, o comitê nacional reúne-se em 8 de setembro, 23 de novembro e 12 de dezembro. A reunião de 23 de novembro ocorreu simultaneamente à da comissão da Unesco, e a do mês de setembro, durante a qual foi discutida a campanha internacional dos museus, a se realizar no ano seguinte, teve a participação do ministro da Educação e Cultura, professor Abgar Renault. As reuniões foram realizadas com os conservadores para tratar de assuntos referentes ao primeiro Congresso Nacional dos Museus, a ser organizado pelo comitê brasileiro do ICOM, no ano seguinte.

1956

Realiza-se a 4ª Conferência Geral (Basileia, Berna, Zurique, Schaffhouse, Neuchâtel e Genebra, Suíça, 2-9 jul.), com participantes de trinta e cinco países. Temas principais: o museu de história natural no mundo moderno, o problema dos museus históricos em nossa época, instalações modernas de museus técnicos.

Conferência sobre os problemas dos museus no Oriente Médio (Damasco, República Árabe Síria, 23-27 out.), primeiro encontro destinado a desenvolver a cooperação dos museus nessa região.

Primeira campanha internacional dos museus.

O apoio dos membros brasileiros à campanha foi muito grande. O trabalho concentrou-se na segunda semana de outubro. Esse assunto foi discutido também no 1º Congresso Nacional de Museus, organizado pelo comitê brasileiro com o apoio do governo de Minas Gerais. Foi realizado no fim de julho, em Ouro Preto, e teve boa participação profissional. O arquiteto Alcides da Rocha Miranda organizou nessa ocasião, na Escola de Minas, uma exposição sobre a arquitetura brasileira, o que estabeleceu boa relação entre arquitetos e conservadores de museus. Foi o primeiro congresso de museus e de museologia realizado no Brasil e contou com, aproximadamente, cem participantes.

1957

Reunião da comissão do ICOM para as exposições internacionais artísticas (Museu do Louvre, Paris, 2 jul.). Tendo em vista facilitar as trocas de exposições, o comitê decide criar uma etiqueta alfandegária para as obras de arte. Essa medida entra no quadro do Acordo de Florença (adotado pela 5ª sessão da Conferência Geral da Unesco, jul. 1950). Os serviços alfandegários dos Estados membros do Conselho de Cooperação Alfandegária reconheciam a validade dessa etiqueta.

Reunião do ICOM sobre os museus ao ar livre (Dinamarca e Suécia, 5-9 jul. 1950). As diretivas sobre os objetivos e a organização dessa categoria de museus são adotadas pelos participantes de 24 países.

1958

Simpósio sobre os museus, o filme e a televisão, organizado sob os auspícios da Unesco (Bruxelas, Bélgica, 8-11 jul.). Publicação de um manual sobre esse assunto.

Estágio internacional de estudos sobre o papel educativo dos museus (Rio de Janeiro, Brasil, 7-30 set.), organizado pela Unesco em cooperação com o ICOM.

Esse estágio, dirigido por Grace Morley e organizado pelo Ibecc (comissão brasileira da Unesco), recebeu apoio especial da parte do comitê brasileiro. Infelizmente, ficou restrito aos funcionários governamentais e o seu acesso era fechado a todos os que não tinham relação com o governo. Mesmo as solenidades e as festas eram fechadas. Até 1976, essa política seria adotada também pelo comitê brasileiro, na época, nomeado internamente como Onicom. Em 1976 essa fase seria encerrada, e o comitê ficaria livre das “doenças governamentais” de 1976 a 1993.

A preparação e realização de pesquisa sobre a “Regulamentação internacional das medidas mais eficazes para tornar os museus acessíveis a todos”, feita pelo ICOM para a Unesco, é um dos primeiros esforços para propiciar a adoção de medidas visando uma democratização da cultura no sentido mais amplo (recomendação referente à participação e à contribuição das massas populares na vida cultural, adotada pela Conferência Geral da Unesco em sua 19ª sessão, 1976).

Mesmo diante dessa pesquisa feita pelo ICOM, o comitê brasileiro mantém, até 1976, o ICOM inacessível aos profissionais ligados às instituições privadas.

1959

Realiza-se a 5ª Conferência Geral (Estocolmo, Suécia, 1-8 jul.). O sr. Philip Hendy (Reino Unido), sucedendo ao sr. Georges Salles, torna-se o terceiro presidente do ICOM. Trinta países são representados, nove comitês internacionais realizam reuniões de trabalho. Principais temas discutidos: trocas entre museus e exposições internacionais artísticas, pesquisa sobre a profissão ligada ao museu, conselhos para a instalação de museus de ciências e técnicas, papel dos museus de etnografia como instrumentos de pesquisa.

Criação (1º mar.), com a iniciativa da Unesco e do ICOM, do Centro internacional de estudos para a conservação e a restauração de bens culturais (atualmente, Iccrom) em Roma, instituição intergovernamental que se tornará, nesse domínio, um dos principais parceiros da Unesco e do ICOM. Criação da Associação dos Museus da África Tropical (Amat/Mata), afiliada ao ICOM.

Com o apoio do governo de São Paulo, o comitê brasileiro organiza na capital desse estado o 2º Congresso Nacional de Museus (15-20 dez.), no qual são discutidos, em termos nacionais, os temas da 5ª Conferência geral do ICOM. Esse congresso é menor que o anterior e as discussões ficam restritas à “valorização dos objetos”.

1960

O ICOM coopera no lançamento da campanha internacional da Unesco para a salvaguarda dos monumentos da Núbia.

O embaixador e cientista Paulo Carneiro tem papel muito importante no desenvolvimento dessa Campanha e em todo o seu desdobramento.

Estágio regional de estudos sobre o museu-centro cultural, seu papel no desenvolvimento da comunidade (Tóquio, Japão, 30 set.), organizado pela Unesco em cooperação com o ICOM.

Reunião internacional sobre os museus regionais e os museus especializados (Belgrado, Iugoslávia, 18-30 set.).

1961

Reunião internacional do ICOM sobre o tema “Museus e Arquitetura” (Turim, Gênova e Milão, Itália, 23-27 maio). A arquiteta brasileira Carmen Portinho, membro da diretoria do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e criadora da Escola Superior de Desenho Industrial, ligada a Ulm (Alemanha), é convidada pelo ICOM a participar.

Heloísa Alberto Torres, presidente do comitê brasileiro, e o naturalista Paulo de Miranda Ribeiro propõem que o inventário e a conservação dos objetos dos museus sejam o tema de discussão do próximo congresso a ser realizado no Brasil e estudam a possibilidade de convidar especialistas estrangeiros. Este último ponto só será possível a partir de 1976, nas atividades organizadas pela Amicom-br/comitê brasileiro, com o apoio de Mouseion.

1962

Colóquio sobre os problemas dos museus nos países em vias de desenvolvimento rápido (Neuchâtel, 12-15 jun.). A Ata é publicada sob forma de manual.

Realiza-se a 6ª Conferência Geral (Haia, Holanda, 2-11 jul.) com participantes de 22 países. Principais temas estudados: dispositivos contra o roubo de objetos de arte; problemas específicos da conservação de bens culturais nos países tropicais e subtropicais; o papel dos museus

de folclore num mundo em evolução; objetivos dos museus: centro de pesquisa ou lugar de exposições?

No Brasil, o 3º Congresso de Museus é organizado em Salvador pelo comitê nacional do ICOM, com apoio do governo da Bahia, na segunda quinzena de novembro. A organização desse congresso esteve sob responsabilidade da museóloga Lúcia Marques, que, posteriormente, viria a ser uma das participantes ativas do movimento de renovação do ICOM no Brasil, por meio da Amicom-br. Com a ação do comitê brasileiro começam os primeiros passos para assegurar melhores e mais sólidas condições aos profissionais dos museus. Lourival Gomes Machado, vice-presidente do comitê, é convidado pela Unesco para dirigir o departamento cultural e assume, com o embaixador Paulo Carneiro, a responsabilidade de reforçar cada vez mais os laços entre a Unesco e o ICOM.

Em abril de 1962, o cientista brasileiro Paulo Duarte recebe através do ICOM um convite para participar da reunião da Unesco sobre "Os problemas dos museus nos países em vias de desenvolvimento", e não conta com apoio do comitê (Onicom) para sua participação. Os problemas políticos já começavam, e essa grande personalidade do mundo da ciência seria uma de suas vítimas.

Os estatutos do comitê nacional (Onicom) distanciavam-se muito dos estatutos do ICOM. As modernizações que vinham de Paris não eram bem compreendidas. A gestão do comitê, composta inteiramente por funcionários do governo, impossibilitava qualquer modificação. O equilíbrio estatutário entre as duas instituições, ICOM e o comitê brasileiro, só seria restaurada após 1976.

As eleições são realizadas. Heloísa Alberto Torres é reeleita presidente, cargo que ocupará até agosto de 1971.

1963

Reunião de um comitê internacional de especialistas com o objetivo de estudar as medidas a serem tomadas para promover intercâmbios bilaterais de bens culturais (Museu das Artes e Tradições Populares, Paris, 3 jul.).

Reunião mista dos comitês para o tratamento de pinturas e os laboratórios de museu (Leningrado e Moscou, União Soviética, 16-23 set.).

1964

Estágio de estudos sobre o “Papel dos museus na África contemporânea” (Jos e Lagos, Nigéria, 24 ago.-18 set.), organizado pela Unesco em cooperação com o ICOM. O estágio de Jos tende a responder, para a África, aos problemas levantados no colóquio de Neuchâtel (ver 1962).

Participação na campanha mundial contra a fome. Os comitês nacionais do ICOM organizam exposições dedicadas à luta contra a fome.

Colóquio internacional sobre o papel educativo e cultural dos museus (Paris, 23-27 nov.).

As modificações do regime político no Brasil impedem tanto as atividades culturais externas como as internas.

1965

Criação da Fundação ICOM com o objetivo de dar à organização meios financeiros para ampliar as atividades de seus membros (15 jun.).

Realiza-se a 7ª Conferência Geral (Washington, Filadélfia e Nova York, Estados Unidos, 16 set.-3 out.). Pela primeira vez adota-se um tema geral de trabalho: “A formação do pessoal dos museus”. O dr. Arthur Van Schendel, diretor do Rijksmuseum de Amsterdã (Holanda) sucede a *sir* Philip Hendy e torna-se o quarto presidente do ICOM. Georges Henri Rivière deixa a diretoria e torna-se conselheiro permanente; Hugues de Varine-Bohan (França), subdiretor desde 1962, é nomeado diretor do ICOM.

Impossibilitada de comparecer a esse evento, Heloísa Alberto Torres, convidada por James Rocimer, do comitê organizador da 7ª Conferência, indica para representá-la um dos vice-presidentes do comitê brasileiro, que já havia pedido uma bolsa, oferecida pelo comitê brasileiro do ICOM, para cobrir seu dia na Conferência.

No Rio de Janeiro, o comitê organiza com o apoio das comunidades locais o 4º Congresso dos Museus. Esse congresso, de grande esplendor, recebeu um número muito expressivo de participantes não somente por se realizar na

cidade onde se concentrava a maioria dos museus e dos conservadores do país, mas também por haver ali, na época, o único curso de museologia do país. O 5º Congresso realizou-se em 1970, em Petrópolis, mas este evento já não pertenceu ao ICOM, uma vez que essa atividade havia passado para as mãos da Associação Brasileira de Museologia.

1966

Realiza-se o 7º Estágio Regional de Estudos sobre o “Papel dos museus na comunidade” (Nova Déli, Índia, 31 jan.-28 fev.), organizado pela Unesco em cooperação com o ICOM. Vislumbra-se a criação de uma agência regional do ICOM na Ásia.

Colóquio sobre a conservação dos objetos de madeira nos museus (18-23 abr.), organizado em Dacar (Senegal), pelo Amat/Mata e pelo ICOM.

1967

Reunião de especialistas para uma etnologia de urgência: “Desenvolvimento coordenado dos museus e da pesquisa científica” (Bagdá, Iraque, 1-6 abr., organizada pelo comitê do ICOM para os museus de etnografia). Criação da Agência Regional do ICOM no Sul e no Sudeste da Ásia. Sua diretoria é confiada à dra. Grace McCann Morley.

Os comitês para os laboratórios de museus e para o tratamento das pinturas fundem-se e ganham o título de Comitê Internacional do ICOM para a Conservação (Bruxelas, Bélgica, 6-13 set.).

Lançamento da segunda campanha internacional de museus (1º out.). Reunião de um grupo de especialistas sobre a formação do pessoal dos museus na Europa (Brno, Tchecoslováquia, 20-21 out.), primeira tentativa de tornar a museologia reconhecida como disciplina universitária.

Em seu programa de viagem na América Latina, Hugues de Varine-Bohan, que sucedeu a Georges Henri Rivière na diretoria do ICOM, visita o Brasil no mês de fevereiro. Essa visita traz novo impulso ao mundo dos museus, mas, como o setor cultural do país continua fechado às novas propostas e às inovações, é impossível realizar atividades privadas ou delas participar.

1968

Reunião do comitê para a educação e a ação cultural sobre o tema: “O papel dos museus na educação e ação cultural” (Leningrado e Moscou, União Soviética, 14-21 maio).

Realiza-se a 8ª Conferência Geral (Colônia e Munique, República Federal da Alemanha, 29 jul.-9 ago.), com os participantes de 65 países, sobre o tema: “Museus e Pesquisa”.

Alguns membros brasileiros – na qualidade de personalidades – sem vínculo algum de trabalho oficial com os organismos governamentais são convidados a participar dessas duas reuniões. Na primeira, pretendem apresentar o projeto do Museu da Comunidade dos Antigos, ainda uma ideia; na outra, os programas que acabavam de ser definidos na cadeira de arqueologia do Curso de Museologia. O comitê brasileiro reúne-se e impede essa participação.

Colóquio internacional sobre o museu e o novo público (Cracóvia, Polônia, 18-24 set.), tendo como objetivo principal definir o conceito “Novo público dos museus” nos diversos sistemas sociais e nas diferentes esferas culturais. Colóquio sobre a arquitetura dos museus, organizado pelo ICOM com a participação da União Internacional de Arquitetos (UIA), na Cidade do México (8-14 dez.).

A 8ª Conferência dos Museus tem participação restrita aos funcionários governamentais. Toda participação externa é proibida.

1969

Estágio piloto organizado pelo ICOM, destinado aos jovens conservadores e assistentes de museus de três países francófonos: França, Bélgica e Suíça (Bruxelas, Paris e Neuchâtel, jan., fev., nov.).

Publicação do primeiro volume dos *Anais*, “Museu, educação, ação cultural”, publicação que se tornará, posteriormente, *ICOM Educação*.

Publicação do primeiro volume da *Bibliografia museológica internacional*. Colóquio internacional sobre os museus no mundo atual, organizado pela Unesco em cooperação com o ICOM (Paris, 24-28 dez.).

1970

Reunião de um comitê de especialistas nomeados pelo Conselho Executivo do ICOM para o estudo das regras éticas de aquisição dos museus (Paris, França, 8-10 abr.). O comitê decide adotar um código ético profissional no campo das aquisições. Em outubro do mesmo ano, a Conferência Geral da Unesco, em sua 16ª sessão, adota o texto da “Convenção internacional sobre as medidas a serem tomadas para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedade ilícita de bens culturais”.

Hugues de Varine-Bohan liga-se aos membros brasileiros através de Fernanda de Camargo e Almeida, que lhe foi apresentada por Georges Henri Rivière e Paulo Carneiro. Varine-Bohan interessa-se muito pelos trabalhos que estão sendo feitos fora da esfera governamental, no Brasil. A partir desse momento, os caminhos do ICOM começam a ser abertos para um Brasil ainda mais sofrido por consequência dos governos militares e da continuação da mentalidade fechada do comitê.

Em Paris, Philip Hendy discute com Hugues de Varine-Bohan e Fernanda de Camargo Almeida a importância de uma maior abertura para os profissionais brasileiros, causa à qual dá todo seu apoio, sendo seguido por Arthur Van Xavier de Sallas e Jan Jelenik.

Durante o inverno de 1970/1971, Fernanda de Camargo e Almeida torna-se estagiária no ICOM, em Paris. Hugues de Varine-Bohan e os conselheiros permanentes Georges Henri e Yvonne Oddon dão todo o apoio, sendo seguidos por Paulette Olcina e Anne Raffin, no Centro de Documentação, e por todo o secretariado, entre outros, Sabina de Carné (depois, de Valence), Alessandra Bochi, Anne de Rougemont e Béatrice de Chauliac.

1971

Realiza-se a 9ª Conferência Geral (Paris e Grenoble, França, 29 ago.-10set.) sobre o tema “O museu a serviço do homem de hoje e de amanhã. O papel educativo e cultural dos museus”. Cinquenta países são representados. O dr. Jan Jelinek (Tchecoslováquia) sucede a M. A. Van Schendel e torna-se o quinto presidente do ICOM.

O ICOM aceita diretamente como membros seis profissionais brasileiros qualificados, cinco dos quais não eram funcionários do governo. Desse modo,

começa a surgir a possibilidade de uma participação mais democrática na 9ª Conferência Geral. Renato Soeiro, diretor do Instituto do Patrimônio do Brasil, é escolhido como membro do Conselho Executivo.

A abertura ao diálogo entre os membros foi a tônica dessa conferência. Os participantes vindos dos países em vias de desenvolvimento fazem um movimento unido e de grande importância para a transformação dos museus: Bodiel Thiam e Salim Dihop do Senegal, Pascoal Makambila do Congo, Sayed Naimi do Irã, Naima Boujibar do Marrocos, Fernanda de Camargo e Almeida do Brasil, Adotevi de Benin. A conferência de Adotevi foi de grande importância para a abertura, seguida do Manifesto de Grenoble, um manifesto que propunha a democratização mais ampla do ICOM e uma visão mais extensa e moderna para os museus. Esse documento foi assinado por Helmut Leppin, Ekpo Eyo e Fernanda de Camargo e Almeida, com as palavras de Adotevi e o apoio expressivo das mais importantes personalidades do mundo dos museus – Helmut Leppin, da Alemanha; Duncan Cameron, do Canadá; Kirian Mc Grath, dos Estados Unidos, também presidente da AAM; Geoffrey Lewis, do Reino Unido; Nathan Stollow e Barrie Reynolds, do Canadá, entre outros, alavancaram a chamada Revolução de 1971.

Durante a conferência, Georges Henri Rivière entusiasma-se muito com os trabalhos sobre a comunidade diante de seu ambiente, o chamado Projeto Pandora, criação do grupo Cepi do Brasil, futuro Mouseion/Brasil. Esse projeto referia-se ao bairro de Santa Teresa (na cidade do Rio de Janeiro) e tinha o perfil de um museu ao ar livre, cheio de vivacidade e participação comunitária, tendo em mãos a proteção de um ambiente integrado. Mais tarde, esse trabalho recebeu um prêmio do Salão da Eletrobrás, do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, como “Museu Conceitual”, projeto bem próximo do conceito de ecomuseu, que Georges Henri Rivière apresentaria em Grenoble.

Fernanda de Camargo e Almeida torna-se o primeiro membro ativo vindo da América Latina a ser aceito no Comitê de Arqueologia e de História (Icmah). No Brasil, alguns dias antes da Conferência, as eleições para a diretoria do comitê brasileiro realizam-se sem o conhecimento da maioria dos membros. O novo presidente, Gerardo Câmara, que acaba de ser nomeado diretor do Museu Histórico Nacional, impossibilitado de participar da Conferência, indica um representante entre os novos funcionários governamentais que fazem parte da diretoria do comitê. Esse representante, que estava ausente das sessões de trabalho da Conferência, não compreende as propostas do Manifesto de Grenoble. Como julga essa uma atividade de ordem política, ele acusa oficialmente de subversão às autoridades brasileiras o membro brasileiro que havia assinado o manifesto.

Nesse momento começa uma perseguição terrível a esse membro, que perde seu cargo de professor titular na Universidade.

Esse tipo de atitude torna-se frequente no Brasil durante o período da ditadura e, como consequência, traz enormes malefícios ao país. Porém, essa posição fortalecerá o trabalho dos profissionais de iniciativa privada, criando fortes correntes de uma nova museologia que faz oposição à museologia retrógrada das organizações oficiais.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) será, entretanto, o lugar da democratização mais lenta no Brasil.

1972

Mesa-redonda sobre a importância e o desenvolvimento dos museus no mundo contemporâneo, organizada pela Unesco em cooperação com o ICOM (Santiago, Chile, 20-31 maio).

Esse evento baseou-se nas aberturas e nas novas ideias desenvolvidas pelos profissionais que haviam participado em Grenoble, levadas ao nível governamental pela Unesco, com apoio do ICOM. A Mesa-redonda de Santiago foi realmente um ato de reconhecimento, pelos governos da região, das novas propostas profissionais. Infelizmente, a representante do governo brasileiro (Iphan), nessa reunião, votou contra os progressos propostos, por desconhecimento dos novos ideais do ICOM.

Colóquio internacional sobre os problemas de segurança nos museus (Saint-Maximin, França, 28 maio-1º jun.). O ICOM decide publicar um manual sobre esse tema.

O 1º Congresso de Amigos de Museus do mundo (Barcelona, Espanha, 19-23 jun.) reúne, nessa ocasião, 145 sociedades de Amigos de Museus. Colóquio internacional sobre o tema “Museus e meio ambiente”, com a iniciativa do Ministério francês do Meio Ambiente e do comitê nacional francês do ICOM (Bordeaux, Istres e Lourmarin, França, 25-30 set.). O museu deve buscar uma simbiose total com a comunidade a que ele atende. Um novo tipo de museu específico do meio ambiente, que terá o nome de Ecomuseu, é definido. No âmbito de sua campanha pela ética das aquisições, o ICOM reúne especialistas sobre a proteção do patrimônio cultural do sudeste asiático (Malaca, Malásia, 12-13 dez.).

Simpósio sobre o papel dos museus na educação dos adultos, tendo em vista o desenvolvimento do sudeste asiático (Malaca, Malásia, 14-17 dez.).

No fim de agosto e no início de setembro, o Comitê de Arqueologia e de História (Icmah) reúne-se em Chipre, e Fernanda de Camargo e Almeida apresenta como um dos keynote speakers o tema sobre o controle do tráfico ilícito dos bens culturais. No fim do mês, ela participa em Paris, convidada por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine, das reuniões preparatórias da Conferência de Lourmarin, e trabalha com documentação museográfica no centro do ICOM com Yvonne Oddon, o que fará em Paris, e depois no sul da França, até a morte de Yvonne.

Três membros brasileiros do comitê de Conservação – Hersília Vianna, Fernanda de Camargo e Almeida e Sérgio Guimarães Lima – participam da reunião desse comitê em Madri e Toledo.

Em novembro, o Projeto Pandora “Santa Teresa, um museu ao ar livre”, já com o perfil dos ecomuseus, por sugestão de Georges Henri Rivière, é convidado a se apresentar na reunião do Ceca, em Amsterdã, por seu membro, Fernanda de Camargo e Almeida.

As propostas de Lourmarin são levadas ao Brasil pelo Grupo Cepi, que organiza uma reunião sobre o assunto. Diante dos problemas administrativos e profissionais e da estagnação do comitê brasileiro, alguns membros do ICOM associam-se e fundam a Associação de Membros do ICOM (Amicom-br), que representava uma nova força de trabalho de caráter específico e que tinha por objetivo a expansão e a difusão de novos conceitos estabelecidos em Grenoble e em outras reuniões. Muitos membros ligam-se a esse grupo e o seu trabalho começa a se difundir por todo o país. Mesmo Gerardo Câmara, presidente do comitê brasileiro, começa a participar de algumas das atividades. Deste modo, a vanguarda museológica do Brasil é liderada pelo Grupo Cepi, que depois se transforma em Mouseion – Centro de Estudos Museológicos e de Ciências do Homem e do Meio Ambiente, e pela Amicom-br.

1973

Estabelecimento das “Diretrizes para a redação de um contrato de empréstimo”, pelo grupo de trabalho “Seguros”, criado em 1971. Essas diretrizes serão adotadas em 1974 pelo comitê de especialistas convocados pela Unesco para estudar os “seguros e outras formas de cobertura dos riscos sofridos pelas obras de arte”.

Em fevereiro, a convite da Amicom-br e com apoio da direção do ICOM, o vice-diretor desse órgão, Norman Pegden, vem ao Brasil para o início dos trabalhos do Amicom-br e também para participar de reunião da Amab (Associação dos Museus de Arte do Brasil), organizada pelo Museu de Arte Moderna de Campina Grande, na Paraíba. Grande parte da diretoria da Amab praticamente desconhecia o ICOM. O relatório sobre as novas atividades do ICOM era ouvido com surpresa por seus dirigentes. Como consequência, muitos participantes pediram que a Amicom fosse integrada à Amab.

Em abril reúne-se, pela primeira vez, em Quito (Equador) a Alam, Associação Latino-Americana de Museus, fundada com apoio do ICOM e deste grupo de profissionais: Alicia de Reichel (Colômbia), Grete Mostny (Chile), Mário Vazques (México), Hernan Crespo Toral (Equador), Marta Arjona (Cuba), Ligia Costa Brasil e Fernanda de Camargo e Almeida, da Amicom-br (Associação de Membros do ICOM). Durante essa reunião criou-se o boletim do Alam, nomeado Alamandino.

Em maio o presidente da Amicom é convidado pela Associação de Museus de Arte do Brasil (Amab) para representar as ideias do ICOM em reunião no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

A Amicom-br e o grupo Cepi continuam suas experiências envolvendo museu, meio ambiente e comunidade. A convite da dra. Nise da Silveira, o arquivo das Imagens do Inconsciente, nomeado Museu das Imagens do Inconsciente, recebe tratamento museológico e uma proposta segundo a nova ótica museu-comunidade, para seu trabalho com os doentes mentais do Centro Psiquiátrico Pedro II (Rio de Janeiro), onde o museu está instalado. Com apoio do Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) inicia cursos intensivos de treinamento, de acordo com as novas propostas da museologia.

Em junho, durante a reunião anual do ICOM, o comitê consultivo, de acordo com o Conselho Executivo, vota para que Fernanda de Camargo e Almeida, presidente da Amicom-br, torne-se membro desse Conselho na condição de representante de membros associados do Brasil. A Amicom-br trabalhará em nome do Brasil para dar o apoio necessário ao ICOM, após a crise de junho de 1973.

A reunião do Icmah, em junho, e do Ceca, em outubro, ambas na Hungria, contam com a presença de Fernanda de Camargo e Almeida. Ela também participa do Congresso de Arqueologia clássica, realizado em Ancara e Esmirna, onde é recebida com Louis Valensi, da França, e Jan Jorg Kelner, da Alemanha, membros do Icmah, numa homenagem do presidente do comitê turco, Raci Bei Temizer, no ICOM.

1974

Publicação de uma compilação de legislações nacionais sobre a proteção do patrimônio cultural, resultado dos esforços empreendidos pelo ICOM desde 1970 para denunciar o tráfico ilícito de bens culturais e encorajar os museus a se oporem a essa prática, difundindo amplamente os textos nacionais que regem a proteção do patrimônio.

O ICOM prepara, para ser entregue à Unesco, um estudo sobre os aspectos técnicos, jurídicos e administrativos da troca de objetos e espécimes originais entre instituições de diferentes países (15 mar.). Esse estudo servirá como base de discussão para os especialistas governamentais encarregados de elaborar em 1976 a "Recomendação relativa ao intercâmbio internacional de bens culturais".

No Brasil, a Amicom-br prepara e envia ao ICOM uma compilação sobre as leis e as instituições brasileiras voltadas a esse tema.

Realiza-se a 10ª Conferência Geral (Copenhague, Dinamarca, 5-14 jun.). Tema: "O museu e o mundo moderno", com participação de 62 países. Nomeação de Luis Monreal (Espanha) ao posto de secretário-geral do ICOM, substituindo Hugues de Varine-Bohan. A assembleia geral adota novos estatutos para o ICOM. Mais democrática, a estrutura adotada permite uma participação mais ampla dos membros da organização em suas atividades.

Consequência imediata: registra-se crescimento significativo do número de afiliados.

A presidente da Amicom-br, Fernanda de Camargo Moro (de solteira Camargo e Almeida), na qualidade de representante dos membros associados do Brasil e, enquanto tal, membro do comitê consultivo, participa ativamente dos trabalhos preparatórios em Copenhague. Essa nova estrutura havia saído do manifesto de Grenoble. Lourdes Novaes torna-se membro do Cidoc (Comitê Internacional para a Documentação); Gerardo Câmara, do Ictop, e Conceição Piló, do Ceca.

Durante a Conferência Geral, a convite do Ministério da Saúde da Dinamarca, Lourdes Novaes apresenta nesse ministério o trabalho realizado pela Amicom-br e pelo Cepi no Museu de Imagens do Inconsciente. Fernanda de

Camargo Moro, membro do Icmah, apresenta um trabalho sobre o Ateliê de História na reunião de Roskilde, Dinamarca, e o projeto do Museu de Ciências e Tecnologia do Rio (elaborado por Lourdes Novaes, Gabriela Pantigoso e Fernanda de Camargo Moro) em Helsingor.

O ICOM elege como membros do Conselho Executivo personalidades de grande importância intelectual no mundo dos museus, entre outros: Sid Ahmed Baghli, Franco Russoli e Ferenc Fulep.

Conrad Wise, da Diretoria de Museus da Unesco, convida a Amicom-br para trabalhar no tema “Museus de Ciências do Homem”, parte do Tratado de Museologia que seria publicado pela Unesco. O trabalho feito pela Amicom-br é aprovado por Georges Henri Rivière e pela Comissão do Tratado de Museologia. Mais tarde, a Unesco daria uma cópia desse trabalho a Kenneth Hudson, que o utiliza como uma das fontes para seu livro Museus dos Anos 80.

A Unesco envia Fernanda de Camargo Moro em missão a El Salvador para implantar um projeto desenvolvido segundo a proposta da Mesa-redonda de Santiago do Chile. Por solicitação de Carlos de Sola, Secretário (Ministro) da Cultura e participante da Mesa-redonda de Santiago, e com o acordo do ICOM, ela apresenta aos demais ministros de El Salvador as propostas do ICOM e sua importância para o desenvolvimento cultural.

1975

Realiza-se a 4ª Conferência Trienal do Comitê para a Conservação (Veneza, Itália, 13-17 out.), reunindo quase quatrocentos participantes. As comunicações apresentadas nessa ocasião aparecem pela primeira vez sob forma de publicação, em três volumes.

Seminário sobre a formação do pessoal técnico dos museus (Barcelona, Espanha, 20-24 out.).

A Amicom-br organiza com o Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, um seminário comemorativo do Ano Internacional da Mulher e dá seu apoio ao 1º Encontro de Museus de Bagé (Rio Grande do Sul), preparando seu programa científico e levando sua experiência e uma série de publicações sobre estes temas: nova museologia, documentação, segurança, museus de história e museu e comunidade. Organiza, também no Real Gabinete Português de Leitura (Rio de

Janeiro), cursos de treinamento e reciclagem em museologia, museografia, ação educativa, arqueologia de Portugal e princípios gerais de arqueologia. Organiza uma reunião sobre a pesquisa do comportamento do visitante de museu e um programa intensivo de formação para os jovens sobre o patrimônio cultural e a museologia, o que dá lugar ao primeiro curso da Escola São Bento (Rio de Janeiro).

Publicação dos Anais da Amicom-br.

Fernanda de Camargo Moro, presidente da Amicom-br e membro do comitê de conservação, participa da reunião anual desse comitê em Veneza e estabelece as primeiras gestões para a visita ao Brasil dos especialistas Gaël de Guichen, Jaqueline Thiebaut e professor Agrawal. Com Giovanni Moro, membro do International Committee for Museum Security (ICMS), ela participa da reunião desse comitê em Monvillargène.

O grupo Cepi transforma-se em Mouseion – Centro de Estudos Museológicos e de Ciências do Homem, e apresenta uma série de programas científicos que transcorrem durante cinco anos. Georges Henri Rivière os aprecia muito e, até sua morte, dez anos depois, solicita periodicamente um feedback sobre eles.

A presidente da Amicom-br participa como observadora das reuniões do Conselho Executivo e do comitê consultivo do ICOM em Paris.

*A Amicom-br organiza o programa e guia a visita de Kenneth Hudson ao Brasil, dando-lhe subsídios para a publicação *Museums of the World* e, a pedido da Unesco, deixa à disposição os textos da pesquisa sobre os *Museus de Ciências do Homem*.*

1976

Criação do Comitê Internacional do ICOM para as Relações Públicas nos Museus (25 jun.).

Dois comitês internacionais estudam a necessidade de uma descentralização cultural: em Bolonha, na Itália (7-11 jun.), o Comitê Internacional para Museus e Coleções de Arte Moderna discute “Centralização, descentralização dos museus de arte moderna”; em Umea, Skelleftea e Vilhemina, Suécia (11-19 set.), o Comitê Internacional pela Educação e pela Ação Cultural estuda “O papel do museu numa política cultural de descentralização”.

Reunião sobre “Os métodos modernos de inventário dos bens culturais mobiliários”, organizado pela Unesco em cooperação com o ICOM (Barcelona, Espanha, 4-8 out.).

A Unesco, na 19ª sessão de sua Conferência Geral (Nairóbi, Quênia, out.), propõe a criação de um centro internacional de documentação sob coordenação do Centro Unesco-ICOM e do Centro Unesco Icomos. O ICOM solicita a dois especialistas que estudem a viabilidade desse projeto.

Realiza-se a 1ª assembleia regional dos comitês nacionais asiáticos do ICOM (Teerã, Irã, 13-18 nov.).

Conferência internacional de especialistas encarregados de estudar os problemas das reservas de museu, organizada pelo ICOM e pela Unesco, sob os auspícios do comitê nacional americano do ICOM e da AAM/ICOM (Washington, Estados Unidos, 13-16 dez.).

Mouseion e Amicom-br são convidados por Georges Henri Rivière para participar da Reunião do Ictop (ICOM International Committee for the Promotion of University Education for Museum Workers, o comitê de formação profissional) em Paris, em abril de 1976. Os programas da Amicom-br/Mouseion, cujo objetivo principal era a descentralização da formação, são apresentados e aprovados. A presidente da Amicom-br discute a necessidade da criação de um comitê especializado em museologia. A ideia é estabelecer a epistemologia da museologia. Uma ideia geral sobre o tema “epistemologia da museologia” é apresentada a Georges Henri Rivière e a Jan Jelinek, presidente do ICOM.

No fim do ano, o comitê brasileiro do ICOM reformula seus estatutos. Realizam-se eleições gerais e uma nova diretoria é eleita. Esta começa a trabalhar diretamente com a Amicom-br, através de um acordo estatutário. Fernanda de Camargo Moro é eleita presidente, Lourdes Novaes é a secretária-geral, Lúcia Marques a segunda secretária, Gabriella Pantigoso e Solange Godoy são as tesoureiras. Essa novidade é bem recebida pela diretoria do ICOM, que envia farta correspondência de encorajamento. O comitê começa a funcionar na sede da Amicom-br/Mouseion, no Leblon, Rio de Janeiro.

O programa da nova diretoria do comitê, baseado nos novos Estatutos, abre as portas do ICOM democraticamente aos profissionais dos museus. Isso permite que os profissionais se inscrevam na sede do comitê brasileiro como membros do ICOM, independentemente de serem ou não funcionários do governo. O comitê

não aceita mais que o pagamento das cotizações anuais seja feito pelo governo, como outrora, mas pelos próprios membros individualmente, dando-lhes melhor opção e escolha de participação. Os pagamentos são atualizados no ICOM, o que permite maior segurança aos membros. Para permitir que os membros participem de todas as reuniões no Brasil e no exterior, elas passam a ser comunicadas, neste último caso expondo suas experiências ao retornarem ao país. Uma série de reuniões e seminários é programada e aberta a todos os profissionais. A dita "oficialização" do ICOM, disfarçando uma instituição internacional não governamental (ONG) como organismo governamental, terminou. Os membros começam a se inscrever, de todas as regiões do país. Os privilégios acabaram e os subsídios governamentais que estavam restritos aos funcionários do governo começam a modificar-se e a chegar como bolsas de apoio científico difundidas aos profissionais. Uma nova fundação, a Funarte (Fundação Nacional das Artes), é criada e traz auxílio aos novos projetos, abertos democraticamente aos participantes provenientes de todas as regiões e origens. A Funarte auxiliará muito na democratização dos seminários internacionais organizados pela Amicom-br/Mouseion e pelo comitê brasileiro do ICOM. A Amicom-br e o comitê brasileiro formam o ICOM-BR, com proposta de trabalho devidamente registrada.

Gerardo Câmara, ex-presidente, integra também a diretoria do comitê brasileiro, fato que se torna praxe até 1993.

O ministro da Educação e Cultura indica três especialistas para fazer um diagnóstico dos museus brasileiros e para propor soluções. São eles: Edson Motta, Clarival do Prado Valadares e Fernanda de Camargo Moro, os quais propõem um sistema nacional flexível para a estrutura técnica dos museus brasileiros. Essa estrutura baseia-se numa adaptação, para o Brasil, das mais modernas propostas do ICOM.

Três membros da diretoria e do conselho da Amicom-br/Mouseion, membros dos comitês do ICOM para a conservação, documentação e segurança, participam em Roma do curso do ICOM sobre prevenção e segurança nos museus. Transformados em agentes multiplicadores desses temas, eles divulgam pela primeira vez no Brasil essas questões até então mal conhecidas.

Membros da diretoria do comitê brasileiro são eleitos pela nova diretoria da Associação Brasileira de Museologia.

A Amicom-br e o comitê brasileiro participam do congresso da Amab em Brasília e do Encontro de Museus de Minas Gerais. Em Brasília, a Amicom-br apresenta o projeto de um sistema para os museus brasileiros de arte.

A Amicom-br/Mouseion e o comitê brasileiro organizam e ministram estas formações: treinamento e reciclagem em museologia para 56 diretores de museus oriundos de diferentes regiões do país sobre museologia e museografia aplicadas, para alunos do último ano do curso de museologia da Universidade da Bahia, no Museu de Arte Sacra (Universidade Federal da Bahia); curso sobre museologia e ciências do homem para conservadores de museus no Arquivo Nacional; curso sobre um museu comunitário com perfil de ecomuseu para a cidade de Niterói, buscando estabelecer um programa de base para a proteção cultural e do meio ambiente da cidade; curso sobre um museu comunitário para a cidade de Salvador a convite do Museu da Cidade de Salvador, tendo como objetivo a formação de uma equipe especializada em ação educativa e cultural para um programa especial sobre o papel social do museu, sobre a necessidade e diferentes modalidades de proteção do patrimônio cultural da cidade de Recife, com o apoio do Iphan e da Escolinha de Arte do Brasil.

Membros da diretoria da Amicom-br e do comitê brasileiro participam do exame no concurso para agentes culturais do Arquivo Nacional (MJ/DASP). De novembro a janeiro, a presidente do comitê, em missão pela Unesco em Trinidad e Tobago, propõe a Sheila Solomon, da Comissão Nacional da Unesco, a criação de um comitê nacional do ICOM em Port of Spain. Em dezembro, a presidente do comitê participa da 1ª Reunião Sobre as Reservas dos Museus, em Washington, a convite da Smithsonian Institution e da Unesco.

1977

Realiza-se a 11ª Conferência Geral (Leningrado e Moscou, União Soviética, 18-22 maio) sobre o tema: “Museus e trocas culturais”. Mais de mil e quinhentos participantes vindos de 89 países assistem aos trabalhos. O sr. Hubert Landais (França) sucede ao dr. Jan Jelinek e torna-se, assim, o sexto presidente do ICOM. Dois comitês internacionais são criados: o Comitê para a Museologia e o Comitê para Museus de Literatura. Dentre as resoluções adotadas, destaca-se a instauração do Dia Internacional dos Museus em 18 de maio, a criação de um comitê *ad hoc* para a restituição ou o retorno de bens culturais a seus países de origem e a decisão de elaborar um tratado de museologia.

Inúmeros comitês internacionais publicam os resultados de suas atividades: *Repertório Internacional de Coleções de Instrumentos de Música* (comitê internacional de coleções de instrumentos de música), resultado de uma pesquisa sobre as relações públicas nos museus, *Manual de Segurança nos Museus* (comitê internacional sobre a segurança nos museus).

A pedido da Unesco, o comitê *ad hoc* do ICOM prepara um “estudo relativo aos princípios, condições e meios de restituição ou de retorno dos bens culturais tendo em vista a reconstituição dos patrimônios dispersos”.

Organização da 12^a exposição itinerante da Unesco: “As artes da América Latina”.

Simpósio regional sobre as culturas tradicionais, rurais e tribais na Ásia (Colombo, Sri Lanka, 10-20 dez.), organizado pelo departamento de museus nacionais de Sri Lanka com a colaboração da Unesco e do ICOM.

A partir de 1977, o ICOM, a pedido da Unesco, realiza projetos de assistência técnica e colabora na criação ou renovação de numerosos museus, em diversos países.

A morte de Franco Russoli lança um véu de tristeza sobre a Conferência Geral. As palavras ditas sobre ele em comunhão com a representação italiana tocam profundamente os membros.

Na assembleia, é notável a conduta de Geoffrey Lewis, presidente do comitê consultivo, impedindo atitudes políticas entre os participantes.

Três membros brasileiros participam da Conferência Geral.

Durante a conferência, Fernanda de Camargo Moro é eleita vice-presidente do Icmah e membro do comitê de resoluções da conferência. Ela participa também da fundação do Icofom (International Committee for Museology) e é eleita membro do escritório desse comitê. Lourdes Novaes participa ativamente das reuniões do Cidoc (Comitê Internacional para a Documentação). Giovanni Navarro Moro, membro do Comitê de Segurança, é eleito membro de sua diretoria.

A Amicom-br publica Exercícios de Museologia, que é apresentado na Conferência Geral.

A reunião dos membros da América Latina acontece no Museu Histórico de Moscou, com um número maior de participantes brasileiros. Em Grenoble participaram apenas três membros, e em Copenhage, cinco. Os membros brasileiros propõem, em Moscou, que todos os países em vias de desenvolvimento apoiem a realização da próxima Conferência Geral no México (1980).

A presidente da Amicom-br participa, em Moscou, das reuniões do comitê consultivo e, como observadora, das do Conselho Executivo.

Paulo Cadorin, eleito pelo Conselho Executivo, oferece grande apoio a Luis Monreal que, como secretário-geral, torna-se cada vez mais dinâmico. Herbert Ganslmayr, Amalendou Bose e Dabrowski são também eleitos pelo Conselho Executivo. Dabrowski morreria muito precocemente.

No Brasil, a Amicom-br, com a participação do comitê brasileiro, em seu programa de treinamento e reciclagem para profissionais brasileiros, organiza, pela primeira vez no Brasil, o curso “Prevenção, Iluminação e Controle do Clima nos Museus”, sob o tema “controle do clima e segurança das coleções dos museus”, baseado no curso que Lourdes Novaes, Fernanda e Giovanni Moro haviam realizado em Roma, em 1976. O professor Gaël de Guichen (Iccrom) é convidado para dar esse curso. A equipe Amicom-br/Mouseion prepara uma apostila em língua portuguesa, contendo a parte teórica e prática do curso, cujos exercícios foram adaptados aos museus e às coleções brasileiros. Organizam também um seminário sobre o tema “Erros na sistemática da ação educativa e cultural dos museus”. Esse seminário, do qual participam vários profissionais oriundos de diferentes regiões do país, dá as bases científicas do 2º Encontro dos Museus de Bagé, Rio Grande do Sul.

A Amicom-br e o comitê brasileiro dão subsídios para a dissertação de mestrado em sociologia de Waldisa Rússio, sobre o tema “educação nos museus”, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Em outubro, a presidente do comitê, como especialista, é convidada pelo diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo para compor a banca examinadora do mestrado de Waldisa Rússio.

1978

Publicação do primeiro número do *ICOM Imprensa* (jan.).

Assembleia constitutiva da Organização dos Museus, Monumentos e Sítios da África (OMMSA), para cuja criação o ICOM contribuiu (Nairóbi, Quênia, 8-14 jan.).

No âmbito de sua política de promoção de trocas entre museus, o ICOM cria o Programa de Trocas entre Museus (Musep).

Nomeação de Janine Schotsmans (Bélgica), que sucede à dra. Grace McCann Morley no posto de chefe da agência regional do ICOM na Ásia.

Reunião de especialistas sobre os principais critérios a serem respeitados na concepção de museus de ciências e técnicas nos países em desenvolvimento (Manila, Filipinas, 11-15 dez.), organizada pela Unesco em cooperação com o ICOM.

Fernanda de Camargo Moro, presidente do comitê brasileiro, é indicada relatora dessa reunião. Em junho, ela havia participado das reuniões do comitê consultivo e, como observadora, das reuniões do Conselho Executivo, realizadas em Madri e Toledo; em dezembro, participou da reunião do Comitê Internacional para Museus Etnográficos e, a pedido de Grace Morley e Luis Monreal, de uma reunião de consulta em Nova Déli, preparatória da Conferência de Manila.

A Amicom-br/Mouseion, com apoio do comitê brasileiro, dá prosseguimento ao programa de treinamento e reciclagem de profissionais brasileiros e organiza pela primeira vez o curso "Segurança nos Museus" sob o tema Segurança/Incêndio, com Jaqueline Thiebaut. Recebe apoio também dos Museus Nacionais da França, que dão à Amicom-br os direitos de tradução para a língua portuguesa da publicação Prevenção e Segurança nos Museus. Membros da diretoria da Amicom-br traduzem gratuitamente esse livro, que é editado com o apoio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). O preparo desse curso havia sido discutido com a sra. Thiebaut em Moscou (1977) e em Paris (1978).

O comitê brasileiro e a Amicom-br lideram os protestos contra a fragilidade técnica dos museus brasileiros e contra o incêndio trágico do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, recebendo o apoio de membros do mundo inteiro, especialmente dos membros do ICMS. Esse incêndio, por coincidência, aconteceu alguns dias antes de se realizar o curso de segurança.

De 28 de agosto a 9 de setembro, Luis Monreal realiza uma missão no Brasil a convite da Amicom-br e do comitê brasileiro, com a finalidade de coletar informações sobre os museus brasileiros e de fazer contato com profissionais para estudar a possibilidade de o comitê brasileiro organizar atividades de interesse nacional num programa do ICOM. Monreal participa também de um seminário sobre a condição do profissional de museu e de outro sobre o código de deontologia profissional proposto e já observado pela Amicom-br. Faz também vários contatos com estudantes do curso de museologia e encontra dirigentes de diversas instituições culturais e membros do governo brasileiro, no Rio de Janeiro e em Brasília. Luis Monreal participa ainda de uma conferência sobre o papel do ICOM.

O comitê brasileiro, com apoio da Amicom-br, organiza o programa e guia a visita que o professor Yuri Turchenko, diretor da Divisão de Museus da Unesco, faz ao Rio de Janeiro.

A unidade técnica da Amicom-br e do comitê brasileiro prepara, a pedido de Waldisa Rússio e do diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o programa de base de um curso de museologia, em nível de pós-graduação lato sensu, a ser criado nessa instituição.

1979

Publicação do primeiro número do *Newsletter* da Agência Regional do ICOM. Diversas iniciativas são tomadas pelos museus para celebrar o Ano Internacional da Criança (Bruxelas, Bélgica, 17-18 fev.; Washington, Estados Unidos, 28-31 out.).

Elaboração de várias publicações da Unesco, dentre as quais os números de *Museum*.

O ICOM realiza, a pedido da Unesco, projetos de assistência técnica na área de museus, em diversos países.

Realiza-se a 2ª Assembleia Regional dos comitês nacionais asiáticos do ICOM (Bancoc, Tailândia, 10-15 dez.).

No Brasil, o comitê brasileiro, com o apoio da Amicom-br/Mouseion e do Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro, abr.-maio), preocupados com os programas de educação realizados pelos museus e em comemoração pelo Ano Internacional da Criança, organizam um curso com Maria do Carmo Alvim, especialista do Departamento de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa: “O museu e a criança – I”. Em novembro, com apoio da Fundação de Museus do Estado do Rio de Janeiro (Femurj) e da Funarte, organizam o seminário “O museu e a criança – II”, tendo como conferencista principal Ayala Gordon, diretor da Youth Wing do Museu de Israel. Por indicação da presidente foi dado apoio a Magaly Cabral, que trabalhava no setor educativo da Femurj para representá-la na reunião do Ceca, em Sesimbra, Portugal.

A Amicom-br/Mouseion e o comitê brasileiro organizam o II Curso de Prevenção e Controle do Clima nos Museus, com Gaël de Guichen, no Rio de Janeiro, e proporcionam uma extensão desse curso na Escola de Museologia de São Paulo (maio-jun.).

Em junho, a presidente do comitê brasileiro participa, em Paris, como membro, da reunião do comitê consultivo e, como observadora, das reuniões do Conselho Executivo. É indicada candidata a membro do Conselho Executivo para a eleição seguinte. Ela participa também, com Jan Jelinek e outros membros, do grupo de trabalho para supressão dos membros cooptados no Conselho Executivo, medida que impedia o acesso ao Conselho através do voto dos membros dos países em via de desenvolvimento. Esta proposição condenava a cooptação, pois ela aportava aos comitês duas categorias de membros: os de primeira e os de segunda grandeza.

Reeleição da diretoria do comitê. As eleições do comitê brasileiro, entre 1976 e 1993, eram realizadas com a frequência prevista nos estatutos, e os registros e as publicações eram obrigatoriamente divulgados no Diário Oficial.

De 20 a 31 de outubro, a presidente da Amicom-br e do comitê brasileiro participa, convidada pela Smithsonian Institution, como membro do grupo de debate do Seminário Internacional do Ano da Criança.

1980

Publicação da edição espanhola do Manual sobre a Segurança nos Museus.

Realiza-se a 12ª Conferência Geral (Cidade do México, México, 25 out.-4 nov.) sobre o tema: “Os museus e sua responsabilidade diante do patrimônio mundial”.

Em agosto, Fernanda de Camargo Moro participa da reunião de trabalho da diretoria do Icmah, em Basileia, Suíça, e da reunião de trabalho a convite do secretariado do ICOM em Paris, França.

Em outubro, durante a Conferência Geral no México, Hubert Landais é reeleito presidente do ICOM.

Um novo Conselho Executivo é eleito e alguns membros são eleitos, outros reeleitos, como Paolo Cadorin, Shigeru Fukuda, Thomas Messer, Josef Kuba, Ulla Ollofson e Fernanda de Camargo Moro, o primeiro membro da América Latina a integrar o Conselho Executivo eleito por votação e com o maior número de votos. Monica Garrido organiza uma reunião para os participantes femininos da América Latina.

Durante a Assembleia Geral, Alpha Konaré e Irina Antonova são eleitos membros do comitê de projetos. Do Brasil, pela primeira vez cerca de vinte membros participam de uma conferência do ICOM. Fernanda de Camargo Moro é reeleita vice-presidente do Icomah e declina de sua reeleição para o escritório do Icofom, indicando Waldisa Rússio.

Como presidente do comitê brasileiro e indicada por Amalendou Bose, da Índia, com o apoio de Ferenc Fulep, da Hungria, o comitê consultivo elege a presidente do comitê brasileiro membro do comitê do programa da Conferência. Novos participantes mudam a estrutura proposta para um trabalho conjunto dos comitês nacionais da América Latina, esboçando a ideia de uma secretaria que será confirmada em Londres.

Fernanda de Camargo Moro era contra o excesso de regionalização das atividades do ICOM, posicionamento sempre defendido por ela. Em sua opinião, o ICOM seria o lugar das discussões científicas maiores, fora dos problemas locais e regionais, que deveriam ser deixados às organizações mais periféricas. Como presidente, ela apoiava as atividades realizadas nas regiões, mas sem estimular a balcanização que, como previsto, acabou acontecendo.

Como presidente do comitê participou das reuniões do comitê consultivo; como observadora, das reuniões do Conselho Executivo. Participou também da última sessão do Conselho Executivo, já como um de seus membros.

Diversos membros do comitê brasileiro participaram no México das reuniões de diferentes comitês internacionais, entre eles Gabriela Pantigoso, do Ictop, ao lado de Lourdes Novaes, que representava o Mouseion; Lourdes Novaes, Margarida Ramos e Heloísa Duncan, do Cidoc; Magaly Cabral, Conceição Piló e Luiza Barcellos, do Ceca, e Regina Pereira Carneiro, do Icamt. Maria de Lourdes Noronha Santos participou das reuniões do comitê para museus regionais e do Icofom, com Waldisa Rússio.

No final de novembro, o comitê brasileiro organizou uma reunião técnica sobre a Conferência Geral, no Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro).

1981

Preparação, pelo ICOM, de duas publicações da Unesco: Guia para coleta de instrumentos de música tradicionais e Os museus de sítio arqueológico.

Preparação, a pedido do comitê intergovernamental da Unesco, do formulário-tipo para os pedidos de retorno ou de restituição e das diretrizes para utilização do formulário-tipo.

Publicação do *Repertório dos Museus da África*.

Primeira reunião do comitê *ad hoc* do ICOM pela ética profissional em vista da elaboração de um código de deontologia. *O secretário-geral do ICOM pede os documentos sobre o Código de Deontologia da Amicom-br e do Mouseion, assim como informações sobre a sua aplicação.*

Primeira consulta internacional de especialistas sobre o estudo, a documentação e a conservação da arte rupestre (3-5 set., Valcamonica, Itália).

O ICOM nessa época chega ao apogeu como centro de conhecimento e divulgação da museologia. Luis Monreal imprime forte marca no trabalho da organização, que realiza intervenções com grande competência. Ele fará o mesmo, mais tarde, no Getty Institute pela conservação e, agora, na Fundação La Caja, em Barcelona. Alpha Konaré é personalidade forte do comitê de projetos, e o Conselho Executivo apoia as novas atividades com entusiasmo. O Conselho forma uma verdadeira equipe com Paulo Cadorin, Thomas Messer, Josef Kuba, Shigiero Fukuda, Fernanda de Camargo Moro, Herbert Ganslmayr, Geoffrey Lewis, Ulla Ollofson e o presidente Hubert Landais.

De 1981 a 1983, a Amicom-br/Mouseion/comitê brasileiro, com o apoio da Funarj (Fundação de Arte do Rio de Janeiro), organizam uma série de minisseminários para o treinamento e a reciclagem dos profissionais de museus sobre estes temas: conservação, segurança, documentação, pesquisa interdisciplinar, comunicação no museu, museus perante a proteção do meio ambiente, museus comunitários e nova museologia. Especialistas, nacionais e estrangeiros, em assuntos diversos são convidados como keynotes speakers. A Amicom-br/Mouseion/comitê brasileiro, com o apoio da Funarj, organizam a 1ª Conferência dos Museus Brasileiros, que se realiza no Museu do Primeiro Reinado (Rio de Janeiro). Temas discutidos: "O museu como instrumento de preservação do meio ambiente", "Museu e interdisciplinaridade - uma norma da Unesco", "Documentação e pesquisa interdisciplinar", "Segurança e proteção contra o incêndio nos museus", "A exposição e a segurança nos museus" e "A ação educativa e cultural nos museus". Comemora-se o Dia Internacional dos Museus.

A presidente do comitê brasileiro participa das reuniões do comitê consultivo em junho, e das do Conselho Executivo, em Paris, em março, junho e dezembro.

1982

Participação do ICOM no seminário organizado pelo Fundo Internacional pela Promoção da Cultura e publicação do estudo *Museums, an Investment for Development (Museus, um investimento para o desenvolvimento)* (22-24 mar., Madri, Espanha).

Criação do banco de dados comum no Centro de Documentação Unesco-ICOM e no Centro de Documentação Unesco-Icomos.

Em março, a presidente do comitê participa da reunião do Conselho da Diretoria do Icmah, em Budapeste/Veszprém. Por solicitação da Amicom-br/Mouseion e do comitê, o crítico de arte italiano Mario Paz, pouco antes de falecer, dá seu apoio e sua colaboração à exposição "O gosto do Império", cuja inauguração acontece durante as comemorações do Dia Internacional dos Museus.

Mouseion e Amicom-br apoiam o comitê brasileiro abrindo a biblioteca museológica de dois membros de sua diretoria a todos os membros da profissão através de um acordo com a Funarj. Sua inauguração data de 18 de maio, durante a realização da 2ª Conferência ICOM de Museus Brasileiros, realizada com o apoio da Superintendência dos Museus da Funarj, no Museu do Primeiro Reinado (Rio de Janeiro, 18-22 maio), sobre os temas: "Visão antropológica do patrimônio cultural do século XX", "Perspectiva do ponto de vista das artes visuais", "Preservação das coleções do século XX" e "Exposição do século XX – um ato de criatividade". A presidente da Amicom-br/Mouseion/comitê brasileiro participa como convidada especial das comemorações dos 400 anos da Galeria Uffizi, e no início de junho dirige um seminário sobre "As comemorações dos 400 anos da Galeria Uffizi", no Museu do Primeiro Reinado/ Funarj, aberto a todos os membros da profissão.

Organização de uma conferência internacional sobre "A programação do museu: da metodologia à realidade" (28-30 jun., Paris, França).

A presidente participa, em representação oficial, da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, Mondiacult (27 jul.-6 ago., Cidade do México, México).

A presidente do comitê brasileiro participa das reuniões do comitê consultivo e das do Conselho Executivo em Paris, e como conferencista do Seminário de Museologia, realizado pelo ICOM.

Realiza-se a 3ª Assembleia Regional Asiática do ICOM (18-22 out., Seul e Kyongju, República da Coreia). Temas: “A cooperação profissional e suas relações com as políticas governamentais, regionais e nacionais”, “Novas abordagens do desenvolvimento dos museus, novas construções e reforma das construções antigas”. Com Herbert Ganslmayr, presidente do comitê consultivo, e a presidente do comitê brasileiro, como membro do Conselho Executivo da 6ª Assembleia da Ásia-Pacífico, em Seul, Coreia do Sul.

Em novembro, o comitê participa ativamente do Projeto São Cristovão Cultural, um ecomuseu de bairro, implantado no Rio com o Museu do Primeiro Reinado. Uma evolução na linha de experiência do Projeto Pandora.

Em dezembro, a presidente do comitê participa da reunião anual do comitê de museus de literatura (Calcutá/ Santinikestan, Índia).

1983

Realiza-se a primeira reunião dos comitês nacionais africanos do ICOM (21-26 fev., Niamey, Nigéria). Relatório do ICOM submetido à Unesco sobre o Centro de Formação de Niamey.

Realiza-se a 13ª Conferência Geral (24 jul.-2 ago., Londres, Reino Unido). Tema: “Museus para um mundo em desenvolvimento”. Geoffrey Lewis (Reino Unido) sucede a Hubert Landais como sétimo presidente do ICOM.

Criação de secretariado do ICOM para a América Latina e Caribe.

Publicação do *Repertório dos Museus da Ásia*.

Em março, Fernanda de Camargo Moro participa, como membro, das reuniões do Conselho Executivo e, como especialista, da reunião de membros tradicionais do Ceca no Museu de Israel, em Jerusalém, organizada por Ayala Gordon.

Em março, a presidente do comitê brasileiro preside a inauguração do Instituto de Restauração de Buenos Aires. Em abril, com Luis Monreal, retorna

a Buenos Aires para participar do Seminário Internacional de Museologia. Realiza-se uma reunião dos membros mais antigos do comitê brasileiro em 18 de maio. Seminários preparatórios sobre o tema da 13ª Conferência Geral são realizados no Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro).

Em Londres, a presidente do comitê brasileiro participa com a secretária--geral das reuniões do comitê consultivo e, como membro, das reuniões do Conselho Executivo.

Aproximadamente 15 membros brasileiros participam da Conferência Geral do ICOM. Durante a conferência, Fernanda de Camargo Moro é reeleita membro do Conselho Executivo. Lourdes Novaes é eleita membro da diretoria do Cidoc.

O comitê brasileiro traduz para o português os documentos de trabalho da conferência e organiza no Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), uma reunião técnica sobre o assunto, durante a qual os membros participantes da Conferência Geral das reuniões dos comitês internacionais apresentam relatórios.

1984

Lançamento de um importante programa de formação no Egito, no âmbito da Campanha Internacional da Unesco para a criação do Museu da Núbia, em Assuã, e do Museu Nacional da Civilização Egípcia, no Cairo.

Colaboração do ICOM nas atividades promocionais da Campanha Internacional da Unesco para a salvaguarda do sítio de Mohenjo-Daro (Paquistão).

*Publicação de *Museum Studies International*, repertório de programas de formação de museu.*

Adoção pelo comitê internacional do ICOM para a conservação do documento "O conservador-restaurador: uma definição da profissão". A Amicom-br traduz para o português esse documento e o difunde entre os membros brasileiros.

Amicom-br/Mouseion cria o Prêmio ICOM-Brasil para variadas atividades museológicas, divididas em diversas categorias. É de grande apoio às atividades do comitê. Este participa do 25º Congresso Mundial da International Society for Education through Art – Insea (Rio de Janeiro, 23-28 jul.).

A presidente do comitê participa das reuniões do comitê consultivo, em julho, e das reuniões do Conselho Executivo em março, julho e setembro, em Paris. Presta ainda seu apoio à 1ª Reunião do Minon (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), em Quebec, e participa da reunião técnica da Nova Museologia e do Manifesto de Oaxtepec no México, com Paulette Olcina, secretária adjunta do ICOM. O comitê realiza seminários abertos como feedback de todas essas reuniões. Durante uma viagem de pesquisa à Índia, a presidente, convidada por O. P. Agrawal, fala sobre os trabalhos do ICOM no Brasil para os alunos e funcionários do Laboratório Nacional de Conservação de Lucknow.

1985

Participação em um colóquio sobre os aspectos jurídicos do comércio internacional de arte, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Genebra (11-13 abr., Genebra, Suíça).

Seminário regional sobre “As políticas museais em relação ao público” (15-24 abr., Jacarta, Indonésia).

Aprovação pelo Comitê Internacional do ICOM para Museus e Coleções de Instrumentos de Música (Cimcim) das Recomendações para a regulamentação do acesso aos instrumentos de música nas coleções públicas.

O ICOM entrega à Unesco um relatório sobre a concepção de um sistema de inventário nacional dos bens culturais no Mali.

Patrick D. Cardon sucede a Luis Monreal como secretário-geral do ICOM. *A presidente do comitê, como membro do Conselho Executivo, integra o comitê de seleção. Ela participa com frequência, como membro do comitê ad hoc para o Código de ética, das reuniões de trabalho desse grupo para estabelecer o Código de deontologia do ICOM. Os outros membros do grupo eram o inglês Patrick Boylan e o dinamarquês Torsten Lundbaeck.*

Dando sequência a seu programa de treinamento e de reciclagem para os profissionais de museus, a Amicom-br/Mouseion e o comitê brasileiro organizam dois seminários sobre conservação/restauração com os especialistas argentinos Domingos e Graziela Telechea (Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro, 4-14 mar.).

Participação do Comitê Internacional do ICOM para a Educação Cultural (Ceca) no colóquio “Museus e educação” (Guadalajara, México, jul.) organizado pela Unesco.

A Amicom-br/Mouseion e o comitê brasileiro, com o apoio do Museu de Astronomia/CNPq, organizam a 3ª Conferência dos Museus Brasileiros (Rio de Janeiro, 23-26 jul.). Temas: nova museologia, sistemas alternativos e ecomuseologia. São 150 participantes. Lourdes Novaes, secretária-geral do comitê brasileiro e membro do escritório do Cidoc, participa de sua reunião anual (Ottawa, Canadá, ago.). A presidente do comitê brasileiro participa das reuniões do comitê consultivo, em julho, e das reuniões do Conselho Executivo, em Paris (mar., jul., dez.).

1986

Seminário regional da Unesco-ICOM sobre “As políticas de museu relativas ao público no Sudeste da Ásia” e “Os meios de integrar os museus na comunidade na Ásia” (28 jan.-1º fev., Seul, República da Coreia).

Realiza-se a 14ª Conferência Geral (26 out.-4 nov., Buenos Aires, Argentina). Tema: “Museu e futuro do patrimônio: estado de urgência”. *Um número expressivo de membros brasileiros participa dessa conferência.*

Adoção do Código de deontologia profissional do ICOM para a 15ª Assembleia Geral (Buenos Aires, Argentina, 4 nov.). *A Amicom-br traduz para o português e divulga junto aos membros do comitê brasileiro esse documento, que é adotado imediatamente pelo comitê.*

Publicação do *Public View*, manual do comitê internacional do ICOM para relações públicas nos museus (MPR) e do *Dictionarium Museologicum*, glossário de termos museológicos em vinte línguas preparado pelo Comitê Internacional para a Documentação (Cidoc).

Fernanda de Camargo Moro, membro do Conselho Executivo, defende na Assembleia Geral a inclusão definitiva da língua espanhola como terceira língua do ICOM. Lourdes Novaes é reconfirmada como membro do escritório do Cidoc, e Maria Cristina Mendes, como membro do ICMS. Por solicitação da presidente do comitê, três bolsas são dadas aos participantes brasileiros.

A Amicom-br/Mouseion e o comitê brasileiro, com apoio da Secretaria de Cultura de Minas Gerais, organizam a 4ª Conferência Geral dos museus brasileiros (Belo Horizonte, Minas Gerais, 18-25 maio). Tema preparatório para o ICOM 96.

Dois membros do comitê brasileiro, Lourdes Novaes e Waldisa Rússio, participam da pesquisa em língua portuguesa para o Dictionarium Museologicum, com Maria Tereza Gomes Ferreira, de Portugal.

A presidente do comitê brasileiro participa das reuniões do comitê consultivo e das reuniões do Conselho Executivo realizadas em Buenos Aires. A Amicom-br/Mouseion cria a Triomus, atividade extensa que condensa uma série de outras atividades realizadas no Rio de Janeiro, em maio de 1987, e que contaram com o apoio do comitê brasileiro. Reuniões com os museólogos portugueses e de países de expressão lusófona realizam-se em Buenos Aires para a criação do programa da Conferência de Museus de Expressão Lusófona, que seria realizada no quadro da Triomus.

1987

De novembro de 1986 a abril de 1987, o ICOM, em colaboração com a Egyptian Antiquities Organization (EAO), organiza um programa de formação para os funcionários do Museu da Núbia, em Assuã, e do Museu Nacional da Civilização Egípcia do Cairo, no Egito, no âmbito da campanha internacional da Unesco para a implantação do Museu da Núbia, em Assuã, e do Museu Nacional da Civilização Egípcia, no Cairo.

O comitê intergovernamental da Unesco para a promoção do retorno dos bens culturais a seus países de origem ou para a sua restituição no caso de apropriação ilegal realiza sua 5ª Assembleia em Paris, França (27-31 abr.). O ICOM e a Unesco trabalham com colaboração estreita nesse campo.

A necessidade de uma atividade puramente científica para os museus leva a Amicom-br a criar a Triomus – Trienal Internacional de Museus do Rio de Janeiro, em maio. O comitê participa ativamente desse novo tipo de reunião, com muitas atividades, entre outras a 1ª Conferência Geral dos Museus de Língua Portuguesa. Especialistas de diferentes partes do mundo reúnem-se no Rio de Janeiro, entre os quais Paulette Olcina, Hugues de Varine-Bohan e Natalia Guedes. Os comitês brasileiro e português do ICOM apoiam esse

evento. O presidente do ICOM, Geoffrey Lewis, é representado por Patrick Boylan. Aproximadamente quinhentos profissionais, de diversas partes do mundo, participam. De Portugal chegam quarenta membros do ICOM, e 95% dos membros brasileiros estão presentes. Nessa ocasião cria-se a Lusologia – Sociedade Internacional de Museus e de Especialistas de Possível Expressão Lusófona. Durante a Triomus realiza-se a 5ª Conferência Geral de museus brasileiros. Tema: “Museu – rede de documentação para uma melhor sistematização voltada para a pesquisa”.

A presidente do comitê brasileiro participa das reuniões do comitê consultivo e do Conselho Executivo, em Paris.

A 1ª Assembleia Regional da Secretaria para América Latina e Caribe acontece em Guadalajara, México (17-22 ago.). Tema: “Formação do pessoal dos museus”.

Mesa-redonda sobre a conservação-restauração dos bens culturais: “Pesquisas e técnicas atuais”, em Paris, França (15-16 out.). Assuntos discutidos: pinturas de cavalete, policromo, arte gráfica, têxteis, objetos arqueológicos.

Realiza-se a 1ª Assembleia da terceira diretoria da organização regional do ICOM para a Ásia e o Pacífico, em Tóquio, Japão (25-29 out.).

Maria Cristina Mendes, membro, é eleita vice-presidente da ICMS. Três membros brasileiros participam da reunião anual do Icofom, na Suécia.

Eleição da nova diretoria do comitê brasileiro, que continuará a trabalhar com o apoio científico da Amicom-br/Mouseion. Novos membros eleitos: Lourdes Novaes, presidente; Gilka Goulart Sant’Anna, secretária-geral; Marilda Gomes da Silva, tesoureira, e Conceição Piló, membro.

Alguns membros do comitê participam do 5º Encontro de Museus de Bagé, Rio Grande do Sul.

Fernanda de Camargo Moro e Magaly Cabral participam da Conferência do Ceca na Cité des Sciences et de l’Industrie (Cidade das Ciências e da Indústria) (Paris, França, 6-12 jul.).

Eleição de Federico Mayor como oitavo diretor-geral da Unesco.

Primeira conferência do Congresso Internacional de Museus Marítimos (ICMM) em Sydney, Austrália (25-28 set.).

Oficina sobre “Science Museums Without Walls – Exhibits to go”, organizado pelo conselho nacional indiano de museus de ciências com a participação da Unesco e do ICOM (Calcutá e Bangalore, Índia, 5-13 dez.). Fernanda de Camargo Moro, por indicação de Saroj Ghose e apoiada pelo Projeto Chada/Pnud, apresenta um trabalho sobre as Oficinas de Ciências do Ecomuseu de Itaipu.

Cinco membros brasileiros participam do simpósio do Icofom “The third world: help or manipulation? (Hyderabad, Benares, Índia, 20 nov.-4 dez.).

A Assembleia Geral das Nações Unidas inaugura o Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural. Seus quatro objetivos principais: divulgar a dimensão cultural para o desenvolvimento, valorizar a vida cultural, aumentar a participação na vida cultural e promover a participações internacionais e culturais.

A presidente do comitê brasileiro, Lourdes Novaes, participa da 12ª Sessão do comitê do patrimônio mundial da Unesco, representando o secretário-geral do ICOM (Brasília). Em comemoração ao Dia Internacional dos Museus, o comitê, com apoio científico da Amicom-br/Mouseion e da Associação Brasileira de Superdotados organiza o simpósio “O museu e os superdotados” (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, maio). Mais tarde, edita-se uma publicação com os trabalhos apresentados.

Lourdes Novaes participa da reunião ICOM-Icomos (Havana, Cuba). Com Lourdes Cedran, participa da Reunião Anual da Secretaria do ICOM para a América Latina e Caribe (Cuenca, Equador); com Fernanda de Camargo Moro, vice-presidente do Icmah, participam das reuniões do comitê consultivo e, como observadoras, do Conselho Executivo, em Paris.

A Amicom-br/comitê brasileiro organizam em sua sede seminários sobre “Educação e museus” com a psicóloga Maria Helena Novaes e grupos de pesquisa sobre os museus de arqueologia e de história.

Realiza-se a 4ª Assembleia Regional do ICOM para a Ásia e o Pacífico, em Beijing, China (1-7 mar.). Seis resoluções são adotadas, incluindo a necessidade de encorajar a troca de pessoal entre os museus da região, o apoio das atividades profissionais, e a museologia e o papel social dos museus na região Ásia-Pacífico.

Criação do Programa afro-sueco de museus (Samp) por iniciativa do comitê nacional sueco do ICOM. Objetivos: intercâmbios de pessoal e de exposições, trocas de informações, e auxílios referentes aos equipamentos.

O comitê brasileiro, convidado pela Amicom-br/Mouseion/Itaipu Binacional, participa da organização do simpósio "O papel de museu face ao impacto do meio ambiente" (Foz do Iguaçu, Paraná, 4-7 abr.). Diversos especialistas discutem o tema. Hugues de Varine-Bohan participa como convidado especial. O seminário acolhe membros participantes de todo o Brasil, e convida também membros do Cone Sul (Uruguai, Argentina e Paraguai, este o parceiro da Itaipu Binacional).

O Dia Internacional dos Museus é comemorado pela Amicom-br/Mouseion/comitê brasileiro com uma "Jornada museológica preparatória para a Conferência Geral" (Paço Imperial, Rio de Janeiro, maio).

Realiza-se a 15ª Conferência Geral do ICOM (Haia, Holanda, 27 ago.-6 set.). Tema: "Museus: geradores de cultura". Seis resoluções: Museus, geradores de cultura; formação do pessoal; inclusão do espanhol como idioma de trabalho para as publicações do ICOM; documentação e informação; comunicação entre museus, e dimensão cultural do desenvolvimento.

Decisão de implantar uma nova sede para a organização regional Ásia-Pacífico no *campus* do Conselho Nacional dos Museus de Ciências em Calcutá, Índia.

Alpha Oumar Konaré (Mali) sucede a Geoffrey Lewis (Reino Unido) como oitavo presidente do ICOM. *Na sessão plenária, o novo presidente convida Pascal Makambila e Fernanda de Camargo Moro para o assistirem.*

Adoção de novos estatutos para o ICOM, os quais acentuam a democratização e a regionalização da organização.

Criação do Comitê Internacional para Gestão (Intercom).

Trinta membros brasileiros participam ativamente, no âmbito da Conferência Geral, das reuniões de comitês internacionais e das reuniões da organização regional para a América Latina e Caribe. Nessa ocasião, Fernanda de Camargo Moro é eleita presidente do comitê de museus de arqueologia e história, Icmah; Marilda Monteiro Gomes da Silva é reconfirmada na diretoria do Ictop, e Teresa Cristina Scheiner é eleita para o escritório do Icofom. Depois dessa conferência, 19 membros brasileiros participam do 2º Encontro de Museus do País e das Comunidades Portuguesas (Maфра e Lisboa, Portugal, 11-14 set.), organizado pelo comitê português do ICOM com o apoio do comitê brasileiro, no qual são apresentados trabalhos que mostram os novos aspectos da museologia no Brasil.

Pela primeira vez, o Brasil possui dois lugares no comitê consultivo do ICOM: Lourdes Novaes (presidente do comitê nacional) e Fernanda de Camargo Moro (presidente do Icmah).

O boletim informativo Muslim é traduzido para o português e distribuído aos membros, organiza-se uma reunião sobre a Conferência Geral (Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro), traduzem-se para o português e divulgam-se e entre os membros as conclusões da conferência. Em outubro, alguns membros brasileiros participam do 1º Fórum de Museus do Rio Grande do Sul, difundindo a Conferência Geral do ICOM. Membros participam do seminário regional em San José, Costa Rica.

O comitê brasileiro mantém o centro de documentação Unesco/ICOM informado sobre a legislação brasileira referente à proteção do patrimônio cultural e atualiza, todos os anos, desde 1976, as listas de obras museológicas de autores brasileiros existentes nesse centro.

1990

As Notícias do ICOM são publicadas em três idiomas (inglês, francês e espanhol) pela organização regional Ásia-Pacífico do ICOM em Calcutá, Índia. Realiza-se a promessa tão aguardada de uma edição espanhola das Notícias do ICOM.

Durante a 71ª Assembleia do Conselho Executivo em Paris, França (5-6 jul.), cria-se um comitê de deontologia. Este último estuda os diversos problemas referentes à deontologia profissional e decide promover as traduções do código de deontologia profissional do ICOM para garantir a autoridade moral do ICOM.

Don Mac Michael (Austrália), presidente do comitê da Bulgária, e Fernanda de Camargo Moro são escolhidos como membros desse comitê na categoria de “personalidade do ICOM”. Patrick Boylan é indicado membro representante do Conselho Executivo; Piet Pouw é o membro representante dos comitês internacionais, e Alexandra Cummins representa os comitês nacionais. Sayed Nagoid representa os membros honorários, e Hubert Landais, os antigos presidentes do ICOM. Hubert Landais é indicado presidente desse comitê.

Desde o começo do ano, Herbert Ganslmayr e Fernanda de Camargo Moro apoiam com entusiasmo uma proposta de Saroj Ghose para fazer na Índia a primeira sessão do Conselho Executivo de 1991.

Cria-se um comitê ad hoc dedicado ao meio ambiente e dele fazem parte: Craig Black, presidente do comitê de história natural, Herbert Ganslmayr, vice-presidente do ICOM, Fernanda de Camargo Moro e Don Mac Michael.

A fim de comemorar o encontro de povos e de culturas de todos os continentes para viabilizar uma possível compreensão das diferentes realidades e valores trazidos pela abertura da via atlântica, nomeada Rota das Especiarias, a Amicom-br/Mouseion, com o apoio do Icmah e do comitê brasileiro, organiza o 2º Triomus, que tem por objetivo a interpretação da palavra “meio ambiente” de forma sistêmica global. A “Declaração do Rio”, gerada nessa ocasião, é adotada pelo comitê consultivo na sessão de verão de 1991 e reconfirmada pelo Conselho Executivo. Esse documento dá origem a um comitê ad hoc para os bens móveis, do qual fazem parte Sid Ahmed Baghli, Herbert Ganslmayr e Lise Skojt.

O comitê brasileiro apoia o 2º Triomus, em maio de 1990, do qual participam muitos membros e que tem como presidente de honra Alpha Oumar Konaré, o presidente do ICOM, que vem ao Brasil especialmente para essa atividade. A presidente executiva é Fernanda de Camargo Moro, e a secretária-geral, a presidente do comitê, Lourdes Novaes. O 2º Triomus tem, ainda, como convidados especiais: Sid Ahmed Baghli, presidente do comitê argelino e membro da diretoria executiva do Icmah, Om Prakash Agrawal, fundador do Laboratório Nacional de Conservação de Lucknow, Índia, e P. Schrodkar, diretor de arquivos de Goa. Há ainda a participação de outros membros: Mehdi Gafuri, presidente do comitê internacional de arquitetura e técnicas museográficas; Annette Damm, vice-presidente do Icmah; Jorge Mitre, presidente do comitê argentino; Lúcia Astudillo (Equador), presidente da organização regional para a América Latina e Caribe; Yani Herreman, presidente do comitê mexicano; Luis Repetto, presidente do comitê peruano; Monica Garrido, da Argentina; Alejandra Peña, presidente

do comitê do Paraguai; os Galopin de Carvalho, de Portugal, membros do ICOM e profissionais de museus da Holanda, da Suíça e, substituindo Irina Antonova, dois membros do Ministério da Cultura da URSS.

Em sessão presidida por Alpha Konaré, presidente do ICOM, os prêmios ICOM-Brasil, patrocinados pela Amicom-br/Mouseion, são distribuídos a personalidades como O. P. Agrawal e ao Projeto Chada, da ONU.

O comitê brasileiro organiza com o Icmah uma reunião do Grupo de Reflexão do Icmah (Rio de Janeiro e Parati, 11-12 maio), as comemorações do Dia Internacional dos Museus durante o 2º Triomus e, no âmbito das atividades, a reunião anual da organização regional para a América Latina e Caribe, da qual participam os presidentes dos comitês nacionais do Equador, México, Peru, Paraguai e Argentina (Monica Garrido representando o presidente). Durante o 2º Triomus, Yani Herreman ministra um curso sobre técnicas museográficas.

Assembleia geral extraordinária do comitê brasileiro para eleição de uma nova diretoria para a gestão 1990-1993. Os membros da diretoria de 1987-1990 são reeleitos.

Em outubro, o Icmah realiza na Dinamarca sua reunião anual sobre o tema: "A transformação da paisagem". O keynote address é feito por Fernanda de Camargo Moro, que representa pela primeira vez no Icmah um trabalho sobre a arqueologia do meio ambiente.

Herbert Ganslmayr e Fernanda de Camargo Moro trabalham juntos como membros do comitê ad hoc para o meio ambiente. Ganslmayr apresenta um texto sobre o assunto na Conferência de Lyon. Ambos trabalham também na criação da futura rede internacional sobre museus e meio ambiente.

1991

Pela primeira vez na história do ICOM, o Conselho Executivo reúne-se num país asiático (Déli e Calcutá, Índia, 3-9 mar.), para reforçar as redes regionais. Alpha Oumar Konaré e Saroj Ghose convidam Fernanda de Camargo Moro a participar.

Criação do novo Comitê Internacional para o Audiovisual e as Novas Tecnologias da Imagem e do Som (Avicom), em Paris, França (5-7 jun.).

Durante a 73ª reunião do Conselho Executivo do ICOM, em Paris, França (10-11 jun.), decide-se pela criação de um Fundo ICOM de Assistência Mútua, com o objetivo de ajudar a afiliação ao ICOM de todos aqueles que desejam participar do trabalho da organização.

Realiza-se a 2ª Mesa-Redonda Internacional de Especialistas sobre a Preservação de Monumentos de Angkor, em Paris, França (8-11 set.), organizada pela Unesco. O ICOM compromete-se a agir.

Realizam-se encontros organizados pelo ICOM sobre o tema “Que museus para a África? Patrimônio em transformação” em três países africanos: Benin, Togo e Gana (18-21 nov.). As oficinas têm como tema a gestão e o financiamento, a formação e as trocas, os museus e a pesquisa, e o museu como ferramenta de desenvolvimento.

Adoção, pelo Conselho Executivo, de uma resolução sobre a proteção dos bens culturais diante das mudanças políticas e econômicas mundiais.

Elisabeth des Portes é nomeada secretária-geral pelo Conselho Executivo do ICOM, substituindo a Patrick Cardon.

Lourdes Novaes, presidente do comitê brasileiro, e Fernanda de Camargo Moro, presidente do Icmah, participam das reuniões do comitê consultivo. Alguns membros brasileiros participam da conferência anual do Ceca, em Jerusalém (out.).

O Icmah estabelece um novo programa de ação e organiza sua primeira conferência anual em um país fora da Europa, na Ásia (Déli, Agra e Calcutá, na Índia). Um grande número de membros participa da conferência. Do Brasil, quatro membros participaram, assim como um grande número de membros do ICOM provenientes da Europa e de outros países da Ásia. Fernanda de Camargo Moro e S. S. Biswas, membro da diretoria do Icmah, trabalham não somente na organização desse evento, mas também na organização da reunião de 1993, na Áustria, e de 1994, no Senegal. A publicação da conferência anterior, realizada na Dinamarca, é distribuída aos membros. O Icmah decide, então, que todo país responsável pela organização de uma reunião obriga-se à publicação de trabalhos; o país deixa de ser responsável, entretanto, pelo pagamento das passagens para todos os membros da diretoria do comitê, costume anterior, e passa a arcar com o pagamento de hospedagem de um pequeno número de bolsistas.

Fernanda de Camargo Moro é indicada por Alpha Oumar Konaré e participa como representante do ICOM nas conferências preparatórias da United Nations Conference on Environment and Development – Unced (Genebra e Nova York). A morte de Ganslmayr, em abril, entristece o ICOM.

A presidente do comitê brasileiro, Lourdes Novaes, participa, a convite do comitê nacional argentino, de uma reunião em Buenos Aires (dezembro) para formação de um grupo de trabalho constituído pelos presidentes dos comitês nacionais do ICOM da região com o objetivo de formular uma política museológica para os países do Mercosul. A partir daquele momento, a presidente do comitê brasileiro e os membros da diretoria, Marilda Monteiro Gomes da Silva e Conceição Piló, dedicam-se com muito entusiasmo à tarefa, para criar uma rede de trabalho entre esses países. O grupo de trabalho mais tarde adotará o nome de Icomsur.

1992

Publicação do primeiro Repertório dos Membros do ICOM, que permite uma melhor comunicação entre todos. Publicação das atas dos encontros “Que museus para a África? Patrimônio em transformação”.

Publicação de Museums Without Barriers – A New Deal for Disabled People, tratando das facilidades a serem adotadas para a inclusão dos deficientes.

Marilda Monteiro Gomes da Silva, membro da direção do comitê brasileiro, participa da reunião anual do grupo de trabalho Icomsur (Maldonado e Punta Del Leste, Uruguai, fev.) e trabalha no documento sobre museus, educação, cultura e turismo para os países do Mercosul. A presidente Lourdes Novaes faz o trabalho de redação em língua portuguesa e mantém os membros do comitê informados sobre a programação do Icomsur.

A convite da Amicom-br/Mouseion/comitê brasileiro/Icmah, Elisabeth des Portes e Saroj Ghose visitam o Rio de Janeiro. Jacques Perrot, passando pelo Rio para a Assembleia do ICOM em Buenos Aires, é recebido pela Amicom-br/comitê brasileiro, que organiza a visita de Saroj Ghose a vários museus e sua conferência sobre o Conselho Nacional dos Museus de Ciências da Índia, no Planetário (Rio de Janeiro, 27 mar.).

Aproximadamente dez membros do comitê brasileiro participam da reunião extraordinária do Conselho Executivo do ICOM que acontece em Buenos Aires, assim

como o 1º Seminário Latino-Americano de Patrimônio Cultural, da reunião do Icofom-Lam e das reuniões do Icomsur. A presidente do comitê apresenta à Assembleia e, pela primeira vez, aos membros do Conselho Executivo presentes, um apanhado sobre a tarefa do grupo de trabalho do Icomsur e a publicação sobre o projeto desenvolvido para a região para uma carreira de técnico em museus. Mais tarde, esse projeto será enviado oficialmente aos ministros da Educação dos países do Mercosul.

A presidente do comitê brasileiro participa das comemorações de 60 anos de fundação do curso de museologia (UniRio, Rio de Janeiro, abr.), apresentando um apanhado sobre o papel do ICOM e do comitê brasileiro.

Em maio, a Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro e a Amicom-br/Mouseion, com o apoio do comitê brasileiro, organizam o 1º Encontro Internacional de Ecomuseus (maio), do qual participa um grande número de membros. Esse evento tem como especialistas convidados, por indicação de Fernanda de Camargo Moro e Lourdes Novaes, Hugues de Varine-Bohan, René Rivard (Canadá) e Mario Moutinho (Portugal). Hernan Crespo Toral participa como representante do Latin America and Caribbean Regional Bureau for Culture (Orcalc).

O comitê brasileiro participa, em junho, do Fórum Global Museus e Meio Ambiente, organizado pelo Icmah/Amicom-br/Mouseion, realizado no Rio de Janeiro, antes da conferência da Unced. Aprova-se um documento sobre o futuro dos museus diante do desenvolvimento sustentável.

Delegada pelo presidente do ICOM, Fernanda de Camargo Moro, presidente do Icmah, representa o ICOM na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92 ou Unced). Seu relatório é enviado ao ICOM, e o presidente Konaré a convida para representá-lo durante a reunião do Conselho Executivo, realizada em Quebec. Esse relatório, que deveria ser adotado pelo ICOM, continha as bases para a criação de uma nova proposta de trabalho a ser realizada, usando os museus como instrumentos para o desenvolvimento sustentável. Deu origem à criação do M&E – a rede internacional Museus e Meio Ambiente.

Realiza-se a 16ª Conferência Geral do ICOM, em Quebec, Canadá (19-26 set.). Tema: “Museus: existem limites?”. Duas resoluções são adotadas: Museus: existem limites, e Prevenir as ameaças contra o patrimônio cultural e natural.

Saroj Ghose (Índia) sucede a Alpha Oumar Konaré (Mali) como nono presidente do ICOM.

Vinte e três membros brasileiros participam da Conferência Geral do ICOM, trabalhando ativamente em vários comitês internacionais e na reunião da organização regional. Fernanda de Camargo Moro decide não ser mais reeleita como presidente do Icmah a fim de poder dirigir o “International Network for Museums and Sustainable Development” e orientar os trabalhos de pesquisa em arqueologia do meio ambiente. O comitê brasileiro dá informações sobre museus brasileiros para a publicação *Directorio de Museos de América Latina y Caribe*, organizada pelo comitê cubano e divulgada durante a Conferência Geral. A presidente do comitê, Lourdes Novaes, e Fernanda de Camargo Moro, presidente do Icmah, participam das reuniões do comitê consultivo. Nessa ocasião, Lourdes Novaes apresenta e divulga, como membro do grupo de trabalho Icomsur, a publicação sobre o programa 1992/1995 desse grupo. A presidente do comitê brasileiro traduz para o português a publicação *Chaski*, da Organização Latino-Americana, distribuída na Conferência.

Em junho e julho, a diretoria, com os membros do ICOM do Rio Grande do Sul e o apoio de sua Secretaria de Cultura, organizam a 5ª reunião do grupo de trabalho Icomsur (Porto Alegre, jun.-jul.). Os presidentes dos comitês nacionais da região discutem com os profissionais dos museus situados, principalmente, nas regiões limítrofes dos quatro países, as possibilidades de trabalhos comuns, ideia surgida desde as bases científicas dos primeiros encontros de museus em Bagé (Rio Grande do Sul). Alguns pontos suscitam grande interesse, sobretudo a possibilidade de formação de redes de pesquisa comuns tais como documentação, ação educativa, tráfico ilícito, exposições, missões jesuítas, museus regionais e troca de profissionais e de experiências.

Logo após os Encontros “Que museus para a África? Patrimônio em desenvolvimento” (1991), um programa intitulado Africom (o Programa do ICOM para a África) é adotado por três anos, tendo como objetivos o desenvolvimento das trocas entre profissionais da África e do resto do mundo e a implantação de redes regionais de profissionais.

Cinco membros brasileiros participam do Congresso Nacional de Museus do Uruguai e da reunião do Icomsur, organizados pelo comitê do Uruguai, em Montevideú. Conceição Piló, membro da diretoria e conservadora do Palácio do Governo de Minas Gerais, apresenta um vídeo sobre preservação, meio ambiente e patrimônio, baseado nas experiências de restauração desse palácio. É grande o interesse da universidade local visando à formação de um futuro grupo de museologia, sobretudo em relação às experiências de treinamento no Brasil, a troca de especialistas e de bibliografia museológica através do ICOM.

Seis membros e especialistas brasileiros, indicados pelo comitê nacional participam do 5º Seminário Latino-Americano do Patrimônio (Buenos Aires, Argentina, maio), apresentando as conferências. Na reunião que ali se realiza Lourdes Novaes e Marilda Gomes da Silva apresentam uma proposta de currículo experimental para um curso de museologia, em nível de graduação, para países do Mercosul.

O comitê brasileiro participa do 5º Fórum de Museologia (Fundação Cultural da Bahia, Museu de Arte Moderna, UFBA, Salvador, Bahia, nov.). Vinos Sofka participa do evento como presidente do Icofom e membro do Conselho Executivo do ICOM.

S. S. Biswas, vice-presidente do Icmah, envia a todos os membros desse comitê a publicação decorrente da reunião do Icmah na Índia. Fernanda de Camargo Moro apresenta em Salvador (Bahia) a conferência do Icmah realizada na Índia em 1991.

A Amicom-br funde-se com o Mouseion e se torna responsável pela comunicação museológica e pelas relações do ICOM com o Mouseion.

1993

O ICOM adota um novo logotipo.

O Dia Internacional dos Museus sobre o tema “Museus e os povos autóctones” (18 maio) tem como referência o Ano dos Povos Autóctones das Nações Unidas.

Realiza-se um ateliê regional sobre o tráfico ilícito de bens culturais, organizado pelo ICOM em colaboração com a Unesco e a Interpol em Arusha, Tanzânia (28-29 set.), com o objetivo de reforçar a colaboração entre profissionais de museus e serviços de polícia e alfandegários. Lançamento do Apelo de Arusha para lutar contra o tráfico ilícito de bens culturais na África.

O ICOM coloca em prática uma missão na Croácia (9-29 out.). Realiza-se a 5ª Assembleia Regional da Aspac em Sydney, Austrália (24-25 set.).

Publicação do *Repertório de Museus dos Países da Região Ásia-Pacífico* pela Organização Regional Ásia-Pacífico do ICOM.

Publicação, em dezembro, em colaboração com o Wamp (West African Museum Program), do *Repertório de Profissionais de Museus na África*.

Publicação do primeiro número da série “Cem Objetos Desaparecidos”, intitulado *Pilhagem em Angkor*.

Dois meses após a publicação de *Pilhagens em Angkor*, uma escultura Khmer reproduzida nesse livro é restituída em 4 de dezembro à Embaixada do Camboja em Paris, França.

Dois membros do comitê brasileiro participam da reunião do Icomsur realizada em Encarnación, no Paraguai, no mês de março, e apresentam as bibliografias e os programas para o treinamento profissional da região. A diretoria do comitê brasileiro continua suas ações de apoio aos trabalhos do Icomsur.

O comitê brasileiro presta seu apoio técnico e científico na reunião regional do Ceca (Rio de Janeiro, abr.) organizada por Magaly Cabral, membro que se tornará, em 1995, representante do Ceca para a América Latina.

O comitê brasileiro comemora o Dia Internacional dos Museus no Museu de Antropologia da Universidade de Goiás, organizando e ministrando com outros profissionais multidisciplinares um curso de museologia para alguns povos indígenas interessados em fundar museus em suas regiões com o objetivo principal de proteger seus patrimônios. O Museu da Fundação Maguta é apresentado pela antropóloga Jussara Gruber, sua idealizadora. Os documentos e publicações sobre esse museu são enviados ao centro de documentação do ICOM. Teresa Cristina Scheiner, membro, é reconfirmada na diretoria do Icofom.

O comitê brasileiro presta ajuda técnica e científica na reunião do Ictop, organizada pelo Departamento de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro (UniRio, set.), e promove nessa ocasião a reunião anual do Icomsur.

Por solicitação do ICOM, o comitê brasileiro contata algumas instituições e museus brasileiros que tenham tido problemas de roubos em sua coleções, e pede material informativo para a publicação do ICOM Cem objetos desaparecidos na América Latina e no Caribe. Ester Valente, membro do comitê brasileiro, participa da reunião anual do Ceca, na Índia.

Em novembro, Alpha Konaré ganha o prêmio ICOM-Brasil, na categoria personalidade internacional. O Museu de Arte Moderna da Bahia

e Paulette Olcina ganham os prêmios “museu ideal” e “tradição ICOM”, respectivamente.

O comitê brasileiro organiza as eleições para sua nova diretoria (1993-1996). São eleitos Lourdes Horta, presidente, Vera Alencar, secretária-geral, e Magaly Cabral, tesoureira.

1994 / 1995

Organiza-se a primeira Reunião de Profissionais de Museus do Conjunto dos Países Árabes em Amã, Jordânia (26-30 abr.), em cooperação com o Departamento de Antiguidades do Reino Hashemita da Jordânia. Publicação do primeiro número da *Carta dos Museus Árabes* e do *Repertório de Museus dos Países Árabes*.

Oficina regional sobre o tráfico ilícito de bens culturais, Bamako, Mali (out. 1994).

Publicação de *Pilhagens na África*, segundo número da série “Cem Objetos Desaparecidos”.

Realiza-se a 14ª Reunião Anual do ICOM/LAC em Cuenca, Equador.

Realiza-se a 17ª Conferência Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 1-7 jul. 1995). Tema: “Museus e comunidades”. Seis resoluções: museus e comunidades; proteção do patrimônio cultural durante um conflito armado; convenções que regem a integridade física e jurídica do patrimônio cultural; formação nos museus e sensibilização planetária; desenvolvimento das tecnologias de informação, e ensaios nucleares.

Publicação, em maio, do estudo sobre a autonomia dos museus na África, no âmbito do programa Africom, e sobre o tráfico ilícito de bens culturais na África.

Publicação de uma nova série intitulada “Cadernos de Estudos” dos comitês internacionais do ICOM. O primeiro número é dedicado ao comitê de conservação.

Publicação do *Guia das Administrações dos Museus da Europa*.

O ICOM cria um servidor de informações na Internet e estimula os museus a se conectarem a esse novo meio de comunicação.

Realiza-se oficina regional sobre o tráfico ilícito de bens culturais, a cargo da Organização Regional do ICOM para a América Latina e o Caribe, em colaboração com a Unesco, em Cuenca, Equador.

Programa de enriquecimento profissional (PEP): reunião na sede da Aspac em Calcutá, Índia, referente à documentação informatizada nos museus, às publicações assistidas por computador, à produção de CD-ROMs e videocliques.

Restituição de vários objetos divulgados na publicação *Pilhagens na África*.

Adoção da segunda fase do programa Africom, Adis Abeba, Etiópia (10-17 nov.).

Em dezembro de 1995 o ICOM tem mais de 11 mil membros regulares em 108 comitês nacionais e 25 comitês internacionais. O secretariado é composto por dez pessoas.

Acreditamos ser importante informar aos membros que nenhuma das atividades das quais participamos no exterior ou no Brasil representou ônus para o comitê brasileiro, e que mesmo as atividades organizadas pelo comitê tiveram seus benefícios absorvidos pelas despesas com as novas atividades para os membros.

Fontes

Arquivos ICOM/Mouseion/Amicom-br - Associação de Membros do ICOM

Arquivos particulares ICOM / Fernanda de Camargo Moro

Arquivos particulares ICOM / Lourdes Novaes

Almeida, Paulo de Camargo e. *Anotações I, 1930-1948*

Moro, Fernanda de Camargo. *Pendimentos* (no prelo)

Documentos administrativos do ICOM-Brasil

Documentos administrativos do ICOM

Museum v.32, n.3, 1980

Notícias do ICOM (*Nouvelles de l'ICOM; ICOM News*)

Parte 2

Proposta para uma Política Nacional de Museus (1985)

ICOM-Brasil

Associação Paulista de Museólogos - Asspam

Associação de Museólogos da Bahia - AMB

Documento encaminhado ao Ministro da Cultura

Proposta para uma Política Nacional de Museus (1985)

Excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura ¹

Os museólogos da Bahia e de São Paulo, através de suas entidades de classe, a saber: Associação de Museólogos da Bahia e Associação Paulista de Museólogos, e o Comitê Brasileiro do ICOM – Conselho Internacional de Museus, reunidos em Brasília, especialmente para, a partir da existência de um Ministério da Cultura, discutir as bases de uma política cultural, vêm – neste momento em que todo o país se organiza em torno da luta pela convocação e realização de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática – manifestar sua esperança e disposição de luta para que se estabeleça uma ordem social justa. E, nesse quadro geral de transformações qualitativas e estruturais, expressar sua convicção e sua disposição de contribuir para o estabelecimento de uma política cultural resultante da audiência prévia, não apenas às comunidades artísticas, científicas e profissionais, mas também à sociedade como um todo. É dentro desta política cultural, ampla, aberta e participatória, que os museólogos esperam ver claramente definida a política de preservação e comunicação do patrimônio cultural e, dentro dela, a museológica, para a qual encaminham a V. Ex.^a as considerações e recomendações a seguir:

Considerações:

- a) não existe uma política adequada para a criação de museus, resultando na existência de instituições abertas ao público sem uma estrutura apropriada de funcionamento;
- b) o ato de criação de museus vem se dando, muitas vezes, sem observância de critérios, registrando-se casos em que se constata, inclusive, a inexistência de um acervo específico. Outras vezes, a criação de museus vem-se dando tomando-se como base a existência de coleções que, na maioria das vezes, não representam a comunidade a que se destinam e da qual emergem;

¹ Carta encaminhada ao Ministro da Cultura José Aparecido de Oliveira, em 1985, em que o ICOM-Brasil assina junto com a Associação Paulista de Museólogos e Associação de Museólogos da Bahia apresentando propostas referentes à implantação de uma política nacional para os museus brasileiros.

- c) devido à inexistência de critérios para a implantação de museus, registra-se, em grande número, a presença dessas instituições, de uma mesma categoria, em um mesmo local;
- d) a conservação e preservação dos bens móveis vêm sendo efetuadas de maneira inadequada, sem a presença do técnico especializado e equipamentos necessários, resultando, em muitos casos, na perda total das coleções;
- e) a maioria dos museus está dissociada do momento histórico, permanecendo com estruturas retrógradas, servindo apenas para uso de turistas e de uma “elite intelectualizada”;
- f) a inadequada aplicação dos recursos destinados aos museus, aliada à escassez e rigidez de verbas e à centralização destes recursos pelas autoridades de tutela, torna os dirigentes desses órgãos verdadeiros mendicantes, contribuindo para uma situação cada vez mais crítica dessas instituições;
- g) a nomeação, sem concurso e sem prova de competência, para funções que exigem qualificação, vem tornando os museus instituições onde estão lotadas pessoas agraciadas pelo nepotismo e pelo clientelismo, impedindo que técnicos especializados ocupem os espaços a que têm direito, dotando os museus de pessoal capaz de exercer as funções inerentes a seus cargos;
- h) a inobservância das normas para preservação do patrimônio cultural vem ocasionando a dispersão do acervo através da venda fraudulenta, roubo e outras formas de desaparecimento;
- i) até o presente momento, tem-se dado ênfase à preservação de bens móveis e imóveis, deixando de lado um aspecto fundamental da nossa cultura, qual seja a documentação, dinamização e comunicação dos bens intangíveis;
- j) a mensagem transmitida pelos museus através das montagens de exposições e dos meios de informação utilizados vem-se processando, de modo geral, de forma amadorística, obtendo-se como resultado a não interação entre o público e o conteúdo apresentado;
- l) os museus, na sua maioria, não vêm exercendo a função didática a que se destinam, constatando-se a ausência de setores educativos com pessoal adequado para executar programas específicos com professores e escolares;

- m) a inexistência, na maioria dos museus, de programas emergentes e voltados para a comunidade onde se acham inseridos, vem tornando essas instituições distantes da população, fazendo com que deixe de ser cumprido um dos seus principais objetivos que é a sua atuação dinâmica junto à sociedade;
- n) o número reduzido de cursos de museologia em nível de graduação e pós-graduação existentes no país, centralizados nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, é insuficiente para atender a grandeza geográfica, o número significativo de museus e o potencial cultural do país.

Recomendações:

- a) seja adotada uma política museológica para o país, tomando como base o papel que o museu deve desempenhar na sociedade, ouvindo os profissionais da área, devidamente regulamentados pela Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984, e congregados em suas associações de classe, ouvidos também os cursos de formação de museologia existentes no país;
- b) o Programa Nacional de Museus seja reestruturado, sobretudo levando-se em consideração as diversas características regionais, com representatividade e ação executiva nos estados do país;
- c) sejam tomadas todas as providências para que as informações atualmente centralizadas pelo Programa Nacional de Museus, em nível tanto nacional quanto internacional (realização de cursos, intercâmbios e bolsas de estudo), sejam levadas, em tempo hábil, ao conhecimento de todos os profissionais do país, garantindo-lhes uma real acessibilidade;
- d) sejam criados centros de conservação e restauração nas diversas regiões do país, com o aproveitamento de mão de obra local especializada e equipes interdisciplinares, adotando-se programas baseados nas normas técnicas, evitando-se o amadorismo e a improvisação;
- e) sejam destinadas verbas condizentes com as reais necessidades básicas da instituição museu, sem as quais será impossível o desempenho das atividades que lhes são conferidas;

- f) não sejam poupados esforços no sentido de dotar de museólogos os diversos setores dos museus e outros órgãos de preservação do patrimônio cultural e instituições afins, bem como de profissionais com a capacitação técnica necessária para desempenhar funções específicas, sem as quais é inteiramente impossível levá-los a atingir seus objetivos;
- g) sejam criadas condições para que o museólogo desempenhe suas funções não só no âmbito interno do museu, mas também estendendo sua atuação na comunidade, em igrejas, casas de cultura, centros sociais urbanos e outras instituições afins, desempenhando funções técnicas e atuando como agente conscientizador da necessidade de preservação do nosso patrimônio;
- h) a preservação e dinamização do nosso patrimônio não se restrinjam a monumentos e coleções, mas que seja dada a devida atenção à preservação de bens não tangíveis como, por exemplo, a nossa tradição oral que estamos perdendo;
- i) os museus acompanhem a evolução do processo histórico, apresentando suas coleções dentro do contexto que as produziu, através de exposições didáticas;
- j) a comunidade seja esclarecida da necessidade de se criarem novos museus a partir de sua produção e raízes culturais, evitando-se a implantação de museus com coleções que não são representativas do seu contexto;
- l) sejam formadas equipes multiprofissionais e interdisciplinares, aliando aos museólogos outros profissionais que os tipos de programações venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;
- m) as programações dos museus, voltadas para a comunidade, sejam efetivadas com base em seus interesses, realizando uma troca de experiências, sem o que será impossível uma verdadeira interação;
- n) sejam empreendidas gestões junto ao Ministério da Educação, no sentido de serem aperfeiçoados os cursos de museologia já existentes e ampliando o número de núcleos de formação profissional, de forma a atender as necessidades regionais e nacional;
- o) a indicação de pessoal para ocupar funções e cargos técnicos

g. sejam criadas condições para que o museólogo desenvolva suas funções não só no âmbito interno do museu, mas também estendendo sua atuação na comunidade, em igrejas, casas de cultura, centros sociais urbanos e outras instituições civis, desempenhando funções técnicas e atuando como agente conscientizador da necessidade de preservação do nosso patrimônio;

h. a preservação e divulgação do nosso patrimônio não se restrinjam a monumentos e coleções, mas que seja dada a devida atenção à preservação de bens não tangíveis como, por exemplo, a nossa tradição oral que estamos perdendo;

i. os museus acompanhem a evolução do processo histórico, apresentando suas concepções dentro do contexto que as produziu, através de exposições didáticas;

j. a comunidade seja esclarecida da necessidade de se criar novos museus a partir de sua produção e raízes culturais, visando-se a implantação de museus com coleções que não são representativas do seu contexto;

k. sejam formadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

l. sejam formadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

m. os programas dos museus, voltados para a comunidade, sejam realizados a partir de seus interesses, realizando uma troca de experiências e de conhecimentos com os museus de outras localidades, nacionais e internacionais, sem o que será impossível uma verdadeira interação;

n. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

o. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

p. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

q. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

r. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

s. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

t. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

u. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

v. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

w. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

x. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

y. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

z. sejam criadas equipes multi-profissionais e interdisciplinares, visando aos museólogos outros profissionais que os tipos de trabalhos grandes venham a requerer para execução dos trabalhos educacionais e de pesquisa a que os museus se propõem;

p. na estruturação administrativa do Ministério da Cultura, seja previsto como pré-requisito para o provimento dos cargos e funções de assessoramento técnico-museológico, além da formação profissional, o comprovado exercício anterior e a experiência na área específica da museologia.

Brasília, 07 de maio de 1985.

Manoel Augusto Pass Nunes
Presidente da Associação de Museólogos do Brasil

Valdira Russo Câmara Quatieri
Presidente da Associação Paulista de Museólogos

Frederico Casagrande
Presidente do Conselho Brasileiro de Itens
- Conselho Internacional de Museus

20.378

específicos da área de museologia seja efetivada em estrita observância da Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que regulamenta o exercício da profissão de museólogo;

- p) na estruturação administrativa do Ministério da Cultura, seja previsto como pré-requisito para o provimento dos cargos e funções de assessoramento técnico-museológica, além da formação profissional, o comprovado exercício anterior e a experiência na área específica da museologia.

Brasília, 7 de maio de 1985.

Manoel Augusto Paes Nunes

Presidente da Associação de Museólogos da Bahia

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri

Presidente da Associação Paulista de Museólogos

Fernanda Camargo de Almeida Moro

Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM -
Conselho Internacional de Museus

Parte 3

Museus e Comunidades no Brasil:
realidade e perspectivas

1º Encontro Nacional do ICOM-Brasil,
Petrópolis, 1 a 5 de maio de 1995
(Documento Final)

Introdução

O 1º Encontro Nacional do ICOM-Br, promovido pelo Comitê Nacional Brasileiro do ICOM, em sua nova gestão iniciada em dezembro de 1993, teve lugar no Museu Imperial, em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, na semana de 1 a 5 de maio de 1995, reunindo 130 profissionais de museus e estudantes de Museologia de todo o Brasil. A representatividade atingida neste Encontro ficou patente com a participação de profissionais dos estados de Amazonas, Pará, Roraima, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A troca de experiências propiciada pelo encontro de profissionais das mais diversas formações e instituições e das diferentes áreas de atividades do universo museológico foi enriquecida com o trabalho de grupos e no “mercado de ideias” em que os projetos em desenvolvimento foram apresentados. A metodologia proposta para o Encontro reuniu os participantes em Grupos de Interesse, de acordo com as diferentes especialidades e correspondentes aos Comitês Internacionais do ICOM, a saber: Museologia (Icofom), Documentação (Cidoc), Educação (Ceca), Museografia e Exposições (Icamt/Icee), Conservação e Segurança (ICOM-CC/ICMS), Relações Públicas e Marketing (MPR), Museus de Arte (Cimam/ICFA), Museus de Arqueologia e História (Icmah) e Museus Regionais (ICR). Outras áreas de interesse não foram enfocadas por falta de participantes inscritos. Apesar de não ter havido inscrições em número suficiente para a formação de um grupo sobre o Treinamento de Pessoal (Ictop), todos os grupos abordaram a problemática da Formação de Pessoal em suas áreas específicas, considerando o compromisso e a responsabilidade para com as comunidades em que atuam os Museus em sua nova dimensão social e comunicacional.

O Encontro, organizado como preparação e contribuição para a Conferência Geral do ICOM a se realizar em Stavanger, Noruega, em julho de 1995, enfocou a problemática da relação dos Museus com as Comunidades, tendo como base a realidade e as perspectivas dessa interação no contexto brasileiro. Reportando-se ao tema central proposto pelo ICOM para a Conferência Geral, os grupos iniciaram seus trabalhos fazendo a crítica do texto de divulgação produzido pelos organizadores daquela Conferência, pelo enfoque nitidamente “eurocêntrico” com que está formulado, considerando como questões fundamentais e centrais a

serem discutidas aquelas que refletem a situação de conflito por que vêm passando os países europeus, e deixando em segundo plano os graves problemas políticos e sociais que afetam os países do continente africano e asiático, sem falar nos conflitos sociais e políticos de igual gravidade que se manifestaram nas Américas, em especial na América Latina.

O documento que se segue é uma síntese das discussões dos grupos, cujos participantes incluíam profissionais que ainda não estão filiados ao ICOM (a maioria) representando instituições dos mais diversos tipos e naturezas, públicas e privadas, de caráter governamental em nível federal, estadual e municipal, empresas públicas e privadas, profissionais autônomos e estudantes de Museologia.

Paralelamente ao tema principal do Encontro, realizaram-se sessões de debate e questionamento sobre a missão e a função do ICOM no Brasil, o papel do Comitê Nacional no desenvolvimento da museologia no país e no apoio às instituições e aos profissionais de museus.

Em todas as discussões procurou-se discutir os dois temas no contexto da realidade brasileira, como um aspecto reflexivo da realidade latino-americana, examinando as perspectivas de ação no interesse das comunidades locais e no tocante a uma atuação do ICOM-Br que venha a configurar-se mais efetiva e importante no panorama nacional. Deste modo acreditamos poder contribuir para o debate internacional da comunidade museológica, reunida na Noruega, com um aporte significativo, e que venha a colocar o tema escolhido para a Conferência Geral em um nível mais amplo e universal.

Postulados Gerais

De cada documento apresentado pelos Grupos de Interesse, extraíram-se *postulados básicos* que refletem a visão dos profissionais dos museus brasileiros sobre a relação Museus e Comunidades em nosso país. *Nossa visão sobre a questão baseia-se na crença de que:*

- 1) os museus são espaços democráticos para as manifestações culturais socializadas, que reforçam a identidade das comunidades locais, tornando-se pontos de referência regional;

- 2) os museus possibilitam o fomento e a difusão do conhecimento científico e empírico da realidade cultural local;
- 3) os museus têm uma função socioeducativa de base, a serviço do desenvolvimento comunitário e da compreensão dos ecossistemas;
- 4) os museus são agentes catalisadores e socializadores do conhecimento, como espaços referenciais da memória dos grupos, com base na pluralidade cultural;
- 5) os museus são incentivadores da preservação da identidade regional, levando à reflexão sobre a realidade sociocultural local, e à sua ressonância em nível nacional e internacional;
- 6) a preservação e o conhecimento do Patrimônio coletivo levam à constituição da “Herança Cultural”, como base da identidade das comunidades e de seu processo de desenvolvimento;
- 7) a ação da museologia caracteriza-se, singularmente, por sua capacidade de transformar o “Patrimônio” coletivo em “Herança Cultural”;
- 8) a implementação dos processos museológicos deve reconhecer as diferentes comunidades a que se dirigem, procurando adequar as estratégias de ação e os procedimentos metodológicos às peculiaridades dos diferentes grupos sociais;
- 9) a ação museológica deve garantir a participação das comunidades envolvidas em todas as etapas do processo, considerando-se que a Museologia permite a transferência de seus conhecimentos específicos, de seus métodos e técnicas de atuação a grupos “não especializados”;
- 10) as múltiplas possibilidades de aplicação dos processos museológicos e museográficos são meramente diferenças metodológicas que vêm enriquecer a unicidade da teoria museológica;
- 11) a formação de pessoal de museus deve considerar as novas demandas e necessidades das comunidades, buscando a preparação de profissionais críticos e capazes de atuar como mediadores na relação entre a Preservação do Patrimônio e o Desenvolvimento Comunitário;
- 12) como “espaços de memórias”, os museus podem ser os locais onde o “passado” e a “história” funcionem como suporte para

o debate das questões cruciais das comunidades, instrumentalizando-as para o exercício de um senso crítico da realidade contemporânea;

- 13) qualquer ação ou processo museológico deve partir de um profundo conhecimento das comunidades a que se dirige, considerando-se a existência de inúmeras comunidades em um determinado espaço social, que se sobrepõem e se entrelaçam na rede social;
- 14) em sua inter-relação com as comunidades, os museus devem buscar o confronto das diferentes versões e possibilidades de interpretação, dialogando com o imaginário e o nível de informação dos diferentes grupos, buscando atender às múltiplas demandas e intermediando suas relações e conflitos;
- 15) os museus tradicionalmente têm sido espaços de valorização da cultura dos grupos dominantes, de homogeneização das diferenças e de imposição de uma única visão do mundo. A dessacralização dos museus é o primeiro passo para garantir o crescimento sociopolítico e cultural, multiplicando as visões de mundo e estimulando o espírito crítico dos indivíduos e comunidades. Neste sentido podem exemplificar a teoria do *empowerment*, proposta por Paulo Freire, no campo da alfabetização cultural.

Grupos de Interesse – síntese dos relatórios finais

Para sistematizar a abordagem do tema, cada grupo orientou suas discussões com base em quatro tópicos propostos pela organização do Encontro, desenvolvidos à luz de cada área específica de atividade:

- a) como o seu museu relaciona-se com a comunidade?
- b) que tipo de relação existe entre sua área de atividade e a comunidade? Potencialidades, limites e obstáculos.
- c) que possibilidade você vê de envolver a comunidade em sua área de atuação?
- d) que benefícios podem decorrer dessa interação?

Grupo de Interesse sobre Documentação (Cidoc)

Realidade atual

- de modo geral, as comunidades não têm acesso aos trabalhos dos setores de documentação dos Museus. A área ainda funciona como uma espécie de “gueto”, a que só os técnicos têm acesso. O público tem acesso apenas aos produtos do trabalho de documentação, através das etiquetas e legendas das exposições, catálogos e publicações;
- a dificuldade de acesso é reforçada pelas exigências da conservação e da segurança dos materiais documentais;
- a comunidade científica que realiza estudos e pesquisas nos arquivos não é aproveitada como apoio ao trabalho de documentação;
- o pessoal da área não tem a visão e os recursos para facilitar a interação dos museus com as comunidades.

Perspectivas e Potencialidades

- a documentação e seus métodos podem ser colocados a serviço das comunidades (científica, escolar, leiga) através da divulgação e do ensino das normas de catalogação e dos processos de pesquisa, pela demonstração detalhada dos registros e documentação relativos a algumas peças da exposição, levando ao público e às comunidades o conhecimento que pode ser utilizado em suas próprias coleções, objetos e documentos;
- as dificuldades para o acesso à documentação podem ser superadas através do uso das novas tecnologias de informatização e multimídia. O acesso aos arquivos de documentação pode ser facilitado ao público em geral, levando-o à compreensão do processo e de sua importância;
- a comunidade científica que utiliza os recursos da documentação museológica pode ser envolvida no apoio aos trabalhos do setor;
- as pesquisas documentais podem ser divulgadas por meio da edição de catálogos comentados, por terminais de consulta informatizados, CD-ROMs etc.

- é possível colocar os procedimentos e processos técnicos da documentação a serviço do desenvolvimento das comunidades, conscientizando-as sobre a importância da produção do conhecimento e do uso dos bens culturais;
- propõe-se assim uma ação de “documentação participativa” a serviço da cidadania, considerando-se a memória coletiva e comunitária como uma das fontes de informação sobre as coleções e desenvolvendo-se ações alternativas de memória oral, produção de vídeos, campanhas de coleta do acervo familiar e círculos de memória da terceira idade.

Grupo de Interesse sobre Educação (Ceca)

Realidade atual

- considerando a diversidade cultural brasileira e as diferentes realidades socioeconômicas e regionais, não é possível falar em “comunidade”, mas em “comunidades” específicas com as quais se estabelecem relações em diferentes momentos;
- as diferenças socioeconômicas e culturais se refletem nos acervos dos museus, espaços de valorização da cultura de grupos dominantes, em detrimento das minorias marginalizadas, e de homogeneização das diferenças, através de uma única “visão de mundo”;
- a maioria dos museus resulta de iniciativas governamentais; entretanto, algumas iniciativas foram incorporadas pelas comunidades, ou empreendidas por elas; uma vez concretizadas, essas iniciativas podem ser transformadoras de sua visão do mundo;
- a mobilização dos diferentes segmentos sociais e a ação participativa decorrem de atitudes pessoais de profissionais da área, através de uma ação de respeito e valorização das diferenças culturais;
- as áreas educativas não são ainda reconhecidas como fundamentais pelos demais profissionais dos museus;

- é necessário o reconhecimento institucional dos programas educativos para garantir a sua continuidade. A ação educativa só apresenta resultados efetivos a longo prazo. A descontinuidade das políticas institucionais prejudica as ações de longo prazo.

Perspectivas e Potencialidades

- os profissionais da educação em museus acreditam que seu trabalho é um fim e os bens culturais são um meio para o desenvolvimento cultural das comunidades;
- o objetivo desses educadores é atender aos diversos públicos existentes na diversidade cultural brasileira, buscando maior abrangência de ação, valorização das ações humanas e estímulo ao espírito crítico do indivíduo em relação à realidade;
- procurando fazer do museu um espaço aberto a todos os tipos de público, é possível desenvolver programas visando a dessacralização desses espaços e a participação crítica do público visitante nas questões temáticas das exposições, do ambiente, da região e da realidade à sua volta;
- o sistema de educação formal é uma “comunidade” atendida sistematicamente pelos educadores de museus. É necessário trabalhar junto aos professores, como agentes multiplicadores, para a melhor utilização pedagógica do museu, e, partindo dos alunos, atingir as famílias e as comunidades (programas de memória oral, pesquisa e coleta de objetos e iconografia etc.);
- é possível compensar a formação diversificada dos educadores de museus através de programas de treinamento, visando a educação continuada desses profissionais e sua capacitação para o trabalho com as comunidades.

Grupo de Interesse sobre Museografia e Exposições (Icamt/Icee)

Realidades atuais

Os limites e obstáculos para a inter-relação dos museus com as comunidades estão localizados:

- 1) na inexistência de políticas culturais que estabeleçam diretrizes para os museus, em nível federal, estadual e municipal, gerando:
 - 1.1) ausência de verbas e apoio governamental;
 - 1.2) falta de treinamento adequado dos profissionais da área, e a consequente ineficiência dos programas museológicos junto às comunidades;
- 2) na falta de uma política sistemática de conservação preventiva dos acervos, que possibilite sua devolução e exposição ao público através de exposições e programas;
- 3) na deficiência dos sistemas de comunicação visual, que dificulta o acesso dos diferentes segmentos comunitários aos museus e às exposições (inadequação das linguagens museográficas e museológicas);
- 4) em exposições permanentes defasadas e obsoletas, que não cumprem seu papel comunicativo e significativo para as comunidades;
- 5) na inadequação dos espaços físicos dos museus para o desenvolvimento de projetos museológicos e de uma museografia atualizada.

Perspectivas e Potencialidades

- organização de exposições temporárias e itinerantes que permitam a abertura do diálogo com as comunidades, com temas de interesse para os diferentes grupos sociais;
- levantamento do perfil da comunidade visando uma adequação das linguagens museológicas e museográficas;

- programas de treinamento de pessoal, extensivo a membros da comunidade;
- intensificação e aperfeiçoamento de programas educativos e culturais, que possibilitem a participação das comunidades em todas as etapas dos projetos museológicos e museográficos, respeitando as peculiaridades e linguagens dos diferentes grupos sociais;
- intercâmbio de experiências e técnicas entre os profissionais da área, buscando técnicas museológicas e museográficas alternativas, adequadas a cada região;
- a interação museus-comunidades resultará em
 - 1) incentivo ao exercício da cidadania, a partir do reconhecimento e identificação da memória dos grupos;
 - 2) ampliação do apoio das comunidades aos projetos e ações dos museus, enriquecimento das coleções e formação de bancos de dados sobre a cultura dos diferentes grupos sociais.

Grupo de Interesse sobre Relações Públicas e Marketing (MPR)

Realidade atual

- os esforços institucionais de relacionamento com as comunidades perdem a eficiência e a objetividade em razão da inexistência de programas específicos de Relações Públicas e Marketing e da falta de profissionais especializados;
- a estrutura governamental centralizadora de quase todos os museus não favorece a execução de programas de RP&M, e o direcionamento dos recursos não prioriza esses programas;
- a inexistência de cursos de RP&M para o pessoal dos museus faz que a maioria desses profissionais não absorva a necessidade de divulgar seus serviços e de vender seus produtos;
- o cunho político na criação e proliferação de museus supera o interesse e as aspirações comunitárias, gerando falta de identificação dos grupos sociais com os objetivos dos museus;

- grande parte dos segmentos da comunidade sente-se intimidada pela imponência e formalismo dos edifícios e instalações dos museus; no quadro de prioridades, a ida a um museu está muito atrás de outras necessidades e preferências.

Perspectivas e Potencialidades

- os museus dispõem de grande potencial de atração e de relação com as comunidades, desde que a criatividade e a vontade de seus profissionais superem os limites da burocracia e a ausência de recursos específicos;
- o desenvolvimento de programas de RP&M é ainda um terreno a ser explorado;
- as campanhas de RP&M devem ser orientadas para todos os segmentos sociais e não apenas para os mais privilegiados, através de linguagens simples, de modo a serem absorvidas por todos;
- a valorização da criatividade das comunidades pode ser alcançada mediante a programação de mostras e festivais de arte, música, artesanato e tradições locais, que incentivem a relação do museu com as comunidades;
- a realização de pesquisas para traçar o perfil cultural e social das diferentes comunidades é um requisito primordial para o desenvolvimento de projetos. Nesse sentido, contatos com outros organismos e instituições que possuem esse tipo de dados pode ser de grande utilidade;
- contatos com Associações e Clubes de Serviços Públicos já existentes podem propiciar novos aliados nessa tarefa;
- a criação de quadros de voluntários pode ser outra estratégia de comunicação;
- a divulgação “boca a boca” pode levar à multiplicação progressiva do apoio de grupos privados na manutenção das atividades dos museus, à geração da “mídia espontânea”, ao crescente envolvimento das comunidades nos projetos desenvolvidos, e à maior participação dos museus nas iniciativas locais;
- a permanente avaliação dos objetivos e ações do museu e o treinamento de seus funcionários, com a formação de uma equipe de RP&M, podem levar a estes resultados:

- 1) política institucional mais claramente definida;
- 2) revitalização do quadro profissional da instituição;
- 3) ampliação do número de participantes da comunidade diretamente envolvidos nas atividades do museu;
- 4) transformação dos visitantes passivos em “usuários habituais” dos museus.

Grupo de Interesse sobre Conservação e Segurança (ICOM-CC/ICMS)

O grupo, limitado a seis participantes, não enfocou a possibilidade de relação do Museu com as Comunidades locais. Optou por analisar a problemática interna das instituições, considerando ser essa a primeira “comunidade” a ser trabalhada, objetivando a melhor segurança do acervo e do público.

Grupo de Interesse sobre Museologia (Icofom)

As discussões do grupo tiveram como perspectiva a reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos da Museologia (de acordo com os objetivos do Icofom), considerando até mesmo as questões referentes à formação profissional nessa área. Como resultado dessas discussões o grupo propõe:

- 1) o reconhecimento da Museologia como disciplina aplicada, com a potencialidade de mediar as necessárias relações entre preservação e desenvolvimento; nesse sentido a ação da Museologia caracteriza-se, singularmente, por sua capacidade de transformar o *Patrimônio* em *Herança*. Define-se *Patrimônio* como conjunto de bens fruto das relações do homem com o meio ambiente e com os demais homens, assim como as interpretações dessas relações. Define-se *Herança* como a consciência da existência desse Patrimônio, assumido como conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço. A preservação e o conhecimento do Patrimônio levam à constituição da *Herança*, como base da identidade das comunidades e de seu desenvolvimento;

- 2) a necessidade, por parte da Museologia, de um profundo conhecimento dos segmentos da realidade social correspondente ao seu universo de aplicação;
- 3) a implementação de processos museais que identifiquem e reconheçam as comunidades de diferentes naturezas a que se destinam, e que procurem adequar as estratégias de ação, os procedimentos metodológicos e técnicas aplicados às peculiaridades dessas diferentes comunidades. A avaliação permanente e sistemática desses processos deverá ser incorporada à musealização;
- 4) a garantia da participação das comunidades envolvidas em todas as etapas do processo museológico, considerando que a Museologia permite a transferência de seu conhecimento específico, de seus métodos e técnicas de atuação;
- 5) o reconhecimento do objeto central de estudo da Museologia como um “fenômeno de comunicação”, construído a partir da articulação das múltiplas formas de relação entre o homem e o objeto em um cenário;
- 6) o respeito ao tempo inerente à construção dos fenômenos museais, determinado pelas singularidades das variáveis envolvidas nesses processos;
- 7) o reconhecimento de que as múltiplas possibilidades de aplicação de processos museológicos são meramente diferenças metodológicas, que só vêm enriquecer a unidade da teoria museológica.

Propõe-se assim uma nova ação museológica, capaz de alterar a visão tradicional de museu num país como o Brasil, no qual a identidade reside exatamente na diversidade cultural, considerando-se que o *corpus* teórico de uma disciplina modifica-se na sua relação dialética com a realidade.

Formação de Pessoal

- considerando esses pressupostos, propõe-se que, no Brasil, a formação de pessoal na área da Museologia busque a preparação de profissionais críticos e capazes de atuar como mediadores na relação Preservação e Desenvolvimento, conscientes de que essa ação de mediação contribui para a construção dos valores sociais e para a estruturação da herança cultural;

- nesse sentido, a formação dos profissionais de museus deverá incluir conhecimento e treinamento em três níveis:
 - 1) a estrutura teórica, metodológica e técnica da Museologia;
 - 2) o perfil patrimonial da realidade brasileira em sua diversidade, semelhanças e contrastes;
 - 3) os recursos técnicos e os fundamentos teóricos da Comunicação, e de sua nova tecnologia.

Esse tipo de formação visa capacitar esses profissionais para uma ação social voltada à educação integral; é indispensável, assim, reformular-se a estrutura curricular dos cursos de Museologia, promovendo a interdisciplinaridade e a interação entre as diferentes áreas. É igualmente importante que a Museologia faça parte de outras áreas acadêmicas, responsáveis pela formação de profissionais que venham a atuar em museus.

Grupo de Interesse sobre Museus de Arte (Cimam/ICFA)

Realidade atual

Os museus de arte, em sua maioria, trabalham com comunidades específicas – escolar, acadêmica e artística. Sua relação com essas comunidades se dá através de projetos e ações de curto e longo prazo, dirigidas particularmente a cada grupo, como exposições temporárias, seminários, cursos, palestras, visitas orientadas e outros eventos específicos para atender aos diferentes interesses dessas comunidades.

A atuação muitas vezes restrita das instituições de caráter governamental deve-se a inúmeros fatores, entre os quais a ausência de uma política cultural e educacional em todos os níveis da administração pública, cujas consequências são:

- a deficiência de pessoal especializado;
- a burocracia nas questões gerenciais;
- a carência sistemática de recursos financeiros;
- o desinteresse pelo ensino da Arte;
- a deficiência na formação de professores no campo da Arte;

- o “elitismo” da maior parte dessas instituições, o qual limita sua comunicação com determinadas camadas da sociedade;
- a tendência da “mídia” em geral, de divulgar apenas os museus de grande porte, com *status* social, ignorando a atividade de pequenos museus e distanciando-os ainda mais das comunidades de menor renda.

Perspectivas e Potencialidades

- 1) Ficou clara a necessidade da relação e intercâmbio com as comunidades de todas as faixas sociais, considerando-se que a troca de experiências favorece a ambas as partes. Para tanto, existem várias possibilidades, tais como:
 - envolver a comunidade em todas as etapas de elaboração e implementação dos projetos específicos;
 - desenvolver projetos “extramuros” levando o museu às comunidades que a ele não têm acesso;
 - ousar nas propostas apresentadas, diversificando o tipo de oferta para conquistar novos públicos;
 - revisar a museografia tradicional, possibilitando uma leitura e decodificação dos objetos/fenômenos/processos da Arte em níveis compatíveis com o público não especializado.
- 2) Acredita-se, assim, que a potencialidade da relação Museus-Comunidades constitui-se em:
 - uma alfabetização visual, principalmente das comunidades menos favorecidas, através da decodificação do objeto artístico;
 - uma educação estética e artística que inclui o “fazer artístico”;
 - o desenvolvimento da criatividade, da reflexão e do olhar crítico;
 - a complementação do ensino formal, ampliando o universo de informações;
 - o reforço da identidade cultural, através da identificação e do reconhecimento das diferentes linguagens expressivas.
- 3) Para que se atinja esse nível de relação e de efeitos, é preciso considerar a necessidade de Formação de Pessoal,
 - com a reformulação e atualização dos currículos de Museologia;
 - com a ampliação do número de cursos especializados e de programas de treinamento para a área específica dos Museus de Arte.

Grupo de Interesse sobre Museus de Arqueologia e História (Icmah)

Realidade atual

- nascidos para preservar a memória dos grupos dominantes, os museus de História são instituidores de uma “história oficial”, reproduzindo e reafirmando uma relação de poder frente aos demais grupos sociais;
- a discussão da historiografia contemporânea propõe que a “memória” não é a matéria única do processo de investigação histórica, e pressupõe o diálogo permanente entre teorias interpretativas e o exame das fontes. Na análise dessas fontes (objeto/ documento), fragmentos de memórias individuais e coletivas, está implícita a diversidade, a existência de múltiplas visões de mundo;
- os Museus de História (e de Arqueologia) passam por um momento de redefinição, propondo rever seu papel como espaço de confirmação de uma única versão de história. De modo geral, reconhecem que os conteúdos de suas exposições permanentes não atuam como instrumento de conhecimento histórico, nem servem como parâmetros para uma reflexão crítica sobre a realidade vivida pela comunidade do presente.

Perspectivas e Potencialidades

- o passado e a história podem funcionar como suporte para o debate das questões cruciais das comunidades, instrumentalizando-as para o exercício de uma visão crítica da realidade contemporânea;
- é pelo diálogo com o imaginário e o nível de informação dessas comunidades que os museus poderão desenvolver um trabalho que atenda a demanda e as necessidades dos múltiplos segmentos;
- os museus, como espaços de memória, devem propor o confronto das várias versões e possibilidades de leitura crítica do processo histórico;

- a inter-relação com as comunidades será estabelecida uma vez que se encontre a intermediação entre os parâmetros dos vários grupos e os conhecimentos técnicos dos profissionais de museus;
- como espaços de pesquisa científica, os museus não podem abdicar da responsabilidade da análise e da reflexão permanentes.

Grupo de Interesse sobre Museus Regionais (ICR)

Realidade atual

- os museus regionais atuam em espaços físicos onde manifestações culturais são vivenciadas por grupos sociais que buscam sua identidade através de códigos, normas e condutas próprias;
- o grupo de trabalho abordou a realidade dos diferentes tipos de museus regionais, de caráter governamental e privado, museus de universidades ou geridos pela comunidade, incluindo um museu indígena, o Museu Magüta, instalado e administrado pela comunidade Ticuna, do Alto Solimões, na Amazônia, declarado o “museu-símbolo” de 1995 pelo Comitê Brasileiro do ICOM e por todos os participantes do 1º Encontro Nacional;
- os obstáculos e limites à ação dessas instituições são, em síntese:
 - > a mistificação do “exótico” em detrimento dos traços culturais representativos da cultura local (reprodução da visão etnocêntrica);
 - > a qualificação insuficiente do pessoal que atua tecnicamente, acarretando uma prática insegura, amadorística e provisória, que compromete as ações desenvolvidas;
 - > a falta de infraestrutura mínima para o funcionamento adequado, como espaço físico, equipamentos, pessoal de apoio, segurança, materiais de trabalho e de tratamento das coleções;
 - > a falta de comunicação entre as instituições museológicas, dificultando o intercâmbio técnico;
 - > a insuficiência do trabalho de pesquisa e de aprimoramento do pessoal, levando a resultados deficientes nas ações;
 - > a interferência política nas ações dos museus e o descompromisso dos órgãos governamentais;

- > a falta de orçamento e de recursos mínimos para o desenvolvimento das atividades;
- > a falta de autonomia financeira, administrativa e de recursos humanos;
- > o desinteresse dos órgãos responsáveis pelos museus perante o resultado de suas ações;
- > a dificuldade de acesso a bibliografias especializadas.

Perspectivas e Potencialidades

- A relação entre Museus Regionais e Comunidades se faz através de:

1. *ações articuladas e provocativas*, que contribuem para o enriquecimento da cultura local. Através delas os museus podem ser:

- > agentes catalisadores e socializadores do conhecimento, cumprindo uma função socioeducativa de base no desenvolvimento comunitário e na compreensão dos ecossistemas;
- > espaços democráticos para as manifestações culturais socializadas, os quais reforçam a identidade local, tornando-se referências regionais;
- > espaços referenciais de memória local, a partir da pluralidade cultural, incentivando a preservação da identidade comunitária, levando à reflexão sobre a realidade sociocultural local, e criando ressonância em nível nacional;
- > instrumentos de fomento e de difusão do conhecimento científico e empírico da realidade cultural.

2. *dinamização museológica*, baseada na recriação do patrimônio coletivo a partir de práticas que se caracterizam como:

- > ações didático-pedagógicas voltadas para o ensino de 1º e 2º Graus,¹ e funcionando como suporte prático-teórico para acadêmicos e pesquisadores;
- > ações técnicas de preservação, manutenção e conservação do Patrimônio, promovendo o entendimento desse Patrimônio como um conceito abrangente, estendido às relações sociais e à integração do homem com a natureza;
- > estímulo à pesquisa e ao levantamento da memória oral, e à produção de materiais de suporte documental, educativo e promocional;

1 Hoje correspondentes ao ensino Fundamental e Médio. (N.E.)

- > revitalização da autoestima do grupo social através da valorização da identidade coletiva e individual.
- O compromisso e a determinação dos profissionais e leigos, que mesmo sem preparo técnico desenvolvem as diversas atividades, são a garantia dessas perspectivas e potencialidades, e da efetividade da ação dos museus regionais inseridos em suas comunidades.

Componentes dos Grupos de Interesse I Encontro Nacional do ICOM-Brasil “Museus e Comunidades no Brasil: realidade e perspectiva”

Grupo de Interesse sobre Documentação (Cidoc)

Beatriz Augusta C. Cruz
Begonha Bediaga
Célia Regina Araújo Alves
Maria Cecília Monteiro da Silva
Maria de Fátima Moraes Argon
Maria Olímpia M. Dutzmann
Neibe Cristina Machado da Costa
Valdemil Maria Frutuoso
Vânia D. E. de Oliveira
Verônica Maria Menezes Nunes
Contribuição: *Mário Chagas*

Grupo de Interesse sobre Educação (Ceca)

Adriana Mortara de Almeida
Ana Maria Fonseca Medina
Angela M. C. da Motta Telles
Camilo de Mello Vasconcellos
Clara Maria Monteiro
Cláudia Porto
Dirlene Silva Diório
Edilamar Pereira Lopes
Elizabeth Neves Pires
Gabriela S. Wilder
Judith Mader Elazari

Liana R. T. Ocampo
Luís Cláudio da Silva
Luiz Antônio Côrtes
Márcia Moura da Silveira
Maria Luíza Rocha Melo
Maria Sônia Santos Carvalho
Maria Stella de Paula Ladeira Marinaide
Marisa Guadalupe Plum Gonçalves
Mônica de Oliveira
Neyda Bastos da Silva
Odalice Miranda Priosti
Regina Célia de Moura Gomide Belisário
Sandra Vissoto Santos
Swami Portella Peixoto
Telma Rosita Andrade
Vera de Oliveira
Walter Vieira Priosti

Grupo de Interesse sobre Museografia e Exposições (Icamt/Icee)

Alexandre Delarue Lopes
Conceição A. Duarte Geraldo
Daniele França Sampaio Cunha
Helôisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa
Iara Valdetaro Madeira
Lúcia Maria da Silva Machado
Luisa Marcia Gomes de Mattos Rocha
Manoel Camurugi Filho
Maria Cecilia Schmidt de Arruda
Maria Helena Duboc Andrés
Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro
Ticiane Carreira Magalhães da Rocha
Vilma Lúcia Sousa Santos
Walkyria Mollica do Amarante
Yara Mattos

Grupo de Interesse sobre Relações Públicas e Marketing (MPR)

Ana Maria Neves Roldão Godinho Ferreira
André Andion Angulo

*Christiane Mandia Myra
Cláudia Caroli
Dejanira Terezinha Cheihn
Lúcia Maria de Souza Viana
Marcelo Henrique Martins
Maria das Graças Duvanel Rodrigues
Maria Francisca Gouveia Ribeiro
Maria Marta Melro de Macedo
Maurício de Barcellos Sant'Anna
Rosane Maria Rocha de Carvalho
Wilsali P. Hobmeir*

Grupo de Interesse sobre Conservação e Segurança (ICOM-CC/ICMS)

*Beatriz de Vick Carvalho
Eryx A. Sholl
John Gilbert Spangler
Maria Estela Belmino de Almeida
Marta Gerude
Sueli Cristina Sakuragui*

Grupo de Interesse sobre Museologia (Icofom)

*Ana Cristina Leo Barcello Evres
Cristina Rizzi
Jair Lima Alves
José Luiz Fernandes Alfonso
Marcelo M. Araujo
Maria Cristina O. Bruno
Marília X. Cury
Marina Zuleika Scalassana
Mercedes Rosa
Regina Márcia Moura Tavares*

Grupo de Interesse sobre Museus de Arte (Cimam/ICFA)

*Daniele Galvão Pestana
Edson Machado
Elizabeth Baez
Fátima Marota Henriques
Fernanda Pinheiro de Oliveira
Luiz Antônio da Silva Matos Filho*

Maria Célia Chaves Ribeiro
Maria Helena Lindenberg
Rosângela Brito
Vera de Alencar
Vera Forman

Grupo de Interesse sobre Museus de Arqueologia e História (Icmah)

Carmem Silvia Lemos
Iolanda Silva dos Santos
Jonas Soares de Souza
Ricardo Nogueira Bogus

Grupo de Interesse sobre Museus Regionais (ICR)

Anicleide Zequini Rossi
Elena Campo Fioretti
Gelci José Coelho
Kátia Lúcia T. Valente
Maria Regina M. Furtado
Maria Zélia G. G. Jacob
Nilva Alves Pereira
Roseli de F. Barreto
Sinvaldo do Nascimento Souza

Coordenação Geral do Encontro

Maria de Lourdes Parreiras Horta
Presidente ICOM-BR
Magaly de O. Cabral Santos
Diretora-Tesoureira ICOM-BR
Vera Alencar
Diretora-Secretária ICOM-BR

Secretaria Executiva

Yara Santos
Maria das Graças Duvoanel
Ana Maria Ribeiro Domingues

Síntese do Documento Final

Maria de Lourdes Parreiras Horta

Parte 4

O Comitê de Educação e Ação Cultural (Ceca)
e a promoção da educação em museus no Brasil

Apresentação

*Beatriz Cavalcanti de Arruda*¹

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) promove o intercâmbio de informações científicas, o desenvolvimento de padrões profissionais, regras e recomendações com relação a diferentes tipologias e áreas museológicas e implementa seus programas por meio de 31 comitês internacionais. A responsabilidade com relação à promoção de diferentes aspectos da educação em museus, a formulação de políticas educativas e o diálogo entre educadores e profissionais interessados na área fica a cargo de um desses grupos internacionais, o Comitê de Educação e Ação Cultural (Ceca).

O Ceca organiza conferências internacionais desde 1968,² e a participação de brasileiros nesse grupo tem se ampliado consideravelmente nas últimas décadas. Em meados da década de 1990, membros brasileiros do Ceca internacional encontraram condições propícias para a criação do braço nacional desse comitê. Denise Coelho Studart relata a criação do Ceca-Brasil:³

Em 1995, em assembleia realizada em São Paulo por ocasião do seminário “A museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros”, o comitê brasileiro do ICOM propôs que membros brasileiros afiliados aos comitês internacionais do referido órgão formassem grupos para discutir as questões específicas de suas áreas. Membros do Ceca no Brasil concordaram que seria importante ter uma coordenação que representasse esse comitê no país, a fim de promover um maior intercâmbio de informações e ideias entre os membros do Ceca, criando, então, o Ceca-Brasil.

Com base nos temas propostos pelo Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural para conferências anuais, o Ceca-Brasil tem produzido documentos reflexivos construídos de forma coletiva. Os treze textos elaborados no período de 1996 a 2010, que ora apresentamos, demonstram o espírito colaborativo da produção intelectual do Ceca-Brasil e espelham a conjuntura dos museus e as preocupações dos profissionais brasileiros.

1 Especialista em Museologia e responsável pelo levantamento e organização dos textos do Ceca-Brasil.

2 CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural. Disponível em: icom.museum.

3 STUDART, Denise C. A produção intelectual do Ceca-Brasil nas conferências internacionais do Comitê de Educação e Ação Cultural do ICOM de 1996 a 2004. *Musas*: revista brasileira de museus e museologia, Brasília: Demu/Iphan/MinC, v.1, n.1, 2004.

O artigo “Novas estratégias para comunicação em museus” (Almeida, 1996) pondera sobre o uso das tecnologias de computadores e multimídias nos museus. A questão da avaliação em museus é abordada no texto “Avaliação da educação e ação cultural em museus: teoria e prática” (Almeida, 1997). No documento “Interpretando a diversidade natural e cultural” (Cabral, 1998) discute-se o papel dos museus no trato da questão da diversidade – cultural, étnica, linguística e natural. As transformações geradas pela globalização e a importância dos museus para a construção da cidadania e da inclusão social são colocadas em pauta no artigo “O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade” (Cabral, 2001). Em “Educação em museus: produto ou processo?” (Stuart, 2002) são discutidas as questões éticas relativas ao planejamento, elaboração e execução de programas educativos em museus. O documento “Conceitos que transformam o museu, suas ações e relações” (Stuart, 2003) inventaria conceitos promotores da transformação social e propõe a implementação dos mesmos na prática museológica. “Museus e o patrimônio intangível: o patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural” (Cabral, 2004) realiza uma reflexão sobre as relações entre acervos museológicos e a dinâmica cultural e sobre o papel da educação em museus para a ressignificação do patrimônio intangível. No texto “Parcerias em Educação e Museus” (Cabral, 2005) são abordados os pressupostos para a realização de parcerias entre museus e políticos, patrocinadores, públicos e grupos de interesse. Em “Avaliação das ações educativas em museus brasileiros” (Cabral, 2006) são apresentados os resultados de uma pesquisa sobre avaliação educativa aplicada a museus brasileiros. Já o artigo “Estratégias para trabalhar em conjunto” (Cabral, 2007) apresenta a metodologia do Ceca-Brasil para a redação de textos coletivos e colaborativos, enquanto o texto “Os impactos educativos da relação museus e turismo” (Vasconcellos, 2008) trata das motivações culturais do turismo e do impacto que o turismo pode exercer sobre os museus. O documento “Educação em Museus em um contexto global: o caso brasileiro” (Vasconcellos, 2009) reflete sobre o papel privilegiado dos museus e da educação para o enfrentamento de questões sobre a diversidade cultural em uma conjuntura de globalização. Por fim, o texto “Museus e harmonia social: convivência na diversidade” (Almeida, 2010), que trata do papel dos educadores na aproximação entre os museus e os problemas socioculturais e questiona a aceitação do ideário da harmonia sem os devidos questionamentos.

Parte desse conjunto já foi publicada em *Musas*, no volume 1, de 2004, e agora reunimos todos os textos com o objetivo de evidenciar esse esforço coletivo e reiterado dos profissionais que se preocupam

com as questões educativas e que têm ampliado o diálogo entre os membros do Comitê Brasileiro do ICOM. Os textos aqui reunidos são:

1. ALMEIDA, Adriana Mortara de (Coord.). "Novas estratégias para comunicação em museus". In: Conferência Internacional do Ceca, Viena, 1996.
2. ALMEIDA, Adriana Mortara de (Coord.). "Avaliação da educação e ação cultural em museus: teoria e prática". In: Conferência Internacional do Ceca, Rio de Janeiro, 1997.
3. CABRAL, Magaly (Coord.). "Interpretando a diversidade natural e cultural". In: Conferência Internacional do Ceca, Melbourne, 1998.
4. CABRAL, Magaly (Coord.). "O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade". In: Conferência Internacional do Ceca, Barcelona, 2001.
5. STUDART, Denise. "Educação em museus: produto ou processo?". In: Conferência Internacional do Ceca, Nairóbi, 2002.
6. STUDART, Denise. "Conceitos que transformam o museu, suas ações e relações". In: Conferência Internacional do Ceca, Oaxaca, 2003.
7. CABRAL, Magaly (Coord.). "Museus e o patrimônio intangível: O patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural". In: Conferência Internacional do Ceca, Seul, 2004.
8. CABRAL, Magaly (Coord.). "Parcerias em educação e museus". In: Conferência de Banská Štiavnica/Bratislava, Eslováquia, 2005.
9. CABRAL, Magaly (Coord.). "Avaliação das ações educativas em museus brasileiros". In: Conferência Internacional do Ceca, Roma, 2006.
10. CABRAL, Magaly (Coord.). "Estratégias para trabalhar em conjunto". In: Conferência Internacional do Ceca, Viena, 2007.
11. VASCONCELLOS, Camilo de Mello. "Os impactos educativos da relação museus e turismo". In: Conferência Internacional do Ceca, Montreal, 2008.
12. VASCONCELLOS, Camilo de Mello (Coord.). "Educação em Museus em um contexto global: o caso brasileiro". 2009. In: Encontro Latino-Americano do Ceca, República Dominicana, 2008.
13. ALMEIDA, Adriana Mortara de (Coord.). "Museus e harmonia social: convivência na diversidade". In: Conferência Internacional do Ceca, Xangai, China, 2010.

Novas estratégias para comunicação em museus ¹

Adriana Mortara de Almeida (Coord.) ²

Este texto foi elaborado, em conjunto, por profissionais e pesquisadores de educação em museus e museologia. Procuramos partir das questões propostas pelo Ceca'96 e apresentar algumas reflexões, sempre baseadas na realidade museológica brasileira.

Gostaríamos de destacar a relevância e a pertinência do tema proposto pelo Ceca'96, não só para o setor de educação e ação cultural em museus, mas também para a museologia e o futuro dos museus.

A proposta do Ceca'96 apresenta explicitamente a questão da utilização das novas tecnologias no âmbito da *comunicação*. Por trabalharmos com comunicação, consideramos importante alertar para as diferenças entre o texto em inglês e a versão francesa do folheto de divulgação da conferência. Título e perguntas divergem nas duas traduções. Por exemplo, a primeira pergunta, *What demands does museum communication place upon computers and multimedia technology?* (Quais demandas a comunicação em museus apresenta diante das tecnologias de computadores e multimídias?), aparece na versão francesa como *Quelle influence ont ces nouvelles technologies sur la communication muséale?* (Quais influências têm as novas tecnologias sobre a comunicação museal?). No texto francês parte-se da ideia de que o museu deveria se adaptar às novas tecnologias, ao passo que na versão em inglês pergunta-se como os museus podem aproveitar as novas tecnologias, numa postura que consideramos mais correta.

Assim, apresentamos a seguir os pontos positivos da aplicação das novas tecnologias em museus; em seguida, apresentamos algumas

1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 1996, Viena, Áustria. Publicado nos *Anais do ICOM/Ceca'96* e em *Musas*, v.1, n.1, 2004.

2 O texto apresentado foi organizado por Adriana Mortara de Almeida, coordenadora do Ceca-Brasil (1996 a 2000), e redigido com base nas discussões realizadas em reunião em São Paulo e nas contribuições enviadas por membros do Ceca/ICOM (Adriana Mortara de Almeida, Camilo de Mello Vasconcellos, Cátia Rodrigues Barbosa, Denise Grinspum, Denise Coelho Studart, Magaly Cabral, Marcelo Araujo, Maria Cristina Oliveira Bruno, Maria Margaret Lopes, Marília Xavier Cury e Ricardo Resende) e outros profissionais de museus (Luciana Mourão, Luiz Menna-Barreto, Marco Brandalise de Andrade, Milene Modesto e Nelson Marques).

limitações das novas tecnologias (problemas que permanecem nos museus, independentemente da aplicação de novas tecnologias) e algumas perguntas que podem contribuir para nossa discussão sobre o tema.

Aspectos positivos da aplicação de novas tecnologias em museus

- Para o *gerenciamento* do acervo: facilitação do acesso às informações sobre o acervo e coleções para os profissionais do museu, para pesquisadores e público em geral;
- No campo da *extroversão*: reconhecemos potencialidades das novas tecnologias para o aperfeiçoamento da comunicação museológica, principalmente pela capacidade de armazenar grande quantidade de informações que ficam disponíveis rapidamente. Elas possibilitam, por exemplo, a incorporação das constantes renovações das áreas abordadas nas exposições. Consideramos que as novas tecnologias podem aperfeiçoar vários elementos da *linguagem de apoio* das exposições. Entretanto, é necessário:
 - > fazer estudos das experiências realizadas;
 - > refletir sobre os objetivos do seu uso;
 - > equilibrar com a proposta museológica geral;
 - > contar com a participação dos diferentes profissionais do museu no processo de confecção dos produtos aplicados;
 - > pesquisar o impacto dessas tecnologias na realidade social brasileira, levando em conta outras demandas da sociedade;
 - > utilizar tecnologias no sentido de ampliar o tempo de visitação à exposição, elemento necessário para fruição do visitante;
 - > atentar para o fato de os museus, no Brasil, não acompanharem as inovações tecnológicas no mesmo ritmo de seu aparecimento no mercado.

Limitações das novas tecnologias, problemáticas e responsabilidades que permanecem para o museu

A ampla aplicação de novas tecnologias não descarta responsabilidades e problemáticas anteriores:

- permanente reflexão sobre o papel do museu como espaço de pro-

dução, comunicação e divulgação de recortes patrimoniais e áreas de conhecimento. Reflexão sobre a visão da área de conhecimento apresentada e de como ela se relaciona com o público. (Ex.: de qual visão de ciência partem os museus e como apresentam uma crítica dessa visão para o público?);

- responsabilidade pela fidedignidade das informações apresentadas ao público;
- novas tecnologias não substituem a relação humana, que permite *interação* entre o visitante e o educador do museu. Não consideramos a relação entre o visitante/ usuário e um aparelho/ programa multimídia uma *interação*, pois para que esta ocorra deve haver duas *pessoas* dialogando; podemos denominá-la, então, *interseção*;
- as novas tecnologias não substituem a relação afetiva/emocional entre visitante e objeto museal.

Questões que nos preocupam

- As novas tecnologias podem auxiliar na tarefa de trazer novos públicos para os museus?
- As novas tecnologias contribuem para a socialização e o fortalecimento das relações sociais, ou levam ao maior isolamento das pessoas?
- Como os museus podem enfrentar a sedução/ atração das novas tecnologias no seu discurso museológico sem alterar a relação do público com a evidência material da cultura? Como manter a atratividade dos museus diante da sedução das novas tecnologias?

Assim, consideramos positiva a aplicação de novas tecnologias, dentro das condições aqui apresentadas, porém atentamos para o perigo da homogeneização imposta por essas tecnologias. O processo de globalização nos parece irreversível, mas estamos conscientes da responsabilidade dos museus no sentido da valorização das identidades locais e da resistência ao imperialismo cultural. Além disso, as condições de acesso às novas tecnologias não são iguais.

As novas tecnologias trazem novos desafios aos museus e exigem a revisão dos paradigmas da museologia.

Avaliação da educação e ação cultural em museus: teoria e prática ¹

Adriana Mortara de Almeida (Coord.) ²

Este documento foi elaborado coletivamente, a partir de textos escritos por educadores e museólogos brasileiros e da discussão realizada em reunião do Ceca-Brasil, em 7 de junho de 1997, no Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Pretendemos apresentar aqui alguns pontos gerais sobre a questão da avaliação em museus que possam iniciar uma discussão sobre o tema.

Historicamente, no Brasil como em outros países ocidentais, a avaliação em museus vem a ser valorizada no momento em que o *público* torna-se elemento fundamental do processo museológico, ou seja, a partir do século XX.

Nós, profissionais envolvidos em atividades diretamente relacionadas ao público, sempre nos preocupamos em dialogar com esse público e, frequentemente, avaliamos a ação educativa em museus, porém de maneira informal e assistemática. Essas ações trazem resultados positivos ao valorizarem a participação do público e ao influenciarem o planejamento dos programas museológicos. Entretanto, precisamos cada vez mais tornar essas práticas sistemáticas, assim como a reflexão sobre elas, para que possam viabilizar programas cada vez melhores.

As primeiras questões a serem levantadas são: Por que avaliar? O que avaliar? Como avaliar? Para esboçar uma resposta ao “por quê?”,

1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 1997, Rio de Janeiro, Brasil. Publicado nos *Anais* do ICOM/Ceca'97 e em *Musas*, v.1, n.1, 2004.

2 O texto foi organizado por Adriana Mortara de Almeida, coordenadora do Ceca-Brasil (1996 a 2000), e redigido com base nas discussões realizadas no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP) e nas contribuições enviadas por membros do Ceca/ICOM (Adriana Mortara de Almeida, Amanda Pinto Tojal, Camilo de Mello Vasconcellos, Cátia R. Barbosa Soares, Denise Coelho Studart, Elisabete de Moraes Sá, Gabriela Wilder, Maria Ângela Francoio, Maria Cristina Oliveira Bruno, Maria Esther Alvarez Valente, Marília Xavier Cury, Walkyria Molica do Amarante) e outros profissionais de museus (Alceu Estevam, Maria Aparecida Mazzili, Maria Augusta Pereira, Maria Isabel Basilisco Célia, Rosa Lúcia Pires Sales e Samara Ferreira).

devemos considerar que a avaliação fornece um retorno aos profissionais envolvidos no processo de planejamento e realização das atividades museológicas, assim como suporte ao planejamento de ações futuras. A avaliação é fundamental para o questionamento das práticas educativas e do fazer dos educadores e dos demais profissionais envolvidos.

Saber o que avaliar dependerá dos programas desenvolvidos pelas instituições, individualmente, mas toda ação educativa deveria ser avaliada, ao menos, entre seu público usuário e seus realizadores. As práticas de avaliação deveriam ser balizadas pelos desejos e sugestões da comunidade e também pelo projeto institucional, pela política cultural, pelo contexto, orçamento, perfil e pela tipologia da instituição promotora.

Responder ao “como avaliar” demandaria uma longa discussão metodológica e de estratégias de aplicação. Quando se propõe avaliar resultados é preciso definir previamente os resultados esperados, definir algumas expectativas mínimas, alguns pontos mínimos. A avaliação deve ser encarada como um processo que não pode ser desvinculado dos objetivos e do desenvolvimento dos programas educativos do museu.

No Brasil, faz-se necessária a construção e aplicação de investigações com propostas bem definidas e instrumentos adequados, baseadas em metodologias e referenciais teóricos claros. Dessa maneira, os dados obtidos poderão ser aproveitados para futuros estudos comparativos. As teorias museológica, da comunicação, da psicologia e da pedagogia, entre outras, darão os parâmetros para a construção do experimento avaliatório específico de cada situação. Consideramos que a formalização e a sistematização de processos de avaliação permitirão um desenvolvimento prático e conceitual dos programas de ação educativa e, sobretudo, contribuirão diretamente para a construção de conhecimento em educação em museus.

O museu como patrimônio público a serviço do bem público deve se adequar para promover interações no contexto social em que se insere. A avaliação pode gerar mudança efetiva e consistente na filosofia, na política de atuação e nas diretrizes dos programas educativos museais.

Diante dessas breves reflexões, propomos algumas direções para a teoria e prática de avaliação da ação educativa em museus no Brasil:

- apoio às iniciativas de realização de dicionários de museologia (Icofom), para que incluam a terminologia empregada nos projetos de avaliação;
- estímulo à inserção desse tema nos cursos de formação vinculados aos museus;
- estímulo à adoção de práticas de avaliação nos museus, desenvolvendo um comprometimento institucional;
- criação de um *meio* para troca de reflexões e experiências de avaliação entre profissionais de diferentes museus.

Interpretando a diversidade natural e cultural ¹

Magaly Cabral (Coord.) ²

O 2º Encontro Nacional do Comitê Nacional Brasileiro do ICOM usou uma pintura do artista brasileiro Clécio Penedo como seu símbolo, uma pintura onde aparecem um homem nativo, um homem branco e um homem negro. O debate e o texto final basearam-se nessa pintura, como também nos documentos escritos por membros do Ceca-Brasil e por outros profissionais de museus.

- A sociedade brasileira é caracterizada por grande diversidade cultural, que não pode ser explicada pelo critério racial, como sugerido pela pintura usada como símbolo do 2º Encontro Nacional do ICOM-Brasil, mas resulta do processo histórico de nossa formação, do qual um grande número de grupos migratórios também participou, e das várias relações com o meio ambiente, o qual também é variado.
- Diversidade cultural é relacionada a outros aspectos da sociedade brasileira, tais como a diferenciação social, os problemas de comunicação e a relação entre seus vários grupos e a baixa qualidade de vida desses grupos.
- Sendo uma instituição que opera numa sociedade culturalmente diversa, o museu deveria operar como um espaço para relações no qual as diferenças e as afinidades deveriam ser discutidas por meio de várias estratégias, considerando a especificidade de cada instituição.

1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 1998, Melbourne, Austrália. Publicado nos anais do ICOM/Ceca'98 (CD-ROM) e em *Musas*, v.1, n.1, 2004.

2 Adriana Mortara de Almeida, coordenadora do Ceca-Brasil (1996-2000), não pôde coordenar a elaboração do texto (por estar preparando sua tese de doutorado) nem estar presente no encontro do Ceca em Melbourne, Austrália. Ela participou enviando suas reflexões, como fizeram outros membros do Ceca-Brasil. Os textos foram distribuídos (e discutidos) não somente entre os membros do Ceca-Brasil, mas também entre os não membros que participaram do grupo de educação do 2º Encontro Nacional do ICOM-BR, realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, no Museu Imperial, como encontro preparatório para a 18ª Conferência Geral do ICOM, em Melbourne, Austrália.

- Os seguintes problemas deveriam ser observados de modo que o museu possa atuar como esperado:
 - a) limitação das coleções;
 - b) problemas relacionados ao modo de aproximação à coleção;
 - c) perfil dos profissionais de museu.
- De forma a superar tais dificuldades, estas medidas são sugeridas:
 - a) adotar políticas de aquisição e estratégias de empréstimo e troca de coleções, de modo a preencher os vazios identificados nas coleções;
 - b) desenvolver pesquisa na coleção como uma prática permanente;
 - c) reinterpretar as coleções do museu, promovendo novas leituras;
 - d) adequar o treinamento dos profissionais de museu, especialmente os educadores, de forma a mudar sua atitude atual, de “tradutores” de exposições previamente concebidas para participantes ativos no processo de concepção, assim como participantes na política de aquisição da coleção.

O educador de museu, como interlocutor privilegiado do diálogo museu/público, pode participar no treinamento de equipes de segurança e na promoção da instituição.

A ação educacional deveria resultar de pesquisa planejada e deveria ser submetida a constante avaliação, porque, de forma a contemplar a diversidade, necessita-se saber como falar ao público, que também é diverso em si mesmo.

O objetivo da ação educacional, num contexto de diversidade cultural, deveria ter como objetivo desenvolver consciência crítica e reconhecimento do “outro” (diferenças/afinidades), condições necessárias para superar a diferenciação social, assim como para construir uma nova coexistência.

O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade ¹

Magaly Cabral (Coord.) ²

Globalização e neoliberalismo são palavras-chave a serem consideradas para uma compreensão das profundas mudanças que estão ocorrendo atualmente na sociedade. Essas mudanças vêm acarretando algumas consequências, tais como a perda de identidade cultural, isto é, a progressiva redução dos valores que são próprios a cada país e das peculiaridades que diferenciam suas culturas. Segundo Aloísio Magalhães (1997), importante ex-dirigente cultural brasileiro, essa perda é, na verdade, a face negativa do acelerado processo de integração universal determinado pelo avanço tecnológico, que se propaga por meio de duas vertentes principais: a tecnologia do produto industrial e a tecnologia das comunicações. A primeira, por sua escala de produção massificada, atua por intermédio dos grandes complexos industriais, hoje eminentemente multinacionais, induzindo ao consumo de produtos padronizados, nem sempre assimiláveis pelas diversas culturas que os recebem. A segunda, que em seu modo de operar está intimamente associada à primeira, permite acompanhar, muitas vezes instantaneamente, o que ocorre em qualquer ponto do mosaico internacional.

O fenômeno da perda de identidade pode variar de acordo com a intensidade com que se manifesta, mas sua disseminação é universal. Faz-se sentir nos países importadores de tecnologia e também em países geradores dessa tecnologia. Assinala-se para os primeiros o risco suplementar de essa

- 1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 2001, Barcelona. Publicado em *Musas*, v.1, n.1, 2004.
- 2 O texto apresentado foi organizado por Magaly Cabral, coordenadora do Ceca-Brasil, e redigido com base nas contribuições de membros brasileiros do Ceca/ICOM (Adriana Mortara de Almeida, Camilo de Mello Vasconcellos, Cecília Volkmer Ribeiro, Denise Studart, Gabriela Suzana Wilder, Jonas Soares de Souza, Magaly Cabral, Maria Esther Alvarez Valente, Martha Marandino, Sônia Helena Guarita do Amaral e Thales Ribeiro Magalhães), e dos participantes do grupo de educação do 3º Encontro Nacional do ICOM-BR, realizado em Porto Alegre, 17-19 maio 2001 (Adriane Maria Raimann, Ana Amélia C. Xavier, Ana Sílvia Bloise, Antônio Carlos Lobo Soares, Cláudia P. Aristimunha, Ethiene Nachtigall, Maria Regina R. Gonçalves, Regina S. Weis, Sérgio T. de Castro, Sylvia Regina R. Gomes, Valéria Lucas Frantz e Yeda Virgínia B. P. Barbosa), como encontro preparatório para a 19ª Conferência Geral do ICOM, em Barcelona, Espanha.

absorção se converter em dependência econômica. Se a perda de identidade – e o empobrecimento cultural que isso representa – se impõe à reflexão dos estudiosos das áreas humanísticas, mais importante ainda é que os formuladores das políticas nacionais estejam persuadidos de que não haverá desenvolvimento harmonioso se, na elaboração das políticas econômicas, não forem levadas em consideração as peculiaridades de cada cultura.

No Brasil, não há dúvida de que a economia vem mudando ao longo do tempo e, com ela, vêm ocorrendo algumas transformações sociais, conforme indicam as pesquisas divulgadas pelo IBGE: no período entre 1992 e 1999 (menos de uma década), a mortalidade infantil caiu 22%, o analfabetismo baixou 22,5% e a média de anos de estudo cresceu 15%; a renda média mensal da população e a quantidade de residências com saneamento aumentaram. Os efeitos positivos desses indicadores se concentram nas camadas mais pobres da população. Isso não significa, entretanto, que não haja pessoas excluídas, deixadas na beira da estrada, à margem de benefícios, principalmente na área social. Embora a vida das camadas mais pobres tenha melhorado na última década, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também divulgou que a distância entre ricos e pobres aumentou. Ou seja, a distribuição de riqueza no país continua sendo injusta. Portanto, o crescimento econômico, no nosso futuro, deverá se preocupar em vir acompanhado de uma justa distribuição de renda e uma melhoria na qualidade de vida, o que se dará com os investimentos de caráter social, principalmente em educação.

Vivendo nas condições de uma crescente globalização, o país deverá percorrer uma nova época: novas formas de pensar e de produzir, novas interfaces e relações devem se estabelecer. O caminho para o sucesso profissional na sociedade atual, essa corrida de competências, valoriza o diferencial educativo e cultural. A expansão dos domínios do conhecimento humano acontece num crescendo contínuo, exigindo das pessoas constante adaptação e atualização de conhecimentos.

A educação (em sentido amplo) vem sendo destacada como importante ferramenta social no mundo contemporâneo, a qual possibilita enfrentar os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico na era da informação. Por meio do seu papel ativo no desenvolvimento do conceito de cidadania e na criação de mecanismos

de inclusão social, a educação tem o potencial de promover o acesso socioeconômico e cultural dos cidadãos, principalmente dos indivíduos ou minorias excluídos.

Analisando os dados relativos à educação no Brasil, também divulgados pelo IBGE, o cientista político Sérgio Abranches comenta que é possível dizer que o desafio da universalização do ensino fundamental foi vencido, mas que temos agora de avançar de modo mais rápido no ensino médio e enfrentar de forma mais justa o desafio do ensino superior. Embora reconheça que é inegável a defasagem de ritmo e extensão entre o progresso quantitativo e o qualitativo de ensino, ao mesmo tempo lembra que são visíveis os esforços para melhorar a qualidade de ensino e enfatiza que a maior escolarização garante ascensão social futura dos jovens de baixa renda: “Demos a virada” – diz ele – “mas é preciso correr mais rápido e começar a saltar os obstáculos que, até agora, temos elidido, para podermos, realmente, nos qualificar para este novo século”.

Ainda utilizando dados do IBGE: dos 5.506 municípios brasileiros, 93% não têm sequer uma sala de cinema, embora haja em 65% pelo menos uma locadora de vídeo; aproximadamente 85% não têm museus ou teatros; em 65% não existem livrarias ou lojas de CDs e fitas; 25% não têm bibliotecas e 69% têm apenas uma biblioteca pública e, assim mesmo, muitas delas com acervos não atualizados. Estamos falando de um país continental ainda com muitas desigualdades a serem eliminadas. Nessa perspectiva, o papel das diferentes esferas socioculturais do país, aí incluídos os museus, se amplia.

Durante o World Economic Forum, realizado em Davos no início de 2001, um dos painéis teve como tema “O museu do futuro”. De acordo com Roberto Teixeira da Costa, presidente do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo e participante do evento, a sessão foi aberta com três questões relevantes em pauta: Como os museus, basicamente criações do século XIX, irão sobreviver no século XXI? Será que o seu papel estará reservado a fazer parte da indústria do entretenimento? Será que a extraordinária arquitetura dos museus de hoje vai ofuscar seu conteúdo?

Interessa-nos aqui refletir sobre as duas primeiras questões. Segundo Teixeira da Costa, ficou evidente, nos debates, que o gestor do

museu do futuro vai ter, cada vez mais, um perfil que se aproxima do CEO (*chief executive officer*) ou COO (*chief operating officer*) de uma empresa (o principal executivo ou executivo-chefe da empresa) e que deverá ser mais um generalista do que um especialista. Ou seja, a sobrevivência dos museus no século XXI exigirá cada vez mais uma visão empresarial por parte dos gestores de museus. Pode-se até concordar com essa possibilidade, pois a questão de recursos está sempre presente nas necessidades de um museu e, com raras exceções, o especialista não está preparado para gerenciar uma empresa. Corre-se o risco, porém, de que o museu perca de vista o seu papel social.

Assim, uma primeira reflexão aponta para a necessidade da qualificação dos profissionais de museu, incluindo nessa qualificação a noção de sua função social. A complexidade de funções e as responsabilidades sociais que o museu deve assumir exigem do profissional do museu uma atenção permanente e reflexões sobre as mudanças efetuadas e a efetuar no meio em que vive, assim como sobre os interesses e necessidades do público. São atribuições do profissional que aposta na qualidade dos serviços prestados pelo museu e no desenvolvimento social.

Waldisa Rússio Guarnieri (1990), uma das primeiras profissionais da área da museologia no Brasil a discutir a museologia e o museu de uma perspectiva dialética, dizia que o museólogo não devia recusar a dimensão e o risco político do seu trabalho, e adotava a expressão “trabalhador social” no sentido usado pelos brasileiros Florestan Fernandes (sociólogo) e Paulo Freire (educador). Ou seja, trata-se não apenas de quem exerce a função social do trabalho, mas de quem trabalha conscientemente com o social, colaborando com a sua mudança.

Com relação ao papel do museu como parte da indústria do entretenimento, podemos lembrar que muitos museus, na lógica do mercado e por imposição da indústria do espetáculo, deram lugar ao *show business* das chamadas “blockbuster exhibitions”, isto é, as megaexposições internacionais. Para a montagem desse gênero de exposição, o patrocínio é fundamental e o número de visitantes é um dos argumentos de maior peso para o investimento no projeto, que nem sempre está preocupado em realizar as atividades de ação educativa com qualidade, ou mesmo em garantir a própria fruição da exposição pelo público em geral. Temos visto a tendência de transformação de muitos museus em *shopping centers* culturais, diante do efeito cada vez mais dominante e

avassalador da mercantilização, nos moldes da sociedade de consumo de massa, que homogênea – e por vezes aliena – os indivíduos.

Segundo o filósofo e crítico cultural Andreas Huyssen, “não há dúvida de que uma sensibilidade relacionada a museus parece ocupar espaços maiores da cultura e da experiência cotidiana” e que “o novo museu e as novas práticas de exposição adaptaram-se à mudança de perfil dos frequentadores. O espectador, cada vez mais, parece estar em busca de experiências enfáticas, esclarecimentos instantâneos, superproduções e espetáculos de grande sucesso, no lugar da apropriação meticulosa do conhecimento cultural”. E continua: “No atual cenário do museu, a ideia de um templo com musas foi enterrada, surgindo no lugar um espaço híbrido, entre a diversão pública e uma loja de departamentos” (1994, p.36).

Entretanto, na visão de Huyssen, para julgar a qualidade do trabalho do museu seria necessário determinar até que ponto a instituição ajuda a superar, no espaço e no tempo, a ideologia insidiosa da superioridade de uma cultura sobre as outras, isto é, de que maneira o museu se abre para outras representações e como ele será capaz de lidar com os problemas de representação, narrativa e memória nas suas exposições e no seu projeto (1994).

Néstor García Canclini reconhece que, desde a década de 1960, o intenso debate sobre a estrutura e a função do museu, com renovações audazes, mudou o seu sentido, embora a crise não tenha se encerrado, e afirma que os museus, como meio de comunicação de massa, “podem desempenhar um papel significativo na democratização da cultura e na mudança do conceito de cultura” (1998, p.169).

Analisando efeitos da globalização, a nova antropologia, segundo Marc Augé (1999), identificou a presença cada vez mais impositiva de *não lugares*, espaços sem personalidade própria, sem história, com características semelhantes nas mais diversas partes do globo, nos quais o indivíduo não se reconhece, com os quais as pessoas não podem se identificar, nem estabelecer laços afetivos ou de solidariedade. São os espaços dos aeroportos, dos grandes supermercados e dos *shopping centers*, das marginais e das rodovias que, graças aos viadutos, não se cruzam, não permitem encontros. Em contraposição a esses *não lugares*, Augé identifica o aparecimento cada vez mais frequente de pequenos museus dedicados a culturas específicas ou aos históricos locais. São

espaços que vão ao encontro da necessidade das pessoas com relação à identidade cultural, ao enraizamento, ao autoconhecimento, ao reconhecimento da alteridade.

Com relação ao Brasil e a outros países da América Latina, Canclini (1998) aponta que a reflexão sobre o lugar dos museus na política patrimonial pode ser útil para encontrarmos explicações para o nosso desenvolvimento cultural deficiente e nossa inserção peculiar na modernidade ocidental. Aloísio Magalhães afirma que “a conscientização e uso adequado de nossos valores é a única maneira de nos contrapormos, oferecendo alternativas nossas, à inevitável velocidade de transferência cultural entre nações no mundo de hoje” (1997, p.53). Por nossos *valores*, nossos *bens culturais*, compreende o seu sentido mais amplo: costumes, hábitos, maneiras de ser, padrões morais, visões de mundo; tudo aquilo que foi sendo cristalizado em nosso processo criativo, que ao longo do processo histórico se pôde identificar como valor permanente da nação.

Mas Aloísio Magalhães chama a atenção, ainda, para o fato de que “relembrar a importância da continuidade do processo cultural a partir de nossas raízes não representa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas a certeza de que estão aí os elementos básicos com que contamos para a conservação de nossa identidade cultural” (1997, p.54). E Canclini, por sua vez, aponta uma direção, quando propõe:

À medida que o estudo e a promoção do patrimônio assumam os conflitos que o acompanham, podem contribuir para consolidar a nação, já não como algo abstrato, mas como o que une e torna coesos – em um projeto histórico solidário – os grupos sociais preocupados pela forma como habitam seu espaço. (1998, p.203)

É sobre os nossos bens culturais que temos de construir um processo projetivo. Bens e valores que poderão ser mobilizados, por meio dos museus, em favor da consolidação do sentimento de pertencer a uma história, a linguagens, a referências e significações reconhecíveis, valorizando os diversos mundos históricos em sua diferença. Bens e valores que poderão ser mobilizados em favor da aceitação das linguagens e valores do outro, aprendendo e modificando-se com a troca cultural. Bens e valores que poderão ser mobilizados em favor de uma maior justiça social para todos os cidadãos. Atualmente, a identidade cultural exige a diferença, em relação à qual se define. Ela se tornou uma identidade reconhecível em uma unidade complexa, aberta aos valores do outro. O diálogo, a comunicação, só são fecundos – e até mesmo possíveis – na alteridade.

Teóricos das ciências sociais e da comunicação detectam no público de hoje, especialmente no mais jovem, uma nova sensibilidade, a qual Jesús Martín-Barbero (1998) denomina “sensibilidade audiovisual”, nascida da percepção de mundo adquirida graças aos meios eletrônicos de comunicação, os quais criaram espaços e tempos vividos simultaneamente, aqui e lá. A “sensibilidade audiovisual” qualifica a percepção de um mundo sem fronteiras. Uma sensibilidade propiciada pelo *zapping* entre canais de televisão, pelo navegar por *sites* e infinitos *links* disponíveis na internet.

Todas essas mudanças conduzem a transformações nas necessidades e nos hábitos de lazer das diferentes populações. Nesse contexto, o espaço do museu emerge como um local privilegiado para o aprofundamento de sensibilidades, de encontros interdisciplinares, de desenvolvimento pessoal. Um ambiente com tempo e espaço definidos, no qual tradições culturais e paisagens podem ser compartilhadas.

Aos programadores de ações educativas e culturais dos museus cabe, sem dúvida, a primeira responsabilidade de ir ao encontro do público, particularmente daquele jovem, e ir ao encontro de suas necessidades. Estamos diante de uma geração para a qual é preciso criar oportunidades para a percepção de contornos mais exatos de tempo e de espaços mais enraizados, definidos. Devemos pensar em proporcionar situações que levem a novas experiências, que produzam narrativas consistentes.

Nesse contexto, a proposta da educação patrimonial tem um enorme potencial na perspectiva do embasamento dos projetos educativos museológicos, pois se trata de um processo educacional permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A educação patrimonial é um instrumento que

possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural. (Horta et al., 1999, p.6)

Cabe também ao educador estar atento ao fato de as novas técnicas criarem um novo processo de exclusão, o afastamento entre os conectados e os não conectados. Entre as várias missões dos museus está a de criação de programas especiais para a inclusão cultural, em todos os sentidos.

Diante das situações de desenraizamento criadas pela globalização, é tarefa dos educadores criar oportunidades em que se negociem sentidos de nacionalidade e diversidade, imaginários e narrativas que se conectem num tempo histórico e num espaço real. As novas ações culturais nos museus deverão considerar questões relativas à construção de identidade cultural, do sentimento de pertinência afetiva e de lugar, a importância de se constituírem imagens para se dar a conhecer, para fazer frente à pressão da globalização. É, pois, no espaço entre o espectador e a obra de arte ou o objeto que se negociam todos esses sentidos, administrando as mudanças, e esse espaço é o da ação educativa e cultural.

Pesquisas nas áreas da museologia, da educação e da sociologia vêm estudando a importância da contribuição dos museus como espaços de educação não formal em razão de suas características peculiares, em que a experiência vivenciada oferece novas formas de percepção do mundo e oportunidades de reflexão e aquisição de conhecimento de acordo com o interesse de cada indivíduo visitante/ usuário do museu.

Tendo em vista que pesquisas na área da educação não formal são ainda recentes, os museus – como espaços privilegiados de educação não formal – podem dar uma importante contribuição ao buscar sistematizar teoricamente as práticas educativas realizadas no seu âmbito. Os museus poderão justificar melhor o seu papel educativo na sociedade contemporânea e o seu retorno social por meio do estudo, avaliação e reflexão sobre o processo de aprendizagem que se dá em exposições e demais atividades educativo-culturais, suas características e especificidades; sobre os processos de transposição museográfica; sobre os ganhos cognitivos e afetivos obtidos durante e após a visita e seu impacto na vida dos indivíduos; sobre as interações sociais e dinâmicas ocorridas nesses espaços, e sobre as relações entre a educação formal e a não formal nas suas formas complementares ou não.

Essa reflexão sobre as experiências educativas não formais oferecidas pelos museus pode fornecer subsídios para o desenvolvimento de uma política educacional de museus que especifique linhas e estratégias de ação, assim como objetivos e resultados esperados. Essa política deve contemplar em seu bojo as diferenças sociais e culturais da realidade brasileira.

O desafio dos profissionais responsáveis pelo trabalho de ação educativa e cultural nos museus no século XXI passa inevitavelmente pela preocupação social em suas propostas, pela busca de um diálogo cada vez maior com diversos setores da sociedade, pela atualidade de suas ações e pelo aprimoramento e reflexão contínuos de suas atividades educativas.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, M. *O sentido dos outros*. Atualidade da Antropologia. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- GUARNIERI, Waldisa R. Conceito de cultura e sua relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, Rio de Janeiro: IBPC/Secretaria da Cultura da Presidência da República, n.3, p.7-12, out. 1990.
- HORTA, Maria de Lourdes P. et al. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.
- HUYSEN, Andreas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidades*, Rio de Janeiro, Iphan/MinC, n.23, p.34-57, 1994.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? – a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: _____. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.39-68.
- _____. *Arte/comunicação/tecnicidade no final do século*. *Margem – Revista da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP/Fapesp*, São Paulo: Educ, n.8, p.16, dez. 1998.

Educação em museus: produto ou processo? ¹

Denise C. Studart (Coord.) ²

Museus e educação no século XXI

Ao realizarmos uma reflexão sobre o processo histórico de surgimento dos museus, sobre o desenvolvimento da ciência museológica e sobre os encontros mais recentes organizados pelo ICOM, percebemos que vêm se estabelecendo análises críticas e amplos debates sobre as funções e tudo o que compõe a organicidade da instituição museu. Os mais recentes debates do ICOM, por exemplo, indicam que os museus vêm trabalhando sob conceitos que levam em consideração a interação com o contexto social e com o patrimônio cultural reconhecidos e eleitos pelas suas comunidades.

Os museus, ao reconhecerem que, além das funções de preservar, conservar, expor e pesquisar, são fundamentalmente instituições a serviço da sociedade, buscam por meio de ações educativas tornar-se elementos vivos dentro da dinâmica cultural das cidades.

Em recente documento elaborado pela Unesco, que trata das diretrizes para a educação no século XXI, esta é compreendida como “um processo para todos ao longo da vida que deve ser realizada sob os princípios democráticos e de respeito aos direitos humanos, a partir de quatro pilares: aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a viver” (cit. em Freitag, 1999). Esses pilares possibilitariam, em tese, formar cidadãos conscientes de que todos os direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados. O papel da educação e da cultura e do valor da dignidade humana no processo de construção permanente

1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 2002, Nairóbi. Publicado em *Musas*, v.1, n.1, 2004.

2 O texto apresentado foi organizado por Denise Studart, coordenadora do Ceca-Brasil, com base nas discussões realizadas no Museu de Astronomia e Ciências Afins por membros do Ceca/ICOM (Adriana Mortara de Almeida, Denise Studart, Magaly Cabral, Maria Esther Valente, Marília Xavier Cury e Martha Marandino) e Guaraciara Gouveia, e redigido com base nas contribuições enviadas por membros brasileiros do Ceca/ICOM (Adriana Mortara de Almeida, Denise Studart, Magaly Cabral, Maria Esther Alvarez Valente, Marília Xavier Cury, Martha Marandino, Sônia Guarita do Amaral, Thales Ribeiro Magalhães e Yara Mattos). Também contribuíram: M. A. Souza, M. J. Alves, S. Sanches, T. Arantes e V. Danese.

de uma consciência crítica e da cidadania são afirmados na Constituição Brasileira (1988), que se pretende realizadora do Estado Democrático de Direito. Seu conjunto de leis protege a construção do homem cidadão, com direito, entre outras coisas, ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado e ao acesso aos bens de domínio público.

Após discussão do tema da conferência “Educação em museus como produto: quem está comprando?” entre educadores e museólogos brasileiros filiados ao Ceca, chamamos a atenção para o fato de que, se partirmos da premissa de que a educação *é* um produto, correremos o risco de perder o poder de analisar a questão criticamente. A educação, como preconizam a Unesco e a Constituição Brasileira, trata de aspectos filosóficos e políticos. Nesse sentido, a educação não pode ser tratada como produto. Já as ações educacionais, estas sim, podem ser consideradas produtos – produtos educativos – pois são formas de realização baseadas em princípios educacionais. Portanto, ao pretendermos analisar o tema dessa conferência, devemos compreender os limites e possibilidades da prática educacional em museus, bem como os diferentes enfoques possíveis nesta análise.

A seguir fazemos algumas considerações sobre o contexto no qual os museus estão inseridos e como nós, profissionais da educação em museus, podemos nos posicionar criticamente diante dos novos desafios na área.

Neoliberalismo, mercado, museus e entretenimento

No Brasil, o cenário econômico é influenciado por uma política de cunho neoliberal que vem impondo às instituições públicas uma reorganização profunda. Em um mundo globalizado, as atividades sociais, econômicas e culturais estão cada vez mais interligadas e dependentes de uma política global. Com base nessa realidade, uma nova forma de produção e gestão se impõe. As instituições vêm sofrendo pressão para se atualizarem e se adequarem a essa nova ordem, adaptando novas estratégias às circunstâncias locais. Não há possibilidade de permanecer alheio a esse movimento, mas é necessário refletir de forma crítica sobre essas mudanças.

A globalização traz às instituições museológicas conceitos de mercado que, queiramos ou não, impregnam a nossa prática pro-

fissional. Consciente ou inconscientemente estamos sendo afetados por esses conceitos mercadológicos e não podemos deixar de considerar que há aspectos da economia e da administração modificando a nossa práxis.

Os museus, em termos de mercado, competem com um grande número de empreendimentos da indústria cultural e do entretenimento que contam com *marketing* agressivo: parques temáticos, cinemas interativos e casas de jogos eletrônicos, entre outros. Todavia, o trabalho dos museus não se confunde com o dessas indústrias, pois as instituições museológicas trabalham principalmente em uma dimensão educacional que visa ao desenvolvimento cultural e social dos cidadãos. É inegável que existe uma demanda social por programas educativo-culturais e, nesse sentido, os museus e outras instituições afins podem contribuir significativamente para atendê-la. Essa demanda se insere também em um contexto de lazer e entretenimento. O grande desafio do museu está em conjugar educação e lazer. Existem riscos de desvirtuar os compromissos básicos da educação e da cultura em prol da lógica do mercado.

Meneses (2000, p.96), criticando a tendência do museu em tornar-se um espaço de entretenimento, afirma:

alternativa que vem ganhando corpo é a do alinhamento do museu com o universo do divertimento e do espetáculo e, principalmente, do mercado cultural. Nada a opor a que o museu funcione como espaço de divertimento e se deixe penetrar pela presença capilar do mercado. O problema começa quando o museu se subordina à lógica do divertimento e do mercado e faz seus objetivos e procedimentos do divertimento e do mercado.

Não escapa a nenhum observador agudo que os museus vêm sendo cada vez mais (resistivelmente) aliciados pelas vantagens da indústria cultural, da comunicação de massa, do mercado simbólico (que é, antes de mais nada, mercado), do *show business*. A diretriz educacional, na procura de atrair público, parece ser a infantilização da linguagem. Assim, para redimir-se do elitismo, o museu pode, muitas vezes, iludir-se por um populismo sem responsabilidade política, esquecendo-se de que populismo e elitismo têm a mesma matriz autoritária – imprópria, como todos sabemos, para a verdadeira educação.

No entanto, os museus em todo o mundo vêm sofrendo cortes orçamentários, não mais sendo financiados integralmente pelo governo, o que vem forçando essas instituições a buscarem novas formas de sobrevivência e patrocínio para suas atividades.

No Brasil, a maior parte dos museus passa por sérias dificuldades financeiras em razão de orçamentos que não permitem colocar em prática muitos de seus projetos que, de maneira geral, não saem do papel por falta de financiamento. Essas instituições ressentem-se de uma política que explore as potencialidades dos museus e valorize o seu papel no cenário cultural do país. Nesse contexto, a iniciativa privada vem desempenhando papel crucial no patrocínio de eventos e atividades culturais. Mas que critérios estão sendo usados por essas agências para a escolha dos projetos?

O que percebemos é que por falta de uma política governamental que oriente as ações nessa área, a iniciativa privada tem delineado muitas das escolhas nesse campo. Em geral, os critérios dos patrocinadores estão ligados à visibilidade do evento e ao impacto na mídia, sem ter por base uma preocupação educativa mais ampla e consistente. Entretanto, isso não quer dizer que não existam projetos baseados em princípios socioeducacionais adequados. É importante que os museus discutam e proponham a implementação de critérios que possam atender tanto aos objetivos educacionais da instituição quanto aos anseios dos patrocinadores, atuando assim na mudança da mentalidade empresarial e na ampliação de parcerias construtivas com a iniciativa privada.

Produtos educativos

São inúmeros os produtos do museu e os conhecemos bem. São criados para atender às diversas demandas e particularidades de públicos específicos – pessoas de todas as idades, formações, habilidades, classes sociais e etnias – com base nas políticas de comunicação e educação do museu.

Não há a menor dúvida de que programas educativos em museus podem ser e têm sido vistos como produtos tanto vendáveis quanto *marketable*. Prova desse fato têm sido as chamadas exposições *blockbusters*, que vendem para patrocinadores e alardeiam na mídia a realização de atividades educativas dirigidas ao público, sobretudo o escolar, paralelamente ao período em que as exposições estão abertas ao público em geral. As grandes exposições internacionais, recentemente trazidas ao Brasil, são verdadeiros *shows* que buscam, por meio de um

maciço investimento em propaganda, cativar milhares de espectadores, justificando assim o grande investimento financeiro feito em nome da cultura. Para Hughes de Varine (1997), “são os museus-espetáculo, destinados a públicos cativos: ‘turistas, meios cultos, escolares em grupos organizados’”.

A pergunta que se deve fazer, entretanto, é como são feitos esses programas educativos e quais têm sido os seus resultados, pois, em princípio, os números divulgados de escolares atendidos nem sempre permitem depreender que um trabalho cuidadoso tenha sido realizado. Números nem sempre falam de qualidade.

Características da ação educativa em museus

A educação é uma das funções centrais do museu. Este se caracteriza por ser um espaço de educação não formal, que tem como objeto de trabalho o bem cultural.

O objetivo da educação em museus, assim como da educação em sentido amplo, é oferecer possibilidades para a comunicação, a informação, o aprendizado, a relação dialética e dialógica educando/educador, a construção da cidadania e o entendimento do que seja identidade.

A educação em museus deverá operar promovendo atividades baseadas em metodologias próprias que permitam a formação de um sujeito histórico-social que analisa criticamente, recria e constrói a partir de um referencial que se situa no seu patrimônio cultural tangível e intangível “como *fonte primária* de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (Horta et al., 1999). Atividades estas que considerem o museu espaço ideal de articulação do afetivo, do sensorial e do cognitivo, do abstrato e do conhecimento inteligível, bem como da produção do conhecimento. Também chamamos a atenção para a importância de conceber as ações educativas como processo, em que a tônica seja o diálogo, a troca e a construção conjunta do conhecimento.

Educação em museus, públicos e inclusão social

As possibilidades do trabalho educativo nos museus irão depender da postura política do educador, do seu entendimento sobre o papel social da educação, bem como da ideologia que perpassa esse processo educativo.

Na realidade, cabe aos educadores trabalhar com os demais profissionais da instituição para que possa haver um consenso. Não basta os educadores quererem dar um sentido claro ao seu trabalho, se este não fizer parte de uma política institucional.

Nosso compromisso com a eficiência do processo deve ser qualificado, e a tomada de decisão coletiva é uma forma de qualificação. O educador, o indivíduo atuando em grupo, ganha a condição de sujeito, aquele que elabora, recria, atribui sentidos e propõe significados.

Quando tratamos de educação, raramente tocamos nas questões éticas, pois partimos da ideia de que se está num campo “sagrado” no qual estamos cumprindo nosso dever de favorecer o crescimento intelectual, emocional e atitudinal dos educandos. Todos sabemos que educar não é tarefa fácil, e são tantos os obstáculos enfrentados no percurso que deixamos as questões éticas de lado.

A temática da conferência internacional do Ceca propõe que discutamos as nossas escolhas de forma mais clara e consciente como expressão de uma atitude ética. Propomos que a discussão venha desde o *início do planejamento*. As perguntas que sempre fazemos são: “Qual o público alvo?”, “Como facilitar o seu acesso ao programa?”, “Quais seus interesses?” e “Quais as melhores estratégias para potencializar a aprendizagem?”, entre outras.

Mas talvez tenhamos de voltar ao momento anterior e nos perguntar: “Por que esse programa está sendo planejado?”, “Qual a importância de sua temática para diferentes públicos?” e “Estamos de fato pensando nos públicos ou somente nos interesses institucionais?”.

Temos certeza de que muitos cidadãos não se sentem incluídos em nossas instituições culturais. Aidar (2002) chama a atenção para o fato de que a *exclusão social* – conceito “que se refere aos processos

pelos quais um indivíduo, ou grupos de indivíduos, encontra-se com acesso limitado aos instrumentos que constituem a vida social e são, por isto, alienados de uma participação plena na sociedade em que vivem” – pode ocorrer em três níveis: perda de direitos, perda de recursos e perda de relações pessoais. A exclusão em uma dessas áreas, afirma a autora, pode provocar e alimentar as outras; as várias combinações e a pluralidade de manifestações da exclusão social fazem que ela seja chamada também de *privação múltipla*. Para entender o fenômeno da privação – diz ela –, é necessário debruçar-se sobre elementos antes não considerados no estudo da privação, tais como de que maneira as participações (ou as não participações) política e cultural podem trabalhar para excluir ou incluir segmentos da sociedade.

A partir dessa reflexão, a autora diz que se a inclusão social é um sinônimo para a participação social, então o que esse paradigma propõe não é o desenvolvimento de políticas assistencialistas, mas sim o desenvolvimento de políticas participativas, em que os excluídos sejam agentes nos processos que busquem a sua inclusão, uma vez que a participação é nela mesma uma forma de integração. E, ainda, que outro ponto de originalidade desse conceito é seu foco nos processos e nas instituições que excluem as pessoas, de modo que as análises que tenham como referência o conceito de exclusão social preocupem-se com as causas e com os mecanismos que promovem a exclusão, mais do que com seus resultados.

Aidar (2002) mostra ainda que se nos basearmos

na definição de exclusão social como um processo e um estado pelos quais dinâmicas sociais e instituições limitam alguns grupos de uma ampla participação na sociedade, podemos argumentar que os museus, como instituições culturais, podem executar um papel numa rede de elementos excludentes ou, por oposição, serem ferramentas para a inclusão social.

De acordo com Aidar, completamos dizendo que os setores educativos *não são os únicos responsabilizados*, mas sim *os que se sentem responsáveis*. Isto porque, acreditamos, geralmente os educadores estão imbuídos da função social da educação e, conseqüentemente, do museu, ao passo que, para os demais profissionais do museu, nem sempre a sua função social está presente nas suas reflexões sobre a instituição.

Considerações finais

Para que os museus possam contribuir significativamente para o desenvolvimento da sociedade, é fundamental que tenhamos governos responsáveis, que estejam preocupados com a questão da educação e da inclusão social, e que coloquem em prática uma política cultural que sustente uma ação educativa permanente nas instituições museológicas.

Uma das melhores propagandas para a área educativa de um museu é a continuidade da oferta de atividades educativas de qualidade. Para isso, os diferentes departamentos da instituição precisam trabalhar conjuntamente na elaboração da programação. A participação dos educadores nesse processo é fundamental. Os profissionais que conseguem realizar e manter serviços educativos de qualidade são aqueles chamados a participar de discussões na área e formar novos educadores. Ao mesmo tempo, os públicos “consumidores” desses serviços costumam realizar visitas sistemáticas a museus onde tradicionalmente são oferecidos programas educativos de qualidade. Nessas circunstâncias, os produtos educativos do museu poderão ser vendáveis e *marketable* para patrocinadores interessados em apoiar os objetivos da instituição.

É essencial que diferentes setores da sociedade – governo, iniciativa privada, mídia – estejam sensibilizados para a necessidade de apoiar as instituições culturais, a fim de que estas obtenham maior visibilidade junto ao público.

Gostaríamos de finalizar chamando a atenção para alguns pontos que consideramos essenciais para a reflexão sobre a ação educativa e o tema da conferência:

- a qualidade e a relevância social da ação cultural-educativa devem nortear o trabalho educativo;
- o compromisso dos educadores é com o desenvolvimento da sociedade e com a sensibilização dos cidadãos sobre o seu patrimônio cultural;
- a ação (trans)formadora dos museus exige que seus profissionais tenham consciência da posição política que ocupam nesse processo;
- cada ação educacional em museu deve ser minuciosamente elaborada, aplicada e avaliada e ser expressão de princípios claramente estabelecidos da missão e da política institucionais;

- a política de educação museal deve ser de interesse do público e baseada na missão do museu, no seu acervo, na pesquisa e em princípios educacionais;
- todas as ações de educação devem ser desenvolvidas interdisciplinarmente, e o educador tem participação qualificada nessa construção;
- a ação educativa em museus deve possibilitar que o educador e o público se comportem como sujeitos e autores desse processo.

Referências bibliográficas

AIDAR, Gabriela. Comunicação baseada em pesquisa realizada no âmbito do curso de mestrado, sob o título *Museums and social change: two perspectives on the social role of museums*, no Departamento de Estudos de Museus da Universidade de Leicester, Inglaterra, em 2001, e apresentada na mesa sobre o tema “Educação museológica, arquitetura e recursos comunicacionais: os museus voltados para a inclusão social”, nos Encontros Museológicos – Arquitetura, expografia, comunicação visual e cenografia: limites e reciprocidades, realizados pelo Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, São Paulo, 11-15 mar. 2002. (Mimeogr.).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 215 – Título VIII – Da ordem social, Capítulo III – Da educação, cultura e desporto, Seção II – Da cultura. Brasília, 1988.

FREITAG, Bárbara. *Perspectivas educativas da Unesco para o século XXI*. Palestra proferida na Universidade Federal de Ouro Preto, em 28 out. 1999. Transcrição Janete Jobim.

HORTA, Maria de Lourdes P. et al. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999. p.6.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Educação em museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciência & Letras*, Porto Alegre: Fapa, n.27, p.91-101, 2000.

VARINE, Hughes de. Reflexões museológicas. (Entrevista concedida a Mário Chagas). *Quartirão*, Rio de Janeiro, mar.-abr. 1997.

Conceitos que transformam o museu, suas ações e relações ¹

Denise C. Studart (Coord.) ²

A partir da segunda metade do século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, a instituição *museu* vem se transformando no sentido de desenvolver uma relação mais estreita com a sociedade. Esse movimento fez que o museu buscasse dialogar com diferentes públicos e ampliar a participação e representação social e cultural em seu espaço. O museu tem por princípio servir à sociedade (segundo os estatutos do ICOM) e, nesse sentido, é essencial que a dimensão educativa perpassasse todas as suas áreas. Destacamos aqui que a concepção de educação com a qual trabalhamos está comprometida com a transformação social.

O caráter educativo do museu deve ser compreendido de uma perspectiva ampla, e não somente como ensino-aprendizagem, como frequentemente acontece. Os estudos na área de educação em museus não devem se restringir apenas aos aspectos de aprendizagem, mas incluir questões de âmbito sociológico, que contribuam para o entendimento do processo educativo nesses locais de forma abrangente.

Hoje, a dimensão educativa está amalgamada com as mais diversas preocupações sociais, tais como diversidade cultural, tolerância e ética, entre outros aspectos. Todas essas questões são traduzidas em princípios que devem nortear as atividades do museu. Assim, o compromisso social e educacional da instituição deve estar refletido em todas as suas áreas de atuação. Na medida em que as ações do museu estiverem articuladas, elas irão trabalhar em consonância para atingir seus objetivos e sua responsabilidade social.

1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 2003, Oaxaca, México. Publicado em *Musas*, v.1, n.1, 2004.

2 O texto apresentado foi organizado por Denise C. Studart, coordenadora do Ceca-Brasil, e redigido com base nas contribuições de membros brasileiros do Ceca/ICOM (Adriana Mortara de Almeida, Camilo de Mello Vasconcellos, Cecília Volkmer Ribeiro, Denise Studart, Fernanda Moro, Magaly Cabral, Margaret Lopes, Maria Célia Santos, Maria Esther Alvarez Valente, Marília Xavier Cury, Martha Marandino, Regina Márcia Tavares, Rosane M. R. de Carvalho, Sônia Guarita do Amaral e Thales Ribeiro Magalhães) e de Zenilda Brazil.

Nesta linha de pensamento, é impossível iniciar uma reflexão sobre o tema da conferência anual do Ceca em 2003, “Conceitos educativos que transformam a realidade dentro de nossos museus: missão possível!”, sem lembrar as Declarações de Santiago (1972) e de Caracas (1992), que neste ano completaram, respectivamente, 31 e 11 anos.

A Declaração de Santiago (1972)

Em 1971, a Unesco solicitou a colaboração do ICOM para organizar uma mesa-redonda, em 1972, em Santiago do Chile,³ sobre o papel dos museus na América Latina contemporânea. Foi um encontro histórico, que durou uma semana, em que a única língua de comunicação foi o espanhol e, diferentemente de outros encontros precedentes, nos quais especialistas europeus ou norte-americanos falavam aos colegas latino-americanos, os quatro especialistas convidados eram todos da América Latina.

Duas noções essenciais se destacaram na mensagem de Santiago: a de *museu integral*, levando em consideração a totalidade dos problemas da sociedade, e a de *museu como ação*, como instrumento dinâmico de mudança social. Chegou-se a um conceito de patrimônio global a ser gerenciado no interesse da sociedade e de seus indivíduos (Varine-Bohan, 1995; Santos, 1995).

Gostaríamos de registrar que o educador brasileiro Paulo Freire foi convidado para dirigir a mesa-redonda, mas não “pôde” participar. Freire não “pôde” participar porque o delegado brasileiro junto à Unesco se opôs formalmente à sua designação, “evidentemente por razões puramente políticas”, nas palavras de Hugues de Varine. E talvez exatamente pelas razões políticas tenhamos de reconhecer que nada fizeram ou puderam ou quiseram fazer em seus países os participantes do encontro de Santiago. Em grande número de países latino-americanos o contexto era de ditadura militar, inclusive no Chile, a partir de 1973. Até hoje as ideias de Paulo Freire têm sido e continuam sendo tomadas para reflexão na área da educação em museus, e não somente no Brasil.

3 As informações aqui referenciadas baseiam-se em texto de Hugues de Varine, Diretor Executivo do ICOM de 1968 a 1974, publicado na brochura intitulada *A memória do pensamento museológico contemporâneo - documentos e depoimentos*, produzida pelos membros paulistas do Conselho Consultivo do ICOM-BR, em 1995, como material preparatório para o seminário “A museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros?”, realizado em São Paulo (nov. 1995).

A Declaração de Caracas (1992)

Vinte anos depois, em 1992, realizou-se em Caracas, Venezuela, durante 23 dias e novamente por iniciativa da Unesco,⁴ o seminário “A missão do museu na América Latina hoje: novos desafios”, reunindo representantes de dez países latino-americanos e dez da Venezuela com reconhecida competência e exercendo funções de direção na área dos museus, para refletir sobre a missão do museu como um dos principais agentes do desenvolvimento integral na região. A discussão do tema-chave tomou como antecedentes os princípios e postulados da mesa-redonda de Santiago e teve como pressupostos a necessidade de atualizar os conceitos formulados vinte anos antes, a renovação dos compromissos assumidos a partir daquele momento, a consideração do contexto latino-americano em seu processo acelerado de mudanças e a consciência da proximidade do século XXI. Desse seminário resultou a Declaração de Caracas.

A essência da Declaração de Caracas, segundo Horta, foi conceber

o museu como um “meio” de comunicação (reconhecendo-se sua “linguagem” própria) entre os elementos desse triângulo (território-patrimônio-sociedade), servindo de instrumento de diálogo, de interação das diferentes forças sociais (sem ignorar nenhuma delas, inclusive as forças econômicas e políticas); um instrumento que possa ser útil, em sua especificidade e função, ao “homem indivíduo” e “homem social” para enfrentar os desafios que vêm do presente e do futuro. (Horta, 1995, p.35)

Pertinência do tema da Conferência

Se em 1992 a Declaração de Caracas reconhecia que, naquele momento, o museu tinha uma missão fundamental a cumprir na América Latina, hoje, 11 anos depois e 31 após a mesa-redonda de Santiago do Chile, a missão continua.

A conferência do Ceca em 2003 parece demonstrar essa preocupação, ao propor como tema a discussão de conceitos educacionais que transformam a realidade dentro de nossos museus e ao reconhecer que seja uma missão possível. O que incomoda, entretanto, é que após tantos anos ainda estejamos discutindo que essa missão seja possível. É bem

4 Por iniciativa da Oficina Regional de Cultura para a América Latina (Orcale), dirigida por Hernán Crespo Toral, participante dos Encontros do Rio de Janeiro (1958) sobre a função educativa dos museus, e de Santiago do Chile (1972), bem como do comitê venezuelano do ICOM, com o apoio do Conselho Nacional de Cultura (Conac) e da Fundação Museu de Belas Artes da Venezuela.

verdade que as duas declarações nunca foram adotadas oficialmente e que talvez muitos dos profissionais de nossos museus até mesmo as desconheçam.

Hugues de Varine, no documento para o seminário de São Paulo, citado anteriormente, dizia que a noção de museu como instrumento de desenvolvimento, desconhecida antes de 1972, era naquele momento (1995) amplamente formulada e admitida e que o mesmo ocorria com as noções de *função social* do museu e de *responsabilidade política* do museólogo profissional de museu.

Atualmente, está sendo elaborada no Brasil uma Política Nacional de Museus, coordenada pelo Ministério da Cultura, com a participação ativa da comunidade museológica: “Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural” (MinC, 2003). Pensar uma Política Nacional de Museus significa democratizar o espaço público, incluir os museus na agenda da inclusão social e abrir seus espaços para as discussões acerca das políticas afirmativas, transformando o museu em um local de exercício da cidadania plena. Num país marcado por profundas desigualdades sociais, os museus devem estar atentos à diversidade e à pluralidade de nossa identidade cultural e suscitar o que poderíamos chamar de “inclusão cultural” como forma alternativa para a construção de uma sociedade mais igualitária. Devem ser, portanto, reforçadas as perspectivas educativa e científica dos museus, e o Estado deve garantir os meios pelos quais a sociedade possa se apropriar de seus bens de natureza cultural.

Conceitos (trans)formadores das ações do museu

Conceitos como educação patrimonial, ação educativa e função/ missão educativa dos museus são os três lados do triângulo equilátero que compõe a pedagogia museal. Essa pedagogia é construída conscientemente e deve se valer de posturas afirmativas. É útil discernirmos entre *educação patrimonial* como área de conhecimento da museologia – educação a partir do patrimônio cultural –, *ação educativa* – o que se faz concretamente em termos educacionais nos museus (ações e atividades) – e *função/missão educativa dos museus* – aquilo que lhe cabe educacionalmente como instituição, isto é, a sua missão.

O cotidiano de trabalho em um museu envolve inúmeros conceitos. Estes correspondem a valores que, por sua vez, são constitutivos da atitude dos profissionais responsáveis por esse cotidiano. Os conceitos educativos que formam e transformam a realidade cotidiana do museu são vários e permeiam a realidade dessa instituição constantemente. Atuam na tessitura do que venha a ser o processo museal, entendendo que o público é integrante desse processo.

Algumas práticas e ações são, muitas vezes, confundidas com conceitos. É importante notar que nem todos os conceitos com os quais trabalhamos nos museus são exclusivamente educativos. Alguns conceitos são amplos; porém, pela relevância social que apresentam, são aplicados também na área educativa. Cidadania, alteridade, diversidade, tolerância, solidariedade, participação e interação (externa e interna) são conceitos que estruturam e fundamentam a ação educativa em museus.

Destacamos a seguir conceitos que podem ser considerados transformadores de realidades museais. Alguns deles situam-se fora da área da museologia, mas influenciam diretamente o trabalho nos museus.

Cidadania

Os museus devem promover o exercício da cidadania a partir da apropriação do patrimônio cultural. As ações do museu devem estar articuladas com as demandas da sociedade, e o conhecimento produzido deve servir para a compreensão do mundo presente e para uma melhor atuação no futuro.

Inclusão/exclusão social

Falar de públicos diferenciados é retomar o que foi preconizado pelas Declarações de Santiago do Chile, Quebec e Caracas. Esses documentos colaboraram/ inovaram na medida em que incorporaram às discussões museológicas conceitos como museu integral, museologia social e comunicação museológica. Retomar esses conceitos e desdobrá-los significa enfrentar a problemática da inclusão e da exclusão, pois estar integrado com a sociedade, realizar trabalhos de cunho social e comunicar implica – no Brasil atual e também em outros países – lidar com uma faixa enorme de excluídos sociais. Os museus não podem ignorar que, quando não se inclui, se está excluindo, e que não cabe a essas instituições excluir.

Alteridade e diversidade cultural

Alteridade é a consciência da diferença, que promove a riqueza e complexidade do debate necessário aos processos museais. Quem somos culturalmente com relação a outros culturalmente diferentes. Este conceito é essencial para que estabeleçamos uma atitude dialética e democrática com o público visitante. A interação entre o museu e o público alimenta-se da ideia do Eu e do Outro como diferentes.

Tolerância

O respeito à diferença leva a uma atitude de tolerância e respeito mútuo. Conviver com a diferença cultural é uma rica oportunidade para construir valores e atitudes como respeito às diferenças e tolerância – ser capaz de entender, aceitar e respeitar o ponto de vista do Outro.

Solidariedade

Valor ético que surge da tolerância e da consciência dos direitos humanos universais e da relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, o qual deve fundamentar as relações internas e externas do museu.

Participação

Um tipo específico de interação, quando os profissionais de museus sentem-se atuantes nos processos museais e agentes de um processo de equipe. Também faz que os diversos profissionais sintam-se parte de um “projeto comum”. A participação legitima o processo.

Interação (externa)

Conceito entendido como substrato da comunicação e da educação. É entendido como encontro de horizontes do museu e do público, encontro que permite que o museu atue como fórum de discussão e debate e onde ele, o museu, é o propositor do discurso que é apropriado e (re)elaborado pelo público. Além disso, entende o público como integrante dos processos museais, ou seja, que o público sinta-se parte dos processos museais.

Interação (interna)/integração/cooperação

Trabalho conjunto entre educadores e os outros setores do museu. Em alguns momentos a iniciativa parte dos educadores, em outros momentos os educadores estão integrados ao desenvolvimento de projetos expositivos, e em outros ainda a política institucional integra os diversos setores, de modo a fazer que a educação não seja um interesse apenas dos educadores, e sim uma responsabilidade institucional assumida por todos.

Interdisciplinaridade

Trata-se de um conceito complexo. Destacamos aqui a necessidade de aprofundá-lo no âmbito dos museus, considerando que a sua prática deva englobar, entre outros aspectos, a interação entre disciplinas e a cooperação entre profissionais de diferentes áreas do museu.

Curadoria *conjunta*

Aqui o conceito de curadoria é ampliado, abrangendo todos aqueles que participam das diversas etapas do trabalho museológico. Consideramos essa concepção transformadora de realidades museais, pois legitima todos os integrantes dessa realidade como líderes e possuidores de poder. Rompe, ainda, com estruturas hierárquicas autoritárias dentro dos museus.

Produção cultural museal

Os museus e suas equipes elaboram discursos que são, antes de tudo, políticos e passam por escolhas de acordo com pontos de vista. Todo museu tem uma cultura institucional e museal. Os profissionais de museu expressam seus valores culturais nos projetos que desenvolvem. São, portanto, autores culturais de obras culturais que podem ser questionadas, discutidas e até mesmo negadas pelo público, o qual negocia o sentido daquilo que está exposto.

Responsabilidade social

Hugues de Varine vê o museólogo/profissional de museu como um profissional com responsabilidade política; Guarnieri afirma que esse profissional é um trabalhador social, dando-lhe o mesmo sentido utilizado por Florestan Fernandes e Paulo Freire: não apenas quem exerce a função social do trabalho, mas aquele que trabalha conscientemente com o social, colaborando com a sua mudança.

Missão mais que possível! Já não é sem tempo!

Os conceitos apresentados são (trans)formadores da realidade interna e das ações das instituições museais. Interação, como encontro de horizontes e possibilidade de troca, deve fazer parte das práticas democráticas internas e da cultura institucional, assim como o respeito à diversidade cultural e o exercício da tolerância entre colegas. Discutir, respeitar e valorizar as diferenças, ter atitudes de tolerância, sentir-se

participando da construção/criação de uma obra – que é o próprio museu –, tudo isso é fundamental para que cada um sinta-se agente de um processo e sinta o peso real da responsabilidade social que é lidar com o patrimônio cultural. Entendemos, também, que uma postura de cooperação associada à solidariedade possa substituir hierarquias autoritárias por métodos que contemplem estratégias de participação de diversos colaboradores na tomada de decisão. Ainda permitirão que certas desigualdades de direitos possam ser minimizadas e (quem sabe, e por que não?) suprimidas.

O museu, sozinho, não vai modificar a sociedade, mas pode contribuir para a mudança se desempenhar o seu papel de atuar criticamente, fornecendo os instrumentos básicos para o exercício da cidadania. A complexidade de funções e as responsabilidades sociais que o museu deve assumir neste novo século exigem do profissional de museu uma atenção permanente e reflexões sobre as mudanças efetuadas no meio em que vive, assim como sobre os interesses e necessidades da sociedade.

Waldisa Rússio Guarnieri (1990), uma das primeiras profissionais da área da museologia, no Brasil, a discutir a museologia e o museu de uma perspectiva dialética, dizia que o museólogo, trabalhador social, não deve recusar a dimensão e o risco político do seu trabalho. E informava que a expressão “trabalhador social” tem o sentido que lhe davam Florestan Fernandes e Paulo Freire: não apenas quem exerce a função social do trabalho, mas quem trabalha conscientemente com o social, colaborando com a sua mudança.

De nada valeria coletar, preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio cultural se esse conhecimento não fosse produzido com um fim em que esta sociedade seja o principal beneficiário. Não basta devolver a ela o produto resultante de um estudo ou de uma exposição, por exemplo, se os indivíduos não se sentirem parte desse resultado. É preciso que as ações do museu estejam articuladas com as demandas da sociedade e que o conhecimento produzido pelos profissionais de museu sirva para a compreensão do mundo presente e para uma melhor atuação no futuro.

A inserção desses conceitos na dinâmica interna do museu dá novo valor às suas ações. Trata-se de redefinir a relação entre o museu e a sociedade, que deve estar contemplada no discurso da instituição. O museu caminha, portanto, em direção a uma abertura que visa ampliar

suas atuações educativa, cultural e social. Desta forma, deve ter o olhar dirigido ao Outro, dando-lhe o direito à palavra, ao diálogo. Sem dúvida, esse tipo de aproximação produz um impacto sobre a forma de compreender, apreciar e se relacionar com o museu, ao estabelecer a difícil inter-relação entre preservação, comunicação e apropriação dos bens culturais.

Esse movimento, que tem como via o diálogo promovido na parceria e na negociação, levará à renovação da instituição, manifestada em seus diferentes aspectos: na pesquisa, na coleta, na divulgação, na apresentação dos objetos, na narrativa empregada e em suas atividades, por exemplo. Tudo se verá modificado em função da orientação que inclui “os outros”, pelo fato de que os saberes e as culturas estão sempre em constante construção, e o museu é um espaço simbólico de referência para abordar essas questões.

Compreender a ação museológica como ação educativa significa caracterizá-la também como ação de comunicação, porque é buscando as interfaces nas ações de *pesquisa*, *preservação* e *comunicação* que conseguimos nos distanciar da compartimentalização das disciplinas. A interação com os nossos pares e com os demais sujeitos sociais envolvidos nos diversos projetos, nos quais estejamos atuando, torna possível estabelecer metas e objetivos que não se esgotam na aplicação da técnica isolada, descontextualizada, evitando, assim, a dissociação entre os meios e o fim.

Sabemos que implantar uma proposta de educação e ação cultural em museus que contemple todos esses conceitos é um grande desafio para museólogos e educadores que pensam esses espaços não apenas como um local de fruição momentânea para os seus visitantes, mas como um espaço de encontro, descoberta e crescimento. Somente a partir da conseqüente consciência dos diferentes profissionais que atuam no museu sobre o compromisso social e a dimensão educativa da instituição é que esta conseguirá, de forma integrada, cumprir o seu papel transformador.

Referências bibliográficas

- CAZELLI, S. et al. Educação e comunicação nos museus de ciência: aspectos históricos, pesquisas e prática. In: GOUVÊA, G. et al. (Org.) *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Faperj; Access, 2003.
- CURY, M. X. *Resumos do Encontro de Profissionais de Museus – A comunicação em questão: exposição e educação – propostas e compromissos*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP; Brasília: STJ, 2003.
- GOUVÊA, G. et al. (Org.) *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Faperj; Access, 2003.
- GRINSPUM, Denise. Pensando educação patrimonial no museu Lasar Segall. In: MUSEU LASAR SEGALL. *Museu Lasar Segall: históricos, análises, perspectivas*. São Paulo, 1992.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio. Conceito de cultura e sua relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, Rio de Janeiro: IBPC/Secretaria da Cultura da Presidência da República, n.3, p.7-12, out. 1990.
- HOOPER-GREENHILL, E. *The educational role of the museum*. London: Routledge, 1994.
- HORTA, Maria de Lourdes P. Vinte anos depois de Santiago: a Declaração de Caracas – 1992. In: COMITÊ NACIONAL BRASILEIRO DO ICOM. *A memória do pensamento museológico contemporâneo – documentos e depoimentos*. São Paulo, 1995. p.32-35. (Mimeogr.).
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras*, Porto Alegre: Fapa, n.27, p.91-101, 2000.
- MINC. Ministério da Cultura, Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. *Política Nacional de Museus*. Brasília, maio 2003.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. *A Declaração de Santiago do Chile (1972)*. Comunicação apresentada no seminário “A museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros?”, promovido pelo Comitê Nacional Brasileiro do ICOM. São Paulo: Fiesp, 1995. (Mimeogr.).
- STUDART, D. Reflexões sobre o papel educativo e comunicativo dos museus e sobre o trabalho do Comitê de Educação e Ação Cultural (Ceca-Brasil). In: CURY, M. X. (Org.) *Resumos do Encontro de Profissionais de Museus – A comunicação em questão: exposição e educação – propostas e compromissos*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP; Brasília: STJ, 2003.
- STUDART, D. et al. Pesquisa de público em museus: desenvolvimento e perspectivas. In: GOUVÊA, G. et al. (Org.) *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Faperj; Access, 2003.
- VARINE-BOHAN, Hugues. A respeito da mesa-redonda de Santiago. In: COMITÊ NACIONAL BRASILEIRO DO ICOM. *A memória do pensamento museológico contemporâneo – documentos e depoimentos*. São Paulo, 1995. p.17-19. (Mimeogr.).

Museus e o patrimônio intangível: o patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural ¹

Magaly Cabral (Coord.) ²

Penso e me deleito com tantas heranças brasileiras intangíveis e sobretudo pesquisáveis para fins de contextualização/educação, sobretudo de como ser e sobreviver brasileiro naqueles museus que queiram deixar as estradas asfaltadas e sair para as picadas, lombas e ladeiras do nosso fazer e conviver diários.

Cecília Volkmer

Em estado constante de fluxo, as culturas influenciam-se umas às outras, são conduzidas por forças internas ou externas. Tais forças podem produzir efeitos de acomodação ou gerar relações de dominação de uma cultura sobre outra, ou ainda, de resistências.

Encontramo-nos diante de um mundo cada vez mais globalizado e submetido a processos de homogeneização e dominação. Cada vez mais somos expostos a experiências diferenciadas ou apresentados a sistemas de significação e de representação cultural diversos.

Cada geração redefine uma interpretação do patrimônio cultural a partir de diferentes relações entre os atores sociais e os bens tangíveis e intangíveis. Processo realizado por meio de um movimento permanente de reconstrução de valores: ora são abandonadas concepções acerca desses bens, ora são retomadas como elementos essenciais de identidade da dinâmica cultural.

- 1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 2004, Seul, Coreia do Sul. Publicado em *Musas*, v.1, n.1, 2004.
- 2 Atendendo à solicitação da coordenadora do Ceca-Brasil, Denise Studart, o presente artigo foi coordenado por Magaly Cabral e redigido com base em contribuições destes membros (votantes e não votantes) do Ceca/ICOM: Adriana Mortara de Almeida, Cátia Barbosa, Cecília Volkmer Ribeiro, Denise Pollini, Denise Studart, Flávia Galli, Gabriela Wilder, Magaly Cabral, Maria Cristina Oliveira Bruno, Maria Esther Alvarez Valente, Maria Izabel Branco Ribeiro, Marília Xavier Cury, Sônia Guarita do Amaral e Thales Ribeiro de Magalhães (em colaboração com a museóloga Zenilda Ferreira Brasil). Participaram, ainda, das discussões, no Rio de Janeiro, Arilza de Almeida e, em São Paulo, Anaf dos Anjos Marinho (coautora de um dos artigos), Angélica Policeno Fabbri (membro do Ceca/ICOM), Aparecida M. Rangel e Maria Olímpia Dutzmann. O texto foi apresentado por Sônia Guarita do Amaral na conferência do Ceca/ICOM (4-6 out. 2004), no âmbito da 20ª Conferência Geral do ICOM (2-8 out. 2004), em Seul, Coreia do Sul.

Podemos apresentar como exemplo as festas juninas,³ no Brasil, ou o Dia dos Mortos, no México. Surgiram e se perpetuaram como celebrações comunitárias, permeadas de significados e rituais próprios. Aos poucos estão se “contaminando”: nas festas juninas brasileiras, principalmente em escolas, as músicas e comidas tradicionais vêm sendo substituídas pelo estilo sertanejo ou *country*, os doces de abóbora e de batata-doce não se encontram mais lá. O Dia dos Mortos sofre o intercâmbio de outra festa, de origem muito diversa, que é o Halloween. Ao lado das caveirinhas, dos altares decorados, da invocação dos entes queridos que já morreram, da zombaria da morte, encontramos crianças com máscaras de caveiras e pedindo balas ou dinheiro e carregando pequenas abóboras de plástico.

Nas grandes cidades, a diluição desses rituais e a perda de referência com as gerações anteriores são ainda maiores do que nas áreas rurais. Na história da humanidade, em determinados momentos, transformações muito rápidas ocorreram. Neste século XXI, essas transformações nos parecem mais rápidas do que nunca, talvez por convivermos com o descartável, com a rapidez das informações sempre novas e com o culto ao ideal da juventude, por exemplo. Entretanto, como nos lembram Chagas e Abreu (2003), paradoxalmente nunca se colecionou tanto, nunca se arquivou tanto, nunca tantos grupos se inquietaram tanto com os temas referentes a memória, patrimônio e museus, o que leva os gestos de guardar, colecionar, organizar, lembrar ou invocar antigas tradições a conviver com essas transformações tão rápidas.

Como podem as sociedades assegurar a transmissão do patrimônio intangível de geração em geração?

O patrimônio imaterial/intangível

Para ampliar a discussão sobre patrimônios culturais como formas de expressão, modos de fazer e realização de ritos e cerimônias, as palavras empregadas deveriam ser discutidas: os termos *imaterial* e *intangível* são os comumente utilizados, o que reflete a dificuldade quanto à colocação de parâmetros para classificar a manifestação cul-

3 Festas realizadas no mês de junho em homenagem a Santo Antônio (13), São João (24) e São Pedro (29), com fogueira, danças, comidas e bebidas típicas. Devoção trazida ao Brasil pelos portugueses.

tural que não pode ser chamada de material. Ambos os termos trazem em si o conceito do impalpável, e, embora incompleta, preferimos a expressão *intangível* por trazer em si o significado daquilo que não se pode tocar, ao passo que *imaterial* centra a discussão naquilo que não tem consistência material.

As preocupações em preservar a cultura intangível por meio de políticas culturais só começam a se manifestar de forma mais efetiva na segunda metade do século passado. No rumo dessa trajetória, a convenção da Unesco sobre a salvaguarda do patrimônio mundial cultural e natural, realizada em 1972, provocou uma forte reação de vários países latino-americanos, liderados pela Bolívia, contra a limitada visão de patrimônio adotada pela Unesco, que considerava patrimônio cultural somente os bens móveis e imóveis. Em 1989, uma resposta foi dada, por meio da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, documento aprovado pela Conferência Geral da Unesco.

Em outubro de 2003, finalmente, na sua 32ª Conferência Geral, a Unesco adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, concebida como complementar à Convenção Concernente à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972, contendo esta definição operativa do patrimônio cultural intangível:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e habilidades, assim como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados a isso, que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural intangível, transmitido de geração a geração, é constantemente recriado por comunidades e grupos em resposta ao seu meio ambiente, sua interação com a natureza e sua história, e fornece-lhes um senso de identidade e continuidade, assim promovendo respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (texto de jul. 2003; publicado em 2003)

O patrimônio intangível também se expressa por meio do material, com a sensível diferença de que o material – seja este o corpo daquele que realiza uma cerimônia, ou sua indumentária, ou ainda a comida feita para determinada celebração – é veículo para uma manifestação que não termina na produção de um objeto que, em si, contenha todo o seu significado. A continuidade da comunidade está inserida em tal manifestação, e a produção de objetos, que podem ou não ser preservados, não abarca a complexidade dessa herança, pois a manifestação do patrimônio intangível promove a religação daquela comunidade com sua história.

O Brasil e o patrimônio imaterial/intangível

No Brasil, questões ligadas à natureza imaterial/intangível da cultura já foram levantadas por pensadores como Mário de Andrade, na década de 1930, e Aloísio Magalhães, vários anos depois, com as experiências que este último realizou no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e na Fundação Nacional Pró-Memória (Sant'Anna, 2003). Experiências que deram como resultado a introdução, na Constituição Brasileira de 1988, de um conceito mais amplo de patrimônio. A Constituição estabelece⁴ que

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A partir do final da década de 1990, a preocupação com o imaterial foi registrada em seminário realizado por ocasião do 60º aniversário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Cultura (Iphan/MinC). O evento culminou com decreto⁵ responsável pela instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que visa à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

É importante salientar que a preservação não deve se restringir apenas ao ato de “registro”, pois, ao serem registradas, as manifestações da cultura correm o risco de serem cristalizadas e perderem seu caráter dinâmico. Nesse sentido, considerando exatamente a dinâmica das manifestações e com o objetivo de acompanhar suas transformações, o citado decreto prevê a reavaliação dos bens culturais registrados pelo menos a cada dez anos.

4 Capítulo III, Seção II, Art. 216.

5 Decreto 3.551, de 4 ago. 2000.

Os museus e o patrimônio intangível

A salvaguarda do patrimônio cultural intangível envolve e amplia a participação de profissionais e instituições nesse campo. O museu, principal guardião do patrimônio tangível, se inclui entre as instituições responsáveis pela participação na produção, gestão e promoção do patrimônio intangível. A convenção da Unesco (2003) aponta, adicionalmente, entre outros temas em torno do patrimônio intangível, *a relação entre o patrimônio cultural tangível e o intangível*.

Entende-se, portanto, por que o Conselho Internacional de Museus (ICOM) adotou o tema “Museus e o patrimônio intangível” para o Dia Internacional de Museus (18 de maio), em 2004, e para sua 20ª Conferência Geral, que se realizou em Seul.

Essa indicação de enfoque temático pode ser compreendida como uma grande vitória de todos aqueles profissionais que experimentaram, teorizaram e problematizaram as interfaces entre os acervos museológicos e a dinâmica sociocultural existentes do outro lado das paredes dos edifícios dos museus.

Precisaríamos lembrar muitos profissionais que nos precederam, buscar as fontes primárias de seus trabalhos, verificar os fundos documentais dos museus, entre outros processos de pesquisa, para traçar uma linha temporal, neste horizonte, que pudesse desvelar as tradições museológicas nessa busca incessante pela abertura dos museus para a sociedade, orientada para as diferentes dimensões das expressões culturais.

Nessa longa trajetória, entre muitos exemplos, podemos registrar:

- o museu ao ar livre Skansen, fundado por Arthur Hazelius em Estocolmo, Suécia, em 1891. Esse museu tinha como proposta, em um momento de profundas mudanças sociais, relatar os diferentes modos de vida dos suecos, por meio de detalhada pesquisa, na qual cultura material e tradição oral eram igualmente levadas em consideração;
- os esforços de Franz Boas, no American Museum of Natural History (Estados Unidos), ainda no início do século XX, na tentativa de levar às exposições museológicas os gestos que permeavam a

função dos objetos de sociedades aborígenes. Essas iniciativas, traduzidas museograficamente na contextualização de cenários e dioramas, marcaram, de forma singular, o caminho comunicacional das instituições museológicas;

- as experiências de Georges-Henri Rivière (França), nas primeiras décadas do século passado, valorizando o patrimônio comunitário para as coletas museológicas e que deram margem ao surgimento e à afirmação de distintos modelos de processos de musealização;
- as propostas de Mário de Andrade, Paulo Duarte e Sérgio Milliet, ao longo da década de 1930, na criação do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, que procuraram articular os diferentes vetores patrimoniais às ações de preservação e desenvolvimento;
- nesse caminho de ampliação de olhares e de práticas museológicas em direção ao patrimônio intangível, os esforços de Hughes de Varine-Bohan, no que se refere à atenção que os museus devem dar à ação cultural e intervenção social, têm sido fundamentais para a valorização das expressões intangíveis.

Cabe ressaltar que esse movimento é fruto de um processo ligado a variadas formas de pensar e entender a sociedade, cujas origens não são tão recentes. O homem e seu meio são apresentados não mais com base em uma única ciência, mas sim pela interligação de vários domínios do saber, o que leva a experiência humana a dar um salto de qualidade. É, portanto, nesse ambiente, fruto das exigências dos indivíduos por novas formas de relacionamento, que o museu e sua ação se inserem.

Entre os diversos saberes podemos citar, por exemplo, a “nova história”. Em oposição à história convencional, que sempre nos apresenta uma narração metódica e sequencial calcada em fatos conforme uma visão oficial, a “nova história” propõe um modelo segundo o qual o importante não é o fato ou o testemunho propriamente dito, e sim as circunstâncias, a ambiência, a motivação, os eventos que ocorreram simultaneamente e os atores que participaram ou participam nas manifestações de um fato histórico. Enquanto a história tradicional oferece uma visão de cima (grandes feitos de grandes homens), a “nova história” propõe uma história vista de baixo, com opiniões de pessoas comuns e com suas manifestações e experiências de mudança social; uma maior preocupação com toda a abrangência da atividade humana.

De acordo com James Robinson (citado em Peter Burke, 1992, p.16), a nova história “inclui todo traço e vestígio de tudo o que o homem fez e pensou desde seu primeiro aparecimento sobre a terra”. Acreditava ele que o conhecimento deveria “servir-se de todas aquelas descobertas que estão sendo feitas sobre a humanidade pelos antropólogos, sociólogos, psicólogos e economistas”.

Podemos afirmar que os museus, apesar de terem a sua gênese no objeto, não estão restritos à cultura material. Hoje o museu busca não somente a intangibilidade das coleções, mas também pesquisar, documentar, conservar, ressignificar e comunicar manifestações intangíveis da nossa cultura e os objetos associados a essas manifestações. O museu é o espaço do tangível e do intangível: o acervo e sua intangibilidade, o intangível e sua materialidade.

As definições que aparecem nos diversos documentos extraídos nas reuniões de profissionais de museus ao longo das últimas décadas confirmam que a busca museológica de outras dimensões das referências patrimoniais, além das expressões materiais, é um caminho sem volta. A elaboração dos conceitos de patrimônio integral, ecomuseu, museu de sociedade, a afirmação sobre a identificação do museu como canal de comunicação e as perspectivas de inclusão social delineadas pelas propostas de ação educativo-culturais, entre muitos outros exemplos, nos mostram como a área museológica tem construído as rotas que, agora, servem de base para a identificação e o tratamento curatorial dos bens intangíveis.

São rotas que coincidem com a democratização das instituições museológicas, com os progressos epistemológicos que têm decodificado o perfil teórico-metodológico da disciplina Museologia, com a multiplicação de modelos de musealização e com a valorização das diversas dimensões das referências patrimoniais. Trata-se, portanto, de um percurso que tem valorizado as manifestações culturais, para além dos artefatos, das coleções e dos acervos de objetos.

O patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural

É no espaço entre objetos em exposição e o público que emerge e ganha corpo o patrimônio intangível presente em todos os museus. A cada novo visitante, sentidos são atribuídos aos objetos, geralmente referentes a memórias do lugar de origem, lembranças de costumes, tradições, sabores vivenciados na infância. Percepções despertadas por acontecimentos significativos para o visitante. E é nessa interação sujeito/objeto, mediada pelo educador, que acontecem vivências culturais transformadoras.

Parece fácil construir uma atitude que integre o tangível e o intangível, mas não é. Para tanto, os profissionais de museus e, principalmente, os educadores devem construir um suporte teórico-conceitual e metodológico, concepções educacionais compatíveis com o museu e metodologias aplicáveis a uma ação educativa museal eficaz.

Poderíamos apontar alguns caminhos que já estão sendo até mesmo considerados no contexto museológico:

1) O “contexto pessoal da experiência museal”⁶

Fazem parte do *contexto pessoal* todas as experiências vividas pelo indivíduo, inseridas nas culturas local, regional e mundial;

Visitantes/educandos, na relação com o espaço museal, entram em contato com um universo físico, dado pelo ambiente do museu (contexto físico), e social, dado pelas relações estabelecidas com outras pessoas (contexto social).

As motivações e expectativas para a visita ao museu, assim como a imagem previamente formada sobre a visita, participarão da experiência museal do visitante, podendo favorecer os processos comunicacional e educacional, ou criar obstáculos.

Cabe aos educadores buscar conhecer/reconhecer quais são essas expectativas, as motivações, as vivências anteriores à visita que se relacionam a ela. Infelizmente, nos atendimentos rotineiros, o educador

⁶ A experiência museal é descrita por Falk e Dierking (2000) como a interseção entre contexto pessoal, contexto físico e contexto sociocultural.

costuma ter apenas alguns minutos para tentar conhecer o universo dos visitantes/educandos, geralmente na parte introdutória da visita.

Nesse sentido, os projetos de longa duração, desenvolvidos com o mesmo grupo de visitantes/educandos pela área educativa dos museus, costumam trazer enormes benefícios para o trabalho e para a avaliação das atividades. São esses projetos – com escolas da região, professores, grupos de terceira idade, grupos da comunidade local – que enriquecem e dão mais elementos para a reflexão dos educadores para aperfeiçoar tais projetos e até mesmo o atendimento rotineiro. A realização de programas de longo prazo com o mesmo grupo de visitantes/educandos permite um aprofundamento do conhecimento do *contexto pessoal* dos visitantes/educandos e, portanto, um aperfeiçoamento da ação educativa.

2) A escolha dos enfoques temáticos, seja das exposições, seja da ação educativa

É necessário buscar enfoques que aproximem o conhecimento que o museu tem e o cotidiano do visitante. O referencial é o público, pois, se o tema não fizer minimamente parte de seu universo referencial, não fará sentido para ele. Não há fórmulas prontas para isso, mas podemos sugerir que se busque o cotidiano entre os temas disponíveis no museu e/ou formas de aproximação com o público.

Diversos colegas em suas experiências profissionais tiveram a oportunidade de tratar de certas questões científicas em exposição e ação educativa e realizar uma avaliação com o público escolar. Os dados coletados mostraram, com clareza, como as pessoas participam como sujeitos em discussões – exposição e ação educativa são consideradas como espaços de discussão – sobre assuntos como morte, alimentação, organização social, cooperação e estilo de vida. Fazer que as pessoas discutam em grupo essas e outras questões é educação. É a educação de qualidade que pode ser feita no museu.

3) Educação e comunicação estão imbricadas, e tanto uma como a outra não consistem apenas em processos de transmissão de conhecimento e/ou informação.

A formulação e a transmissão de uma mensagem e seu significado fazem parte de um processo educacional/comunicacional. O significado não é

natural e tampouco universal, é sim uma atribuição subjetiva de indivíduos e/ou grupos. Mas uma mesma mensagem possibilita múltiplos significados, todos abertos à ressignificação. A dinâmica cultural, na qual o museu se insere, é um processo de constante ressignificação. Educar e comunicar em museu é ressignificar. O museu ressignifica as suas coleções, e quem concebe e monta as exposições faz o mesmo. Os educadores, igualmente, ressignificam a mensagem da exposição, assim como o público. Como não há um significado único e verdadeiro, os significados são compartilhados e/ou negociados. Educação em museu é essa dinâmica de compartilhar e negociar a ressignificação com o público com base em bens musealizados.

A dimensão intangível do museu abre, portanto, um campo educacional profícuo, porque o educador tem espaço para ser agente do processo comunicacional de forma eficaz. Sua atuação vai além do conhecimento produzido pelo pesquisador. O educador constrói conhecimento, e é na transposição do conhecimento que esse profissional constrói o discurso educativo e se faz presente e necessário.

4) A busca da intangibilidade das coisas

A intangibilidade do objeto museológico envolve, por exemplo, simbologia, imaginário, valores, conceitos, emoções e afetividade. Grande parte dessa intangibilidade é construída por meio da pesquisa. Mas nem tudo, pois resta muito da dimensão intangível das coleções em exposição para os educadores construírem com o público. O educador de museu é ator e, como sujeito, constrói discursos. O educador pode atuar no plano do imaginário, das emoções, dos valores e da afetividade, por exemplo. Trabalhar com o público nessas dimensões, com base no patrimônio cultural musealizado, é educar. É o tipo de educação que o museu pode e deve realizar e que não cabe a nenhuma outra instituição fazer. Vejamos alguns exemplos:

- A casa e tudo o que há nela é tangível. O lar é intangível. Lar não é o conjunto de coisas e pessoas que estão e vivem em uma casa, e cada um de nós tem algo, diferente do outro, para falar a respeito de lar. Falar de casa não é a mesma coisa que falar de lar. Falar de objetos de uma casa é diferente de falar de objetos que pertenceram a um lar.
- O cotidiano pré-colonial no qual os artefatos foram confeccionados, usados e compartilhados é intangível. Apresentar coleções arqueológicas em vitrinas não abrange a dimensão intangível e,

tampouco, a intangibilidade presente na organização social, na religião e na medicina dos grupos sociais pré-coloniais.

- O fazer científico é intangível.

5) A metodologia de trabalho do educador

Devemos buscar metodologias que permitam, a partir do patrimônio cultural musealizado, a ressignificação cultural e a reformulação de discursos pelo museu, pelo educador e pelo público visitante. Isso é o que se entende por museu como fórum de debates, algo que ocorre permanentemente em uma exposição. Isso é democratização do museu: exercita-se a tolerância, constrói-se um sentido de alteridade, percebem-se as qualidades da diversidade, podem-se estabelecer vínculos entre pessoas e entre culturas, construir valores.

Uma ação educativa museal eficaz e de qualidade compreende ações e programas voltados para a inclusão sociocultural e, na sua fundamentação, o respeito e a promoção do patrimônio cultural intangível das comunidades com que se trabalha.

Será a riqueza dos objetos, imanente nos espaços museais, inacessível às populações socialmente marginalizadas, tradicionalmente vistas como “não públicos”? Poderão essas pessoas, que normalmente se autoexcluem de espaços considerados da cultura de elite, perceber visitas a museus como um programa produtivo, transformador de atitudes, criador de novos conhecimentos e de novos significados para ideias sobre identidade, cultura e saberes?

Deve-se ainda chamar a atenção para outro aspecto: ao tratarmos do patrimônio intangível, é preciso observar que as manifestações culturais não estão restritas à cultura popular. Tradicionalmente, os museus etnográficos são vistos como espaços privilegiados para ações nesse sentido. O intangível deve incluir também outros setores do conhecimento, entre eles a arte e a ciência, esta última ainda entendida por muitos como campo descolado do universo cultural de um povo.

As atividades museológicas que exploram a ciência como bem cultural estão essencialmente representando sua intangibilidade, contida nos fenômenos da natureza ou dos fatos sociais apresentados, na cognição de sua explicação e no processo coletivo de sua criação.

Experiências realizadas em dois diferentes museus de arte⁷ no Brasil comprovam que, por meio de programas especialmente direcionados para acolher populações socialmente marginalizadas, existe a possibilidade não só de atraí-las, mas também, e principalmente, de tornar a experiência significativa e modificadora de atitudes e de valores. Ou seja, programas direcionados a um público de excluídos socioculturais resultam em vivências emocionais, sensoriais e cognitivas importantes e, possivelmente, transformadoras de visões de mundo.

Não se pode deixar de considerar, portanto, o imenso valor educativo do patrimônio intangível característico dos museus de arte, visões poéticas de mundo cristalizadas nas diferentes linguagens e técnicas. Ao conceberem uma obra, dificilmente os artistas se desprendem de suas origens, de seus territórios nativos, de seus costumes, crenças, mitos e festas e de seu imaginário. A grande maioria das obras de arte está permeada de referências, signos dessas origens, das emoções provocadas pela lembrança de paisagens familiares, de costumes e tradições ancestrais. Em alguns artistas as raízes estão mais patentes do que em outros, mas ao espectador atento e bem preparado não será impossível detectar traços da cultura de origem e da formação da maioria dos artistas de hoje.

Na realidade, em qualquer tipologia de museu, ao falarmos de bens relacionados ao homem, estes estão sempre permeados de referências, não importando a categoria desses bens.

Considerações finais

Esta celebração, “Museus e patrimônio intangível”, merece ser comemorada pelos profissionais de museus, pois evidencia que estamos no caminho certo para o aprimoramento das nossas relações com a sociedade e o amadurecimento dos processos museológicos. Entretanto, como apontaram nossas reflexões, a indicação desse tema não deixa de ser uma sinalização para a necessidade de refinamento dos procedimentos técnicos no que tange às responsabilidades museológicas de salvaguarda e comunicação das expressões intangíveis. Ou seja, ainda temos um longo percurso.

⁷ Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC-USP) e Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Cabe sublinhar que, dessa caminhada, fazem parte os esforços cotidianos inerentes às experimentações museológicas, a necessária multiplicação de perspectivas para a formação e capacitação de profissionais e a ampliação do diálogo interdisciplinar nos contextos dos processos de musealização.

Assim, partindo dessas perspectivas, a metodologia museológica precisa utilizar novos parâmetros, pautados em uma mudança de foco: sem desprezar o objeto, buscar o contexto e o processo em que estão inscritas as manifestações e representações dos grupos sociais envolvidos. Na realidade, é necessária uma mudança de mentalidade e de atitude que entenda o museu como local de expressão, de inclusão social, de troca de experiências, de apropriação de conhecimentos, de construção conjunta e de diálogo. Trazer para o espaço do museu a vivência das manifestações culturais é uma importante ação educativa a ser implementada pelas instituições museológicas.

Quando se contemplam diferentes áreas do saber e suas respectivas manifestações intangíveis, além de possibilitar a troca e a vivência da experiência cultural, não só se amplia o escopo do patrimônio cultural como se alarga a compreensão das relações tanto tangíveis como intangíveis, naturais e sociais no mundo. Assim agindo e interagindo, os museus estarão contribuindo para um entendimento mais abrangente de patrimônio cultural e para uma maior representatividade no espaço museal, tornando-se mais relevantes para todos os indivíduos e grupos sociais envolvidos.

O espaço entre os objetos e o visitante, no qual se negociam sentidos de diferentes categorias, é, pois, um território no qual sentidos e significados para o mundo de hoje podem ser elaborados a partir dos saberes ou da origem do público. Isso nos leva a concluir que o grande valor intangível do patrimônio cultural apresentado em museus é se constituir em territórios favoráveis à percepção de inclusão cultural e de identidades.

Referências bibliográficas

ABREU, R.; CHAGAS, M. Introdução. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.11-14.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CURY, Marília X. *Patrimônio cultural intangível: muito além da materialidade*. Texto apresentado na 2ª Semana do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Araraquara, promovida pelas Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano e de Cultura de Araraquara (SP), 2004.

FALK, John; DIERKING, Lynn. *Learning from museums: visitor experiences and the making of meaning*. Lanham, MD: Altamira Press, 2000.

RICHARDSON, R. C. *History from below*. Oxford: Ed. Frederick Krantz, 1988.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.46-55.

WILDER, G. S. *As artes visuais do século XX como visão de mundo e exercício de diversidade*. Inclusão cultural: uma missão dos museus de arte contemporânea. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, USP. São Paulo, 2004.

Publicações institucionais

PATRIMONIO INMATERIAL: el registro del patrimonio inmaterial. Dossier final de las actividades de la comisión y del grupo de trabajo patrimonio inmaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Iphan, 2002.

LETTRE du Conseil International des Musées. *Nouvelles de L'ICOM: Les musées et le patrimoine intangible*, v.56, n.4, 2003.

LETTRE du Conseil International des Musées. *Nouvelles de L'ICOM: Les musées universels*, v.57, n.1, 2004.

LETTRE du Conseil International des Musées. *Nouvelles de L'ICOM: La definition des musées*, v.57, n.2, 2004.

Textos na internet

A CULTURA como patrimônio histórico. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/501anos/br04.htm. Acesso em: 10 abr. 2004.

ARAÚJO, Ana Valéria; DINIZ, Lília Toledo. *Decreto protege patrimônio imaterial*: Instituto Socioambiental – ISA, 20 nov. 2000. Disponível em: www.socioambiental.org/website/noticias/noticia.asp?File=Direitos\2000-09-20-16-15.html. Acesso em: 10 abr. 2004.

CORSINO, Célia Maria. *Manifestações populares: o patrimônio imaterial e o encontro das linguagens*. Disponível em: www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/ling/lingtex5.htm. Acesso em: 11 abr. 2004.

DIA INTERNACIONAL de Museus 2004 – “Museus e patrimônio imaterial”: ICOM-Brasil. Disponível em: [ICOM.museum/imd.html](http://icom.museum/imd.html). Acesso em: 10 abr. 2004.

FALCÃO, Joaquim. A alma do Brasil. *Jornal Virtual*, Rio de Janeiro, 23 nov. 2001. Disponível em: www.femperj.org.br/jornal/241101.htm. Acesso em: 10 abr. 2004.

_____. Acarajé, Aquarela do Brasil e Elvis Presley: *Jornal Virtual*, Rio de Janeiro, 8 jun. 2003. Disponível em: www.femperj.org.br/jornal/070603.htm. Acesso em: 10 abr. 2004.

IEPHA/MG. Disponível em: www.iepha.mg.gov.br/registroqueijo.htm. Acesso em: 11 abr. 2004.

OLIVEIRA, Péricles Antônio Mattar de. *Patrimônio histórico – um bom negócio para todos: plano diretor para o desenvolvimento do turismo em São João del Rei – Embratur/UFESJ*, 11 abr. 2004. Disponível em: pturismo.ufesj.edu.br/artigos/umbomnegocio.shtml. Acesso em: 11 abr. 2004.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: Unesco. Disponível em: www.unesco.org.br/programas/cultura/patrimonio_imaterial.asp. Acesso em: 10 abr. 2004.

PATRIMÔNIO IMATERIAL. Texto extraído da página do MinC. Disponível em: www.ivt-rj.net/museus_patri/antariores/folclore/imaterial.htm. Acesso em: 10 abr. 2004.

PATRIMÔNIO IMATERIAL: Ministério da Cultura. Disponível em: www.minc.gov.br/noticias/bpatrimonio.htm. Acesso em: 10 abr. 2004.

POSSE DO NOVO PRESIDENTE do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: www.netbabilions.com.br/societycafe/cafesc0148.htm. Acesso em: 10 abr. 2004.

TAMASO, Izabela. *Patrimônio imaterial: novos desafios, velhos objetos*. Universidade de Brasília. Disponível em: www.sbpnet.org.br/eventos/54RA/TEXTOS/ABA/ABA%20Izabela%20Tamazo.htm. Acesso em: 10 abr. 2004.

ZANCHETTI, Sílvio Mendes. *O patrimônio imaterial e o desenvolvimento sustentável local*. 29 set. 2002. Disponível em: www.urbanconservation.org/comentarios/coment29-09-02.htm. Acesso em: 10 abr. 2004.

Parcerias em Educação e Museus ¹

Magaly Cabral (Coord.) ²

Apresentaremos aqui algumas reflexões acerca do tema proposto para a Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (Ceca/ICOM) em 2005, em Banská Štiavnica/Bratislava, Eslováquia, com base na discussão entre educadores e outros profissionais de museus brasileiros. O texto observou os subtemas propostos pela organização da Conferência e, na introdução, explicitaremos alguns pressupostos que consideramos básicos para tratá-los.

1. Introdução

O tema da presente reunião do Ceca não poderia ser mais atual. Nós que trabalhamos em museus sabemos que as suas ações, em qualquer que seja a área, só se realizam com parcerias, que geralmente envolvem vários atores além dos representantes dos museus.

Na língua portuguesa, o termo *parceria* é definido como:

- reunião de indivíduos para interesse comum, companhia, sociedade;

1 Texto apresentado por Marília Xavier Cury (apoio Demu/MinC e MEC) e Magaly Cabral na Conferência Anual do Ceca/ICOM, em Banská Štiavnica/Bratislava, Eslováquia (17-23 set. 2005). Publicado nos *Anais* do 3º Encontro Regional da América Latina e Caribe - Ceca/ICOM, São Paulo: MAB/Faap, 2006, e em *Partnering in museum education - enhancing the adventure: proceedings* (Organização de Marián Ciz e Ivan Lukác). Banská Štiavnica: Dali-BB, s.r.o.: Banská Bystrica [for the] Museum in Svätý Anton, 2006.

2 O presente texto foi coordenado por Magaly Cabral e redigido com base nas contribuições enviadas pelos seguintes membros do Ceca-Brasil: Adriana Mortara de Almeida, Angélica Policeno Fabbri, Camilo de Mello Vasconcellos, Carmen Aranha, Flávia Galli, Gabriela Aïdar, Gabriela Wilder, Magaly Cabral, Marília Xavier Cury, Martha Marandino, Sônia Guarita do Amaral, Thales Ribeiro de Magalhães e Yara Mattos. Participaram, ainda, das discussões em reuniões realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo: Carla Gruzman e Denise Studart (membros votantes do Ceca), Maria Esther Alvarez Valente e Marília Botelho (membros não votantes do Ceca), Ana Maria Alves Machado, Aparecida Rangel, Carla Gibertoni Carneiro, Denise Marques, Marcelle Pereira, Márcia Fernandes Lourenço, Maria das Graças Ribeiro e Roseli Fátima Brito Netto Barreto. Finalmente, o texto recebeu, ainda, contribuições ao ser apresentado durante o 4º Encontro Regional do Ceca - América Latina e Caribe, realizado em São Paulo (7-9 jun. 2005).

- uma associação entre duas ou mais pessoas ou entidades, que contribuem com recursos financeiros ou materiais, para levarem a cabo uma atividade conjunta, dividindo lucros ou perdas em certas proporções.

Os museus são espaços multiculturais e interdisciplinares por natureza e, nesse contexto, é importante pensar a parceria em duas vertentes: uma de caráter interno e outra de caráter externo – ambas de igual peso e importância, pois envolvem a ação de somar, de completar.

Para que o museu estabeleça parcerias externas ele precisa ter seu corpo de servidores trabalhando de forma integrada. E essa integração deve levar em conta que todos estão trabalhando por um objetivo final, que é a educação. A mesma reflexão se faz com relação a museus que são parte integrante de instituições e fundações, por exemplo, e que muitas vezes não se preocupam com as parcerias interinstitucionais.

Quando pensamos em parceria na vertente externa, algumas questões se colocam: “Como pode essa modalidade associativa ser praticada quando aplicada a assuntos culturais ou educacionais?”, “Quem seriam os parceiros em potencial?” e “Quem decide o que fazer e como proceder?”.

Nós que atuamos e/ou refletimos sobre educação em museus, sempre fazemos parcerias para alcançar os nossos objetivos e metas. Nós nos (re)unimos e/ou nos associamos a outros profissionais para desenvolver ações educacionais. Sem a união e/ou associação não há educação de qualidade em museu, pois as ações educativas são resultantes de ações interdisciplinares, que são uma forma específica de parceria baseada na interface entre profissionais diversos. Só assim teremos determinada garantia de sucesso das ações educativas inseridas em um universo de conhecimento particular e especializado.

Também nos (re)unimos e nos associamos a educadores de outras instituições para a troca de experiências e de bibliografia e para o estabelecimento de pautas de discussão sobre educação museal.

Porém, em parcerias repartimos as responsabilidades e os frutos de certas ações. Françoise Buffet (1998, p.17), no livro *Entre escola e museu – a parceria cultural educativa*, informa que a palavra *parceria* vem do mundo do empreendimento e que está inserida numa ideologia do consenso e da conciliação. A autora também faz uma distinção entre *parceria* e *colaboração*:

a colaboração voluntária dependia, para sua duração, do vigor do engajamento pessoal dos atores. A contratação em “parceria” estabiliza a ação porque a parceria não é mais somente aquela com quem se trabalha (co-labora) numa relação que vai da paridade à subordinação, mas aquela com quem se executa uma *operação*, “série de atos materiais ou intelectuais supondo reflexão e combinação de meios em vista de obter um resultado determinado” (Petit Robert, *co-operari*, de *opus: ouvrage*). Esta cooperação conjunta é efetuada em paridade, e fundada por trocas e interesses comuns definidos no curso das negociações. (p.21, tradução nossa, grifo no original)

Realizar uma parceria é, portanto, construir novas relações entre as instituições e entre seus atores. Existe uma noção de contrato a ser cumprido, em que as tarefas e as metas a serem atingidas por uma ou mais entidades/instituições preservem a identidade de cada parceiro, independentemente do fato de terem objetivos comuns. A comunhão de conhecimentos e as experiências específicas de cada parceiro não poderão sobrepor-se às metas propostas.

Assim, no que se refere à educação em museus, diferentes parcerias podem ser estabelecidas com eficácia, desde que respeitadas determinadas premissas: haver um equilíbrio de poder entre as instituições parceiras para que se respeite a identidade de cada uma; priorizar os objetivos comuns previamente definidos para que interesses individuais não se sobreponham aos conjuntos no decorrer do processo.

2. As diversas parcerias possíveis em educação em museus

Os subtemas da Conferência do Ceca sugerem que as parcerias em educação em museus podem ser realizadas com políticos, com patrocinadores, com os públicos e com os denominados “grupos de interesse”.

Se levarmos em consideração os processos político e econômico brasileiros e o momento desses processos no qual nos encontramos hoje – economia ainda instável e com sérios problemas sociais –, as verbas oficiais para as instituições museológicas não têm sido aquelas que se impõem como necessárias e desejadas.

Nesse processo, tornou-se evidente que, para a nossa sobrevivência institucional, era necessário sairmos em busca de outras fontes financiadoras

que fossem sensíveis à questão museológica quer no que diz respeito à pesquisa em torno de nossos acervos quer na salvaguarda ou comunicação museológica. Ademais, os museus brasileiros hoje carecem de certos especialistas, problemática solucionada parcialmente com parcerias.

2.1. A parceria com políticos/políticas públicas

Não são comuns em nosso país parcerias de museus – e, em especial, de equipes de educação em museus – com políticos. No entanto, temos outras experiências que merecem ser mencionadas.

Com referência aos interesses da sociedade, o Ministério Público vem se manifestando inúmeras vezes em defesa da preservação e comunicação do patrimônio cultural brasileiro. Podemos levantar em todo o território brasileiro inúmeros exemplos em que o Ministério Público se colocou em defesa da sociedade e promoveu documentos (TAC – Termos de Ajustamento de Conduta) em que instituições públicas e, principalmente, privadas, se comprometem a conservar e tornar públicos espaços e/ou coleções patrimoniais.

Com relação a políticas públicas, deve-se ressaltar que a gestão atual do Ministério da Cultura (MinC), por meio do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tem realmente desenvolvido uma política cultural para a área dos museus brasileiros. São diversas as ações, desde a implantação, em maio de 2003, de uma Política Nacional de Museus: a criação do Sistema Brasileiro de Museus, a realização de Oficinas de Capacitação nas diversas áreas compreendidas pelo museu,³ incluindo-se a ação educativa e cultural, e a instalação de um Observatório de Museus.⁴ Lançou, ainda, em 2004, a *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia* para suprir, em parte, a nossa carência em publicações especializadas.

No que se refere a apoio financeiro – ponto fundamental para o desenvolvimento museológico no Brasil –, um Edital de Modernização de Museus foi dirigido às instituições museológicas não vinculadas ao

3 Até o momento, essas oficinas organizadas pelo Demu atenderam a 3.500 pessoas em todo o território nacional.

4 Ação em parceria com o Museu da Vida da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Ministério da Cultura, com um aporte total de 1 milhão de reais (cerca de 385 mil dólares), que apoiou 35 projetos. Além disso, fomentou-se a abertura de editais voltados para o financiamento dos mais distintos projetos vinculados ao universo museológico, com propostas voltadas às necessidades dos museus e uma ação sintonizada com a PNM – Política Nacional de Museus (Caixa Econômica Federal,⁵ Petrobras⁶ e BNDES⁷). Foram aportados 15 milhões de reais (cerca de 5 milhões e 800 mil dólares).

Tal mobilização realizada pelo Departamento de Museus e Centros Culturais inspirou um deputado federal a realizar, em maio de 2005, uma sessão na Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia Internacional de Museus, na qual se colocou como parceiro nas questões pertinentes à área; outro deputado federal propôs um projeto de lei que institui o ano de 2006 como o “Ano dos Museus no Brasil”. Fica aqui a pergunta: estaremos dando início a parcerias com políticos?

2.2. A parceria com patrocinadores

Nos últimos doze anos, os museus brasileiros contaram com o patrocínio da Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, com o seu Programa de Apoio a Museus Brasileiros,⁸ complementado com fomento à capacitação por meio de apoio à realização de estágios, participação em seminários e cursos técnicos, e publicações. Muitos membros do ICOM-Brasil puderam participar de conferências gerais do ICOM e conferências anuais do Ceca/ICOM graças a esse apoio.

O Programa de Apoio aos Museus Brasileiros da Vitae provocou grande impacto na realidade dos museus brasileiros.⁹ Infelizmente tal programa está encerrando, em 2005, sua última edição. As instituições museológicas brasileiras já estão até mesmo se ressentindo da falta que fará esse apoio. A Vitae colaborou com o desenvolvimento de projetos museológicos em todas as áreas, inclusive a educativa.

5 Instituição financeira estatal, federal.

6 Estatal federal responsável pela exploração de petróleo no Brasil.

7 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, estatal com finalidade de apoiar investimentos sociais.

8 A Fundação Vitae apoia museus e centros de ciências por meio de duas gerências: cultura e educação. A gerência de cultura, no entanto, possui um programa anual, concurso aberto a todas as instituições do país.

9 Pudemos avaliar esse impacto, por exemplo, em Seminário realizado durante a 5ª Semana dos Museus da Universidade de São Paulo, em maio de 2005.

No Brasil, diversas instituições privadas têm apoiado projetos museológicos, especialmente grandes exposições, desde que, em contrapartida, lhes sejam oferecidos os espaços de divulgação e os créditos de maneira bem evidente. Tudo isso é absolutamente normal e consideramos uma parceria saudável, porém se e somente se tais projetos não sofrerem uma interferência em sua linha de atuação. Ou seja, os projetos devem apresentar uma proposta de desenvolvimento teórico-metodológico e estar em consonância com a política institucional do museu, sem que ocorra qualquer tipo de ingerência na definição de seus pressupostos de atuação por parte do financiador. Apesar da nossa consciência profissional quanto às parcerias, vê-se hoje que a relação do museu com empresas privadas é uma interação em construção, no sentido de que as duas partes vêm negociando e entendendo melhor as suas participações. Isso nos faz amadurecer, pois percebemos que os parâmetros são construídos conjuntamente e que o maior beneficiário é a sociedade.

Bons exemplos de ações conjuntas construídas profissionalmente foram aquelas já citadas, promovidas pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio do Ministério da Cultura, em que os museus foram contemplados com editais com o apoio de estatais brasileiras. Nesse caso, contamos com uma parceria correta e totalmente ajustada à realidade e às necessidades das instituições museológicas.

2.3. A parceria com o público

Na parceria da educação em museu com o público, desejamos refletir sobre o público “espontâneo”, aquele que vem (ou desejamos que venha) ao museu por decisão própria.

Entretanto, desejamos ressaltar que o termo “público espontâneo”, muito usado entre nós profissionais de museus, encobre a diversidade que o conjunto de visitantes representa e impede que ricas parcerias sejam construídas em prol da valorização da diversidade e das diferenças, inclusive daquelas que se revelam durante a visitação ao museu.

Há alguns anos, diversos museus brasileiros passaram a atender mais sistematicamente a esse público, buscando atingi-lo em seus diversos segmentos. Gostaríamos de dar destaque a três deles: o público com deficiências, o público socialmente marginalizado e o público formado por famílias.

O museu é uma instituição preservacionista que, pela posição cultural e social que ocupa – ou seja, guardião de um patrimônio coletivo –, deve estar aberta para a comunicação com os diferentes em suas múltiplas manifestações, que vão muito além das diferenças culturais.

O museu, e em especial os setores responsáveis pela comunicação museológica, deve estar atento para as formas como vem estruturando os seus discursos, ou seja, deve lembrar-se sempre que os discursos museológicos devem ser estruturados com vistas à(s) experiência(s) do(s) público(s) no ambiente museal. Deve, portanto, ser estruturado tendo o(s) público(s) como referência(s), ou melhor, tendo como parceiro o público em suas múltiplas expressões.

As parcerias com os diferentes públicos podem se dar com a participação destes na concepção das ações comunicacionais (exposição e ação educativa), dando voz aos diversos perfis e segmentos no momento da estruturação dos projetos. Deve ocorrer, ainda, durante a recepção, quando os diferentes atuam como sujeitos e não mais como indivíduo atomizado e passivo.

1. O público com deficiências

Estamos considerando nesse grupo os deficientes físicos, mentais e sensoriais. Para eles, nota-se um grande número de projetos voltados a deficientes visuais, mas há também aqueles que buscam atender a todas as deficiências. Esses programas só estão podendo ser realizados por causa das parcerias com instituições especializadas, ONGs, Centros Culturais e outras instituições que viabilizam a mobilidade dos grupos, os materiais de apoio e a formação de educadores para esses atendimentos.

No entanto, é necessário considerar que, progressivamente, essas pessoas com deficiências tornam-se parte do público espontâneo e familiar já que, uma vez bem recebidas no museu com um grupo, tendem a retornar em situações diferentes. Esse fato configura uma ação autônoma, que cumpre o direito de todo e qualquer cidadão, com ou sem deficiência, de ir e vir. Assim, as parcerias com instituições especializadas em atender pessoas com deficiências estão indo ao encontro do movimento de inclusão que cobra da sociedade e de seus equipamentos estarem aptos a receber com qualidade esse público. Os museus, para serem acessíveis, precisam de novas diretrizes expográficas, arquitetônicas, comunicativas

e, principalmente, educativas, para que ao receber o público com deficiências, a qualquer momento, mantenham a integridade de suas ações.

2. O público socialmente marginalizado

No Brasil, país com forte desigualdade social, a preocupação com o público socialmente marginalizado deve estar presente na ação da educação em museus. Trata-se de um público que, portador de grande riqueza cultural, desenvolve pouco ou nenhum contato com instituições culturais.

Normalmente, o que se nota com tais grupos é, por um lado, o desconhecimento a respeito dos museus, e por outro, a percepção de que esse não é um lugar de seu interesse, por diversos motivos – por não se sentirem representados por eles, por ser o museu o espaço do outro, das elites culturais, por acreditarem que os museus não têm algo a acrescentar a seu cotidiano, marcado por necessidades prementes e por valores diferentes. Ou seja, para grande parte da população brasileira os museus são espaços culturalmente distantes, que pouco ou nada têm a acrescentar a suas vidas da forma como vêm se apresentando. Porém, podemos ainda levantar a (dura) hipótese de que os museus desconsideram tais grupos como possíveis visitantes.

Nesse sentido, com relação às populações que vivem em situações de vulnerabilidade ou de exclusão social, o estabelecimento de parcerias no contexto de programas concebidos para a inclusão sociocultural significa o meio possível para atender a essas populações. Se o museu deseja trabalhar com grupos de excluídos, isso será possível por meio do estabelecimento de parcerias com organizações às quais eles estejam vinculados, como cooperativas, ONGs e serviços de assistência social, uma vez que será a partir do conhecimento das especificidades e necessidades dos grupos, proporcionado pelo vínculo da parceria, que os educadores do museu poderão desenvolver ações que criem sentido e utilidade para os grupos atendidos, dando “visibilidade” e relevância ao museu.

Ao educador de museu que decide desenvolver um trabalho com vistas à inclusão sociocultural cabe geralmente a iniciativa de sair em busca de tais parcerias. Poucas são as organizações que estão convencidas do valor transformador de programas executados dentro de museus. Assim, ao educador cabe a tarefa de sensibilizar os profissionais responsáveis das organizações – os possíveis parceiros – sobre a relevância e potencialidade

de ações educativas nos museus, como o fortalecimento de consciência crítica, autoconfiança e autoestima, além do reconhecimento de identidades culturais em crianças, jovens e membros da comunidade em geral.

Para que isso ocorra, é essencial que o educador do museu conheça bem os objetivos e ações da organização parceira e o perfil da população com a qual trabalha, ou seja, é preciso reconhecer e identificar o que motiva esse grupo, o que faz sentido para o seu cotidiano (muitas vezes é o que lhes permite a geração de renda). E, uma vez acertada a parceria, é preciso conceber roteiros e atividades que atendam a esses interesses, sempre em consonância com os ideais educativos do museu.

Na experiência de alguns museus brasileiros, temos percebido que as parcerias mais bem sucedidas e que conduzem à prorrogação e ao aperfeiçoamento dos projetos efetivados foram, invariavelmente, aquelas realizadas com parceiros convencidos da importância pedagógica e vivencial que o contato qualificado com o museu pode aportar.

3. O público composto por “grupos de família”

Entretanto, ainda estamos engatinhando no que se refere ao atendimento de outras parcelas do público espontâneo, especialmente famílias. Estudos de público apontam para o interesse desse segmento em utilizar os museus como espaços de socialização e aprendizagem (Studart, 2002, 2003). São poucos os programas desenvolvidos por museus brasileiros para atingir esse público, e nos parece um pouco difícil convencer os patrocinadores sobre a sua importância, embora muitos de nossos museus recebam durante a semana um grande contingente de público escolar e, nos fins de semana, recebam o mesmo número de visitantes, grande parte dele composto por grupos familiares. Há, apesar disso, alguns museus que realizam visitas orientadas e/ou elaboram material impresso para uma visita auto-orientada, preparado para diferentes faixas etárias, pensando nos grupos familiares.

Será que não poderíamos estar oferecendo mais? Afinal, não é o público espontâneo que queremos transformar em fiel frequentador de museus? Assim, propomos analisar quais as possíveis parcerias para trazer cada vez mais o público familiar aos museus e também para atender àqueles que já os frequentam.

4. A parceria com os Grupos de Interesse

Na compreensão das parcerias no processo educativo museológico com grupos de interesse estamos considerando três vertentes: a primeira se refere às relações intermuseus; a segunda, às relações entre produções de saberes, e a terceira, às relações museu-escola.

Na primeira vertente, consideramos que as parcerias que envolvam duas ou mais instituições museológicas numa perspectiva de trabalho integrado e interdisciplinar são bastante significativas. Projetos já desenvolvidos entre museus brasileiros alcançaram resultados muito positivos.

A segunda vertente se refere à parceria entre profissionais e estudiosos das diferentes áreas de produção de saberes necessários à compreensão dos processos educacionais nos museus e, conseqüentemente, importantes para a atuação dos educadores de museus. Saberes oriundos das diferentes áreas do conhecimento podem se articular e se complementar para a melhor compreensão do fenômeno educacional nos museus.

Nessa vertente, poderíamos considerar as parcerias feitas com instituições de ensino superior, em que os alunos – graduandos de diversos cursos – realizam estágios de formação e/ou pesquisas de iniciação junto aos setores educativos dos museus. São programas de longa duração, que podem alcançar mais de dois anos. Essas iniciativas intervêm positivamente na aproximação desses estudantes com a sociedade e, muitas vezes, os encaminham a uma especialização voltada à educação museológica.

A terceira vertente considera as escolas como grupo de interesse, e nela nos deteremos um pouco mais, pois tradicionalmente os grupos escolares constituem, nos museus brasileiros, o maior percentual de visitantes.

Sepúlveda (2003, p.111) diz que a ação ou o projeto em parceria educativa correspondeu, na França, primeiramente, às relações desenvolvidas entre o ensino formal e as empresas, no sentido de melhor efetuar a transição entre formação e participação na vida econômica no país. Talvez possamos afirmar que o mesmo se deu no Brasil.

Já com relação à parceria entre museus e escolas, a mesma autora (2003) aponta, no que estamos totalmente de acordo, e conforme trataremos mais

adiante, que as relações entre museus e escolas constituem uma realidade social diversa daquela que caracteriza a relação entre empresas e ensino formal, uma vez que a ação social da parceria não segue um modelo único.

Consideramos que escola e museu possuem objetivos comuns como educar, facilitar o acesso à cultura, socializar, favorecer a prática da cidadania e formar indivíduos críticos, criativos e autônomos. Enfim, são lugares educativos e de estratégias educativas. Consideramos ainda, concordando com Buffet (1998, p.18), que museu e escola possuem três vontades comuns, as quais podem fundar uma parceria educativa e cultural:

- a vontade de adaptação aos novos contextos;
- a vontade de revalorizar o recurso humano nos sistemas marcados pela tecnocracia;
- a vontade de participar da recomposição de uma sociedade fragmentada de um ponto de vista tanto econômico quanto cultural, mas com o desejo de fazer evoluir a democracia.

Um ponto específico que, entretanto, consideramos de fundamental importância para se propor uma parceria museu-escola é a discussão da concepção educacional e o acerto construído entre o museu e a escola a partir de uma compreensão da função social da escola e do museu e, conseqüentemente, das práticas pedagógicas relacionadas aos conceitos definidos. Sem esse prévio acordo, a parceria não será realmente efetivada.

Com base nessa definição, as ações educacionais, para serem efetivas, estão sujeitas a uma série de fatores que vão desde a resolução de problemas práticos concernentes aos cotidianos escolares e museológicos, até o domínio, por parte dos profissionais envolvidos (professores e especialistas em museus), dos objetivos, conteúdos, métodos, meios e formas de organização estabelecidos, para que os fins possam ser alcançados.

Os museus, guardiões de objetos culturais originais (coleções/acervos), deverão ter a constante preocupação em democratizar informações, conhecimentos e saberes, até que se torne rotina a troca efetiva de experiências que irão permitir inúmeras possibilidades de realizar mediações pedagógicas. Mas também deverão considerar as experiências e expectativas dos professores e de seus grupos de alunos, considerando os programas escolares.

Os museus brasileiros vêm fazendo parcerias de longa data com as escolas, esse seu público mais fiel. Para alguns museus são parcerias para realização de projetos de longa duração com uma mesma escola (ensino fundamental ou médio), com um mesmo grupo de professores e alunos. Esses programas de longa duração permitem certas experimentações e avaliações peculiares, trazendo novas ideias, metodologias e conteúdos para os atendimentos cotidianos das demais escolas.

Buscando-se uma síntese, podemos retomar Sepúlveda (2003, p.122) quando diz que para se alcançar os objetivos almejados, a visita ao museu ou um projeto específico deve inserir-se numa progressão pedagógica coerente, na qual o professor não seja mero consumidor de produtos culturais, mas também que o museu não transforme a visita ou o projeto em prolongamento “disfarçado” da sala de aula.

Os professores e os especialistas de museus deverão ter em mente que são também, em maior ou menor medida, introdutores de mudanças que transformam internamente as dinâmicas escolar e museológica, repercutindo de forma fundamental no conjunto da sociedade.

5. Considerações finais

Nossas reflexões nos conduzem a pensar na necessidade de reforçar que os museus atuem em sintonia com o público, buscando caminhos alternativos para serem agentes da interação do cidadão com o patrimônio cultural, assim como no sentido de levá-lo à tomada de consciência de que é sujeito nesse processo, como coprodutor e fruidor.

Toda e qualquer parceria com fins educacionais que vise estabelecer um vínculo com a sociedade necessita apoiar-se em seus pressupostos básicos – conhecimento, avaliação e comunicação –, além de envolver confiança, responsabilidade e autonomia. Adotar esses pressupostos é fazer um chamado definitivo e claro para que a sociedade venha a ser parceira na definição e na implementação de projetos educacionais, traçando rumos claros, definindo instrumentos participativos, abrindo mão de controles burocráticos tradicionais, aceitando compartilhar poder, criando novas práticas e dinâmicas e, principalmente, estabelecendo confiança mútua para renovar e criar.

Nesse sentido, pode-se dizer que a estratégia de realização de parcerias representa uma alternativa possível para alcançar resultados educacionais positivos para a consecução de nossas ações como educadores de museus.

Na perspectiva de trabalho integrado com instituições públicas, empresas privadas, diferentes públicos, outros museus e escolas, acreditamos que as parcerias apontam para a melhoria da qualidade de nossos projetos e, sem dúvida alguma, o público visitante ganha em qualidade e os museus passam a ser reconhecidos como instituições cujos papéis social e educacional conquistam uma importância efetiva e concreta em nosso país.

Referências bibliográficas

BUFFET, Françoise (Org.) *Entre école et musée: le partenariat culturel et éducatif*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1998.

DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS. *Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão 2003/2004*. Brasília: Ministério da Cultura/Iphan/Demu, 2004.

MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, v.1, n.1, 2004.

SEPÚLVEDA, Luciana. A análise da parceria museu-escola como experiência social e espaço de afirmação do sujeito. In: GOUVÊA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M. C. (Org.) *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. Rio de Janeiro: Faperj; Access Editora, 2003. p.107-128.

STUDART, Denise C. Famílias, exposições interativas e ambientes motivadores em museus: o que dizem as pesquisas? *Caderno do Museu da Vida – Avaliação e Estudos de Públicos no Museu da Vida*, Rio de Janeiro: Museu da Vida/Fiocruz, p.33-42, 2003.

_____. *O aprendizado não formal de ciências no contexto familiar durante uma visita a um museu de ciências*. Relatório final. Pesquisa financiada pela Faperj e realizada no Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2002. 70p.

Dicionários

MATA M. FILHO, Aires da. *Novíssimo dicionário ilustrado Urupês*. São Paulo: AGE, 1976.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

MERRIAM-WEBSTER. *The Merriam-Webster English Dictionary*. Springfield, Mass., 1985.

Avaliação das ações educativas em museus brasileiros ¹

Magaly Cabral (Coord.) ²

Introdução

Nossa apresentação nesta Conferência Anual do Ceca/ICOM 2006 consiste em uma pesquisa realizada nos museus brasileiros a respeito da avaliação de suas atividades educativas. O tema desta Conferência Anual nos estimulou a tentar conhecer melhor o universo das práticas de avaliação realizadas no cotidiano de nossos museus.

A pesquisa sobre avaliação das ações educativas museológicas nos museus brasileiros foi realizada mediante um questionário elaborado por alguns membros do Ceca/ICOM-Brasil³ e testado na Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Os objetivos da pesquisa foram:

- saber se os museus brasileiros desenvolvem ou não atividades educativas;
- em caso positivo, se fazem ou não avaliação dessas ações;
- em caso de não fazerem avaliação, quais os motivos.

Museus que avaliam suas ações deveriam descrevê-las. A pesquisa foi, portanto, uma sondagem de caráter quantitativo mas, também e principalmente, qualitativo.

1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 2006, Roma. Publicado em NARDI, Emma (Ed.). *Thinking, evaluating, re-thinking*. Roma: Ed. Franco Angeli, 2007.

2 Pesquisa coordenada por Magaly Cabral, contando com as contribuições dos membros votantes (Adriana Mortara de Almeida, Angélica Policeno Fabbri, Carla Gruzman Carmem Aranha, Denise Studart, Gabriela Aidar, Magaly Cabral, Thales Ribeiro de Magalhães) e não votantes (Aparecida Rangel - institucional, Marília Xavier Cury e Martha Marandino) do Ceca/ICOM-Brasil e de Luciana Sepúlveda Köptcke. Apresentado por Adriana Mortara de Almeida na Conferência Anual do Ceca em Roma (out. 2006).

3 Adriana Mortara de Almeida, Gabriela Aidar, Mila Chiovatto, Magaly Cabral e Marília Xavier Cury.

De acordo com estimativa do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) do Ministério da Cultura (MinC), o Brasil possui cerca de 2 mil museus. Buscamos enviar o questionário, eletronicamente, ao maior número possível de museus brasileiros que possuíam endereço na internet. Para tanto, além de utilizarmos o endereço eletrônico dos membros do Ceca/ICOM-Brasil e os daqueles museus que possuímos, entramos em contato com os Sistemas e/ou Coordenações de Museus Estaduais e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura do país, solicitando-lhes que repassassem o questionário para os museus a eles subordinados. Dessa forma, não podemos quantificar quantos museus receberam os questionários, na medida em que não foi possível controlar todo o processo.

De um total de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, este e 17 estados participaram da pesquisa. Recebemos 192 questionários respondidos, o que nos permitiu traçar um primeiro quadro da atual situação da avaliação das ações educativas nos museus brasileiros, ressaltando que certamente há outros museus e profissionais atuando na área que não foram contemplados, pela própria dimensão continental de nosso país. Nossa intenção é continuar com a pesquisa, utilizando-nos do Cadastro Nacional de Museus que vem sendo realizado, atualmente, pelo já citado Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) e que deverá estar concluído em 2007.

1. Resultados

A Tabela 1 apresenta os números dos questionários recebidos, por estado:

Dos 192 museus que responderam ao questionário, 89 (47%) estão localizados nas capitais e 103 (53%) nos demais municípios dos estados. Dividimos as informações de acordo com *capitais* e *demais municípios*, de modo a comparar possíveis variações, desde que os museus das capitais, normalmente, possuem mais recursos humanos e financeiros, mais visitantes e maior visibilidade do que os dos demais municípios.

Tabela 1 - Ação Educativa e Avaliação, por estado

Estado		Total	Ação Educativa		Avaliação	
			Sim	Não	Sim	Não
Amazonas	Capital	1	1	-	-	1
	Outros municípios	-	-	-	-	-
Bahia	Capital	5	5	-	2	3
	Outros municípios	1	1	-	1	-
Ceará	Capital	2	2	-	2	-
	Outros municípios	-	-	-	-	-
Goiás	Capital	2	2	-	1	1
	Outros municípios	1	1	-	-	1
Maranhão	Capital	1	1	-	-	1
	Outros municípios	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	Capital	2	2	-	-	2
	Outros municípios	-	-	-	-	-
Minas Gerais	Capital	5	5	-	5	-
	Outros municípios	8	8	-	5	3
Pará	Capital	11	11	-	10	1
	Outros municípios	-	-	-	-	-
Paraná	Capital	3	2	1	2	-
	Outros municípios	4	3	1	2	1
Pernambuco	Capital	4	3	1	2	1
	Outros municípios	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	Capital	19	16	3	12	4
	Outros municípios	6	5	1	5	-
Rio Grande do Norte	Capital	1	1	-	1	-
	Outros municípios	1	1	-	-	1
Rio Grande do Sul	Capital	11	8	3	5	3
	Outros municípios	51	34	17	14	20
Roraima	Capital	1	1	-	1	-
	Outros municípios	-	-	-	-	-
Santa Catarina	Capital	4	4	-	-	4
	Outros municípios	21	17	4	10	7
São Paulo	Capital	13	11	2	9	2
	Outros municípios	9	8	1	3	5
Sergipe	Capital	1	1	-	-	1
	Outros municípios	1	1	-	1	-
Distrito Federal		3	3	-	-	3
Total		192	158	34	93	65
Percentual		100%	82%	18%	59%	41%

1.1. Ações Educativas

Do total de museus pesquisados, 158 (82%) mencionaram que promovem atividades educativas. Os demais 34 (18%) atualmente não desenvolvem nenhuma atividade educativa.

Dos 89 museus localizados nas capitais, 79 (89%) realizam ações educativas, ao passo que os outros 10 (11%) não as realizam.

Dos 103 museus localizados nos demais municípios dos estados, 79 (78%) realizam ações educativas, ao passo que os outros 24 (22%) não as realizam.

Tabela 2 – Museus que promovem atividades educativas

Cidade	Sim		Não		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Capitais	79	89%	10	11%	89	100%
Outros municípios	79	78%	24	22%	103	100%
Total	158	82%	34	18%	192	100%

Embora não tenhamos solicitado informações sobre as razões pelas quais os museus não realizam ações educativas, alguns deles ofereceram tais informações:

- falta de pessoal qualificado (n=11)
- falta de recursos humanos (n=5)
- desconhecimento de metodologias adequadas (n=5)

1.2. Avaliação das Ações Educativas

Do total de 158 museus que realizam ações educativas, 93 (59%) avaliam essas ações. Dos 79 museus localizados nas capitais e que realizam ações educativas, 52 (66%) realizam avaliação das ações, o que ocorre com 41 (52%) dos localizados nos demais municípios.

Tabela 3 – Museus que avaliam ações educativas

Cidade	Sim		Não		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Capitais	52	66%	27	34%	79	100%
Outros municípios	41	52%	38	48%	103	100%
Total	93	59%	65	41%	158	100%

Com relação à avaliação de ações educativas, museus respondentes das capitais não a realizam porque 35% não possuem pessoal qualificado e 31% não conhecem metodologias adequadas.

Museus dos demais municípios enfatizaram que não fazem avaliação porque 50% não possuem pessoal qualificado e 55% não conhecem metodologias adequadas.

Com relação à avaliação de ações educativas desenvolvidas por museus nas capitais, das 52 instituições que informam desenvolvê-la, 19% (n=10) listaram bibliografia usada para propósitos de avaliação. Nos museus dos demais municípios, a percentagem foi similar: dos 41 museus que informam desenvolver avaliação, 20% (n=8) listaram bibliografia usada para propósitos de avaliação.

As ações educativas mais citadas por museus que desenvolvem avaliação são:

- Visitas de escolares (n=70)
- Visitas de público em geral (n=40)

- Exposições itinerantes (n=17)
- Capacitação de professores (n=16)
- Programas para portadores de necessidades especiais (n=13)
- Oficinas (n=10)
- Museu vai à escola (n=9)
- Programas para famílias (n=3)
- Programas de inclusão sociocultural (n=1)
- Páginas eletrônicas (n=4)
- Outras atividades (n=35)

2. Considerações preliminares

Do total de museus que responderam ao questionário enviado por *e-mail*, 82% afirmam desenvolver ações educativas. O percentual dos que não desenvolvem tais ações, 18%, embora não seja alto, é preocupante. Entretanto, precisaríamos investigar com maior profundidade o que ocorre em tais museus para afirmar se de fato a função educativa do museu não está sendo cumprida.

O percentual de museus que desenvolvem ações educativas mas não as avaliam é bastante alto (41%).

Felizmente, apenas três museus afirmaram não achar necessário avaliar. Um museu informou que seu objetivo é transmitir o conhecimento para o público e não avaliá-lo. Esse comentário indica que ao lado de muitos museus e profissionais de museus que realizam trabalho relevante no campo da avaliação, há outros que permanecem totalmente desinformados sobre sua importância.

A falta de pessoal qualificado e o desconhecimento de metodologias apropriadas são apontados pelos museus nas capitais (33% e 31%, respectivamente) e nos demais municípios (50% e 55%, respectivamente) como causas para não realizar avaliações. Tais índices sugerem uma relação direta entre a realização de avaliações e a apropriada qualificação dos profissionais de museus para desenvolver tal tipo de estudo.

Tanto nas capitais como nos demais municípios, verificamos que muitos museus, apesar de declararem não fazer avaliação, utilizam questionários, o que implica algum tipo de avaliação.

Um museu declarou que é uma ferramenta a serviço das escolas e dos professores e que não interfere diretamente nas ações desenvolvidas pelas escolas. Isso indica que ainda há educadores em museus que os veem meramente como espaços de ilustração para o professor dar a sua aula ou como um mero complemento à prática escolar.

Com relação aos museus que declararam realizar avaliação,

- nas capitais, 79% não indicaram bibliografia ou mencionaram bibliografia não relativa à avaliação.
- nos demais municípios, 80% não indicaram bibliografia ou indicaram bibliografia não relativa à avaliação.

A maior parte fala em utilização de questionários preenchidos tanto por monitores quanto por professores ou responsáveis por grupos, e afirma que a equipe realiza reuniões periódicas de avaliação.

Solicitamos aos museus a disponibilização de tais materiais para que possamos conhecer melhor como são construídos esses instrumentos, no sentido de alargar as trocas de experiências e buscar seu aperfeiçoamento. Além disso, ficou clara a importância da divulgação de diferentes tipos de instrumentos de avaliação e informação sobre esse campo de estudo.

3. Considerações Finais

Esperamos ter conseguido realizar um bom levantamento inicial, despretensioso quanto a ser completo, mas legítimo na proposta de entender “o que se passa no Brasil” em termos de avaliação de ação educativa em museus.

Nosso intuito foi levantar a questão e, pelo que se leu em várias respostas – solicitação de material e bibliografia, comentários do gênero “nunca pensamos em avaliar” –, pudemos perceber que a pesquisa teve o mérito de levantar a questão da avaliação em diversos museus.

Precisamos ainda entender claramente o que os educadores respondentes estão entendendo como *avaliação*, uma vez que ainda há aqueles que compreendem o termo no sentido escolar, de “provar” que algum conhecimento foi “aprendido”.

Nosso próximo passo será propor a construção de uma agenda de atividades voltadas a instrumentalizar os museus que desejem desenvolver avaliação de suas ações educativas. O resultado da pesquisa será devolvido aos museus participantes, assim como um texto de reflexão sobre o tema, construído por diversos membros do Ceca/ICOM-Brasil, especialistas na temática. Também deveremos disponibilizar bibliografia na área, uma vez que as respostas aos questionários indicaram pouco conhecimento da bibliografia existente.

Proporemos, ainda, ao Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) do Ministério da Cultura e às Coordenações/Sistemas de Museus a realização de oficinas específicas sobre avaliação. Temos, também, a intenção de produzir um *Guia básico para avaliação de ações educativas em museus*, de modo a buscar fornecer aos museus situados em locais mais distantes informação e instrumentos necessários para avaliação.

Finalmente, desejamos enfatizar que os museus devem considerar a avaliação como *processo*, pois não se trata de um produto pronto, e sim de uma forma de buscar escutar e desarmar-se diante do Outro. Pensar avaliação é pensar finalidade, missão, objetivos, e não há nada de natural, parcial ou neutro nesse processo. A avaliação desenvolvida desse modo aumenta o valor dos espaços públicos voltados a promover a construção da discussão e da opinião – espaços que representam legitimamente os visitantes – e ajuda os profissionais de museus e pesquisadores a efetivamente estabelecerem estudos de avaliação em museus como práticas dialógicas.

Para concluir, vale lembrar Tirado (1998, p.34), quando diz que:

a avaliação deveria ser vista como uma coisa cultural dentro da qual se deve prestar contas do resultado de nossas ações. Isso significa que devemos nos convencer de uma obrigação moral e social do resultado de nossas ações, e que a avaliação reflete um compromisso pessoal dessas ações.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp; Zouk, 2003.

FALK, John H.; DIERKING, Lynn D. *Learning from museums: visitor experiences and the making of meaning*. Lanham, MD: Altamira Press, 2000.

STUDART, Denise Coelho; ALMEIDA, Adriana Mortara de; VALENTE, Maria Esther Alvarez. Pesquisa de público em museus: desenvolvimento e perspectivas. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina (Org.). *Educação e museu: a construção do caráter educativo dos museus de ciências*. Rio de Janeiro: Access, 2003. p.129-157.

TIRADO, Felipe. Approaches of the evaluation processes. In: Ceca/ICOM. Annual Conference 1997. *Proceedings...* Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. p.33-34.

Museus que responderam ao questionário Ceca

Amazonas

Manaus

001 - Museu do Homem do Norte

Bahia

Salvador

002 - Museu Afro-Brasileiro/UFBA

003 - Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA

004 - Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico

005 - Museu Tempostal

006 - Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica

Outras

007 - Parque Histórico Castro Alves (Cabaceiras do Paraguaçu)

Ceará

Fortaleza

008 - Museu de Arte Contemporânea do Centro Dragão do Mar

009 - Museu do Ceará

Distrito Federal

010 - Espaço Cultural do Incra

011 - Museu da Legião da Boa Vontade

012 - Museu de Valores do Banco Central do Brasil

Goiás

Goiânia

013 - Galeria de Arte da Faculdade de Artes Visuais/UFG

014 - Memorial do Cerrado

Outras

015 - Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos (Jataí)

Maranhão

São Luís

016 - Museu Histórico e Artístico do Maranhão

Mato Grosso do Sul

Campo Grande

017 - Museu José Antônio Pereira

018 - Museu Lídia Baís

Minas Gerais

Belo Horizonte

019 - Espaço Museográfico do Cefet/MG

020 - Museu de Artes e Ofícios

021 - Museu de Ciências Morfológicas

022 - Museu Histórico Abílio Barreto

023 - Museu Mineiro

Ouro Preto

024 - Museu da Inconfidência

025 - Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Ufop

026 - Museu do Oratório

Outras

027 - Casa de Memória e Pesquisa do Legislativo de Timóteo

028 - Museu Casa Alphonsus de Guimaraens (Mariana)

029 - Museu Casa Guimarães Rosa (Cordisburgo)

030 - Museu Ciências da Terra Alexis Dorofeef/UFV (Viçosa)

031 - Núcleo de Documentação e Estudos Históricos/Nudoc/Uneq (Caratinga)

Pará

Belém

032 - Museu Paraense Emílio Goeldi

033/042 - Sistema Integrado de Museus (Museu de Arte Sacra, Museu do Círio, Museu do Estado do Pará, Museu do Forte do Presépio, Museu da Imagem e do Som, Espaço Cultural Casa das Onze Janelas, Museu de Gemas, Corveta-Museu Solimões, Memorial do Porto Arqueologia, Memória e Restauro, Memorial Amazônico da Navegação).

Paraná

Curitiba

043 - Museu Casa João Turin

044 - Museu de Arte Contemporânea do Paraná

045 - Museu de Odontologia/ABO - PR e Academia Paranaense de Odontologia

Outras

046 - Museu de Arqueologia e Etnologia/UFPR (Paranaguá)

047 - Museu de Arte de Londrina

048 - Museu Histórico de Campo Largo

049 - Museu Municipal Atílio Rocco (São José dos Pinhais)

Pernambuco

Recife

050 - Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre

051 - Museu da Abolição

052 - Museu do Estado de Pernambuco

053 - Museu Murillo La Greca

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

- 054 - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Museu de Folclore Edison Carneiro
- 055 - Ecomuseu do Quarteirão do Matadouro
- 056 - Fundação Casa França-Brasil
- 057 - Fundação Eva Klabin Rapaport
- 058 - Museu Carmen Miranda
- 059 - Museu Casa de Rui Barbosa
- 060 - Museu da Cidade
- 061 - Museu da República
- 062 - Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
- 063 - Museu de Arte Moderna - RJ
- 064 - Museu de Astronomia e Ciências Afins
- 065 - Museu do Primeiro Reinado
- 066 - Museu dos Teatros
- 067 - Museu Histórico Nacional
- 068 - Museu Nacional de Belas Artes
- 069 - Museu "Salles Cunha" - Aborj
- 070/071- Museus Castro Maya (Museu da Chácara do Céu e Museu do Açude)
- 072 - Solar Grandjean de Montigny

Niterói

- 073 - Casa de Oliveira Vianna
- 074 - Museu Antônio Parreiras
- 075 - Museu de Arte Contemporânea de Niterói
- 076 - Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro

Outras

- 077 - Casa de Euclides da Cunha (Cantagalo)
- 078 - Museu Imperial (Petrópolis)

Rio Grande do Norte

Natal

- 079 - Memorial Câmara Cascudo

Outras

- 080 - Memorial Monsenhor Expedito (São Paulo de Potengi)

Rio Grande do Sul

Porto Alegre

- 081 - Banco de imagens e efeitos visuais - museu virtual
- 082 - Espaço RBS
- 083 - Fundação Parque Histórico Marechal Manoel Luís Osório
- 084 - Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul
- 085 - Museu da Brigada Militar
- 086 - Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do RS

- 087 - Museu de Geologia
088 - Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe
089 - Museu Irmão Joaquim Francisco do Livramento/Santa Casa da Misericórdia
090 - Museu Júlio de Castilhos
091 - Museu Militar do Comando Militar do Sul
- Esmeralda**
092 - Memorial José Mendes
093 - Museu Público e Histórico
- Montenegro**
094 - Museu Histórico Municipal Nice Antonieta Schuler
095 - Pinacoteca Ênio Pinalli
- Passo Fundo**
096 - Museu de Artes Visuais Ruth Schneider
097 - Museu Histórico Regional
098 - Museu Zoológico Augusto Ruschi
- Rio Grande**
099 - Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen
100 - Museu da Cidade do Rio Grande
- Santa Maria**
101 - Centro Histórico Coronel Pilar
102 - Museu Educativo Gama d'Eça
103 - Museu Sacro da Catedral Diocesana de Santa Maria
104 - Museu Treze de Maio - Museu Afro-Brasileiro
- Outras**
105 - Casa da Cultura Dr. Otto Stahl (Não-me-Toque)
106 - Casa da Cultura Ervino Breitenbach (Pinheirinho do Vale)
107 - Ecomuseu Casa do Leite (Cachoeirinha)
108 - Instituto Anchieta de Pesquisas (São Leopoldo)
109 - Memorial Taperense (Tapera)
110 - Museu de Venâncio Aires
111 - Museu do Imigrante (Bento Gonçalves)
112 - Museu do Imigrante (Porto Mauá)
113 - Museu do Perfume Fragam (Gramado)
114 - Museu Dom Diogo de Souza (Bagé)
115 - Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul)
116 - Museu e Arquivo Histórico Municipal (Guaporé)
117 - Museu e Arquivo Histórico Pedro Rossi (Flores da Cunha)
118 - Museu Escolar do Ceap (Ijuí)
119 - Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Pelotas)
120 - Museu Getúlio Vargas (São Borja)
121 - Museu Guido Borgamoneri (Mata)
122 - Museu Histórico de Nova Hartz
123 - Museu Histórico de Sobradinho

- 124 - Museu Histórico Municipal “Capitão Henrique José Barbosa” (Canguçu)
- 125 - Museu Histórico Municipal (Fagundes Varela)
- 126 - Museu Histórico Municipal (Muçum)
- 127 - Museu Municipal (Santo Cristo)
- 128 - Museu Municipal Armindo Lauffer (Três Coroas)
- 129 - Museu Municipal de Bom Jesus
- 130 - Museu Municipal de Cachoeira do Sul - Patrono Edyr Lima
- 131 - Museu Municipal de Canoas
- 132 - Museu Municipal de Marau
- 133 - Museu Municipal de Soledade
- 134 - Museu Municipal de Veranópolis
- 135 - Museu Municipal Dorvalino Luciano de Souza (Palmeira das Missões)
- 136 - Museu Municipal Histórico de Chapada
- 137 - Museu Municipal Silveira Martins - Museu do Imigrante (Silveira Martins)
- 138 - Museu Nacional do Calçado (Novo Hamburgo)
- 139 - Museu Paleontológico Arqueológico Walter Ilha e Museu Histórico Fernando Ferrari (São Pedro do Sul)
- 140 - Museu Paulo Firpo (Dom Pedrito)
- 141 - Museu Pe. Jerônimo Martini (Fortaleza dos Valos)
- 142 - Museu Valmir Ayala (Tapes)

Roraima

- 143 - Museu Integrado de Roraima

Santa Catarina

Florianópolis

- 144 - Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho
- 145 - Museu dos Brunidores
- 146 - Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC
- 147 - Museu Victor Meirelles

Joinville

- 148 - Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
- 149 - Museu Nacional de Imigração e Colonização

São Joaquim

- 150 - Museu de Artes de São Joaquim - Sala Martinho de Haro
- 151 - Museu Histórico Municipal de São Joaquim - espaço Assis Chateaubriand

Outras

- 152 - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Ceom (Chapecó)
- 153 - Centro Histórico Dionízio João Comandoli (Presidente Nereu)
- 154 - Museu Antônio Granemann de Souza (Curitibanos)
- 155 - Museu Arqueológico N. Sra. dos Navegantes (Içara - Bal. Rincão)
- 156 - Museu da Infância (Criciúma)
- 157 - Museu de Arte de Canoinhas
- 158 - Museu do Vinho “Mário de Pellegrin” (Videira)

- 159 - Museu Família Colonial (Blumenau)
- 160 - Museu Histórico Dr. Waldemar Rupp (Campos Novos)
- 161 - Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (Caçador)
- 162 - Museu Histórico Municipal de São José
- 163 - Museu Histórico Thiago de Castro (Lages)
- 164 - Museu Municipal Carlos Lampe (Rio Negrinho)
- 165 - Museu Municipal José Maria Coelho (Bocaina do Sul)
- 166 - Museu Municipal Vale do Rio do Peixe (Rio das Antas)
- 167 - Museu Oceanográfico do Vale do Itajaí
- 168 - Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee (Jaraguá do Sul)

São Paulo

São Paulo

- 169 - Fundação Maria Luisa e Oscar Americano
- 170 - Memorial do Imigrante
- 171 - Museu da Língua Portuguesa
- 172 - Museu de Arqueologia e Etnologia/USP
- 173 - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp)
- 174 - Museu de Arte Brasileira/Faap
- 175 - Museu de Literatura Casa Guilherme de Almeida
- 176 - Museu de Polícia Militar
- 177 - Museu de Zoologia/USP
- 178 - Museu Lasar Segall
- 178 - Núcleo Memória Telefônica (Museu do Telefone)
- 180 - Pinacoteca do Estado de São Paulo
- 181 - Solar da Marquesa de Santos (Museu da Cidade)

Campinas

- 182 - Museu da Cidade
- 183 - Museu da Imagem e do Som
- 184 - Macc (Museu de Arte Contemporânea de Campinas)
- 185 - Museu de Ciências da Unicamp
- 186 - Museu de História Natural
- 187 - Museu do Café

Outras

- 188 - Museu Casa de Portinari (Brodowski)
- 189 - Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba
- 190 - Museu dos Cafés do Brasil (Santos)

Sergipe

Aracaju

- 191 - Museu do Homem Sergipano

Outras

- 192 - Museu de Arqueologia de Xingó

Estratégias para trabalhar em conjunto ¹

Magaly Cabral (Coord.) ²

Trabalhar em conjunto é uma proposta muito difundida nas mais diversas áreas do conhecimento, assim como na área empresarial. Mas talvez essa seja uma das premissas mais difíceis de ser executada, uma vez que exige que cada ator busque amenizar os desacordos e, ao mesmo tempo, harmonizar as diferenças. Exige que cada um atue baseado nos princípios da alteridade. Exige que se coloquem em sinergia as capacidades de cada um, em diferentes níveis de responsabilidade.

Talvez um exemplo dessa reflexão sobre o trabalho em conjunto possa ser oferecida pelos membros brasileiros do Ceca/ICOM.

Em 1995, em assembleia realizada em São Paulo, por ocasião do Seminário “A museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros”, o Comitê Nacional Brasileiro do ICOM propôs que membros brasileiros afiliados aos comitês internacionais do referido órgão formassem grupos para discutir as questões específicas de suas áreas. Os membros do Ceca no Brasil concordaram que seria importante ter uma coordenação que representasse esse comitê no país, a fim de promover um maior intercâmbio de informações e ideias entre os membros do Ceca, criando, então, o “Ceca-Brasil”. Até o momento, três coordenadoras estiveram à frente do grupo: Adriana Mortara de Almeida (1995-2000), Magaly Cabral (2001), Denise Coelho Studart (2002-2005) e Magaly Cabral (2005-jul. 2007).³

1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 2007, Viena, Áustria. Publicado em *Heritage learning matters: museums and universal heritage* (proceedings of the ICOM/Ceca'07 Conference, Vienna, Aug. 20-24, 2007. Schlenbrügge, 2008, p.261-263.

2 Texto coordenado por Magaly Cabral, redigido com base em contribuições enviadas por Adriana Mortara de Almeida, Denise Grinspum, Denise Studart, Evelina Grunberg, Magaly Cabral, Sônia Guarita do Amaral, Thales de Magalhães e Vera de Alencar. Também foi usado na preparação do presente texto o artigo de Denise C. Studart, “A produção intelectual do Ceca-Brasil nas conferências internacionais do Comitê de Educação e Ação Cultural do ICOM de 1996 a 2004”, publicado em *Musas*, v.1, n.1, 2004.

3 No triênio 1995-1998, Magaly Cabral aceitou um convite e tornou-se coordenadora do Ceca para a América Latina e Caribe. No triênio 2001-2004 Sônia Guarita do Amaral foi eleita para a citada função e reeleita para o triênio 2004-2007. Ambas fazem parte do *board* do Ceca, contribuindo para as decisões tomadas nos referidos períodos, reforçando a atuação brasileira nesse comitê.

Desde julho de 2007, após eleição, o atual coordenador do Ceca-Brasil é o colega Camilo de Mello Vasconcellos. Uma decisão tomada pelos membros é a de que a eleição do coordenador do Ceca-Brasil acompanhará o calendário de eleição do Ceca.

Desde sua criação, o Ceca-Brasil vem preparando, anualmente, textos reflexivos sobre os temas das conferências anuais do Ceca (com exceção de 1999 e 2000). Esses documentos têm sido apresentados em plenária nos encontros internacionais da entidade e, acreditamos, têm obtido repercussão significativa. Por meio da preparação desses documentos representando as ideias e preocupações dos profissionais da área de educação em museus no Brasil, o Ceca-Brasil vem se firmando como um grupo que contribui profissionalmente com suas reflexões para a área.

Até o momento, nove textos preparados pelo Ceca-Brasil foram apresentados nas seguintes conferências do Ceca: Áustria, 1996; Brasil, 1997; Austrália, 1998; Espanha, 2001; Quênia, 2002; México, 2003; Coreia do Sul, 2004; Eslováquia, 2005; Itália, 2006. Nesta conferência de 2007, fomos convidados pela organização da Conferência do Ceca em Viena a apresentar nossa metodologia de trabalho.

Inicialmente, os nossos textos eram sucintos, com recomendações ao final, mas com o passar do tempo se tornaram mais extensos e conceituais. A metodologia de trabalho do Ceca-Brasil para a redação do documento de reflexão anual segue estas etapas:

- 1) O coordenador do grupo solicita aos membros que enviem, por correio eletrônico, suas contribuições sobre o tema anual da conferência do Ceca.⁴
- 2) Após o recebimento dos textos, estes circulam por todos os membros que participaram enviando contribuições.
- 3) O coordenador compila um documento, buscando usar as contribuições de todos e estruturando o texto, dando a ele coerência e unidade.

É comum a prática de o coordenador agendar uma reunião do Ceca-Brasil com seus membros e/ou aproveitar a realização de um Seminário/Encontro⁵ para a apresentação e discussão do texto preliminar.

4 No início, quando não contávamos com correio eletrônico, a comunicação era bem mais complexa, e devemos ressaltar a atuação da colega Adriana Mortara de Almeida como coordenadora e o apoio financeiro do Comitê Nacional Brasileiro do ICOM para as despesas de cópias e correio.

5 Nesses Seminários/Encontros todos os participantes, mesmo os não membros do Ceca, têm a oportunidade de discutir e dar opiniões.

- 4) Após esse encontro, o coordenador prepara – levando em consideração as sugestões dos membros – uma segunda versão do texto e o envia novamente aos membros participantes, para os comentários finais.

Em algumas ocasiões, também recebemos sugestões de colegas que não são membros votantes do Ceca, mas que atuam na área de educação em museus no Brasil.

- 5) O coordenador procura incluir todas as sugestões pertinentes. Para finalizar o processo, o coordenador incorpora os comentários recebidos, faz as alterações necessárias e o envia, novamente, para todos os membros participantes.
- 6) Com a versão final aprovada por todos, o texto é, então, enviado para tradução (em geral, para o idioma inglês), a fim de que possa ser apresentado na conferência anual do Ceca. A tradução é financiada pelo Comitê Nacional Brasileiro do ICOM.

Após a tradução, os textos em português e em inglês são enviados a todos os membros do Ceca/ICOM-Brasil.⁶

Podemos afirmar, portanto, que os nove textos do Ceca-Brasil preparados ao longo dos últimos doze anos compõem uma importante reflexão de profissionais brasileiros da área de educação em museus sobre temas fundamentais para a ação educativa e cultural nessas instituições.⁷ O Ceca-Brasil vem crescendo em número de integrantes e despertando cada vez mais interesse de participação dos profissionais do setor no país.

Por meio da preparação desses documentos, representando as ideias e preocupações dos profissionais da área de educação em museus no Brasil, o Ceca-Brasil vem se firmando como um grupo que contribui de forma consistente com suas reflexões para o desenvolvimento da área.

6 Diversos membros do Ceca/ICOM-Brasil que atuam em Oficinas sobre Educação em Museus no país oferecem os textos aos participantes.

7 Os sete primeiros textos foram publicados em *Musas*, v.1, n.1, 2004, e o oitavo texto saiu no 3º número, publicado em 2007. Foram, ainda, publicados nos *Anais* das conferências anuais do Ceca na Áustria, Brasil, México, Eslováquia e Itália. Os textos apresentados em Seul e na Eslováquia foram publicados nos *Anais* dos 3º e 4º Encontros Regionais do Ceca/ICOM – América Latina e Caribe, organizados por Sônia Guarita do Amaral e publicados pelo Museu de Arte Brasileira/Faap, respectivamente em 2005 (p.111-124) e 2006 (p.47-58).

Outra produção conjunta, além dos textos citados, foi a preparação, em 2004, com a participação de diversos membros, de uma bibliografia na área de educação em museus, publicada em periódico nacional reconhecido e de ótima visibilidade,⁸ a qual também se encontra no *site* do Comitê Nacional Brasileiro do ICOM. Essa bibliografia – que consiste em livros e artigos nacionais e estrangeiros, relatórios, teses de doutorado e dissertações de mestrado na área – foi atualizada recentemente, em junho de 2007, e vem sendo disseminada em vários museus do país.

Entre as estratégias de ação do Ceca-Brasil, temos aumentado a circulação de informações por meio do correio eletrônico. Criou-se também uma listagem dos membros do Ceca-Brasil intitulada *Quem Somos*, no intuito de nos conhecermos melhor – nossa formação, onde trabalhamos. Pretende-se criar um boletim eletrônico, assim como continuar com o trabalho de reflexão por meio dos documentos anuais preparados para as conferências do Ceca.

O Ceca-Brasil pode contribuir para o campo museológico brasileiro ao fazer uma reflexão no sentido de motivar uma estratégia orgânica de educação para os museus no país, sugerindo prioridades e metas. A título de exemplo, podem fazer parte de uma política educacional de museus e estratégias de ação estes pontos:

- redação de estratégias educacionais para o museu, com objetivos e linhas de ação;
- promoção de uma política de desenvolvimento de novos públicos para o museu, de acordo com o contexto;
- desenvolvimento de novas parcerias;
- realização de trabalhos extramuros, muitas vezes a única maneira de sensibilizar e atender a outras comunidades fora da área local do museu;
- ampliação do acesso e da participação de grupos sub-representados no museu;
- identificação das necessidades específicas de aprendizagem de importantes públicos alvos do museu;
- estudo da contribuição do museu e da ação educativa para o desenvolvimento sociocultural da comunidade;
- orientação para escolas e professores sobre como usufruir e tirar o melhor proveito do museu;
- investigação dos benefícios da educação não formal para a sociedade.

8 Publicada em *Musas*.

Acreditamos ser possível afirmar, sem medo de exagerar, que a atuação do Ceca-Brasil já tenha sugerido, no Brasil, a criação de dois grupos de educadores em museus – no Rio de Janeiro, a Rede de Educadores em Museus (REM-RJ), e em Santa Catarina, o Grupo de Estudos sobre Museus (GEM). Em ambos, há a participação de membros do Ceca-Brasil, o que resulta em intercâmbio profícuo e, também, na possibilidade de muitos dos membros pertencentes a esses grupos virem a fazer parte do Ceca-Brasil.

Ainda existe um importante trabalho a ser realizado em nosso país na área de educação em museus. Para tanto, o diálogo, o debate e a comunicação de ideias entre os profissionais da área, buscando realizar trabalhos conjuntos, são fundamentais. O Ceca-Brasil pode contribuir significativamente para esse processo, realizando debates pela internet e organizando reuniões e encontros.

Os impactos educativos da relação museus e turismo ¹

Camilo de Mello Vasconcellos (Coord.) ²

O turismo é uma das atividades que mais crescem na atualidade. Estatísticas publicadas na revista *Museum International* mostram que no ano de 1995 o turismo internacional movimentou 11% dos investimentos feitos no mundo, abrangendo 10,9% do Produto Mundial Bruto, gerando 10,7% dos empregos no mundo e constituindo-se em 20% do comércio mundial de serviços, o que significou a movimentação de 372 milhões de dólares. O turismo cresceu 25% nos últimos 50 anos e há a previsão de crescimento de 20 milhões de turistas a cada ano.³ Números da Organização Mundial do Turismo apontam que em 1950 havia 25 milhões de turistas internacionais e que em 1995 esse número alcançou 565 milhões de pessoas. Estima-se que até 2005 o progresso dessa atividade girará em torno de 5,5% ao ano (Stevens, 1998, p.25). Observando a eloquência desses dados, pergunta-se o que motiva milhões de pessoas a circularem pelo planeta.

O turismo pode ser definido como a atividade humana de deslocamento de lugar para lugar em busca de motivações estéticas, descanso, prazer, diversão, deleite ou conhecimento, na qual está subjacente a busca de ruptura com a rotina (Damián, 2000, p.52). O turismo, assim, está intimamente ligado à cultura, pois faz parte da atividade turística o contato com o outro, mediante o encontro com as diferenças culturais. Quando alguém parte de sua cidade de origem para visitar outras, sejam próximas ou distantes, deseja fugir do seu cotidiano pelo deslocamento geográfico e deseja ver coisas diferentes, saborear outros pratos, sentir aromas estranhos, experimentar novas sensações e compartilhar as experiências de outros povos. Nesse sentido, afirma Jafar Jafari (citado em Herreman, 1998, p.5) que “o turismo é um fenômeno sociocultural de influências consideráveis e dimensões múltiplas”, que não pode ser equiparado apenas à sua dimensão econômica.

1 Encontro Latino-americano do Ceca, 2008, República Dominicana.

2 Coordenador do Ceca-Brasil. Este texto é o resultado das contribuições destes membros: Adriana Mortara de Almeida, Sônia Guarita do Amaral, Marília Xavier Cury, Angélica Policeno Fabbri, Thales Ribeiro de Magalhães, Viviane Sarraf, Camilo de Mello Vasconcellos e Zita Possamai.

3 Em *Museum International* (Paris), v.50, n.199, 1998, p.3.

Le tourisme n'existerait pas sans la culture, estime Jafari. La culture constitue l'une des principales motivations des déplacements des personnes, et ... toute forme de tourisme provoque un effet culturel aussi bien sur le visiteur que sur l'hôte. (Herreman, 1998, p.5)

Nessa perspectiva, o patrimônio cultural, tomado na sua acepção antropológica – ou seja, englobando as múltiplas facetas constitutivas de dada população ou grupo social circunscritos a determinado espaço geográfico – está intimamente ligado ao turismo. De fato, são os museus, as ruínas e os sítios históricos, as coleções, as festas e os modos de vida os grandes impulsionadores da circulação de pessoas pelo planeta. São as grandes exposições realizadas em importantes centros europeus e norte-americanos, os grandes museus, os sítios históricos e as ruínas, além das cidades inscritas em roteiros turísticos consagrados, os grandes motivadores dos milhares de turistas que circulam pelo planeta e movimentam todas aquelas cifras citadas anteriormente. O fenômeno é de tal importância que Donald Horne considera o turismo uma nova forma de “peregrinação”, sendo os objetos nos museus comparados a objetos sagrados e relíquias (Herreman, 1998, p.8). Pode-se retornar à indagação anterior, perguntando, desta vez, o que faz milhares de pessoas no mundo deslocarem-se centenas de quilômetros para verem determinado objeto ou sítio histórico.

Uma tentativa de apontar elementos que auxiliem na análise dessa questão talvez seja o que afirma Nelson Graburn:

Dean MacCannell affirme que l'humanité moderne vit sa vie en touriste. De plus en plus tributaires de représentations de la réalité, nous nous tournons vers des institutions comme les musées pour y chercher des vérités authentiques, non seulement sur les mondes du passé et sur les autres, mais aussi pour comprendre notre propre situation. (Graburn, 1998, p.18)

Talvez os imperativos da modernidade (Berman, 1988) que une a todos num turbilhão, no qual o tempo acelerado é implacável na ruptura de formas tradicionais da memória coletiva (Nora, 1993), forçosamente remetam o indivíduo para o passado em busca de referências que o auxiliem a situar-se no mundo em que vive. O contato com o outro, nesse sentido, se num primeiro momento implica *conhecimento*, em seguida sugere o *reconhecimento* como forma de compreensão da própria realidade em que o indivíduo vive (Damián, 2000, p.52).

Se esse é um fenômeno cultural de múltiplas dimensões, como se afirmou há pouco, a apropriação dos bens culturais pelo turismo gera calorosos debates. Dentre os problemas referentes à relação entre turismo e patrimônio podem ser apontados: a transformação dos bens culturais em bens de consumo rápido e fácil, possibilitada pelos imperativos da indústria turística e da cultura de massa, que tem como único fim o incremento de seus rendimentos econômicos e utiliza como meio os bens culturais; a realização de restaurações que não respeitam materiais e técnicas construtivas locais, criando cenários artificiais desvinculados da população local e, ao extremo, lançam mão de animações históricas como forma de mostrar ao turista como as pessoas viviam naquela época (Meneses, 1994); o problema da conservação dos sítios históricos e arqueológicos, das ruínas e coleções nos museus, resultante do grande afluxo de visitantes a esses locais de “peregrinação”.

Esses três problemas caracterizam o que se convencionou denominar de *turismo tradicional* ou *turismo de massa*. Aquele cuja finalidade maior está ligada a uma atividade econômica que usa os bens culturais como meios ao que se destina. Novos conceitos, como o de *turismo cultural*, alteram a perspectiva em relação ao próprio modo de se fazer turismo e instauram um diálogo possível entre os dois campos de saberes aqui mencionados, o turismo e o patrimônio.

O turismo cultural tem sido definido menos em relação aos objetos que seriam alvo da atividade turística e mais em relação a uma nova perspectiva direcionada a esses mesmos objetos (Funari; Pinski, 2001).⁴ Dessa forma, o turismo cultural almeja uma mudança de olhar do turista em relação aos bens culturais, no sentido de buscar um turismo mais qualificado, criativo e prazeroso. A definição de turismo cultural aproxima-se, por sua vez, da noção de *turismo sustentável* (Périer-D'Ieteren, 1998, p.5).

Stricto sensu, le tourisme culturel apparaît comme une forme nouvelle de tourisme spécialisé: il est ciblé sur des “niches” dans l’optique de l’écotourisme, que considère le patrimoine comme un fin en soi et suppose une harmonie fondée sur le respect des différentes cultures, sur l’utilisation rationnelle des ressources naturelles, sur la participation des communautés concernées et sur une juste répartition des bénéfices. (Blavia, 1998, p.22)

4 Essa é a perspectiva adotada e difundida pela Unesco, como se pode ver em *Museum International* (Paris), v.50, n.200, 1998, p.4.

Fala-se aqui não mais dos bens culturais como meios para alcançar um fim, que seria exclusivamente o rendimento econômico, mas da possibilidade de turismo e patrimônio convergirem para uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Por desenvolvimento sustentável, como afirma Marta de La Torre (1998, p.5), podemos considerar “o desenvolvimento que se define como um processo de melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e que virão, de promoção de um equilíbrio entre meio ambiente e crescimento econômico, e respeito à diversidade cultural”.

Se por um lado o patrimônio aliado ao turismo pode ser visto como fomentador do desenvolvimento local, por outro, pensar a sustentabilidade desses patrimônios implica considerar a apropriação desses bens culturais pelas populações locais e pelo turista. No primeiro caso, significa que o processo de decisão, em relação ao que é preservado, e de gestão do patrimônio – sejam sítios, museus ou edificações – deve implicar a participação do maior número possível de pessoas. Somente estando imbricadas no processo de construção do patrimônio de sua localidade as populações sentir-se-ão agentes/atores da preservação e, além disso, poderão ser parte ativa no desenvolvimento sustentável que lança mão do turismo. No segundo caso, a apropriação que o turista faz desse patrimônio passará necessariamente pelo conhecimento que alcance sobre ele. Damián explica como se opera essa relação entre o sujeito (turista) e o objeto (patrimônio):

El sujeto es el que aprecia, determina, desecha, prioriza y ordena. ¿Qué aprecia el sujeto? Las cualidades contenidas en el ente (objeto patrimonial) y las cualidades de su entorno que entiende y le afectan (cualidades extrínsecas). La apreciación del sujeto depende de su nivel de preparación y de su conocimiento, y es un acto de reconocimiento imprescindible para determinar, desechar, priorizar y ordenar. (2000, p.53)

Assim, o turismo cultural ou turismo sustentável somente alcança seus objetivos através da possibilidade de reconhecimento do turista com os bens que está apreciando. Somente dessa forma alcança-se a resolução de um dos problemas colocados pelo turismo de massa, a conservação dos patrimônios. Vandalismos e depredações ficam fora de cena se os objetos aos quais o turista está apreciando não estão completamente externos a ele, mas podem lhe dizer coisas importantes sobre a cultura que está sendo conhecida e sobre a cultura do próprio turista.

É justamente nesse ponto que o anfitrião – as populações locais – e o turista encontram-se e, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, desse encontro resultam o conhecimento e o reconhecimento mútuos. Porém, o anfitrião apenas agirá como tal se os bens, definidos como *seu* patrimônio, que estão inseridos na perspectiva de utilização turística, também não são externos a ele, pois neste caso ele seria, paradoxalmente, turista em sua própria localidade.

Assim, é interessante observar que o diálogo entre os campos do patrimônio e do turismo com vistas ao desenvolvimento sustentável coloca questões que não raras vezes são indagações do próprio campo do patrimônio. Se estas são bem equacionadas nesse domínio, possibilitam resolver satisfatoriamente problemas advindos da relação particular entre patrimônio e turismo.

O Patrimônio Cultural que pode estar representado em diversos locais encontra nos museus um cenário ideal para ser exibido. Particularmente na América Latina, onde os índices de analfabetismo ainda são consideráveis, a cultura visual teve e ainda tem um peso enorme em toda a história do continente.

Nessa região, o número de museus vem crescendo vertiginosamente, sobretudo nos últimos quarenta anos. O impacto trazido pela construção e inauguração do Museu Nacional de Antropologia da Cidade do México, em 1964, não só pela sua monumentalidade, mas especialmente pela participação de culturas indígenas na sua concepção museográfica, acabou trazendo grande número de inquietações e questionamentos a respeito da função social e educacional dessa instituição.

Ao lado disso, outro desafio para os museus latino-americanos foi o de tornar acessíveis as coleções museológicas para um espectro maior de públicos que não apenas uma elite econômica. O reconhecimento da importância do papel educativo dos museus acabou trazendo inúmeras discussões que estão ampliando a importância da atuação dessas instituições não só para o público escolar, mas também para outros segmentos de visitantes.

Nesse contexto, qual deve ser o papel dos museus como preservadores e comunicadores de um patrimônio que pertence a todos? Como ampliar e dar acesso a novos públicos (e não apenas o escolar) que ainda

hoje estão fora do universo museológico? Como aproximar e estabelecer uma relação profícua entre bens patrimoniais, museus e o segmento do turismo, já que esse público também vem se apropriando do universo museológico de maneira tão significativa?

Diferentemente de países como França, Estados Unidos, Espanha, Inglaterra e outros, que já reconheceram há bastante tempo o atrativo turístico exercido pelos museus, na América Latina essa discussão é muito mais recente. Mesmo assim, considero que em nosso continente temos um papel relevante para desempenhar junto às políticas culturais contemporâneas na sua possível relação com o segmento do turismo. Para isso é necessária uma série de ações conjuntas que promovam uma eficaz parceria entre essas duas áreas de atuação.

Em primeiro lugar devemos reconhecer que o museu pode converter-se em instrumento para fortalecer, numa perspectiva crítica, as identidades e a integração de comunidades e dos povos, promovendo a tolerância, o respeito mútuo e a aceitação da diversidade cultural.

Com base nessa premissa o museu deve participar, com suas comunidades e operadoras de turismo, no planejamento e na definição de objetivos, conteúdos, gestão e formas de promoção, buscando integrar-se aos circuitos do turismo cultural. Obviamente essa aproximação deve sempre levar em conta o saudável aproveitamento do potencial dessas instituições na perspectiva de uma atuação que venha ao encontro do principal papel já referido do museu: a questão da preservação de suas referências patrimoniais.

Nesse sentido, é necessário que os profissionais dos museus estejam abertos a um diálogo profícuo com os profissionais do turismo, para definir conjuntamente soluções que respeitem tanto o patrimônio como as comunidades e que satisfaçam ao mesmo tempo aos turistas. É um grande desafio, mas ele deve ser enfrentado tendo em vista algumas experiências já desenvolvidas com sucesso, não só em alguns países europeus e nos Estados Unidos, mas também no México e na Costa Rica.

Sabemos que isso não ocorre num “estalar de dedos”, e o melhor caminho para iniciarmos essa relação deve ser a criação e a implementação de cursos e programas de formação e treinamento de pessoal em todos os níveis de ensino. Isso possibilitaria formar profissionais multidiscipli-

nares, capacitados para trabalhar na coordenação e no desenvolvimento de planos, programas e projetos turísticos e patrimoniais.

Sem dúvida, o papel das universidades oferecendo cursos e programas acadêmicos deveria incluir o turismo e o patrimônio como temas fundamentais de pesquisa e reflexão. Isso é fundamental no processo de criação de pessoal qualificado para atuar nessa área, especialmente se levarmos em consideração que, muitas vezes, o turista comparece aos museus uma única vez e que, portanto, devemos refletir a respeito da maneira adequada de recebê-lo.

Sabemos também que há muito o mercado acabou absorvendo o turismo cultural. Também impõe certas diretrizes à cultura por meio da indústria do entretenimento e da cultura de massa. Porém, o patrimônio cultural opera em outro sentido, com diretrizes distintas daquelas do mercado, embora dialogue com ele, sem perder seu ponto de referência e seu alcance. Para o devido distanciamento – aquele necessário para que o patrimônio não se descaracterize – entram em cena as políticas públicas para a área de cultura que definem e delimitam a participação do mercado no mecenato e/ou outras formas de incentivo e fomento.

À guisa de exemplo, resultam do impacto do mercado no campo patrimonial: as megaexposições; os grandes eventos museológicos; o atendimento “educativo” maciço em exposições e museus, e os lugares de memória que separam sentido da forma, privilegiando a forma. São expressões desse pensamento as exposições estetizantes e a espetacularização dos centros históricos preservados.

Longe de supor que o turismo cultural seja inimigo dos museus, o que se coloca em discussão são as posições de liderança que o museu pode e deve ter na sociedade.

Em nosso país a importância do turismo é inegável tanto nos programas econômicos do governo quanto nos de ordem privada. Assim, é necessário que a área cultural e em especial a museológica saiba preparar-se para que essa atividade, aliada aos benefícios econômicos, possa valorizar e promover o nosso patrimônio cultural.

Em sua missão primeira de preservar e conservar o patrimônio, muitas vezes os museus temem que a presença do turismo possa gerar conflitos com as aspirações aqui mencionadas.

A experiência turística sendo fortemente visual leva o visitante a tentar descobrir enigmas, símbolos e singularidades. Com o auxílio de uma interpretação que leve em conta essas particularidades, o museu poderá propiciar descobertas plenas de significados que venham substituir informações padronizadas.

O principal foco da interpretação é estabelecer uma comunicação efetiva com o visitante, levando-o a captar a alma e a essência do local visitado. É a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto, um objeto, uma partitura musical, de uma obra de arte ou qualquer expressão cultural.

Na definição clássica cunhada pelo “pai” da interpretação, o norte-americano Freeman Tilden (1967), “é a atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira mão e por meio da mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais”.

Nesse sentido, o autor nos fornece seis princípios básicos da filosofia interpretativa:

- 1) focalizar os sentidos do visitante;
- 2) revelar sentidos e não apenas informações;
- 3) utilizar artes visuais e animação;
- 4) não instruir mas provocar;
- 5) apresentar a história completa, não apenas uma parte;
- 6) ser acessível a um público o mais amplo possível.

Investir em interpretação significa agregar valor ao produto turístico na medida em que cumpre uma dupla função:

- a) valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação;
- b) valoriza o próprio acervo patrimonial, incorporando-o como atração turística.

A valorização dos saberes e fazeres oferecidos por objetos de um acervo contribui para a diversificação e pode, assim, abrir novos nichos turísticos para as nossas instituições museológicas.

A pesquisa de público para conhecer a procedência, as motivações de visita, os idiomas compreendidos e os horários e períodos de maior visitação é fundamental para o desenvolvimento de estratégias educativas e também de atração de turistas.

Diante desse quadro, a equipe educativa poderia criar algumas atividades e materiais para esses visitantes. Visitas monitoradas para grupos em diferentes horários e folhetos de visita “autoguiada” em diferentes idiomas, entre outras estratégias, são iniciativas de fácil implementação e baixo custo.

Finais de semana e férias escolares são períodos nos quais poderiam ser experimentadas algumas metodologias para guiar ações educativas contínuas.

Já as estratégias para atrair os turistas precisam ser formuladas conjuntamente com as áreas de *marketing*, assessoria de imprensa e outras que estejam voltadas para “fora” do museu. Os recursos expográficos também são fundamentais na discussão de atração e satisfação de turistas (por exemplo, uma exposição totalmente em português dificilmente vai satisfazer ao turista anglo-saxão).

Além disso, atualmente, o grande desafio da atividade turística é também a questão da acessibilidade. Pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, além de representarem parte do público consumidor desses serviços, vêm se organizando em busca do respeito aos seus direitos.

O turismo cultural, seguindo essa tendência, não pode deixar de dar importância às adequações necessárias para atender e acolher esse público.

A relação entre turismo cultural e museus representa uma série de impactos para o museu, tais como: aumento de visitantes; visibilidade nacional e internacional; aumento de arrecadação financeira para o museu e para os estabelecimentos comerciais de seu entorno. Para capturar essas oportunidades, no entanto, o museu precisa investir em mão de obra especializada e em adequações físicas e de programação.

Pretendemos com esta breve reflexão demonstrar que os museus têm como administrar os impactos do turismo cultural através de parcerias e ações, considerando-se que o fluxo de visitantes é importante também

para a geração de receitas e para a obtenção de patrocínios e apoios; que a preservação dos acervos e do patrimônio pode e deve ser praticada, pois uma coisa não invalida a outra, ao contrário, elas somam-se para um resultado positivo.

O turista é visitante/usuário do museu, independentemente de sua visita ser individual ou em grupo. Por isso, assim como se elaboram programas para o público escolar ou para a terceira idade, devem-se preparar programas para os turistas. Considerando-se que sua experiência de visita à instituição talvez seja única, por isso mesmo deve ser prazerosa, informativa e agradável.

O turista está presente no dia a dia do museu, por isso há que se conhecer seus interesses e expectativas e seu entendimento sobre museus, para que desse diálogo nasça uma parceria fecunda que seja multiplicadora e principalmente fortalecedora das relações dessa instituição com a sociedade.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. Campinas (SP): Papirus, 2000.
- BERMAN, Marshall. Modernidade – ontem, hoje e amanhã. In: _____. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.15-35.
- BLAVIA, M. G. Le musée, un médiateur. *Museum International*, Paris, v.50, n.20, p.21-26, 1998.
- CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.23, p.95-115, 1994.
- DAMIÁN, E. S. Turismo cultural, conservación del patrimonio y viabilidad económica. In: CONSEJO INTERNACIONAL DE MUSEOS. *Museos, patrimonio y turismo cultural*. España, 2000.
- D'ANTONA, A. O. Turismo em parques nacionais. In: FUNARI, P. P.; PINSKI, J. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- FUNARI, P. P.; PINSKI, J. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- GRABURN, N. Une quête d'identité. *Museum International*, Paris, v.50, n.199, p.13-18, 1998.
- HERREMAN, Y. Les musées et le tourisme: culture et consommation. *Museum International*, Paris, v.50, n.199, p.4-12, 1998.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.2, p.9-42, jan.-dez. 1994.
- MERHAV, R.; KILLEBREW, A. E. Ouverture au public: pour le meilleur et pour le pire. *Museum International*, Paris, v.50, n.200, 1998, p.15-20.
- MURTA, Stela; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- MUSEOS, PATRIMONIO Y TURISMO CULTURAL. ICOM. Bolívia; Peru, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, p.7-28, dez. 1993.
- PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória*, Unesp-FCLAs-Cedap, v.2, n.2, p.1-24, 2006.
- PÉRIER-D'ETEREN, C. Tourisme et conservation: trouver un équilibre. *Museum International*, Paris, v.50, n.200, 1998.
- STEVENS, T. Le voyageur chargé d'un lourd fardeau a besoin d'un ami... *Museum International*, Paris, v.50, n.199, p.24-27, 1998.
- TILDEN, Freeman. *Interpreting our Heritage*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1967.
- TORRE, Marta de la. Amériques: les musées au service de la communauté. *Nouvelles de l'ICOM*, v.51, n.3, 1998.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. *Revista CPC*, São Paulo, n.4, p.72-86, maio-out. 2007.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Museus, turismo e lazer: uma realidade possível. Patrimônio: lazer e turismo. *Revista Eletrônica*, Santos (SP): Coeae/Unisantos, 2004.
- _____. *Turismo e museus*. São Paulo: Aleph, 2006.

Páginas na internet

Movimento turismo para todos: www.rolingrains.com

Fórum de turismo inclusivo: tournet.ning.com

Programa melhor idade, Ministério do Turismo: www.viajamais.com.br/

Educação em museus em um contexto global: o caso brasileiro ¹

Camilo de Mello Vasconcellos (Coord.) ²

Em memória de José Maria do Amaral, companheiro do Ceca-Brasil

Nas últimas décadas estamos sendo envolvidos em discussões sobre o processo de *globalização*. Foram diversas as oportunidades de discussão desse tema, em muitas áreas de conhecimento, e a Museologia não poderia ficar à parte dessas reflexões.

Mas, por que essa discussão é tão importante? E como a globalização afeta a Museologia e os museus e, conseqüentemente, a pedagogia museológica (*corpus* teórico) e a educação que se faz nos museus (a práxis)?

O debate que atribui à globalização uma visão satânica (como na luta do bem contra o mal) é ingênuo e desnecessário, pois não leva a nada, além de extremismos. Não discutir aceitando a globalização passivamente – pelo lado bom (uma supervalorização daquilo que vem de fora ou é externo a nós) ou ruim (um mal necessário) – é desnecessário também, pois há mudanças ocorrendo em todo o mundo, e isso nos afeta em (quase) todos os sentidos.

É desnecessário discutirmos se a globalização existe ou não e se influencia ou não a vida cultural por todo o planeta. Isso é fato. A questão é: quais seriam as influências e, sobretudo, quais são as respostas culturais a esse processo?

A vida cultural é algo em transformação, sempre, é uma dinâmica intensificada e qualificada com a globalização. A relação entre as pes-

1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 2009, Reykjavík, Islândia.

2 Este texto foi organizado por Camilo de Mello Vasconcellos (coordenador do Ceca-Brasil) com base nas contribuições dos autores: Gabriela Aídar, Adriana Mortara de Almeida, Carmen Aranha, Marília Xavier Cury, Thales Ribeiro de Magalhães, Maria Iloni Seibel, Regina Márcia Tavares e Camilo de Mello Vasconcellos.

soas e a relação das pessoas com a cultura material se modificam, assim como a relação com o patrimônio cultural. Sendo assim, a Museologia deve rever seus paradigmas, assim como a pedagogia museológica. A práxis educacional dos museus deve buscar novos discursos, que alcancem esses novos paradigmas e tenham sustentação nas demandas culturais e sociais.

Nessa direção, a temática da diversidade cultural vem sendo cada vez mais referida como categoria que deve se contrapor à homogeneidade cultural que o processo de globalização sugere trazer consigo. Daí esse tema estar presente no âmbito das práticas e das instituições culturais e educacionais na contemporaneidade.

A tentativa de impor padrões de homogeneidade cultural vem ao encontro de uma visão conservadora de hegemonia em que há uma visão de cultura monolítica, autoritária, e vinculada a padrões de grupos fortemente articulados em torno de alguns segmentos de mercado e que não oferecem espaço à diferença. Daí a eclosão de diferentes movimentos e até mesmo rebeliões populares que visam reforçar as identidades locais e nacionais, que se acreditava não serem mais possíveis nos dias atuais.

E como essas questões devem ser problematizadas em nosso museus e em nossas práticas educacionais nos dias atuais?

Temos claro que é essencial em um museu, sobretudo no contexto atual de globalização e suposta homogeneização cultural, apresentarmos, discutirmos e evidenciarmos em nossa prática educacional a temática da diversidade cultural, que perpassa as distintas sociedades representadas em nosso acervo. Portanto, é fundamental mostrarmos a riqueza da diversidade cultural dessas sociedades como possíveis soluções que foram dadas às suas distintas situações existenciais e materiais.

Porém, considero que não podemos ser ingênuos e acreditar que somente mostrando essas diversas culturas existentes podemos contribuir para o processo de tomada de consciência de nossas identidades e, portanto, de nossas diferenças. É necessário atentarmos para não sermos “presas fáceis” de uma ideia muito próxima do modelo multiculturalista norte-americano que acaba promovendo e difundindo

esse discurso da diversidade quando, na verdade, apenas contribui para afastar cada vez mais as culturas distintas, os povos diferentes, reafirmando ainda mais os ódios, as diferenças e os guetos.

Nesse sentido é necessário notar que *diversidade cultural* e *diferença cultural* são categorias distintas. Ou seja, não basta apenas mostrar a diversidade nos museus, seja ela representada por coleções arqueológicas, etnográficas, históricas ou artísticas. É necessário problematizar a questão e trabalhar no sentido de que é possível que as diversas culturas possam interagir e conviver, condição fundamental se quisermos construir um mundo realmente comprometido com a paz e a justiça social, bases fundamentais da verdadeira democracia que queremos construir.

A valorização das diferenças é importante, mas não nos deve deixar perder de vista que a luta pela igualdade social e por uma sociedade mais justa ainda é uma bandeira pela qual também vale a pena lutar. Essa deve ser uma trincheira que deve envolver fundamentalmente os museus de diferentes tipologias de acervo. Caso contrário, cairemos naquilo já foi chamado de “ciladas da diferença” (Pierucci, 2000).

O contexto museal brasileiro

Observamos hoje, no Brasil, uma crescente criação de instituições e movimentos pautados na questão da alteridade, reforçada pela atual política nacional de museus, que tende a consolidar-se com o recém-criado Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Nesse sentido podemos constatar um significativo crescimento de instituições voltadas para a história, a memória e a identidade de diferentes grupos étnicos, comunidades etc., assim como o aumento em número e diversidade dos museus de projetos direcionados a públicos específicos.

Na realidade brasileira, se nos baseamos em recentes pesquisas sobre consumo e frequência cultural, podemos caracterizar os não públicos dos museus como a maioria da população, em particular aquelas parcelas com menor escolaridade e renda. Segundo a coleção *Cadernos de Políticas Culturais* (Brasília: MinC/Ipea, 2007), 78% dos brasileiros nunca vão a museus, e uma percentagem ainda maior (83%) de pessoas da classe D/E não frequenta esse tipo de instituição cultural.

Dentro das correntes interna e externa aos museus que buscam a democratização cultural por meio dessas instituições, podemos notar iniciativas de criação de museus locais por parte das próprias comunidades. O caso mais exemplar nesse sentido, atualmente, talvez seja o do Museu da Maré, no Rio de Janeiro, criado a partir de ações de pesquisa e preservação do patrimônio local da favela transformada em bairro da Maré, por parte da ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Paralelamente, podemos perceber iniciativas de instituições museológicas já consolidadas em desenvolver ou apoiar a criação de museus locais, como ocorre atualmente no Museu do Ceará, que em parceria com ONGs e grupos indígenas desse estado promove seminários e encontros com os grupos indígenas para a criação de museus e centros de memória em suas comunidades.

Outra tendência crescente é a dos museus que buscam aproximar-se e desenvolver ações junto a novos públicos ou não públicos. Tais ações, de caráter predominantemente educativo, costumam ser geradas graças à conjunção de interesses institucionais no desenvolvimento de públicos e, também, em grande parte, graças à inserção dos museus na vida urbana, ou seja, à sua proximidade geográfica com grupos em situação de vulnerabilidade social, o que determina sua visibilidade entre as instituições museológicas. Nesse caso, existem desde projetos educativos pontuais desenvolvidos junto a comunidades, até programas de caráter mais sistemático e continuado como aqueles desenvolvidos pelo MAC de Niterói há mais de 10 anos na comunidade de baixa renda de seu entorno, e há 7 anos pela Pinacoteca do Estado de São Paulo com grupos em situação de vulnerabilidade de seu entorno e de outras partes da cidade.

Via de regra, podemos perceber que a representação cultural dos não públicos nos museus ocorre mais por meio de projetos concebidos e geridos pelos profissionais dessas instituições do que por agentes das próprias comunidades, o que indicaria a ainda reduzida percepção do museu como um possível interlocutor por parte desses grupos.

Podemos ainda notar, da parte de alguns museus, um interesse e até um esforço em trabalhar com a produção cultural ou mesmo com os códigos culturais dos não públicos, que se soma às iniciativas de estabelecer conexões entre os acervos já existentes e as vivências desses grupos, buscando tornar suas coleções mais acessíveis no sentido de sua potencialidade de reconhecimento cultural.

Outro aspecto fundamental dessas iniciativas é a compreensão de que a prática educativa é uma prática intencionalizada, portanto implica afirmá-la como prática não neutra, embora na maioria das vezes os referenciais que informam essa intenção não sejam explicitados. O direcionamento político-pedagógico da ação educativa requer, no entanto, que esses referenciais sejam explicitados, não apenas para orientar a concepção e realização de atividades, a avaliação dessas atividades e dos públicos, mas também para evidenciar os interesses priorizados pela prática educativa desenvolvida nos museus.

Essa discussão nos remete à importância de criar, reformular e fortalecer o Setor Educativo, se entendermos que é dele a responsabilidade pela dimensão educativa do Museu. Isso significa concebê-lo com um lugar definido na estrutura organizacional do museu; equipá-lo com profissionais de diferentes áreas de formação; propiciar a definição de uma filosofia/política de educação e comunicação, traduzida por uma proposta político-pedagógica construída, preferencialmente, com a participação de profissionais de diversas áreas de formação e do museu, e condições de trabalho necessárias para subsidiar e acompanhar a sua execução e avaliação. Uma avaliação na perspectiva do museu, mas, sobretudo, na do visitante, o que requer o registro e a memória das ações e avaliações e pode significar o redirecionamento da perspectiva institucional. A avaliação, em qualquer das perspectivas, pode representar dificuldades e encontrar resistências, especialmente quando o seu resultado requer mudanças nas práticas adotadas e na postura profissional, seja na equipe, seja em relação ao visitante. Entendido desta forma, o setor educativo requer um processo contínuo de ação e reflexão.

A concretização da dimensão educativa do museu representa, portanto, uma empreitada complexa que implica vontade política, apoio institucional, existência e disponibilidade de profissionais, criação de espaços de discussão e reflexão contínuos, articulação e atuação junto às diversas áreas do museu, elaboração de instrumentos de avaliação e pesquisas de público.

Julgamos pertinente e oportuno encorajar a incorporação dessas reflexões tanto no processo de criação e reestruturação de instituições museais quanto no movimento e nos fóruns de discussão dos educadores de museus.

O papel do educador de museus nesse contexto

Cabe ao educador participar das mudanças tanto nas instituições museológicas mais tradicionais como naquelas criadas mais recentemente. É preciso perceber a melhor maneira de trabalhar com as diferenças, respeitando a diversidade e propiciando a (re)construção de identidades próprias, por meio da vivência com o patrimônio cultural.

No Brasil, por suas características culturais, temos facilidade em perceber e lidar com diferenças. Mas ainda há situações nas quais as diferenças não são reconhecidas e são ocultadas e mascaradas em detrimento de determinado grupo. Os educadores de museus têm importante papel no sentido de trabalhar com essas diferenças, de problematizá-las, situando-as no contexto da desigualdade social, e de construir com os educandos formas de enfrentá-las e de superá-las. E a utilização crítica das inúmeras informações propiciadas pela globalização pode ser um instrumento útil na concepção e no desenvolvimento das ações educativas em museus.

Nesse contexto, entendemos que o papel do educador deva ser o de constituir-se como o fomentador de processos de discussão com base no acervo e em suas problemáticas, em função também das diferenças de público com as quais lidamos cotidianamente. Dessa forma, talvez possamos estar em consonância com um projeto que demonstre a possibilidade de existência da diferença e da possível e salutar convivência com essas diferenças na construção de uma sociedade realmente plural e libertadora.

“Toda educação é um ato político”, já disse Paulo Freire. O museu, como aparato educativo não formal, deve pretender influir na percepção que a população tem de si mesma, da cultura que produz no seu cotidiano, de modo a lhe permitir o exercício da cidadania, garantia do Estado democrático.

Se a essência do Homem se consubstancia na sua existência, a consciência que ele tem de si mesmo é fruto da percepção crítica de seu entorno.

Revelando-se, hoje, espaços privilegiados de comunicação pela tridimensionalidade que contêm, a qual fascina as gerações formadas num mundo imagético, os museus brasileiros não podem acanhar sua

potencialidade, transformando-se somente em locais de apoio didático ou em espaços bem comportados para a fruição estética ou a simples informação. Necessitam ser mais ambiciosos e envolver seus pesquisadores e museólogos numa proposta que transcenda, até mesmo, o universo do espetáculo e do divertimento que muitos vêm incorporando para atrair visitantes, e serem capazes de com projetos criativos, consistentes e ousados na área da produção do conhecimento, fazerem emergir o Homem Crítico, reordenador dos fenômenos socioculturais e históricos que lhe são próprios.

Referências bibliográficas

ARANHA, Carmem S. G. *Exercícios do olhar: conhecimento e visualidade*. São Paulo: Ed. Unesp; Funarte, 2008.

CURY, Marília Xavier. *Museologia, museus e globalização*. Disponível em: www.revistamuseu.com.br/artigos.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *Ciladas da diferença*. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

TAVARES, Regina M. Moura. *Museus universitários e educação*. *Simpro Cultura*, ano VIII, n.48, 2001.

SEIBEL, M. Iloni Machado. *O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida*. Tese (Doutorado) - IFCH, Universidade de Campinas. Campinas (SP), 2009.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *A função educativa de um museu universitário e antropológico: o caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*. *Cadernos do Ceom*, Santa Catarina, ano 18, n.21, 2005.

Museus e harmonia social: convivência na diversidade¹

Adriana Mortara de Almeida (Coord.)

*A aceitação às cegas da harmonia como objetivo que se quer alcançar a qualquer preço, se executada pelos museus, significaria que se tornariam agentes do conformismo. Papel, espero, que poucos aceitem!*²

Amareswar Galla

Nos campos da arte e na natureza encontramos em diversas relações, de forma muito bem ilustrada, a *harmonia*. Na música, por exemplo, temos as combinações musicais harmônicas que produzem sons agradáveis. Na natureza, podemos constatar as proporções harmônicas na flora, em folhas de rododendro, begônia e bordo japonês, entre outras, evidenciadas por organização, equilíbrio e combinação de linhas radiais e circulares.

Entre os artistas, matemáticos, arquitetos, a busca pela *harmonia* das proporções teve como objetivo tornar os produtos de seus trabalhos mais equilibrados e agradáveis. Nesse sentido, a *proporção áurea*, que é uma *constante real algébrica irracional* simbolizada pela letra grega ϕ (*phi*) e com o valor arredondado a três casas decimais de 1,618, foi aplicada em obras de arte, em edificações, na interpretação da natureza e em operações matemáticas para chegar à *harmonia*.

A reflexão sobre *harmonia* a partir do contexto social e cultural nos provoca estranhamento, pois nos remete a padrões e semelhanças e à transformação da discordância em igualdade, em *harmonia*. Não existe uma “proporção áurea” social, nem mesmo em sociedades ou grupos que se apresentam como igualitários, nos quais o equilíbrio é construído nas relações sociais e na dinâmica cultural.

1 Conferência Anual do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus, 2010, Xangai, China. Comunicação organizada por Adriana Mortara de Almeida com base em textos de Adriana Mortara de Almeida, Marília Xavier Cury, Milene Chiovatto, Gabriela Aidar, Camilo de Mello Vasconcellos, Andréia De Bernardi, Luciana Sepúlveda Köptcke e Márcia Campos e contribuições de Flávio Luiz Seibt.

2 GALLA, Amareswar. Em *Notícias Del ICOM*, n.2, dez. 2009-jan. 2010, p.3, grifo nosso.

O museu: agente de reflexão sobre diversidade cultural e diferença cultural

O museu é uma instituição que trabalha fundamentalmente a partir do e com o diferente, que proporciona o encontro e a reflexão em torno do tema da diversidade cultural e de um processo de constituição de identidades. Com seu compromisso político reforçado, o museu trabalha com a memória do diferente, que é algo construído historicamente. A análise das identidades supõe acompanhar o intrincado e contraditório movimento de inclusão e exclusão, de lembrança e esquecimento, de semelhança e diferença, de *harmonia* e tensão, consensos e conflitos, marcado por relações de poder.

Os conceitos de *identidade* e de *alteridade* só têm sentido se considerados um em relação ao outro: unidos intrinsecamente, interdependentes formando um par indissociável, uma vez que são ressignificados, reconstruídos e transformados à luz do presente.

Com base nessas ideias, caberia perguntar se os museus devem continuar atuando na direção de uma visão única de cultura, vinculados a estruturas de poder hegemônicas que sempre escamotearam as diferenças em nome de uma *harmonia* de fachada. A ideia do museu para a harmonia social só pode ser compreendida como um paradoxo.

É essencial em um museu, sobretudo em um contexto atual de globalização, apresentarmos, discutirmos e evidenciarmos em nossa prática educacional as temáticas da *diversidade cultural e da diferença*, que perpassam as distintas sociedades representadas em nosso acervo. Portanto, é fundamental mostrarmos a riqueza da *diversidade cultural* dessas sociedades como possíveis soluções que foram dadas às suas distintas situações existenciais e materiais e explorá-las educacionalmente, destacando os valores das relações com o diferente.

Porém, não devemos ser ingênuos e acreditar que, somente mostrando as diversas culturas, podemos contribuir para o processo de tomada de consciência de nossas identidades e, portanto, de nossas diferenças. É necessário notar que *diversidade cultural* e *diferença cultural* são categorias distintas. Ou seja, não basta apenas mostrar a *diversidade* nos museus, seja ela representada por coleções arqueológicas, etnográficas, históricas ou artísticas. É necessário problematizar a questão e trabalhar no sentido

de que é possível que as diversas culturas possam interagir e conviver, condição fundamental se quisermos construir um mundo realmente comprometido com a paz e a justiça social, bases fundamentais da verdadeira democracia.

Somente nesse sentido pode-se compreender o *museu* na direção da *harmonia* social, ou seja, promovendo e apresentando, cada vez mais, a ideia de que a convivência com o diferente e com as diferenças culturais é possível, e deve constituir-se no grande desafio do universo museológico neste século XXI.

Além da bandeira da diversidade, na passagem entre os séculos XX e XXI, os museus assumiram, pelo menos em tese, que deveriam servir à comunidade e à sociedade (Sandell, 1998), instaurando um importante marco de transformação. Os museus não apenas se preocupariam com seus visitantes e usuários, mas buscariam descobrir quais papéis cultural, social e político lhes caberiam.

A valorização das diferenças é uma das estratégias para a promoção da igualdade social e de uma sociedade mais justa. Essa é uma causa que deve mobilizar os museus de todo o mundo!³

A ação dos educadores de museus

Os educadores dos museus favorecem a compreensão dos aspectos culturais apresentados nas exposições, que muitas vezes são desconhecidos dos visitantes ou conhecidos a partir de outras leituras. Entretanto, não basta auxiliar a compreensão. É preciso iniciar e promover questionamentos para a construção de novas visões sobre os temas tratados e também visões críticas que possam levar à ação.

3 A recente constituição da Rede Ibero-Americana de Museus também reitera essas propostas, ao indicar aos respectivos governos a adoção de diretrizes e estratégias para a implementação de políticas públicas para o campo dos museus e da museologia nos países ibero-americanos, indicando, entre outras coisas, que é necessário: “valorizar o patrimônio cultural, a memória e os museus, compreendendo-os como práticas sociais estratégicas para o desenvolvimento dos países ibero-americanos e como processos de representação das diversidades étnica, social, cultural, linguística, ideológica, de gênero, de credo, de orientação sexual e outras; assegurar que os museus sejam territórios de salvaguarda e difusão de valores democráticos e de cidadania, colocados a serviço da sociedade, com o objetivo de propiciar o fortalecimento e a manifestação das identidades, a percepção crítica e reflexiva da realidade, a produção de conhecimentos, a promoção da dignidade humana e oportunidades de lazer...”. Declaração da cidade de Salvador, Bahia, 2007. Disponível em: eu.www.mcu.es/museos/docs/MC/CIMM/Declaracion_Salvador_2007_atualizada.pdf; acesso em 6 out. 2010.

A tarefa não é fácil e nem pode ser resolvida em curto prazo. Por meio de exposições e ações educativo-culturais os museus podem promover o contato entre diferentes culturas, a compreensão dos múltiplos aspectos dessas culturas, o questionamento das visões propostas e a construção de novas visões em seus programas públicos. E, por fim, podem incentivar a ação no sentido de proporcionar mudanças nessas culturas e naquelas dos públicos visitantes/participantes.

Como seria isso? Há diversas formas de atuar no sentido do “não conformismo”.

Alguns exemplos de ações educativas e culturais de museus brasileiros

No Brasil, país de grandes contrastes econômicos e sociais e diversidade cultural, os museus têm trabalhado no sentido de ampliar o diálogo e as trocas entre diferentes grupos culturais.

Embora a maior parte das experiências desenvolvidas no Brasil tenha sido proposta pelos setores educativos dos museus, é possível perceber um crescente interesse de toda a instituição em participar mais ativamente de ações que possam promover o desenvolvimento social.

Dessas experiências, algumas são geradas por museus tradicionais, que iniciam processos de comunicação e colaboração com seu entorno, e outras se estruturam a partir de demandas das comunidades vizinhas:

A Pinacoteca do Estado de São Paulo

A título de exemplo, podemos citar os projetos educativos desenvolvidos pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, por meio do Programa de Inclusão Sociocultural, que visa promover o acesso qualificado aos bens culturais do museu entre grupos em situação de vulnerabilidade social, em parcerias com organizações sociais para a realização de ações continuadas. O programa desenvolve ações educativas com grupos de diversas faixas etárias, como grupos em situação de rua; moradores de habitações precárias, como cortiços e ocupações; cooperativas e grupos de artesãos voltados à geração de renda; jovens e crianças de setores populares participantes de projetos socioeducativos; educadores sociais, entre outros.

Atualmente, desenvolve quatro frentes de trabalho com base nestas ações: visitas educativas em parceria com organizações que desenvolvam projetos socioeducativos a fim de realizar visitas continuadas à Pinacoteca, modeladas segundo demanda e perfil dos grupos, com constante avaliação e acompanhamento dos resultados; curso de formação para educadores sociais com objetivo de dar subsídios para a elaboração, a execução e a avaliação de projetos educativos voltados à inclusão sociocultural dos grupos com os quais atuam, a partir das potencialidades educativas dos equipamentos culturais; o *Arte+*, material impresso para educadores sociais, elaborado a fim de ampliar as ações iniciadas com o curso, com foco na educação em arte e na educação patrimonial, com distribuição gratuita entre organizações sociais de todo o país. Por fim, realiza ação educativa extramuros com dois grupos de adultos em situação de rua do entorno no museu, estruturada por meio de oficinas de artes, com ênfase na xilogravura, e visitas educativas regulares à Pinacoteca, contando com uma série de desdobramentos, como exposições educativas e publicações de caráter avaliativo do processo. Essa ação gerou a mostra *Convivência*, exposta na Pinacoteca e atualmente em itinerância pelo interior do estado, e também deu origem à publicação reflexiva *Percorrer e registrar*, que relata as experiências educativas desenvolvidas em dois anos de atuação.⁴

O Museu de Arte Contemporânea de Niterói

O Museu de Arte Contemporânea de Niterói, no Rio de Janeiro, através do projeto *Arte Ação Ambiental*, iniciado em 1999 (dois anos após a inauguração do Museu), promove oficinas e experiências artísticas que resultaram na construção do Módulo de Ação Comunitária, com sede própria para realização de projetos artísticos sociais desenvolvidos junto à comunidade do Morro do Palácio, vizinha ao museu.

O MAC-Niterói com o projeto *Arte Ação Ambiental* abriu suas portas para jovens da comunidade vizinha, oferecendo ao grupo a oportunidade de acesso ao universo artístico da arte contemporânea brasileira, abrindo caminhos para a transformação cultural e a formação de cidadãos aptos a valorizar e interagir com a cultura da comunidade a que pertencem. Os jovens envolvidos no projeto desde o seu início seguiram o caminho da legalidade e da cidadania, diferentemente de outros, envolvidos com

4 O Programa é coordenado por Gabriela Aidar.

o tráfico de drogas e a marginalidade. Alguns se tornaram instrutores das oficinas, capacitando novos jovens da comunidade; outros buscaram formação pedagógica, especialização em educação ambiental; e outros, ainda, colaboram na administração e segurança patrimonial da sede do Módulo. O projeto não transformou a realidade de todos os participantes, mas abriu caminhos para um grupo de jovens, contribuindo para a formação de cidadãos participativos e mais preparados para uma atuação responsável, criativa e crítica na sociedade.

O Módulo de Ação Comunitária do MAC-Niterói tem como missão servir à comunidade como um abrigo da arte e promotor de ações socioambientais, estabelecendo um vínculo concreto de ações e interações com o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, do qual se origina e ao qual se vincula, através do compromisso ético ampliado e do potencial transformador das práticas artísticas na sociedade.⁵

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Citamos ainda a experiência do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), com o projeto desenvolvido com crianças da Escola Girassol da Comunidade da favela São Remo, localizada próximo à instituição. O programa, denominado *Inclusão social nos museus universitários: O MAE USP e a Comunidade São Remo: o Projeto Girassol*, tem como principais objetivos: diversificar o público do MAE-USP; acentuar a função social de uma instituição museológica trabalhando com públicos que normalmente não possuem acesso aos espaços dos museus; contribuir para aprofundar a relação entre a Universidade e as comunidades de seu entorno por meio de projetos de cultura e extensão e ampliar as discussões acerca do conceito de diversidade cultural na perspectiva de que a convivência com as diferenças culturais pode levar à sua compreensão e estabelecer um processo de interação social.

Iniciado em 2005, o programa tem atividades mensais com estudantes de 5 e 6 anos de idade, por meio de visitas ao MAE, oficinas com diferentes temáticas – museu, coleção, música, dança, alimentação e brincadeiras de sociedades indígenas – e atividades práticas. O trabalho do arqueólogo

5 O Programa foi implantado durante a coordenação de Luiz Guilherme Vergara e atualmente é coordenado por Márcia Campos.

também é tema de simulações de escavações com intensa participação das crianças. Os professores também participam de atividades, e periodicamente são feitas reuniões para avaliar o andamento do programa.⁶

O MAE-USP ainda desenvolve projeto com a Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari e o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. Em parceria, as três instituições conceberam a exposição de longa duração *Tupã Plural*.⁷ Um dos módulos expográficos foi desenvolvido com os índios Kaingang e Krenak da Aldeia Indígena Vanuíre, na região centro-oeste do estado de São Paulo. A participação desses índios tem especial relevância porque são sobreviventes da exploração dessa região no início do século XX e da especulação de seus territórios por quase um século. São resistentes culturais, e os museus abriram a eles uma oportunidade de contarem suas histórias e exporem suas estéticas, tão distintas daquelas dos não índios.

O Museu do Homem do Nordeste

O Museu do Homem do Nordeste, em Recife, Pernambuco, também realiza há anos uma série de ações educativas junto a públicos potenciais, entre as quais podemos destacar os projetos voltados à geração de renda, realizados com artesãos, e de capacitação, em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Outras experiências

Outras experiências se aproximam mais do conceito de ecomuseu e museu comunitário, constituindo-se a partir de demandas das comunidades, como o Museu da Maré, no Rio de Janeiro, e o Memorial do Homem Kariri, em Nova Olinda, no Ceará. O primeiro surgiu como desdobramento de pesquisas sobre a história local, uma favela formada por um conjunto de 15 localidades onde moram cerca de 130 mil pessoas, e atua como catalisador de seus aspectos identitários. O segundo resgata e expõe o acervo arqueológico e mitológico da pré-história do homem da região do Cariri, em interface com os dias de hoje, atuando também junto a crianças e famílias da região que participam da gestão e promoção de atividades educativas e culturais.

6 O Programa é coordenado por Camilo de Mello Vasconcellos.

7 Projeto sob a coordenação de Angélica Fabbri, Tamimi David Rayes Borsatto e Marília Xavier Cury.

Há, também, casos em que a comunidade se organizou para coleta de acervo e de recursos financeiros que viabilizaram a formação de museu local como, por exemplo, em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul. O museu, criado em 1994, mantém independência do poder público e conta com ampla participação da comunidade local em suas atividades cotidianas.

A atuação de ONGs voltadas para inclusão cultural

Outra forma de ação que ocorre no Brasil é por meio de organizações não governamentais (ONGs) que se mobilizam para promover o acesso a museus e outras instituições culturais a grupos que não costumam frequentá-los. Um exemplo é da organização Akala, proponente do programa *Vamos ao Museu?*, que promove a ampliação do acesso às expressões da cultura através de ações educativas voltadas à formação crítica do público potencial, às pessoas que nunca estiveram em instituições culturais e que nem mesmo consideram como cultura as manifestações tradicionais e contemporâneas de suas comunidades. O trabalho busca respeitar a identidade dos grupos participantes e promover o encontro com outras manifestações, privilegiando o diálogo e a troca de conhecimentos.

A ação se dá através da escola, por meio da formação de professores para trabalhar com a cultura, ações com estudantes e a comunidade pelo estabelecimento de parcerias com museus e centros culturais. São utilizados espaços públicos para envolver a comunidade do entorno das escolas como forma de tornar a ação mais abrangente, proporcionando às famílias dos estudantes e dos funcionários efetiva participação no programa.⁸

Os estudos de público como instrumentos para apoiar a mudança social por meio dos museus

Compreender a harmonia social como a possibilidade de interlocução entre diversidades e o enfrentamento de questões sociais abrangentes implica interrogar como o museu interfere na vida social, quais estratégias privilegia e como estas se desdobram em produtos e serviços oferecidos para indivíduos e grupos. Logo, remete também à forma

8 O Programa é coordenado por Andréia De Bernardi e realiza-se principalmente na cidade de Belo Horizonte.

ou à pluralidade de formas de apropriação desses produtos e serviços, buscando conhecer quem utiliza tais espaços. Quem os utiliza? Quem não os utiliza? Qual a importância dos museus para seus visitantes? Qual sua importância para os não visitantes? Por que visitam ou não visitam os museus? Que outras formas de relação, diferentes da visita pontual ou mesmo regular, surgem entre grupos, indivíduos e instituições museais?

Pesquisas desenvolvidas no campo da cultura sugerem que, de fato, ser ou estar “público” de alguma coisa constitui um fenômeno particular da vida coletiva, diferentemente de fazer parte da multidão que se forma aleatoriamente ou de ser membro de uma associação instituída, como um clube de xadrez ou uma escola de música (Moutchouris, 2003). No entanto, a observação das práticas e dos praticantes da cultura evidenciou não se tratar de um público único, homogêneo, com comportamentos, expectativas ou atitudes idênticas e permanentes ao longo do tempo (Lahire, 2004; Becker, 1988).

Os processos responsáveis pela formação de um público resultam da interação entre as condições sociais do acesso às diferentes instâncias educativas, os meios existentes de produção e de oferta nos subcampos da cultura e as predisposições individuais socialmente e culturalmente construídas para, segundo o momento de uma trajetória de vida, desenvolverem certa prática ou gosto cultural (a operacionalização do *habitus* diante do horizonte de possíveis, segundo Bourdieu, 1996).

Os estudos de públicos devem investigar sobre visitantes ou não visitantes de museus, com independência dos objetivos perseguidos pelas exposições ou demais serviços oferecidos, sem impor marcos normativos ou categorias definidas *a priori* sobre a natureza ou o perfil do ser/estar público, reconhecendo que o não público de hoje poderá constituir o público de amanhã, do mesmo modo que o sentido de uma manifestação cultural é passível de transformação, ao longo do tempo, junto a cada segmento social. Tal entendimento demanda aos profissionais dos museus não apenas buscar conhecer os visitantes efetivos ou potenciais com o objetivo de responder a uma exigência da indústria ou do mercado cultural, mas estabelecer a escuta da percepção social da instituição, das formas de apropriação, das expectativas de públicos e não públicos, com o propósito de negociar e redescobrir

em permanência sua vocação. A vocação de um museu é construída ao longo de sua história a partir das relações que ele estabelece com a comunidade circundante, com os visitantes e com os não visitantes. Essas relações refletem os contextos social, econômico, político e cultural que formatam seus projetos, nem sempre expressos nos textos de sua missão de forma explícita. A missão e a real vocação do museu encontram-se na interação da ideia, da utopia, com a realidade, as práticas, as apropriações que formatam continuamente com maior ou menor grau de intencionalidade o destino de cada instituição.

No Brasil a preocupação em realizar estudos de público e avaliação de exposições é crescente nos últimos 30 anos e iniciou-se pela produção de teses acadêmicas e estudos pontuais de instituições que buscavam conhecimento sobre os efeitos das ações realizadas para a sociedade. A construção de um campo de atividade voltado para os estudos de público no Brasil beneficiou-se, nos últimos anos, da criação do Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC).

Com o intuito de suprir a necessidade de dados sobre os visitantes dos museus no país passíveis de comparação diacrônica e sincrônica, em 2002, um grupo de pesquisadores vinculados ao Museu da Vida/Fiocruz e ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), no Rio de Janeiro, propôs a construção de um protocolo de pesquisa compartilhado para conhecer o perfil de práticas e dos praticantes das visitas aos museus: nascia o Observatório de Museus e Centros Culturais. Definido como um programa interinstitucional de pesquisas sobre a relação dos museus com a sociedade, o Observatório construiu um sistema perene de monitoramento da frequência dos museus, instituições e profissionais de todo o Brasil. Entre 2005 e 2009 realizou, sob a coordenação colegiada da Fiocruz, do Mast e do Departamento de Museus (Demu), pesquisas em quarenta museus, publicou dois boletins e alimentou um sítio na Internet.⁹

Essa experiência no campo de estudos de público reforça a promoção da harmonia social quando não apenas prioriza a elaboração de estudos sobre os museus e seus usos sociais, mas também promove a criação de uma cultura compartilhada de escuta e diálogo entre atores sociais diversos nos planos da gestão institucional e da

⁹ Em 2010, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), o OMCC passa a ser coordenado por essa nova autarquia do Ministério da Cultura, mantendo ainda uma gestão colegiada em expansão com a participação dos fundadores Fiocruz e Mast.

representação social sobre o papel dos museus. Os museus precisam construir suas referências, pois não existem normas universais sobre um ideal quantitativo ou qualitativo de visitas e visitantes. Existem preconceitos, pressupostos muitas vezes não explicitados sobre formas ideais de visitar, sobre quem pode visitar, sobre usos plausíveis ou inadequados da instituição. O Observatório, além de representar o visitante na fala do especialista, institui uma relação de comunicação entre diversas instituições museais que alargam sua perspectiva de entendimento da relação com seus públicos diversos a partir da comparação, colocando o museu e seus profissionais como sujeitos de um processo do qual participam como corresponsáveis e não como clientes de um estudo encomendado (Köptcke, 2010).

Algumas considerações

Esses são alguns exemplos de caminhos traçados no Brasil para ampliar o conhecimento, as experiências e as trocas dos diversos grupos culturais, sociais e econômicos no sentido da apreensão da diversidade cultural com vistas à promoção do respeito às diferenças culturais.

As mudanças não ocorrem rapidamente porque as situações são complexas e implicam ações que envolvem muitas pessoas, entidades e instituições. O papel do museu e dos educadores do museu é o de colocar as questões nas “agendas” dos próprios grupos implicados, da comunidade do entorno e da sociedade como um todo, gerando debates, troca de opiniões e experiências que podem levar a possíveis transformações positivas.

Por meio da comunicação museológica é possível trazer novas temáticas e novas visões que propiciam o contato, a compreensão e a crítica de elementos de diversos grupos culturais. A utopia da *harmonia*, nesse contexto, seria questionada e poderia levar a transformações para melhorar a vida cultural, social, econômica e política de grupos culturais.

Referências bibliográficas

- ASENSIO, Mikel; POL, Elena. *Cuando la mente va al museo: un enfoque cognitivo-receptivo de los estúdios de público*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, s.d. 46p. (Mimeogr.)
- BECKER, Howard. *Les mondes de l'art*. Paris: Flammarion, 1988. 375p.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Correa. Campinas (SP): Papirus, 1996.
- CURY, Marília Xavier. *Museu e harmonia social (sic)*. *Revista Museu*, 2010. Disponível em: www.revistamuseu.com.br.
- DOCZI, György. *O poder dos limites: harmonias e proporções na Natureza, Arte e Arquitetura*. São Paulo: Mercury, 1990.
- KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Sobre museus, públicos e dinâmicas sociais: o caso do Observatório de Museus e Centros Culturais. In: MONTENEGRO, Aline; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fass (Org.). *Museus e comunicação, exposições como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. p.69-86.
- LAHIRE, Bernard. *La culture des individus: dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte, 2004. 778p.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo, n.1, 1993.
- MOUTCHOURIS, Antigone. *Sociologie du public dans le champ culturel et artistique*. Paris: L'Harmattan, 2003. 132p.
- SANDELL, Richard. Museums as agents of social inclusion. *Museum Management and Curatorship*, London: Elsevier Science, v.17, n.4, p.401-418, 1998.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A função educativa de um museu universitário e antropológico: o caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. In: *Cadernos do Centro de Estudos e Organização da Memória da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Ceom)*, Campus de Chapecó, n.21, 2005.
- _____. (Org.). *La educación en los museos en un contexto global: el caso brasileño*. Texto apresentado na Conferência Anual do Ceca/ICOM. Islândia, 2009.

Sites dos museus e/ou programas citados

- Akala: www.akala.org.br
- MAC-Niterói: www.macniteroi.com.br/?op=educacao
- MAE-USP: www.mae.usp.br/atividades%20educativas/saoremo.htm
- Memorial do Kariri: www.fundacaocasagrande.org.br/principal.php
- Museu da Maré: www.museudamare.org.br/joomla/
- Museu do Homem do Nordeste: www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=288&date=currentDate
- Museu Venâncio Aires: www.museuvaires.com.br/
- OMCC: www.fiocruz.br/omcc
- Pinacoteca do Estado: www.pinacoteca.org.br/pinacoteca/default.aspx?mn=171&c=277&s=0
- Vamos ao Museu: www.vamosaomuseu.com



ICOM-BR
Conselho Internacional de Museus - Brasil

Presidente do Conselho de Administração
Carlos Roberto Ferreira Brandão

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Maurício Cândido da Silva

Membro Titular do Conselho de Administração
Denise Grinspum

Diretora Administrativa
Maria Ignez Mantovani Franco

Diretora
Adriana Mortara Almeida



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador do Estado
Alberto Goldman

Secretário de Estado da Cultura
Andrea Matarazzo

Secretária-Adjunta
Fernanda Falbo Bandeira de Mello

Chefe de Gabinete
Sergio Tiezzi

**Coordenadora da Unidade de
Preservação do Patrimônio Museológico**
Claudinéli Moreira Ramos

Conselho de Orientação Artística da Pinacoteca do Estado de São Paulo

Ana Maria Belluzzo
Carlos Alberto Cerqueira Lemos
Marilucia Botallo
Paulo Portella Filho
Regina Silveira
Ruth Sprung Tarasantchi

ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA - APAC Organização Social de Cultura

Conselho de Administração

Presidente
Marcelo Secaf

Vice-Presidente
Celso Lafer

Conselheiros
Carlos Wendel de Magalhães
Denise Aguiar Alvarez
Fernando Teixeira Mendes Filho
Horácio Bernardes Neto
José Olympio Pereira
Julio Landmann
Luciene de Jesus Souza
Maria Anna Olga Luiza Bonomi
Maria Luisa de Souza Aranha Melaragno
Nilo Marcos Mingroni Cecco

Diretor Executivo
Marcelo Mattos Araujo

Diretor Financeiro
Miguel Gutierrez

© 2010 by ICOM-Brasil
icom.bra@gmail.com
www.icom.org.br

Volume 1 - 1ª Edição

Coordenação editorial: Maria Cristina Oliveira Bruno
Apoio à pesquisa e Organização editorial: Ana Carolina Vieira
Beatriz Cavalcanti de Arruda
Kátia Regina Felipini Neves
Natália Sarkis
Projeto gráfico e capa: Claudio Filus
Revisão e padronização: Armando Olivetti
Fontes utilizadas: Book Antiqua
Papel miolo: Reciclato 150 gr/m²
Papel capa: Duo design 350 gr/m²
Impressão e acabamento: Pancrom Indústria Gráfica

São Paulo, dezembro de 2010

O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro : documentos selecionados / organização Maria Cristina Oliveira Bruno . - São Paulo : Pinacoteca do Estado : Secretaria de Estado da Cultura : Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

2 v. ISBN 978-85-99117-58-3

1. Museus - Brasil 2. Museologia - Brasil 3. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus I. Bruno, Maria Cristina Oliveira

060

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS
CONSEIL INTERNATIONAL DES MUSEES
CONSEJO INTERNACIONAL DE MUSEOS
Comitê Brasileiro



PINACOTECA
do Estado de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
CADA VEZ MELHOR